

Humanidades

21



Toda cidade especial tem um banco que se identifica com ela. No seu jeito de ser, no estilo de vida, na maneira toda sua de crescer e produzir. Assim é nas cidades mais desenvolvidas do mundo. E não podia ser diferente entre nós. Brasília tem o Banco de Brasília. Um banco que nasceu e que reflete em tudo a ousadia, a vitalidade, a criatividade que caracterizam Brasília.

Mas com uma diferença que conta. Só ele respira, fala, pensa e vive com quem vive aqui. Um banco especial para uma cidade especial.

A large, black silhouette of a person is the central visual element. The figure is in a dynamic, expressive pose, with arms raised and bent, and legs spread wide, suggesting movement or dance. The silhouette is set against a background of a sunset or sunrise sky, with warm orange and yellow light and scattered clouds. The figure's form is solid black, creating a strong contrast with the lighter background.

O MAIOR BANCO DO DF TEM O NOME DE BRASÍLIA.

AO LEITOR

Este ano de 1989 traz, em si, a marca dos vinte anos da chegada do homem à Lua. Marca essa que nos permite pensar sobre toda a saga da espécie, no planeta.

O homem deu seu mais majestoso passo em direção ao futuro — passeou na Lua. Foram passos seguros no andar, mas por detrás deles estava a respiração apreensiva de toda a humanidade. É certo que os homens não foram mais os mesmos após o histórico pouso da “Águia” em solo lunar, naquele 20 de julho de 1969. Talvez seja somente superado pelo primeiro pouso humano em Marte, o legendário planeta vermelho que nos acena, inacessível, há séculos.

O espaço possui relações quase mágicas com os homens. Parece que sua infinitude, além de dilacerar o coração de Pascal, nos retrata a melancolia da eternidade e a brevidade de nosso existir.

Os astronautas retratam os mitos, os heróis modernos. Desafiando o desconhecido e o impalpável, são os novos “cowboys” que cavalgam o negro vazio do espaço numa tentativa, quem sabe quixotesca, de preenchê-lo com nossa presença; de trazer um saber que está pronto para ser “sabido”, ali, ao alcance não mais de nossas mãos, mas sim de nossas naves. Precisamos transcender-nos para adquirir, como nos ensinou Bertrand Russel, a liberdade do Universo.

Como será esta liberdade? Somos prisioneiros da gravidade e limitados pelos corpos. Um grande passo é a certeza de nossa prisão.

A imagem sempre recorrente dos primeiros homens andando na Lua surge mais uma vez. Fechamos os olhos e podemos ver as pegadas humanas ficando para trás a cada passo, lento e distante. Aquelas marcas são testemunhas perenes de que seres efêmeros puderam deixar seu “berço” e partir para o espaço, seres que, inalcançáveis, eram observados, de longe, por toda a humanidade. Foram, durante aquela expedição, os homens mais solitários da história. Suas lembranças ainda estão lá, na Lua, enquanto a Lua está aqui, em nossas lembranças.

Naquele 20 de julho, a Terra era um disco azul no céu de três homens; um dia, talvez ainda distante, a Terra será apenas um ponto, certamente um ponto azul, que estará perdido entre as estrelas. Os homens que pela primeira

vez observarem nosso planeta desta forma terão uma certeza dentro de si, muito forte; a de que o homem está indo em direção a entrar para a comunidade do espaço, a tornar-se cidadão do Cosmo.

Todas estas conquistas trazem direitos e deveres para todos nós. Ao conquistarmos um ambiente ainda não tocado por pés humanos, ficamos diante de um dilema ético de proporções planetárias. Até onde temos o direito de intervir no ecossistema de um outro mundo para torná-lo propício para nós? Será que, ao fazermos isso, não estaremos condenando à morte, em seu nascedouro, formas de vida que sequer podemos sonhar? Como nossos dejetos e microorganismos comportar-se-ão em um outro mundo? São perguntas que ainda não pudemos responder. Não há nem mesmo a certeza de que queremos respondê-las.

Mas é imperioso fazer isso.

Existem sugestões no sentido de viabilizar o pouso e a permanência humana em Vênus, semeando certas bactérias em seus oceanos, para que com seu metabolismo, lentamente, as condições ambientais venusianas, hoje perniciosas aos homens, fossem mudadas para poder abrigar os futuros “colonos” humanos. Será, este, um projeto sustentável do ponto de vista ético? A dúvida mais forte é se temos o direito de “humanizar” o sistema solar. Alguns debates devem ser feitos até que todas essas questões estejam bem claras e toda uma ética de colonização espacial fique bem esclarecida. A preferência pelo planeta é da população nativa, em potência ou não, ou pelos seres inteligentes que lá cheguem?

Houve um tempo em que o primeiro amanhecer terrestre tomou seu lugar. Foi quando o ar tornou-se respirável e o solo cultivável. Foi aquele dia em que o palco ficou pronto, esperando pacientemente que os atores entrassem em cena.

Até onde vai o nosso direito de intervir no teatro dos outros mundos?

Estas imagens compõem uma ode à saga humana na conquista espacial e é, também, um réquiem nunca tocado à imensidão do Espaço — que vai sendo diluída lentamente, enquanto nos dirigimos a ele, enquanto nos integramos ao vazio.

O caminho para as estrelas foi aberto.

Partamos pois... em paz e em nome da humanidade.



■ O DESPERTAR DO MITO

Em setembro de 1987, um desconhecido ferreiro do centro-oeste brasileiro cumpriu, sem saber, um ritual descrito pela mitologia grega, há pelo menos 2500 anos. Com um martelo rompeu uma caixa metálica liberando pequenos grãos azuis cuja beleza escondia uma força mágica de incomensurável potência para o mal.

Com seu sentimento dramático, a mitologia grega diz que houve um tempo em que o homens viviam livres das doenças, porque todas elas tinham sido fechadas em jarro lacrado. Foi Pandora que, não resistindo à sua curiosidade, abriu o jarro liberando todas as pragas que se espalharam pelo mundo.

Quebrando a caixa e brincando com seu produto, o ferreiro goiano representou como Pandora o personagem-síntese de um drama permanente da espécie humana. Seu gesto era semelhante ao de um primitivo ancestral batendo por curiosidade com ossos e paus em pedras que via moverem-se. Ou de um cientista querendo conhecer e mudar as coisas que lhes chegam às mãos.

Em comum, ao longo de toda sua história, especialmente nos últimos dois séculos e nas últimas cinco décadas, o conjunto dos homens vem se comportando como o ferreiro goiano. Com a mesma voluptuosa curiosidade pelas coisas, a mesma ingênua irresponsabilidade com os resultados de sua curiosidade e a mesma ânsia de transformar a natureza, para criar bens que possa usar e trocar, o homem tem se dedicado a uma sistemática tarefa de liberar forças mágicas escondidas na natureza.

O que em sua ingenuidade fez um homem chamado Devair, em uma manhã de setembro, cada homem tem feito, em graus diferentes, somando inexplicáveis ambição e curiosidade a um descontrolado poder de transformação. Os efeitos da radioatividade liberada pela marreta é semelhante aos das queimadas na floresta amazônica, ao rombo na camada de ozônio, à poluição nos rios, aos vazamentos nas centrais nucleares. As consequências para os que brincaram com o célio, em Goiânia, equivalem ao que sofrem 3/4 da humanidade: com a saúde frágil, o desemprego, a depressão. A surpresa de Pandora ao descobrir que da caixa que abriu saiu toda a miséria do mundo, deixando presa apenas a esperança, se repete com a população de Chernobyl, com os moradores de Cubatão, com o mundo que vê a Amazônia queimando, percebe o desaparecimento do ozônio, a sujeira dos rios e da atmosfera de nossas cidades.

Tudo previsto pelo espírito dramático dos gregos, como consequência da curiosidade e do poder do homem para descontrolar a natureza. Dominando as pedras, explodiu a força invisível que elas têm. Fazendo aparelhos capazes de ajudar a curar doenças, criou caixas que continham ainda mais doenças quando abertas.

O brilho que Davair encontrou e brincou, durante os dias 12 a 28 de setembro de 1987, é o mesmo brilho que encanta os homens que acreditam na modernidade sem regulação ética.

Felizmente graças aos erros de cada Devair, sabemos do risco dos mistérios escondidos nas caixas que a natureza nos deu para provocar nossa curiosidade. Falta-nos controlar a curiosidade, a ambição e a arrogância. Falta-nos definir regras que regulem a abertura das caixas pretas. Estas regras chamam-se ética, da mesma forma que se chama Devair o moderno Pandora.

O que está errado não é o poder de dominar a natureza através da tecnologia, mas a falta de regras que regulem as técnicas e seus usos: uma ética que domine o uso da tecnologia, fazendo com que o Devair e a Pandora que há em cada um de nós, pensem e usem com responsabilidade suas curiosidade e ambição.

Se percebermos que o personagem de Goiânia foi previsto há quase 3000 anos por um dramaturgo anônimo que tinha consciência da tragédia do homem e criou um mito que representa o real do conjunto dos homens, entenderemos a necessidade de ética que faça os homens mais responsáveis e comprometidos com o destino de cada um. Despertaremos o mito para o real graças a uma cápsula de célio. Descobrimos que Pandora existe e que é hora de enfrentar o maior dos desafios do saber: a construção de uma ética que regule o saber.

Cristovam Buarque

Reitor da Universidade de Brasília e Presidente do Conselho da Universidade para a Paz das Nações Unidas

Humanidades



Capa: Sérgio Bessa

A revista **Humanidades** é uma publicação trimestral da Editora Universidade de Brasília

Editor Executivo: Ailton Lugarinho de Lima Camara

Conselho Editorial: Dércio Garcia Munhoz, Douglas Marques de Sá, João da Rocha Hirson e José Carlos Córdova Coutinho

Autores: Carlos Rafael Rodriguez, Cleire Rodier, Cleto Caliman, Clóvis Brigagão, Eunice M. Soriano de Alencar, Evaldo D'Assumpção, Flávio Garcia, Helena S. Bicalho, Joarez Virgolino Aires, Junito S. Brandão, L. A. Serman, Luis Alberto Warat, Luiz Eduardo S. Machado, Maria Novaes Pinto, Mark D. Ridd, Roberto B. Piscitelli, Samuel José Rodrigues, Vicente P. Saldanha, Vladimir Carvalho e Walter Neves

Painel: Alayde Sant'anna, Elizabeth Silva, Jorge O. Romano, José Geraldo de Souza Junior, Magda de Almeida Neves, Milton Viana, Vilma Figueiredo, e Wanda Capeller.

Versões: Mark R. Ridd e Sara Almarza

Edição de Texto e Revisão: Dorgil Marinho da Silva Brandão

Edição de Arte e Diagramação e Arte Final: Célia Matsunaga e Marcelo Terraza

Montagem: Valperino da Silva Andrade

Ilustrações: Célia Matsunaga, Luiz Fernando Luzzi Las Casas (Nanche), Marcelo Terraza, Nelson Maravalhas Júnior e Sérgio Bessa.

Fotografia: Renée Simas e Ricardo Junqueira

Marketing e Comercialização: Deuza Ribeiro e Mauricio Sampaio Cavalcanti

Secretaria de Produção: Maria de Fátima

Secretaria Gráfica: Elmano Rodrigues Pinheiro

Promoção, vendas e assinaturas: Alexandre Lima

Apolo Administrativo: Elias Romcy Pereira

Cadastro de Assinaturas: Rosa Maria Dantas de Oliveira e Gilmar Castelo Branco

Preço: NCz\$ 15,00 (exemplar avulso)

NCz\$ 50,00 (assinatura quatro números)

Endereço: Revista **Humanidades** — Editora Universidade de Brasília, Campus Universitário — Asa Norte — Prédio Múltiplo Uso, sala 208

Caixa Postal 153001

70919 — Brasília — DF

Telefones: (061) 274-5352 (direto) e 274-0022 ramal 2576

Telex: (61) 1083 UNBS-BR

Composição: Edilson Oliveira Silva — Editora Universidade de Brasília

Fotocomposição: Wilson Cardoso Machado — Escopo Editora

Fotolitos: Policor Reproduções Gráficas e Editora

Impressão: Escopo Editora

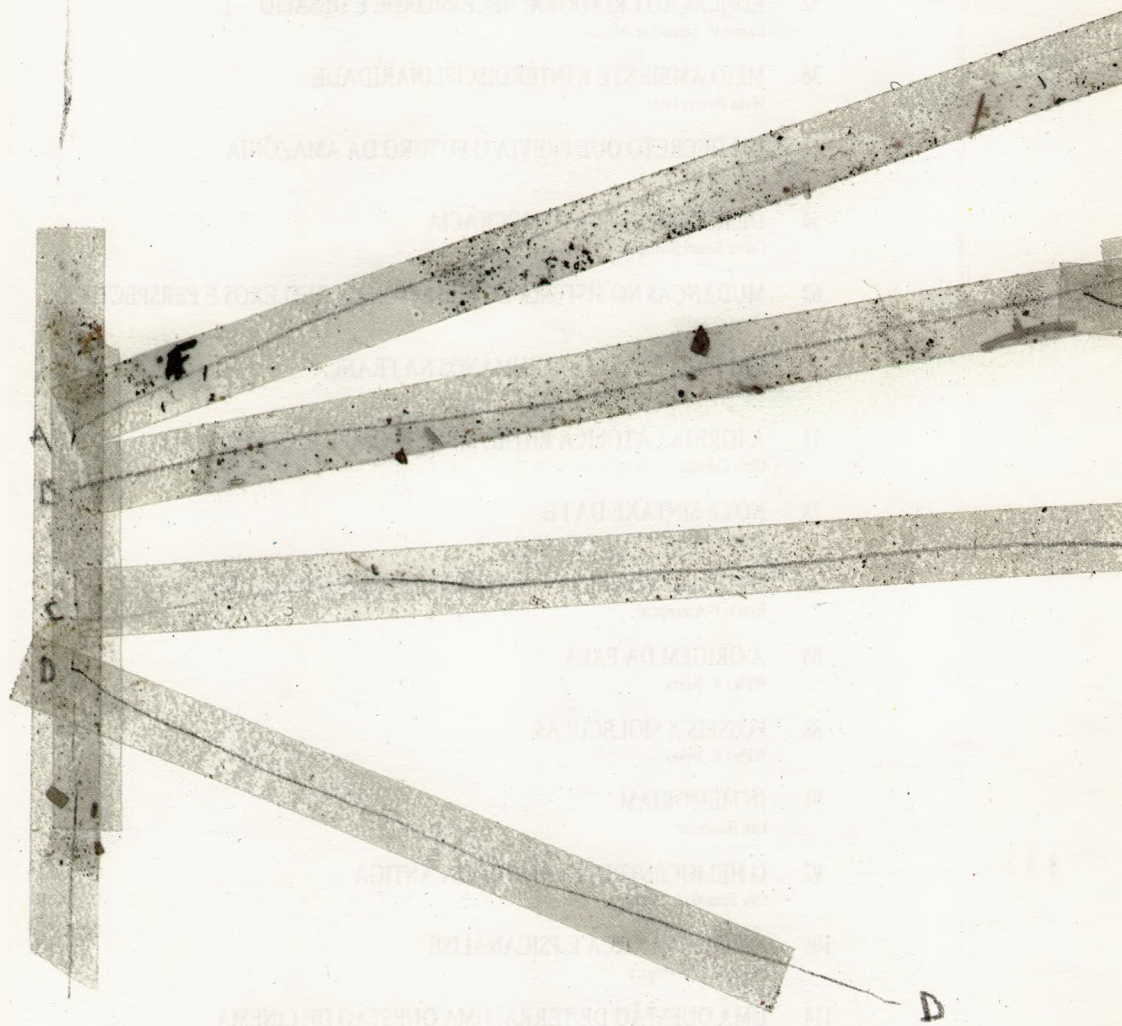
Os artigos são de inteira Responsabilidade de seus autores.

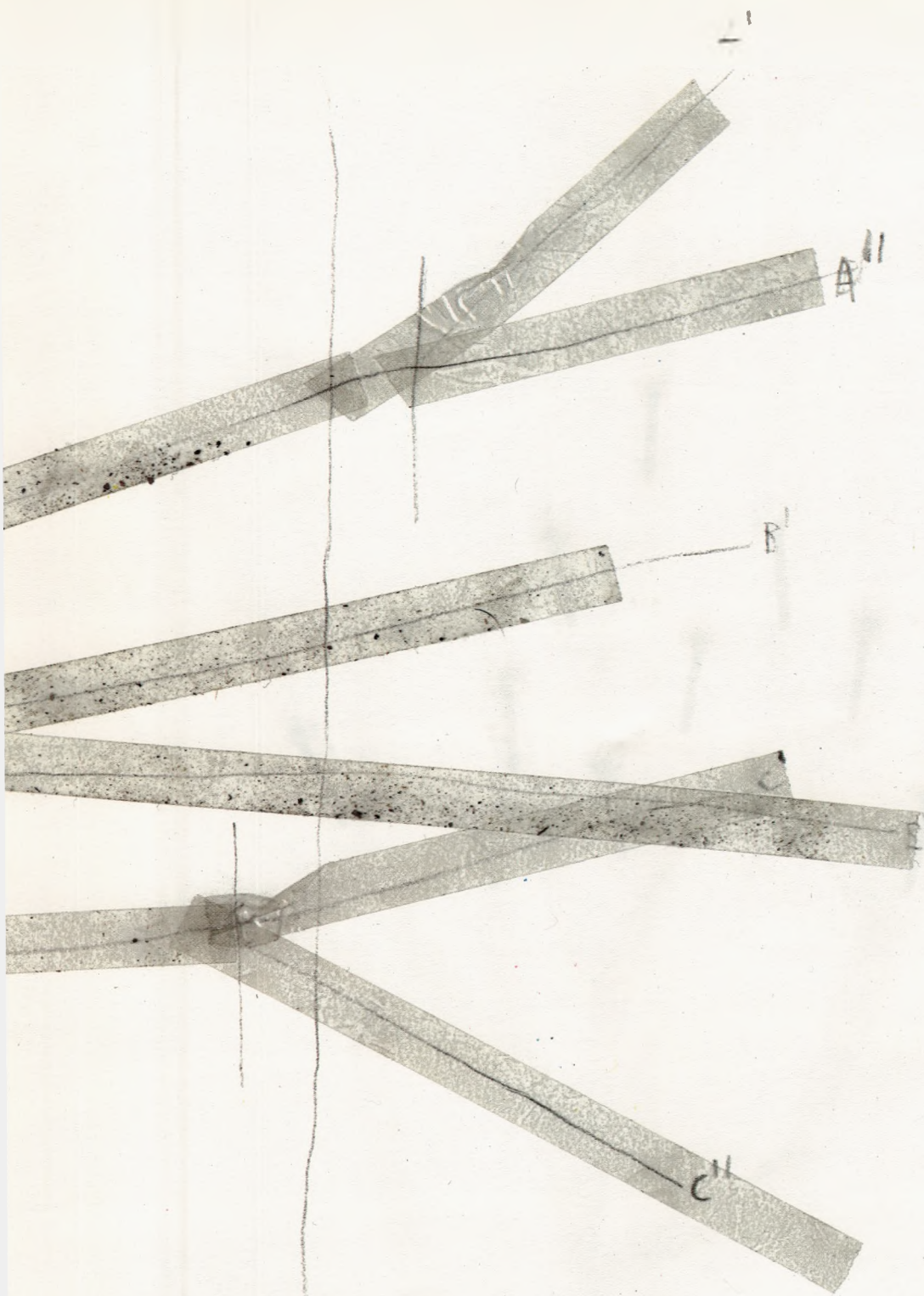
Editora Universidade de Brasília: Timothy Mulholland (Diretor)

Universidade de Brasília: Cristovam Buarque (Reitor), João Cláudio Todorov (Vice-Reitor)

- 8 A NOTÍCIA COM MEDO DO JORNALISTA, O JORNALISTA COM MEDO DA NOTÍCIA
L. A. Serman
- 14 A ÉTICA NOS MITOS
Vicente P. Saldanha
- 20 CLÍNICA PSICANALÍTICA: O DESEJO É O DESEJO DO OUTRO
Helena S. Bicalho
- 23 GIRAFÁ
- 24 ÉTICA, DIREITOS HUMANOS E TRANSMODERNIDADE
Luis Alberto Warat
- 28 O PERFIL DE UM DIRIGENTE PÚBLICO: O CASO BRASILEIRO
Roberto B. Piscitelli
- 32 EDUCAÇÃO CRIADORA: NECESSIDADE E DESAFIO
Eunice M. Soriano de Alencar
- 36 MEIO AMBIENTE E INTERDISCIPLINARIDADE
Maria Novaes Pinto
- 44 UM DECRETO QUE PREVIA O FUTURO DA AMAZÔNIA
Flávio Garcia
- 54 DEMOCRATIZAR A DEMOCRACIA
Carlos Rafael Rodriguez
- 62 MUDANÇAS NO SISTEMA INTERNACIONAL: REFLEXOS E PERSPECTIVAS
Clóvis Brigagão
- 70 RACISMO E DIREITOS HUMANOS NA FRANÇA
Cleire Rodier
- 74 A IGREJA CATÓLICA ENTRE LIBERTAÇÃO E RESTAURAÇÃO
Cleto Caliman
- 78 NOVA SINTAXE DA FÉ
Joarez Virgulino Aires
- 83 O SUDÁRIO DE TURIN, O EVANGELHO PARA O SÉCULO XX
Evaldo D'Assumpção
- 86 A ORIGEM DA FALA
Walter A. Neves
- 88 FÓSSEIS X MOLÉCULAS
Walter A. Neves
- 91 IN MEMORIAM
Luis Humberto
- 92 O HELIOCENTRISMO NA GRÉCIA ANTIGA
Luiz Eduardo S. Machado
- 106 FÍSICA QUÂNTICA E PSICANÁLISE
Samuel José Rodrigues
- 114 UMA QUESTÃO DE TERRA, UMA QUESTÃO DE CINEMA
Vladimir Carvalho
- 118 OS 7 GATINHOS: UMA INTRODUÇÃO A QUATRO MITOLOGEMAS
Junito de Sousa Brandão
- 124 JUDAS E PENÉLOPE NA TEORIA E NA PRÁTICA DA TRADUÇÃO
Mark D. Ridd
- 130 PAINEL

ÉTICA





*E agora que vocês viram no que foi que deu,
jamaiz esqueçam como foi que tudo começou.*
Bertolt Brecht

ILUSTRAÇÕES DE SÉRGIO BESSA



A NOTÍCIA COM MEDO DO JORNALISTA, O JORNALISTA COM MEDO DA NOTÍCIA

L. A. Serman

A relação do jornalista com a notícia não é tão linear como, a princípio, pode parecer. Existe uma teia de interesses e de compromissos que não pode ser esquecida, se quisermos compreender profundamente o mecanismo da transmissão da notícia ao público.

“O problema ético depende mais dos empresários do que dos jornalistas”: a frase, curta e grossa como manda o figurino e como pede a objetividade que persegue os redatores da imprensa, é de Barbosa Lima Sobrinho (92 anos, dos quais 70 de profissão). Ela não diz tudo nem quase tudo, mas é impossível fazer qualquer discussão sobre a “ética jornalística” sem começar daí. Concordam com o mote todos os profissionais mais experientes e a maior parte dos empresários modernos. Outros, os empresários de início de carreira ou aqueles de mentalidade provinciana, se assustam ainda com a discussão e preferem simplesmente acreditar que ética é uma coisa pessoal, responsabilidade de cada um, matéria sem acordo sempre disposta a permanecer sob o cabresto dos interesses dos donos de jornais.

De qualquer maneira, desfiando o mote de Barbosa Lima existem pontos que tornam a cada dia mais difícil a elaboração de um código de ética menos vago que o atual (de 1986) e que possa garantir ao mesmo tempo dignidade profissional, liberdade profissional e garantias mínimas de verdade e respeito aos consumidores de notícia.

MEDO DA NOTÍCIA

É difícil que patrões e empregados, no caso da imprensa brasileira, sentem-se à mesa para discutir o que é e o que não é ética no exercício da profissão. A maior parte dos empresários do setor, no Brasil, é feita de homens que pensam seus jornais ou estações de rádio e tevê (não se esqueçam que existem centenas de pequenas empresas, semanários e repetidoras pelo interior do país) da mesma maneira como enxergam a cozinha ou a lavanderia de suas casas. Sobre estes “fazendeiros” da notícia — e o leigo, quer dizer, o leitor que não sabe o que é uma redação de jornal, pode se assustar — não é nenhum exagero dizer que, na verdade, morrem de medo de jornalistas. “Quanto

menos jornalistas melhor” ou “não preciso de jornalistas para fazer um jornal” são frases que pipocam entre os profissionais da área quando querem ironizar ou criticar a postura de boa parte de seus patrões, referindo-se à ideologia empresarial. É este mesmo empresário quem teme a notícia e não poucas vezes considera seu repórter como seu maior inimigo.

Se a notícia é “quente” — e notícia “quente” costuma queimar de preocupação os negócios das empresas atreladas demais a grupos econômicos ou ao Estado — a primeira atitude do patrão é geralmente desacreditar do repórter, questionar a “fonte” e percorrer quantos caminhos forem necessários para que se esgotem todas as possibilidades no sentido de se diminuir a importância de um fato e acabar jogando as laudas no lixo.

Para isso, os empresários não usam simplesmente a inevitável condição patronal. Eles aprenderam a falar a linguagem jornalística (muitos deles são pelo menos doublês de jornalistas) e criaram argumentos ao mesmo tempo disponíveis e eficazes. Linha e editorial e interesse público, por exemplo, são dois raciocínios muito bem desenvolvidos pelas empresas. Em nome deles, noticiários são amenizados, fatos deixam de ser cobertos... e por aí a imprensa brasileira vai se tornando a cada dia uma instituição de crédito mais abalado.

Uma outra pergunta, entretanto, é absolutamente necessária: não é verdade que existem também entre os profissionais aqueles que fogem ao que poderia ser um comportamento com um mínimo de ética pessoal e social? Existem sim. Eles nem sempre são os mesmos, embora o leitor mais atento e “coleguinhas” com mais tempo de estrada possam até distinguir exemplos constantes de profissionais que “brincam” sem responsabilidade nas teclas da máquina de escrever, ferindo a opinião pública, facilitando ou prejudicando envolvidos em casos difíceis. Nesses casos o atual Código de Ética é mais uma vez vago: se este tipo de profissional não perde o emprego o leitor que se cuida antes de acreditar no que está lendo. E se você for envolvido maldosamente na notícia, prepare-se para gastar muito tempo e algum dinheiro para acabar conseguindo pouca coisa. A Lei de Imprensa dá o direito de resposta e o Código Penal prevê punições, mas no primeiro caso, por melhor que seja sua resposta, seu nome já estará desgastado; no segundo caso entre a morosidade da justiça e uma luta inglória contra o poder econômico. Como uma dona de casa que compra salsichas estragadas e tem nas organizações de defesa de consumidor instituições fracas e morosas além de leis sujeitas à toda sorte de interpretações, leitor e vítima de notícias sensacionalistas ou mal intencionadas nunca conseguem de fato ver danos morais separados.

E o que diz o Código de Ética? Somente em casos semelhantes a esses, o Código consegue ser um pouco objetivo. No item que cuida “da responsabilidade profissional do jornalista” diz o Código que se deve “ouvir sempre, antes da divulgação dos fatos, todas as pessoas objeto de acusações não comprovadas, feitas por terceiros e não suficientemente demonstradas ou verificadas”. Em outras palavras, o jornalista deve ouvir todos os lados da história... mas, e se não o fizer?

As empresas e seus interesses sempre éticos, alguns profissionais e seus dedos quentes demais nas teclas, e ainda a própria vertigem do trabalho e dos horários de fechamento (que raramente permitem que o profissional tenha tempo e calma suficientes para uma melhor avaliação do seu próprio trabalho), têm gerado controvérsias. Junte-se a isso a dificuldade de se estabelecer um Código de Ética num país onde quem prega a moralização é no mínimo corrupto e temos este jornalismo que está sempre na boca infernal do povo... que não é bobo, mas também não enxerga muitos palmos além do nariz.

SUBJETIVIDADE

Como se não bastasse a pouca disposição dos empresários da imprensa em sentarem-se à mesa para discutir um novo Código de Ética (os jornalistas querem, por exemplo, o direito de recusar uma pauta que ferir seus princípios éticos), o jornalismo é, na verdade, uma área sujeita a todas as tempestades do subjetivismo. Alguma coisa mais ou menos como aquela brincadeira de criança — o telefone sem fio — em que o menino diz pra menina “Maria foi à casa de João buscar o brinquedo dela”. A segunda criança fala aos ouvidos da terceira, que passa a informação para a quarta e daí por diante até que no fim a décima quinta criança tem a “notícia que vai ser publicada”: “Maria estava com raiva de João porque ele pegou o brinquedo dela e escondeu em casa. Maria foi à casa de João, teve o maior quebra-pau mas conseguiu achar o brinquedo. João ainda quis dizer que aquele brinquedo era dele e os dois estão brigados até hoje”.

Exagero? Nada disso, e os repórteres que fazem a cobertura policial que o digam. A verdade é que — más intenções e inescrupulosas jogatinas políticas à parte — mesmo o fato mais corriqueiro estará contado de maneira diferente em quantos jornais, rádio-jornais ou telejornais se dispuseram a cobri-lo. O trabalho jornalístico, neste sentido, é muito diferente daquele realizado numa linha de montagem onde a primeira fila confere a qualidade do tecido, a segunda a durabilidade dos botões e a terceira o tamanho das casas. Variadas bagagens de formação intelectual e até o humor do repórter no momento em que está enfrentando um fato irão influir diretamente no resultado. E o resultado, uma vez publicado, não tem muito conserto: João e Maria ficam brigados para sempre.

Esse tipo de problema, no entanto, tem sido razoavelmente resolvido nas redações que mantêm um bom corpo de editores (capaz de desconfiar dos exageros e pedir verificações) e que não estão atreladas a linhas rígidas de comportamento editorial. Essa maleabilidade é o que permite, em última instância, que seus repórteres possam enxergar a realidade com a maior fidelidade possível. Aí, mais uma vez precisamos voltar a Barbosa Lima Sobrinho e acreditar que o problema ético depende muito mais dos empresários que dos jornalistas.

Uma empresa que se posicione rigidamente à direita ou à esquerda na fanfarra política, mais ou menos sensacionalista nas portas de delegacias, mais ou menos comprometida (lembre-se sempre que o estado ou o muni-

cípio são sempre anunciantes gordos) com os assuntos ligados à administração da cidade irá realizar um jornalismo mais ou menos verdadeiro e responsável. As empresas administradas provincianamente têm obrigado seus repórteres a irem às ruas quase que por mera questão de desengano de consciência, ou como seria mais preciso, por mera fachada. Não são poucos os jornais do país onde o repórter recebe a pauta já sabendo o que irá dizer, quem terá que defender e onde “esquentar o malho”. É exatamente neste tipo de jornalismo — forjado pelos interesses políticos e econômicos das empresas — que o profissional é menos profissional, o leitor mais manipulado. É neste tipo de jornalismo — ou “empresarismo jornalístico” — que a questão da ética tem mais feridas e menos salvaguardas.

Se o Código de Ética dos jornalistas pede que todos os lados de uma mesma história sejam ouvidos, que orientação pode dar, entretanto, quanto à censura que alguns órgãos estabelecem sobre certos assuntos ou até sobre certas personalidades (todo ou quase todo jornal/telejornal tem hoje sua lista de persona non grata cujos nomes só podem aparecer se estiverem sendo devidamente espinhafrados)? Que defesa pode este mesmo Código de Ética trazer ao leitor/telespectador diante de empresas que deliberadamente colocam os fatos sempre sob uma mesma ótica, deturpando a complexidade e diversidade de uma sociedade que começa a se exercitar no malabarismo que um mínimo de índole democrática exige?

A questão jornalística esbarra no abuso das liberdades empresariais: hoje, os donos de empresas fazem o jornalismo que querem fazer, os profissionais não têm vias de defesa de sua dignidade e muito dificilmente sentarão à mesa para tratarem de uma síntese ética. O empreendimento jornalístico é uma atividade comercial no vale-tudo dos jogos de poder e na corda bamba dos lucros. Sua matéria-prima não é simplesmente o fato, mas a subjetividade da correlação dos fatos e das interpretações que deles se pode fazer.

O leitor/telespectador, o digníssimo público, que se cuide.

CASOS SEM ACASOS

O caso mais recente que ainda alimenta discussões entre os próprios jornalistas sobre até que ponto houve ou não houve falta de ética profissional é a matéria com o cantor/compositor Cazuza publicada pela revista *Veja* e que acabou esgotada nas bancas de todo o país ao mesmo tempo que gerava protestos e indignações entre leitores e artistas. Não há jornalista que saiba responder com segurança se faria ou não — tendo nas mãos a mesma matéria — idêntica capa em foto e título.

Na verdade, até o público se dividiu: muita gente achou e ainda acha que a *Veja* foi sensacionalista e não pensou duas vezes em jogar com tudo para vender em massa; outros preferem achar que Cazuza não é nenhum herói de nosso tempo (como defendia o manifesto lançado por artistas durante a entrega dos prêmios Sharp, no Rio) e que a revista não fez mais do que um importante retrato/alerta sobre os perigos da Aids.

Mas uma vez no campo da mais profunda subjetividade, como analisar

o caso *Veja/Cazuza*? Não ficou dúvida de que neste caso a *Veja* não mentiu; resta saber se diante de quadro tão doloroso agiu ou não da maneira mais correta. O Código de Ética do Jornalista, num caso como este, é dúbio. Ele diz, por exemplo, que o profissional deve evitar a divulgação de fatos de caráter mórbido e contrário aos valores humanos; mas diz também que deve divulgar todos os fatos de interesse público (no caso, o Brasil inteiro queria notícias de Cazuza) e que o compromisso do jornalista é com a verdade dos fatos.

Quaisquer que sejam as opiniões a respeito do episódio Cazuza/*Veja*, é verdade que no dia-a-dia da notícia nem tudo é polêmico ou dá margens a tantas interpretações. Em novembro de 1987 quando a Esplanada dos Ministérios, em Brasília, literalmente pegou fogo com populares destruindo carros da polícia e com a polícia massacrando populares, o “Badernaço” não mereceu mais que rápidos 40 segundos na voz de Cid Moreira pelo *Jornal Nacional* (Rede Globo), com imagens que mostravam apenas alguns carros pegando fogo. Naquela noite o jornal local da Globo (o DF-TV) não pôde mostrar absolutamente nada, enquanto nas outras emissoras o incidente mereceu histórias longas e completas de um quebra-pau generalizado. Daí por diante — e mais ainda do que já vinha acontecendo — os repórteres da Globo passaram a ter sérias dificuldades nas coberturas que envolvem confrontos entre o interesse público e o interesse do Governo Federal. O slogan “o povão não é bobo, abaixo a Rede Globo” espalhou-se pelo país. Uma ou duas noites depois os funcionários da Globo em Brasília pagavam mais uma vez por um pato que não cozinham mas foram obrigados a comer: o ministro Paulo Brossard defendia a atitude da polícia em cadeia de rádio e televisão, mas os telefones da casa não paravam de tocar, com a população perguntando se a Globo não se envergonhava de colocar aquela “entrevista” no ar. Nesse caso o povo foi bobo... Brossard estava em todos os canais.

Não há dúvidas: neste episódio o telejornalismo Global faltou para com elementos básicos sobre sua função profissional e ética. Não noticiou o que de mais importante aconteceu no país no claro intuito de maquear a realidade.

DELEGADO E JUIZ

Outro episódio, também recente, envolveu quase todos os grandes órgãos da chamada “grande imprensa”. O Crime da Rua Cuba serviu para mostrar como a crônica policial às vezes confunde o papel do jornalismo com o de investigador, de delegado e — o que é ainda pior — com o papel de juiz. Na véspera do Natal foi morto a tiros o casal Jorge e Maria Cecília Bouchabki, na Rua Cuba de um privilegiado bairro paulistano, o Jardim América... e não há em São Paulo quem não saiba quem matou o casal. A população leu os jornais e tem certeza de que o filho, Jorge, é o culpado.

O crime era um prato feito para a imprensa: envolvia família tradicional, advogados famosos, gente rica. Até aí tudo bem (a imprensa sempre vai entrar em casos como esse), mas a partir do momento em que a polícia insinuou a possibilidade de Jorginho ser o criminoso, os jornais começaram a publicar

coisas e mais coisas sobre a vida do rapaz. Hoje, seja ele culpado ou não, já tem traumas suficientes para carregar para o resto da vida. Mesmo que a justiça venha a concluir sua inocência, ele está socialmente culpado.

CONSTITUINTE

Durante o processo de elaboração e votação da nova Constituição, jornais, rádios e televisões se revezaram na disputa pelo recorde no mal exercício da profissão. Aliadas poderosas, e, ao mesmo tempo, cúmplices fiéis do poder estabelecido, as empresas jornalísticas participaram dos lobbies com unhas afiadas na jugular dos interesses econômicos.

Um dos casos mais contundentes habitou as páginas do jornal O Estado de S. Paulo (o Estadão): foram páginas e páginas denunciando infiltrações exóticas no CIMI — Conselho Indigenista Missionário — para tentar tirar das populações indígenas seu direito à ampliação de reservas. As matérias, muitas vezes com duas páginas inteiras e sempre com chamadas escandalosas na capa, nunca foram assinadas.

OS DOIS LADOS?

Há muito pouco tempo, a Globo mais uma vez deu provas do que é capaz quando tem interesse em jogo. Desvinculavam-se de seus cargos como governadores estaduais — na Bahia e em Alagoas respectivamente — os senhores Waldir Pires e Fernando Collor: o Jornal Nacional deu dois minutos e meio de matéria sobre a má administração de Waldir Pires na Bahia e nem sequer mencionou uma grande passeata pública que em Maceió marcava a saída de Collor com acusações de ter deixado o Estado em condições de pobreza e caos administrativo.

Não há dúvidas de que um perfeito entendimento do Código de Ética obrigaria o Jornal Nacional a “ouvir os dois lados da história”... ambos, Collor e Pires, deixavam os governos estaduais para disputarem a corrida presidencial. Eram a mesma notícia.

Agora, com a corrida presidencial avançando, o leitor deve estar atento: primeiro às pesquisas (nem sempre um espelho fiel da sabedoria popular); depois, às acusações contra candidatos (ou elogios a estes). Algum tempo atrás o Jornal do Brasil publicou um “Dossiê Collor de Melo” com acusações que, comprovadas, levariam o ex-governador à prisão. Collor protocolou um pedido de resposta tanto ao SNI quanto junto ao JB... não obteve resposta de ninguém.

Os casos se repetem por quantas e quantas páginas fossem possível imprimir. Em todos eles o exercício da profissão fica sujeito ao interesse particular das empresas jornalísticas e de seus maiores cúmplices (e também maiores anunciantes), os governos. A sobrevivência dos empresários de comunicação está intimamente ligada às benesses do poder público e das grandes empresas privadas. A sobrevivência do jornalismo fica à mercê da atenção do leitor e da capacidade de driblar dos melhores profissionais

CÓDIGO DE ÉTICA DO JORNALISTA

O Congresso Nacional dos Jornalistas Profissionais aprova o presente Código de Ética.

O Código de Ética do Jornalista fixa as normas a que deverá subordinar-se a atuação do profissional, nas suas relações com a comunidade, com as fontes de informações e entre jornalistas.

I — Do Direito à Informação

Art. 1º — O acesso à informação pública é um direito inerente à condição de vida em sociedade, que não pode ser impedido por nenhum tipo de interesse.

Art. 12 — Em todos os seus direitos e responsabilidades o jornalista meios de comunicação pública, independente da natureza de sua propriedade.

Art. 3º — A informação divulgada pelos meios de comunicação pública se pautará pela real ocorrência dos fatos e terá por finalidade o interesse social e coletivo.

Art. 4º — A prestação de informações pelas instituições públicas, privadas e particulares, cujas atividades produzam efeito na vida em sociedade, é uma obrigação social.

Art. 5º — A obstrução direta ou indireta à livre divulgação da informação e a aplicação de censura ou autocensura é um delito contra a sociedade.

II — Da Conduta Profissional do Jornalista

Art. 6º — O exercício da profissão de jornalista é uma atividade de natureza social, e de finalidade pública, subordinada ao presente Código de Ética.

Art. 7º — O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade dos fatos, e seu trabalho se pauta pela precisa apuração dos acontecimentos e sua correta divulgação.

Art. 8º — Sempre que considerar correto e necessário, o jornalista resguardará a origem e identidade das suas fontes de informação.

Art. 9º — É dever do jornalista:

- a) Divulgar todos os fatos que sejam de interesse público.*
- b) Lutar pela liberdade de pensamento e expressão.*
- c) Defender o livre exercício da profissão.*
- d) Valorizar, honrar e dignificar a profissão.*
- e) Opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos do Homem.*
- f) Combater e denunciar todas as formas de corrupção, em especial quando exercida com o objetivo de controlar a informação.*

g) Respeitar o direito à privacidade do cidadão.

h) Prestigiar as entidades representativas e democráticas da categoria.

Art. 10 — O jornalista não pode:

- a) Aceitar oferta de trabalho remunerado em desacordo com o piso salarial da categoria ou com a tabela fixada por sua entidade de classe.*
- b) Submeter-se a diretrizes contrárias à divulgação correta da informação.*
- c) Frustrar a manifestação de opiniões divergentes ou impedir o livre debate.*

d) Concorde com a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, políticos, religiosos, raciais ou de sexo. Exercer cobertura jornalística pelo órgão em que trabalha, em instituições públicas e privadas, onde seja funcionário, assessor ou empregado.

III — Da Responsabilidade Profissional do Jornalista

Art. 11 — O jornalista é responsável por toda a informação que divulga, desde que seu trabalho não tenha sido alterado por terceiros.

Art. 12 — Em todos os seus direitos e responsabilidades o jornalista terá apoio e respaldo das entidades representativas da categoria.

Art. 13 — O jornalista deve evitar a divulgação de fatos:

a) Com interesse de favorecimento pessoal ou vantagens econômicas.

b) De caráter mórbido e contrários aos valores humanos.

Art. 14 — O jornalista deve:

a) Ouvir sempre, antes da divulgação dos fatos, todas as pessoas objeto de acusações não comprovadas, feitas por terceiros e não suficientemente demonstradas ou verificadas.

b) Tratar com respeito a todas as pessoas mencionadas nas informações que divulgar.

Art. 15 — O jornalista deve permitir o direito de resposta às pessoas envolvidas ou mencionadas em sua matéria, quando ficar demonstrada a existência de equívocos ou incorreções.

Art. 16 — O jornalista deve pugnar pelo exercício da soberania nacional, em seus aspectos político, econômico e social, e pela prevalência da vontade da maioria da sociedade, respeitados os direitos das minorias.

Art. 17 — O jornalista deve preservar a língua e a cultura nacionais.

IV — Aplicação do Código de Ética

Art. 18 — As transgressões ao presente Código de Ética serão apuradas e apreciadas pela Comissão de Ética.

Parágrafo 1º — A Comissão de Ética será eleita em Assembleia Geral da categoria, por voto secreto, especialmente convocada para este fim.

Parágrafo 2º — A Comissão de Ética terá cinco membros com mandato coincidente com o da diretoria do Sindicato.

Art. 19 — Os jornalistas que descumprirem o presente Código de Ética ficam sujeitos gradativamente às seguintes penalidades:

a) Aos associados do Sindicato, de observação, advertência, suspensão e exclusão do quadro social do Sindicato.

b) Aos não associados, de observação, advertência pública, impedimento definitivo de ingresso no quadro social do Sindicato.

Art. 20 — Por iniciativa de qualquer jornalista, cidadão ou instituição atingidos, poderá ser dirigida representação escrita e identificada à comissão de Ética para que seja apurada a existência de transgressão cometida por jornalista.

Art. 21 — Recebida a representação, a Comissão de Ética decidirá sua aceitação fundamentada ou, se notadamente incabível, determinará seu arquivamento, tornando pública a decisão, se necessário.

Art. 22 — A aplicação de penalidade deve ser precedida de prévia audiência do jornalista, objeto de representação, sob pena de nulidade.

Parágrafo 1º — A audiência deve ser convocada por escrito, pela Comissão de Ética, mediante sistema que comprove o recebimento da respectiva notificação, e realizar-se-á no prazo de 10 dias a contar da data de vencimento do mesmo.

Parágrafo 2º — O jornalista poderá apresentar resposta escrita no prazo do parágrafo anterior, ou apresentar suas razões oralmente, no ato da audiência.

Parágrafo 3º — A não observância pelo jornalista dos prazos previstos neste artigo, implica a aceitação dos termos da representação.

Art. 23 — Havendo ou não resposta, a Comissão de Ética dará seu parecer no prazo máximo de 10 dias, contados da data marcada para a audiência.

Art. 24 — Os jornalistas atingidos pelas penas de advertência e suspensão podem recorrer à Assembleia Geral da categoria. As penas máximas só poderão ser aplicadas após prévio referendo da Assembleia Geral especialmente convocada para este fim.

Art. 25 — A notória intenção de prejudicar o jornalista, manifesta em caso de representação sem o necessário fundamento, será objeto de censura pública contra o seu autor.

Art. 26 — O presente Código de Ética entrará em vigor após a homologação em Assembleia Geral de Jornalistas, especialmente convocada para este fim.

Art. 27 — Qualquer modificação neste Código somente poderá ser feita em Congresso Nacional de Jornalistas mediante proposição subscrita no mínimo por 10 delegações representantes de Sindicatos de Jornalistas. □

L. A. Serman é pseudônimo. O autor é jornalista, tem 12 anos de profissão em jornais, rádios e televisão de Brasília.

Resumen

La noticia con miedo del periodista o el periodista con miedo de la noticia

La relación del periodista con la noticia no es tan lineal como, en principio, pueda parecer. Existe una red de intereses y de compromisos que no deben olvidarse si queremos comprender profundamente el mecanismo de la transmisión de la noticia al público.

Abstract

The news in fear of the journalist, the journalist in fear of the news

Journalists' relations to the news is not as linear as it may seem at first sight. There is a web of interests and commitments of which we must take due notice if we wish fully to understand the mechanism by which the news is transmitted to the public.



Volcan

Ponto

nota

nota nota

nota

conclusão

nota

nota

nota

conclusão

direção

Ponto

Ponto

legenda

A ÉTICA NOS MITOS

Vicente de Paulo Costa Saldanha

O estado científico tecnológico das sociedades atuais é insuficiente para impedir o fascínio dos homens pelos mitos. Na psicologia junguiana podemos encontrar explicações para esse fato, entre elas a de que a estrutura dos mitos — assim como dos contos de fadas — encontra-se marcada indelevelmente no inconsciente coletivo da espécie humana, gerando, assim, uma ética que independe da ética consciente.

“Se vier a faltar o mundo intermediário da fantasia mítica, o espírito fica ameaçado de paralisar-se no doutrinarmismo.”

C.G. Jung, *Ma Vie*, pág. 360

Por que será que no mundo de hoje, com todo o desenvolvimento tecnológico, os mitos, narrando feitos de deuses e façanhas de heróis, ainda continuam a fascinar o homem moderno?

Tanto tem sentido esta indagação que este artigo aqui se faz, na tentativa de compreendermos a ética no mito.

A psique humana tem sua história própria e retém muitos traços dos estágios anteriores da sua evolução, recebendo influência formativa, exercida pelos conteúdos do inconsciente. Podemos não dar valor, ignorá-los de uma forma consciente, mas inconscientemente somos mobilizados através das formas simbólicas, tais como os sonhos, as alucinações, os delírios e outras formas imaginativas. O homem moderno tem a impressão de que seus sonhos são sem nexos, “estranhos”, “doidos”, mas cabe ao analista atento a esta linguagem simbólica tentar decifrar o significado ético de tais imagens. Compreender a realidade das imagens. Melhor ainda, se o analisando despertar para a compreensão desse sentido ético, eventualmente, mudará sua atitude para com a vida.

Foi a Escola de Psicologia Analítica que mais contribuiu e continua contribuindo para a compreensão e a reavaliação destes símbolos em nossa vida.

Através dos conceitos de inconsciente coletivo e de arquétipo, C.G. Jung percebeu que os mitos condensam experiências vividas, repetidamente, durante milênios, pela humanidade e que apontam diferentes caminhos simbólicos para o desenvolvimento psíquico, na sua totalidade, não somente do indivíduo como também para o desenvolvimento e a manutenção da identidade de um povo.

Os mitos têm sido a viva imaginação das atividades do homem, através dos tempos. Refletem a imagem da existência psíquica. São uma fonte inesgotável de riquezas, de alicerce das manifestações culturais humanas: religiões, filosofias, artes, formas sociais, descobertas científicas e tecnológicas. Não só psicólogos como também antropólogos e sociólogos têm lançado mão da mitologia para estudos e pesquisas várias.

Podemos também entender os mitos como experiências típicas, à semelhança dos sonhos, ou, nas palavras de Jung, “os mitos são principalmente fenômenos psíquicos que revelam a própria natureza da psique”. Sonho e mito simbolizam a dinâmica da psique.

Jung costumava recomendar que o livro de mitologia deve ser sempre o livro de cabeceira de um psicoterapeuta.

Os mitos têm sua ética própria, como por exemplo o castigo, a justiça, a lealdade, o massacre; enfim, eles expressam situações, dramas que servem de correção e orientação, não só ao indivíduo como também à coletividade.

Segundo a psicologia analítica, os mitos são produzidos no inconsciente coletivo e refletem diferentes estágios da evolução psicológica, mostrando que a função imaginativa tem raízes nas camadas da psique humana, e também são algo dinâmico.

Tomemos como exemplo o mito do herói e a sua ética correspondente.

A psicologia junguiana entende que a psicologia do ego faz eco ao tema e às motivações do herói. O mito do herói simboliza a psicologia do ego. Em várias dessas histórias, a fraqueza inicial do herói é contrabalançada pelo aparecimento de poderosas figuras “tutelares”, ou guardiães, que lhe permitem realizar as tarefas sobre-humanas antes impossíveis de executar sozinho. Estas figuras guardiães significam, psicologicamente, representações simbólicas da psique total que suprem o ego da força que lhe falta. A atribuição essencial do mito do herói seria desenvolver no indivíduo a consciência do ego — conhecimento de suas próprias forças e fraquezas — de maneira a torná-lo preparado para as difíceis tarefas que a vida impõe.

Para ilustrar o surgimento do mito do herói e a sua ética influenciando a psique do homem moderno, apresento o sonho de um jovem de 27 anos, com acentuado complexo materno. Ele esteve em análise, buscando uma nova orientação à sua consciência; tentando afirmar sua personalidade; tentando tornar-se independente:

“Estou indo de motocicleta para a casa de M. (sua namorada). No caminho, próximo à casa dela, vejo que uma enorme locomotiva preta vem em minha direção, tal como uma fera raivosa. Fico apavorado e não consigo manobrar a motocicleta, para fugir do desastre iminente. Fico paralisado... como se eu estivesse hipnotizado pela cena que se desenrola.

Neste momento, escuto um barulho vindo do céu e vejo que Vicente (o analista) está sobrevoando o local, de helicóptero. Peço ajuda, com um grito alto. Vicente me fornece uma bazuca de raio laser. Entendo que com esta arma conseguiria explodir a locomotiva. Foi o que fiz. O impacto foi tão grande que acabei ficando sem a moto, pois esta se escangalhou com a explosão, assim como as minhas roupas ficaram rasgadas, chamuscadas. Passada esta luta, sigo o meu caminho, agora a pé, e encontro-me finalmente com M., que presenciou toda a cena da porta da casa dela. M. me abraça e me beija apaixonadamente. Sinto-me outra pessoa.”

À primeira vista é um sonho de caráter pessoal, tal como os outros sonhos que A. vinha contando. Mas, olhando mais atentamente, reconhecemos, através das imagens, aspectos mitológicos.

Ocorre uma aventura. Há uma façanha a ser realizada pelo protagonista do sonho: o herói. O sonhador foi interceptado ao longo do seu caminho por uma enorme “locomotiva preta”, que se dirige contra ele (personalidade consciente), na qualidade de “uma fera raivosa” (inconsciente — mãe terrível) que lhe causa pavor. O próprio cliente associou a qualidade dada à locomotiva, no sonho, às atitudes possessivas e autoritárias de sua mãe, que na vida cotidiana sempre lhe impediu de tomar iniciativas. Mas o drama no sonho acentua-se e o chamado à aventura se torna imprescindível. É preciso lutar; confrontar-se com o aspecto devorador, terrível, do arquétipo mãe. Não cabe mais regressão. Não cabe mais a covardia. É preciso preservar a vida, a identidade. Mas o herói do nosso exemplo ainda não está suficientemente forte para empreender esta árdua tarefa sem sucumbir. Ele precisa de ajuda. Surge daí a imagem do seu analista sobrevoando de helicóptero o local da aventura. Voar é arte dos pássaros, e estes simbolizam, através dos tempos, os espíritos, o ar, o pneuma. Isto equivale a dizer, psicologicamente, que a psique inconsciente possui forças autocurativas que vêm ao auxílio da consciência, tentando salvaguardá-la. É a função transcendente, conforme Jung costuma chamar. É uma fonte de energia do inconsciente que lhe fornece a arma necessária para enfrentar a “locomotiva-monstro”. Cabe lembrar, também, que A. vivia, na época deste sonho, uma relação transferencial, na análise, muito positiva. A. já admitia a minha ajuda.

É preciso destacar que além de A. receber uma arma (bazuca a laser), de importância maior foi a sua aceitação e a utilização desta arma, como símbolo de defesa, ante a “locomotiva-monstro”. Isto equivale a dizer que houve uma tomada de consciência, uma aceitação à aventura, ao confronto consigo mesmo. É uma postura ética, oriunda das camadas mais profundas da psique.

O inconsciente age como um Daimon, expressando sua mensagem nua e crua, sem se preocupar com a pessoa do homem de forma benevolente ou julgadora.

A. rompeu a inércia inicial à qual vivia submetido. Confrontou com o lado terrível do arquétipo mãe, com a possibilidade de não mais ser por ele devorado.

Outro aspecto do sonho muito significativo e típico é o da “moto escangalhada” e das “roupas rasgadas e chamuscadas”. Tal como nos mitos,

o herói perde sempre alguma parte de si na batalha (cabelos, barbas, roupas, etc.). Podemos dizer que este aspecto simboliza uma mudança de atitude. O processo de expansão e fortalecimento da consciência se dá a partir do confronto com o inconsciente, através das suas imagens. Jung entende o mito do herói como esforço do próprio indivíduo para resgate da consciência dos perigos da regressão.

Continuemos a análise do sonho.

Após enfrentar e vencer o monstro-locomotiva, A. parte por si mesmo, a pé, quase nú, em direção à casa de M., sua namorada, que presenciara tudo e lhe aguardava. A. não era, agora, mais aquele homem anteriormente infantil, ambivalente, inseguro, paralisado diante da iminente catástrofe. Agora, A. é um homem que atendeu ao confronto e venceu a barreira. Neste momento, há um triunfo simbolizado pelo encontro com a sua contra-parte sexual: a âni^a — o feminino inconsciente no homem. Ocorre um encontro romântico. Há um abraço e um beijo apaixonados. Isto equivale a dizer que, em termos psicológicos, A. tem a possibilidade emocional de admitir o feminino, num grau diferenciado, descolado da imagem materna. Libertou a âni^a. Agora, cabe em sua vida outra mulher diferente da primeira mulher da sua vida: a mãe.

O professor Joseph Henderson lembra que, “no decorrer do desenvolvimento da consciência individual, a figura do herói é o meio simbólico através do qual o ego emergente vence a inércia do inconsciente, liberando o homem amadurecido do desejo regressivo de uma volta ao estado da bem-aventurança da infância, em um mundo dominado por sua mãe”.

Ao analisarmos este sonho, lembramos com uma certa familiaridade do mito de São Jorge, que enfrenta o dragão para libertar a donzela.

Falei ao cliente do tema mítico do herói, que tal como os outros temas míticos são, nas palavras de Jung, “a expressão simbólica de dramas interiores inconscientes”, e o correlacionamos à sua vida pessoal.

“O herói”, escreve Campbell, “simboliza aquela divina imagem redentora e criadora, que se encontra escondida dentro de todos nós e apenas espera ser conhecida e transformada em vida”.

Contar um mito, convém lembrar, pode ser terapêutico se a pessoa sente que o seu problema não é exclusivo e insolúvel; inclusive diminui sua própria pretensão, pois sentirá que faz parte de uma situação geral, sua neurose não é única.

Os mitos também têm um impacto mágico: eles promovem uma sensação de “*déjà entendu*”.

Em psicologia analítica, costumamos dar ênfase não ao diagnóstico psicopatológico, com suas nomenclaturas rotulantes e estáticas, mas sim procuramos buscar compreender o mito que a pessoa expressa: o mito da sua vida. Desta maneira, na prática clínica, estaremos entendendo o indivíduo, não como um paciente — ser passivo —, mas sim como um ser dinâmico — agente da sua própria cura.

Mas até aqui procurei tratar da ética no mito, no plano individual. Mas e no plano coletivo? Que mito com sua ética correspondente se evidencia atualmente, aqui, no Brasil?

Vejamos, por exemplo, a morte do líder seringueiro Chico Mendes, ocorrida meses atrás. Entendo que este trágico fato se apresenta como uma reedição do tema do herói. Chico Mendes é um seringueiro e, como tal, extrai o produto da árvore-mãe: o látex. Há uma identidade entre Chico Mendes e a seringueira. Ele também é uma árvore. O seringueiro retira o látex sem destruir a árvore. O filho extrai o leite da mãe, sem contudo destruí-la. O herói não será herói se a morte lhe suscitar algum terror. Chico Mendes não se intimidou na sua luta ideológica em defesa da ecologia, apesar das constantes ameaças de morte que sofria.

Na mitologia, de uma forma geral, existem dezenas de “Chicos Mendes” também massacrados. Os grandes homens são sempre ameaçados de massacre, tal como, por exemplo, Prometeu, que foi castigado por ter roubado o fogo dos deuses e trazido a luz aos homens.

Aqui no Brasil, já faz algum tempo, a cada surgimento de uma grande personalidade, de um líder, voltado para a os interesses humanos, ecológicos e sociais, ou se responde com o extermínio ou então com o abafamento. Estamos, penso eu, diante do mito de Crono sendo reatualizado.

Vejamos o que o mito nos ensina:

“O deus tirânico Crono, temendo ser destronado por um dos seus filhos, passou a devorá-los, tão logo eles nasciam. Para evitar que o pai Crono devorasse também o caçula, Géia, sua esposa, grávida de Zeus, fugiu para Ilha de Minos e lá, no monte Dicta, deu à luz secretamente ao filho que foi amamentado pela cabra cretense Amaltéia. Em seguida Géia, envolvendo em pano de linho uma pedra, ofereceu-a ao marido e este, de imediato, a engoliu. Já adulto, Zeus, futuro senhor do Olimpo, aconselhou-se com Métis, a Prudência, para poder lutar contra seu pai. Métis lhe dá uma droga maravilhosa, graças à qual Crono se vê obrigado a vomitar os filhos anteriormente devorados. É com a ajuda dos seus irmãos e irmãs que Zeus consegue combater seu pai Crono e os seus tios, os Titãs.”

O mito fala por si mesmo!

Nós brasileiros, de uma certa maneira, estamos tomados pelo mito de Crono e sem herói redentor. O assassinato é uma prática geral no país. O povo brasileiro é assassinado a cada dia, pela fome, miséria, impunidade... O genocídio assume várias formas: a bala de Chico Mendes, o afogamento dos passageiros do Bateau Mouche, as transfusões de sangue contaminado, a destruição vertiginosa da Amazônia (fauna e flora). Diante de evidentes conseqüências, alega-se ausência de causas. Tudo é obra do acaso, da fatalidade. Ninguém tem nada com isso. Na verdade precisamos deixar brotar o herói de dentro de cada um de nós, para lutar, defender-nos, exterminar o suplante Crono que nos envolve e nos deixa inertes e aéticos.

Joseph Campbell, no seu livro “The Hero with a Thousand Faces”, assinala que “o mistério crucial no mundo de hoje é o próprio homem”.

O homem é para si mesmo a grande presença estranha.

O mito do herói significa psicologicamente o estabelecimento de uma identidade tanto individual quanto coletiva, ou como assinala Dra. Nise da Silveira, no seu livro "Imagens do Inconsciente": "... não só a conquista da consciência e busca do próprio caminho para cada indivíduo, mas igualmente a subida de nível da consciência coletiva de grupos humanos".

"As personalidades que emergem da massa mais ou menos inconsciente não são pessoas privadas, destituídas do direito de merecer nosso interesse, (...) elas encarnam em geral os legendários heróis da humanidade."

A espinha dorsal do drama vivido pelo homem contemporâneo é a ausência de compreensão do seu mito (individual e coletivo).

A pessoa tem que ter a coragem de atender ao chamado e empreender a busca de um sentido ético; de tornar a sociedade mais sintonizada consigo mesma crucificando a degradação gerada pelo orgulho, pela omissão, pela ausência de ética, pela racionalizada avaréza, pela desesperança.

A ética (no mito) de que procurei tratar aqui não nos remete a um código moral ou a valores estabelecidos, mas sim a significados psicológicos dos dramas vividos pela humanidade, pelas relações permanentes da vida. □

A palavra DAIMON, em grego, significa deus, deusa, demônio, divindades, gênio tutelar, intermediário entre o céu e a terra; voz interior que fala ao homem, guia-o, aconselha-o.

Jung toma várias vezes emprestada esta palavra do grego para exprimir o poder determinante que o inconsciente impõe à consciência.

Vicente de Paulo C. Saldanha é psicólogo do Hospital Pinel, de linha junguiana, foi membro do Museu de Imagens do Inconsciente, possui cerca de 15 trabalhos publicados na área de Psicologia.

Bibliografia

- 1 - CAMPBELL, Joseph. The Hero with a Thousand Faces. Princeton University Press. New York, 1949.
- 2 - HUMBERT, Elie. G. Jung. Tradução de Marianne Ligeti, Summus. São Paulo, 1985.
- 3 - JUNG, C.G.. Ma Vie — Souvenirs, revés et pensées recuillis par Aniela Jaffé. Traducción par Dr. R. Cohen et Y. Le Lay. Gallimard. Paris, 1967.
- 4 - ———. Memórias, Sonhos e Reflexões. Tradução de Dora Ferreira da Silva. Editora Nova Fronteira, R.J., 2ª edição, 1976.
- 5 - ———. O Homem e Seus Símbolos. Tradução de M^{te} Lucia Pinho, Editora Nova Fronteira. R.J. — 2ª edição.
- 6 - ———. Símbolos da Transformação. Tradução de Eva Stern. Vozes. Petrópolis, 1986.
- 7 - BRANDÃO, Junito de Souza. Mitologia Grega, Vozes. Petrópolis, 1986, Vol. I.
- 8 - ———. Mitologia Grega, Vozes. Petrópolis, 1987, Vol. III.
- 9 - SILVEIRA, Nise da. Imagens do Inconsciente. Alhambra, R.J., 1981.
- 10 - ———. Jung, Vida e Obra. José Álvaro Editor. R.J., 1975.
- 11 - VON FRANZ, Marie Luise. A Interpretação dos Contos de Fadas. Tradução de Maria Elci Spaccaquerche Barbosa. Edições Achiamé. R.J., 1981.

Resumen

La ética y el mito

El estado científico-tecnológico de las sociedades actuales es insuficiente para impedir el encanto de los hombres por los mitos. En la sicología junguiana se pueden encontrar explicaciones para ese hecho, pues la estructura de los mitos — como la de los cuentos de hadas — está marcada indeleblemente en el inconsciente colectivo de la especie humana, creando así una ética independiente de la ética moderna.

Abstract

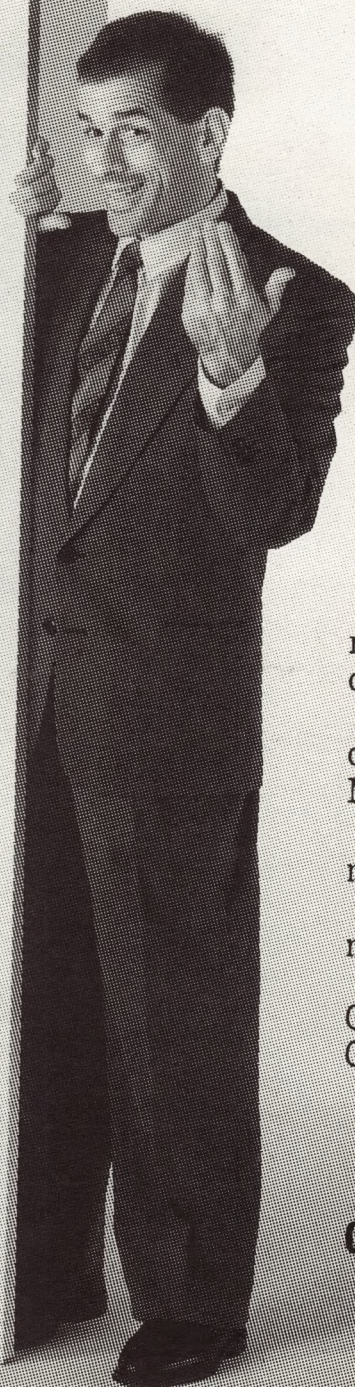
Ethics in myth

The advance of science and technology in present-day societies has failed to dim the fascination of myths in man's eyes. Jungian psychology has come up with a number of explanations for this phenomenon, among which is the fact that the structure of myths — like that of fairy tales — has been indelibly branded in the collective unconscious of the human species, thus bringing into being an ethics beyond the reach of conscious ethics.

Pra que se arriscar por aí?

Caderneta da Caixa

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL



Por que se aventurar aí fora nessa selva de cálculos?

Dividir... Multiplicar... OTN, IPC, BTN, MVR, LFT...

A segurança está na Caderneta da Caixa.

Aqui você não perde nunca.

Essa é a palavra da Caixa. E a Caixa é a Caixa.

**Vem pra
segurança
da Caixa você
também.
Vem.**



CLÍNICA PSICANALÍTICA: O DESEJO É O DESEJO DO OUTRO

Helena Bicalho

A psicanálise freudiana nos ensina que os sonhos ocupam um importante e decisivo papel na vida dos homens. Compreendê-los é um exercício fascinante e profícuo. Através deste exercício, podemos ter acesso ao inconsciente dos indivíduos e decifrar a linguagem que existe neste “mundo” que, muitas vezes, difere da linguagem consciente.

A interpretação dos sonhos nos revela a ordem inconsciente, a sua realidade.

A descoberta freudiana das leis que regem o trabalho do sonho, tal como Freud formulou em seu texto “a interpretação dos sonhos”, posteriormente estendida para as outras formações do inconsciente, iluminou o acesso ao campo do desejo inconsciente.

É a ética da psicanálise que vai delinear este campo, introduzindo uma novidade no domínio ético. Esta novidade “relaciona a ação com o desejo que a habita”.¹

O que a interpretação dos sonhos nos revela é a ordem inconsciente, é a realidade do inconsciente.

As formações do inconsciente, como o sonho, o ato falho, as piadas e o sintoma, enquanto momentos privilegiados da fala no que diz respeito ao sujeito do inconsciente, mostram o descentramento deste sujeito. Esta é a contribuição que a psicanálise nos dá em relação à tradição do pensamento filosófico. O sujeito, a partir da realidade do inconsciente, é um sujeito dividido, sujeito aos efeitos de linguagem.

Partindo da descoberta freudiana e articulando-a com outras áreas como a lingüística e a antropologia, Lacan pôde forjar a sua teoria do significante. Para fazer isto retomou a noção de signo lingüístico de Saussure, composto de duas faces — o significante e o significado —, e mostrou a autonomia do significante em relação ao significado.

Com a teoria do significante de Lacan, as leis do inconsciente, tais como formuladas por Freud — condensação e deslocamento —, puderam ser articuladas em termos de metáfora e metonímia. Esta articulação permitiu precisar, na ordem da fala, os fenômenos de linguagem que denunciam o trabalho do inconsciente.

É a partir do trabalho do inconsciente que a concepção da ética sobre a ação humana acrescenta ou agrega o “sem sentido”. É o efeito supressivo do inconsciente como efeito de fala, presente nas formações do inconsciente. Por exemplo, num ato falho como é o esquecimento — de nomes, de lugares etc. — a análise pode revelar a relação do nome esquecido com o recalque.

O desejo gravita num campo pulsional, diferente do instintual. O pulsional não se relaciona com a necessidade, mas há um ponto “ex nihilo que introduz a organização do significante no mundo natural. É a partir daí que nasce o que é histórico na pulsão”.² Portanto, em todo pulsionar há esta marca de linguagem, colocando o desejo humano como inscrito no campo do Outro, “lugar do desdobramento da fala”.³

Se o Outro é um lugar, tesouro do significante, é para aí que o sujeito vai dirigir sua demanda, transpondo o nível da necessidade ao que se articula como significante. “É na medida que a demanda está para além e para alguém de si mesma, que, ao se articular com o significante, ela demanda sempre outra coisa. Em toda satisfação de necessidade ela exige outra coisa”.⁴ É na hiância do que quer dizer a demanda para além do que ela formula que se forma o desejo,

É por isto que o trabalho do significante no sonho, no ato falho, nas piadas e no sintoma abre para uma Outra Cena, sempre fantasmática. Ao operar o desdobramento da fala, este trabalho põe em cena uma outra realidade e denuncia o que há de fantasmático na pretensa realidade dos objetos.

Assim, podemos afirmar que o “desejo inconsciente é o desejo do Outro”;⁵ fazendo toda a realidade humana passar pelo desfileiro significante. Portanto, este campo central do desejo, referência para a experiência psicanalítica, não é diretamente acessível. Mas a ética da psicanálise é a de dirigir o tratamento cercando este campo.

O desejo como desejo do Outro circunscreve o campo do desejo numa dimensão diferente da relação direta com os objetos. O desejo não é desejo de algum objeto da realidade mas está referenciado ao campo do Outro e, portanto, submetido à articulação significante. Se há objetos de desejo, não são eles que sustentam a dimensão do desejo pois ela está ligada à falta, que estrutura a articulação significante ao nível da simbolização primordial.

A ordem simbólica antecede o sujeito e ao nascer ele já está inserido nela. A maneira como está organizado o simbólico vai variar de acordo com a estrutura clínica — neurose, psicose e perversão, — mas é da ordem humana a inserção nele.

Se a sustentação da dimensão do desejo não está nos objetos da realidade, a que podemos referi-la? À condição de simbolização primordial, situada como uma anterioridade lógica e não cronológica. Não é uma etapa que possa ser situada numa gênese, as primeiras articulações simbólicas caracterizam um momento lógico e não genético.

A simbolização primordial está marcada por uma “diferença de nível no sujeito”.⁶ É ao nível da simbolização primordial que estarão operando três mecanismos diferentes na organização do simbólico para o sujeito, ou seja, recalque, forclusão e recusa. As três estruturas clínicas citadas acima são decorrentes dos três mecanismos mencionados.

É possível marcar uma diferença nítida quanto à simbolização primordial na neurose e na psicose.

Na neurose há uma instauração do jogo de substituição significante, o que conduz à topologia do sujeito na estrutura significante, pois o que “aparece de início como falta no que é significado pelo par de significantes, no intervalo que os liga é... o desejo do Outro”.⁷ E assim está instaurado o campo do desejo.

Na psicose, no lugar da articulação significante primordial o que ocorre é a holófrase. Na holófrase “na medida que não há intervalo no primeiro par de significantes, pois ele se solidifica... há uma tomada em massa da cadeia significante”.⁸

É a condição de metáfora, ligada à simbolização primordial onde se manifesta a estrutura combinatória significante, que permitirá que a estrutura do sujeito seja sustentada pela metáfora paterna, operadora da inserção do sujeito na trama edípica. Desde aí está instaurado o campo do desejo como desejo do Outro.

É a partir de uma posição ocupada pelo psicanalista na análise que ele pode operar com a dimensão do desejo inconsciente. Esta posição parte da concepção de que o desejo é desejo do Outro. É nesta medida que a escuta do psicanalista se dirige para a cadeia significante, naquilo que aí se repete — repetição marcada desde o Outro — e no que do objeto, enquanto primordialmente perdido, sustenta a repetição. Isto porque, na análise, tudo passa pelo significante mas na estrutura nem tudo é significante.

Ao não responder à demanda, o psicanalista faz o analisante interrogar-se sobre a falta, abrindo o campo do desejo, aí o “desejo é sua interpretação” □

Helena Bicalho é psicanalista, membro da Biblioteca Freudiana Brasileira. Fez mestrado em Psicologia Clínica no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo onde está concluindo tese de Doutorado.

Resumen

Clínica sicoanalítica: el deseo es el deseo del otro

El psicoanálisis freudiano nos enseña que los sueños ocupan un importante y decisivo papel en la vida de los hombres, y comprenderlos es una experiencia fascinante y provechosa. A través de este ejercicio, podemos tener acceso al inconsciente de los individuos y decifrar el lenguaje que existe en este “mundo” que, muchas veces, es diferente del lenguaje consciente. La interpretación de los sueños nos revela la realidad del orden inconsciente.

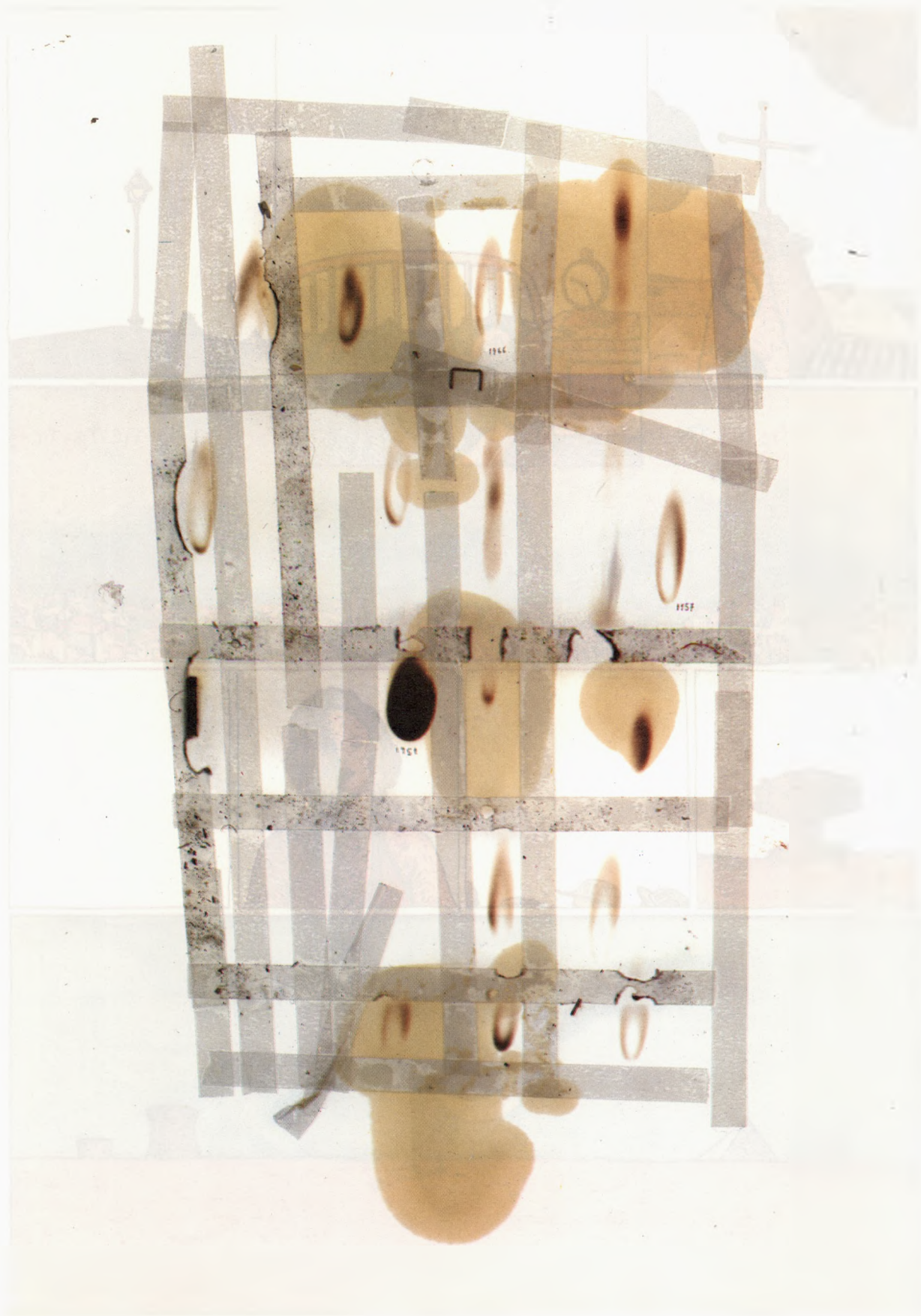
Abstract

Psychoanalytical clinic: desire is the desire of the other

Freudian psychoanalysis teaches us that dreams play an important and decisive part in our lives and that understanding them is a fascinating and fruitful activity. By delving into them, we can gain access to the individual's unconscious and decipher the language of this “world”, which often differs from the language of consciousness.

The interpretation of dreams unveils this unconscious order, its reality.





ÉTICA, DIREITOS HUMANOS E TRANSMODERNIDADE

Luís Alberto Warat

Neste final de século, a cultura está sob uma ruptura que é denominada “pós-modernidade”; neste processo, a ética tem seu papel bem definido. Mostra-se necessário este estudo, pois pode estar em jogo o futuro do homem e de sua sociedade.

Nesta ordem de idéias, destacam-se as novas dimensões que precisam ser impressas nas práticas políticas dos direitos humanos, para comprometê-los com a preservação da existência e a superação de uma forma de sociedade que acelera a invisível atuação da pulsão de morte.

Tentarei, com este breve artigo, assentar de forma esquemática minha posição em torno do papel da ética e da psicanálise em face das substanciais transformações que estão sendo produzidas na cultura deste final de século, ruptura denominada “pós-modernidade”¹.

Pretendo fazer uma apreciação crítica do futuro do homem e de sua sociedade, de tal forma que fiquem explícitos os pontos nodais da proposta que irei formulando sobre as condições e possibilidades de um “sujeito cultural” sem mal-estar e sem perigos de extermínio. Nesse sentido, interessa-me pontualizar o exagero de certas formas de saber que ignoram seus compromissos com a continuidade da vida. No fundo, trata-se de compreender as transformações, as resistências e as transgressões que precisam ser efetuadas para garantir o direito ao futuro da espécie humana.

Nesta ordem de idéias, tratarei de destacar as novas dimensões que precisam ser impressas nas práticas políticas dos direitos humanos, para comprometê-los com a preservação da existência e a superação de uma forma de sociedade que acelera a invisível atuação da pulsão de morte.

Tomando distância da concepção jurídico-liberal dos direitos humanos que os vê como uma declaração e defesa de princípios, tratarei de redefinir seu sentido em direção a uma prática que aponte para formação de um novo homem e de uma diferente forma de organização da sociedade. Por isto prefiro entendê-los como momentos ético-políticos de proteção do desejo como produtor da cultura, e não apenas um meio para impedir o abuso do poder estatal.

Frente ao perigo da produção institucional de uma infra-espécie humana, a prática política dos direitos humanos

deve adquirir uma dimensão que ultrapasse a tradicional luta pela aquisição de um direito irrestrito à cidadania. Minha tese consiste em afirmar os direitos humanos como capital de realização de uma ética dos desejos. Ela serviria para a maturidade psicológica do homem e para a formação de uma consciência existencial transformadora. Um esforço pertinaz para salvar a condição humana impondo o bem-estar na civilização.

Uma reflexão mais depurada me permitiria mostrar a íntima conexão que existe entre a produção simbólica e a preservação do homem como espécie. Trata-se, com efeito, de conseguir formas simbólicas que possam garantir as semelhanças que existem entre os processos de civilização e o desenvolvimento libidinal. Importa notar que as sociedades tecno-informáticas tendem para a supressão da satisfação simbólica da pulsão de vida, levando o homem para um estado de regressão indiscriminado com relação à massa geral de sensações.

Estamos ante a ameaça de uma produção institucional de homens psicologicamente pulverizados por um excedente de civilização, um excesso do controle da vida comunitária e uma negação da carga simbólica da libido.

O homem encontra-se ameaçado em sua capacidade de produzir significações. Confesso que encontro nessa ameaça uma das maiores causas da possível destruição da nossa espécie.

Vivemos em sociedades que apresentam um inquietante quadro de desagregação simbólica. A cultura começa a ignorar Eros como produtor significativo, despejando de nossa estrutura psicológica a possibilidade de recobrir, pelo sentido, o caos inaugural. Isto põe em perigo a humanidade, que sob a influência de uma sensibilidade informatizadora poderá caminhar rumo a um autismo generalizado. Uma nova modalidade de “mal-estar na cultura”, provocado pelo efeito que acarreta a perda da libido como condição de significação.

Cabe supor que a passagem da modernidade para um tipo de sociedade caracterizada pela informatização do cotidiano provocará uma cultura do “vazio existencial”. A transmodernidade põe em risco a racionalidade sedimentada nos afetos, impedindo que o homem possa conjugar a verdade sentida pelo desejo com a verdade expressa pela tecnologia. Desta maneira, a transmodernidade pode deixar o indivíduo sem forças para iniciar o processo de discriminação da realidade. O externo perderia toda possibilidade de revelar-se no interno, decretando o fim da ideologia pela imobilidade do mundo interior. Poderá no futuro existir uma totalidade exterior absolutamente alheia ao “eu”. Uma distância que o matará, impedindo seu prolongamento simbólico com o mundo.

Estaremos, assim, imersos numa cultura armada além da ideologia, além de toda ilusória diferenciação. Uma cultura que negará a aparição de um campo simbólico no corpo. Haverá, pois, um “eu” impedido de desenvolver seu processo com a realidade, impossibilitado de efetuar o combate contra o externo repressivo.

As práticas políticas dos direitos humanos devem proteger-nos contra essa castração absoluta. Daí a conclusão que defendo: o sentido transmoderno dos direitos humanos passa por um espaço de luta pela preservação da economia libidinal como critério de diferenciação narcísica do “eu”.

Assim, os direitos humanos aparecem como um lugar de articulação dos componentes éticos e políticos de uma prática psicanalítica destinada à construção de uma comunidade de homens autônomos. A relação entre

os direitos humanos e a psicanálise permite vislumbrar a possibilidade de evitar que as formas do poder social se convertam em um destino tão inexorável como nossa própria morte. O social depende de nós e podemos nele intervir para atender ao princípio de prazer dentro da própria realidade. Para isto é preciso acolher a idéia sustentada por Winnicott quando afirma que o que outorga sentido à vida é a possibilidade de aprender criativamente a realidade. A inibição dessa capacidade levará à falta de autonomia interna.

A cultura deste fim de milênio, mais do que em nenhuma outra forma passada, nega-se a si mesma na depreciação da vida que devia organizar e garantir. Desse modo, estamos frente a um grande desafio quase terminal. Temos que inventar uma nova forma de cultura onde a presença do prazer que exige a vida seja mantido na ciência, na técnica e nas artes. O sentido da cultura estaria assim fundamentado numa ética da preservação da existência, que é muito mais que uma ordem de responsabilidades.

O resultado final há de ser o estabelecimento de uma forma democrática de sociedade onde se permita uma relação entre a lei, o saber e o poder que não desprezasse as condições de possibilidade de uma cultura de bem-estar e do mínimo de felicidade a que o homem pode ter acesso como satisfação do prazer.

Na transmodernidade podemos encontrar transformações culturais que negam o sentido da cultura sob a aparência de haver nos satisfeito. Nenhuma cultura realiza seu sentido aniquilando as satisfações individuais das pulsões de liberdade, destruindo os traços básicos que fundamentam a produção autônoma da subjetividade.

Por todas essas razões afirmo a necessidade de procurar um novo caráter para a problemática dos direitos humanos, visceralmente centrada na preservação da realidade interior do homem, e a possibilidade de que possamos colocar nosso corpo no mundo para transformá-lo na busca do bem-estar. O não prolongamento da corporidade do homem na racionalidade da técnica é um abismo acentuado na cultura transmoderna, que joga como fator decisivo para o fortalecimento de uma sociedade de guardiães totalitários, homens sem desejo nem capacidade para fazer a linguagem por seus corpos.

Deve-se, então, assinalar claramente que o germe da dissociação da espécie encontra-se no tipo de cultura que consumimos, onde há o delírio por um progresso tecnológico que nos deixa frente a uma realidade sem afetos, diante de significações divorciadas, com barreiras à compreensão da história e do sentido do homem dentro dela. Estamos inaugurando uma era civilizatória que exclui a maturidade do indivíduo como condição geral da cultura. Uma parte do intento de compreender o “mal-estar” da cultura transmoderna passa pela detecção de um processo que multiplica ao extremo os riscos de uma regressão a uma situação similar à da família primitiva descrita por Freud. Poderíamos estar condenados a uma substituição da “aliança fraterna” por uma nova forma de “orda selvagem”: a orda tecnológica. Uma humanidade de novo condenada ao domínio de um pai-chefe de poder ilimitado. O campo da consciência e das relações pensadas e reguladas dos homens, separadas do fundamento afetivo que lhe deu origem simbólica. Assim, estamos sob a ameaça de ficar novamente sem um fundamento que constitua a significação humana na história. A significação social da procura do prazer e da felicidade poderia estar radicalmente negada na transmodernidade pela emergência da orda tecnológica. Ela nos subtrairia como sujeitos simbólicos impedindo, principalmente, a relação entre o amor

e a cultura. O homem não contaria com modelos para a solução afetiva. A lei do pai ancestral seria reconhecida como absoluta no serviço da produção tecnológica, quer dizer, sínteses não significativas, meramente instrumentais.

Estariamos no limite de uma delicada possibilidade de alienar um corpo sem amor a um sistema em cadeia de repressões postas ao serviço de uma tecnologia sem nenhum destino humanista. Desta forma, os direitos humanos restam comprometidos com o vital problema ético de (re) integrar o indivíduo ao mundo, ajudando-o a construir uma racionalidade interior que o preserve como singularidade frente aos simulacros da racionalidade culturalmente instituída.

Colocada a necessidade de contar com uma ética de preservação da existência, interessa-me situá-la como dimensão simbólica emancipatória. Ela mostraria o conflito entre a produção institucional dos corpos, a razão repressora e a autonomia.

Ao meu ver, poderemos contar com uma ética preservacionista da existência quando o sentido da emancipação deixa de estar atrelado ao perfil de uma concepção perfeita do mundo. O desejo do mundo melhor está longe de ser desenvolvido se o vinculamos a versões éticas apriorísticas e a códigos morais muito mais preocupados na repressão do que na formação autônoma dos indivíduos. Soluções aparentes que impedem, no fundo, o surgimento de uma consciência do direito à vida verdadeiramente humana, sem simulacros de dignidade e com força para fazer passar os processos de transformação do mundo por nosso próprio corpo. Por certo, não se pode falar de uma ética de preservação da existência sem ver que o sentido de sua solução está no intento de formação de um novo homem. Um homem apto a desfazer a armadilha presente em cada subjetividade institucionalmente produzida.

Neste trânsito para um novo sentido do homem, existem questões políticas e epistemológicas que precisam ser destacadas. Para defender a cultura — que teria sua verdadeira razão de ser na defesa do homem contra a natureza e a frustração do desejo — é imprescindível contar com uma forma de sociedade que encontre na democracia o sentido para a organização da forma social. Ela estaria comprometida com todas as práticas de autonomia que surjam como uma moral de resistência. Isto é, como uma ética preocupada com os processos emancipatórios do homem e da sociedade, assim como das novas medidas que se possa imaginar para assegurar as condições de uma existência digna e plena. Seria uma forma de sociedade que levaria em consideração todos os elementos que introduzam criatividade na cultura.

Não tenho dúvida nenhuma de que para consolidar uma forma social democrática é necessário elaborar um espaço transicional onde o amor e o trabalho se encontrem na unicidade de uma relação fraterna.

Rejeitando todas as certezas acumuladas, talvez o novo seja o descobrimento de que o homem não tem outro compromisso existencial a não ser o de produzir, pelos afetos, o sentido da vida, inaugurando a felicidade com base na dignidade e na solidariedade social.

O mundo assiste, junto com a ameaça de uma grande ecatombe, a estruturação de novas lutas que redefinem sua esperança de liberdade e autonomia. O magma de crenças, utopias e princípios da modernidade vai-se estilhaçando. Muitos se perdem na decomposição das grandes convicções, outros apostam, com renovados bríos, em uma nova atitude frente à vida. Apostam em um novo sentido do novo, além das utopias da modernidade. Um sentido

que responde às novas formas de sensibilidade e autonomia.

De alguma maneira, poder-se-ia dizer que estamos socialmente à procura de um novo sentido para a democracia que dependerá, em última instância, de nossas possibilidades de devorar o pai todo poderoso que impõe a lei da orda tecnológica. Estariamos à espera da democracia entendida como incessante tentativa de encontrar uma nova significação da fraternidade social.

Enquanto a ciência estabelece verdades, temos que perguntar-nos seriamente se ela serve para o estabelecimento de um novo pacto fraternal. À primeira vista, a resposta é negativa. Isso, creio, porque não conseguiu incluir em seus discursos de verdade a dimensão vital em que se joga o ser do homem. Assim se instala uma realidade convencional que deprecia a estrutura psicológica dos indivíduos como núcleo da verdade histórica.

Uma nova forma de sociedade precisa contar com uma forma de saber que se abra ao espaço psíquico dos desejos insatisfeitos e assuma ao homem como algo muito maior do que um mero porta-voz anônimo de um pretensão discurso objetivo. Um saber atento a mostrar a impossibilidade de estabelecer uma nova forma de aliança fraterna ignorando que ela estará sempre precondicionada pela satisfação das condições materiais de existência as quais, por sua vez, devem ser entendidas na sua articulação com o desejo. A transmodernidade se constitui acatando a idéia de que só na tentativa de preencher a distância entre o desejo e o mundo se satisfazem as condições para um processo de transformação que possa fortificar os caminhos para uma sociedade culturalmente comprometida com as expectativas do bem estar e da autonomia. □

Luiz Alberto Warat é professor titular do curso de pós-graduação em direito da UFSC, professor associado de filosofia do direito da Universidade de Buenos Aires, é membro do Núcleo de Estudos para a Paz e Direitos Humanos da Universidade de Brasília e cursa o pós-doutorado nesta universidade.

Nota

(1) Perguntar-se pelo sentido da pós-modernidade implica a abertura de uma ampla discussão sobre o futuro do homem e de sua sociedade. Algumas observações de Alayde Sant'Anna me levam a aceitar sua proposta terminológica no sentido de escolher o termo transmodernidade como significante mais adequado para a referência aos problemas que desafiam o homem na virada do milênio.

Resumen

Ética, derechos humanos y transmodernidad

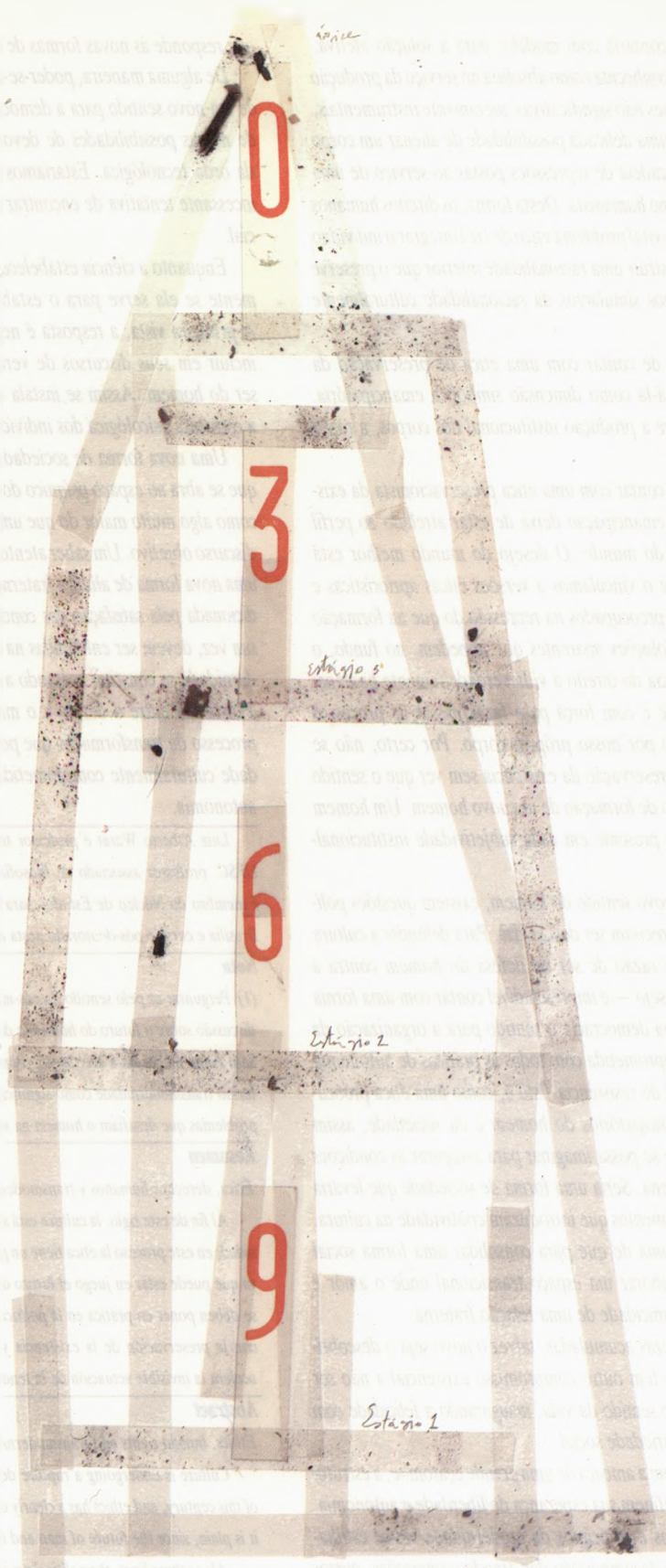
Al fin de este siglo, la cultura está sumergida en una ruptura denominada posmodernidad; en este proceso la ética tiene un papel bien definido y su estudio es imprescindible, ya que puede estar en juego el futuro del hombre y de la sociedad. Nuevas dimensiones se deben poner en práctica en la política de los derechos humanos para comprometerlos con la preservación de la existencia y la superación de una forma de sociedad, que acelera la invisible actuación de la tendencia a la muerte.

Abstract

Ethics, human rights and transmodernity

Culture is undergoing a rupture denominated "post-modernity" in the latter years of this century, and ethics has a clearly defined role in this process. The need for studying it is plain, since the future of man and his society may be at stake.

Along these lines, the political practice of human rights must be lent new dimensions, to provide it with a commitment to preserving existence and overcoming a form of society that fuels the invisible workings of the death urge.



O PERFIL DE UM DIRIGENTE PÚBLICO: O CASO BRASILEIRO

Roberto Bocaccio Piscitelli

O que tem a ver a cultura brasileira com o exercício da autoridade, como se comporta o dirigente público em nosso país, quais as formas de associação entre as elites e as classes dominadas, são alguns dos tópicos abordados neste artigo. O desenho desse “modelo” pode não ser uma exclusividade brasileira, mas as características aqui examinadas parecem marcantes nos nossos quadros dirigentes e nas relações de poder que aqui se estabelecem entre as autoridades e a sociedade em geral.

Há algumas características que podem ser identificadas como inerentes ao dirigente público no Brasil, e parecem estar essencialmente ligadas à própria formação da cultura brasileira. Elas são um traço marcante no decorrer de toda a nossa história e se encontram — associadas ou não — na grande maioria de nossos políticos e administradores. Isto é mais fácil de entender quando se sabe que esses representantes são recrutados da classe dominante ou — quando não — são rapidamente absorvidos e adotam os padrões de comportamento peculiares a essa mesma classe, cujo efeito-demonstração permeia o inconsciente coletivo de nossa classe média e inclusive dos que sonham um dia sê-lo.

Este tipo de cumplicidade torna as pessoas mais ou menos iguais em circunstâncias semelhantes, independentemente de suas origens e “ideais”. Enquanto a luta pelo poder se expressa por um discurso libertário, “progressista”, crítico, o exercício do poder se traduz por atitudes conservadoras, temporizadas, “negociadoras”. Como massa (de manobra), as pessoas se comportam como no sábio dito popular: amolecem logo que entram na “panela”. Este comportamento confere à administração brasileira uma surpreendente estabilidade, dentro de um processo de absoluta descontinuidade, mas perfeito continuísmo. Não apenas os estilos são os mesmos, mas também as pessoas se perpetuam, ou, pelo menos, aqueles que detêm o poder, diretamente ou por intermédio de seus delegados ou burocratas de ocasião, pois, afinal, o carreirismo é uma vocação ardentemente cultivada, sobretudo por boa parte dos habitantes de Brasília, esta admirável manifestação-síntese da Ilha da Fantasia, onde tudo gravita em torno do poder e de mordomias, onde a proximidade física não dá uma pálida idéia da distância da influência real, e onde a aparência de viver

é mais importante do que viver simplesmente. O processo, sim, é descontínuo, pois não tem compromisso com o amanhã, para o que contribui cada aliança, cada circunstância, onde o valor pessoal e a ética não têm nada a ver, onde a coerência é tida como sinônimo de ingenuidade, onde a ideologia é algo que se usa para justificar todos os meios, de acordo com os fins.

Por outro lado, como não existem mesmo partidos políticos nem políticas (ou planejamento) definidas, consistentes, de médio e longo prazos, e a administração se exerce sem nenhum profissionalismo, isto é, sem compromisso com as instituições (permanentes), a maior parte dos esforços e dos escassos recursos se dispersam e são desperdiçados. Muitas coisas são iniciadas ao mesmo tempo, por vários órgãos diferentes e até muitas vezes (mas nunca terminadas), estando quase todas as ações voltadas para interesses particulares e imediatistas, sem nenhum controle social (nem na iniciativa, nem na execução, muito menos na avaliação).

OS TRAÇOS DO COMPORTAMENTO TÍPICO

Vejam, então, que tipo de “personalidade” corresponde ao perfil do nosso dirigente público, ou de que se investe aquele que ocupa — ainda que momentaneamente — um cargo de direção, com responsabilidade sobre decisões, sobretudo as que afetam outras pessoas, subordinadas ou não.

AUTORITARISMO

Esse homem age com autoritarismo. Autoritarismo é uma forma deturpada de exercício da autoridade. Segundo a prof. Marilena Chauí, a sociedade brasileira é autoritária. E isto parece fácil de constatar em todos os setores de nossa vida: em casa, na escola, na igreja, no trabalho, na política. O autoritarismo revela uma falta de adaptação à responsabilidade compartilhada, uma falta de adestramento ao exercício da liderança. Autoritarismo é imposição; imposição não se harmoniza com aceitação, e sim com obediência, ou — o que é pior — com subserviência; subserviência se coaduna com perda de dignidade. As pessoas são subservientes com os superiores e autoritárias com os subordinados. No momento em que se rompem as relações de força, isto é, fora do flagrante, cessa o cumprimento das ordens. Isso também ajuda a entender a nossa incrível vocação para o desrespeito à ordem jurídica, à lei, de resto totalmente incompatível com a realidade. É por isso também que — aos períodos de força — têm-se sucedido períodos de anarquia, e vice-versa, ou seja, o restabelecimento da “ordem” (que não está por acaso na nossa bandeira). A ordem a que nos referimos é o padrão dos que têm poder, dirigem, e os que dirigem sempre foram os mesmos; quando se sentem ameaçados, encurtam as rédeas para não perder espaço.

Nem sempre, portanto, é fácil separar os limites da disciplina, da hierarquia, dos da submissão e do conformismo. Nossa população tem muita dificuldade para se organizar, mas muita facilidade para se “enquadrar”; nossa rebeldia tende a manifestar-se de forma anárquica e destrutiva, o que obstaculiza os processos de transformação, sobretudo quando governo e sociedade se confundem, associando-se através de relações históricas e institucionalmente parasitárias, paternalistas e clientelísticas.

ARROGÂNCIA

Outra característica bem marcante é a arrogância; trata-se, praticamente, de uma consequência do autoritarismo. Se temos o poder, se o exercemos sem critérios nem fronteiras, não precisamos da opinião de ninguém. Ou melhor, ouvimos quem quisermos, se e quando quisermos, mas faremos sempre o que quisermos, pois, afinal, os negócios públicos são um apêndice dos privados, e é em função deles que detemos os poderes do Estado.

Se temos o poder é porque somos os melhores; se somos os melhores nossas decisões são as mais sábias; se temos sempre a razão, os que não concordam conosco são ignorantes ou desinformados, pela melhor das hipóteses — ou subversivos ou sabotadores — na pior.

Não é à toa que, basta alguém estar no poder para que o consideremos infalível, um gênio, “um homem inteligente, apesar das intenções”. Raras vezes nos damos conta de que — no mínimo — ele detém informações e — no máximo — ele as controla. É significativo notar, aliás, que quando desejamos “esclarecimentos” sobre qualquer tema da atualidade, somos obrigados a ouvir a opinião de alguma autoridade (institucional); dificilmente as pessoas diretamente afetadas têm acesso aos meios de comunicação, por exemplo.

Ora, os marginalizados — seja pela participação, seja pelas opiniões — adotam a posição mais cômoda: da indiferença e alienação, à crítica sistemática, inconsequente, destrutiva e até irresponsável. Quanto maior o fosso que os separa do poder e o período de jejum ou abstinência, maior é a dificuldade para “recuperar” esses indivíduos para a sociedade, para convencê-los de que são úteis e devem trabalhar construtivamente. Esta há de ser, sem dúvida, uma das razões centrais do “boicote” da população em geral à maior parte das medidas oficiais, sem o que nenhuma política se torna eficaz, exceto no texto dos decretos produzidos nos laboratórios subterrâneos. Aqui vale lembrar a famosa distância entre o Brasil legal e o país real. O aspecto, aliás, mais perverso das “leis que não pegam” reside no fato de que elas atingem sempre os mais fracos, os mesmos (como, por exemplo, na questão dos tributos sobre assalariados e rendimentos do trabalho). O outro aspecto perverso está no fato de elas se aplicarem quando e como convém (“para os amigos, os favores; para os inimigos, os rigores”).

A arrogância é, sem dúvida, uma das marcas registradas da falta de respeito pelo outro, e a melhor forma de — descartando todo o esforço e talento — minar as bases de sustentação que qualquer sociedade precisa buscar em seu povo.

CORRUPÇÃO

Na sequência lógica das características mencionadas, eis que surge a corrupção. Qualquer administração autoritária, infensa a críticas, acaba por locupletar-se às custas dos que não conseguiram ingressar para participar do banquete. Como já dizia, entretanto, nosso saudoso Stanislaw,

“restauremos a moralidade ou nos locupletemos todos”.

Se é verdade que todos os homens têm um preço, não há dúvidas de que o preço de cada um depende das condições do mercado e da qualidade do produto. Quando alguns caem na tentação, é difícil aos demais ficarem indiferentes ao que os rodeiam. É por isso que vamos ficando mais tolerantes, coniventes e, por fim, cúmplices.

Corrupção existe em todo o lugar; não é privilégio das repúblicas; o que não se admite é a impunidade, generalizada e continuada; o que não se admite é o silêncio em face do crime, ou estaremos comprometidos com ele. A lei do silêncio pode ser um pacto entre dois indivíduos, em questões pessoais, mas não se aplica quando fala mais alto o interesse público, social. Neste caso, não constitui mérito; seria, no mínimo, covardia. Quando, em situação extrema, o silêncio responde ao silêncio, por ter-se tornado, também, objeto de negociação, a situação será muito grave.

O grau de tolerância da sociedade não pode ser tal que ela própria se acumplice na impunidade, se acovarde diante do crime ou se resigna diante da impotência. Talvez seja preciso renunciar a alguma coisa para não ter de renunciar a tudo ou ao essencial, se é que acreditamos — ainda — na superioridade de alguns valores morais ou não nos envergonhamos deles.

De qualquer maneira, qualquer homem tem a liberdade de agir segundo sua vontade. Mas ele não pode ter a menor dúvida de estar sujeito a um código que regule suas relações com os demais indivíduos e a sociedade como um todo. E deve temer verdadeiramente a aplicação desse código, da mesma forma que os atingidos devem ter a expectativa de reparação dos danos que lhes tenham sido causados por outros. As sociedades mais primitivas dispõem de princípios, regras e sanções. Nenhuma sociedade se estrutura sem alguma noção básica de Direito e sua aplicação. O contrário seria o caos (pois até o universo tem uma ordem, suas leis), ou o absoluto individualismo (ou a lei da selva, se quisermos, embora até os animais selvagens tenham leis que — inclusive — os preservam e os mantêm em equilíbrio com a natureza).

INCOMPETÊNCIA

A última das características que queremos referir é a incompetência. Incompetência, aqui, não sugere apenas falta de conhecimento, mas também a falta do homem certo no lugar certo, a escolha e a manutenção de alguém por ser amigo do rei, assegurando seu silêncio diante da corrupção, além da expulsão de quem resolveu ousar diante do autoritarismo, da arrogância e da corrupção.

A administração pública brasileira está repleta de incompetência, porque é preciso controlar politicamente todas as posições vulneráveis, diante da arrogância e do arbítrio dos dirigentes superiores, e — ao mesmo tempo — repartir a coisa pública entre os amigos das causas privadas.

Incompetência é o que se gera de um regime de relações pessoais em dissonância com um regime de relações profissionais, funcionais. Incompetência é o resultado da falta de critério, da improvisação e da inconseqüência na condução dos negócios que devem interessar não só a nós mesmos, mas aos demais também. Incompetência é a perda de profissionalização, o carreirismo, o afago hipócrita do ego, a ausência de amor-próprio em relação ao que se faz (ou ao que se deixa de fazer).

Incompetência é a perda de consciência diante do que representa o interesse público pela falta de percepção de que o todo é maior que a soma das partes e de que cada um de nós é parte do todo.

Incompetência é privilegiar o individualismo em prejuízo da individualidade.

Incompetência é ser pelos outros, manter-se na dependência, é deixar-se mediocritizar, descreer em si próprio, é recusar-se a crescer, renunciar aos desafios, desinteressar-se em fazer o melhor (mesmo que seja o de nós mesmo) — ainda que seja para mostrar aos outros que aquilo que se fez teve a nossa marca, além de poder revelar a coragem de assumir a responsabilidade de cada ato de nossa vida.

Este esboço não tem a pretensão de apontar os “culpados”, mas acho que serve para projetarmos nossa própria imagem no espelho. Cada vez estou mais convencido de que a sociedade é o nosso espelho e de que cada país, com os seus dirigentes, é a imagem que todos e cada um dos indivíduos projetam e desejam.

□

Roberto Bocaccio Piscitelli é economista e contador, com mestrado em administração pública, auditor fiscal do Tesouro Nacional e professor da Universidade de Brasília nas áreas de ciências contábeis e finanças.

Resumen

El perfil del dirigente público: el caso brasileño

El autor reflexiona sobre el comportamiento típico del dirigente público en el Brasil, que se amolda rápidamente a las estructuras de poder. Esta actitud resulta en serias dificultades a la administración del país, siempre a remolque de los intereses personales e inmediatos, sin ningún compromiso con las posibilidades y necesidades de la nación. Como características típicas del ejercicio de autoridad, se analizan sucesivamente el autoritarismo, la arrogancia, la corrupción y la incompetencia. Según el autor, existe una complicidad de los ciudadanos en el establecimiento y mantención de ese cuadro de relaciones, el cual proyecta el sentimiento de la propia población.

Abstract

Profile of a public figure: the brazilian case

The author analyzes the behaviour that typifies public figures in Brazil. It swiftly adapts itself to prevailing power structures, thus seriously hampering the administration of the country, continually subordinated to personal, short-term interests, and shows no commitment to the nation's potentials and needs.

The article goes on to analyze authoritarianism, arrogance, corruption and incompetence as outstanding traits of the exercise of authority.

There is connivance on the part of society in the establishment and maintenance of this state of relations which the author sees as projection of the population's own attitude.

EDUCAÇÃO CRIADORA

necessidade e desafio

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA TEM SEUS VÍCIOS, UM DELES É O DE VALORIZAR O “NÃO-PENSAR”. É A INFORMAÇÃO PRONTA QUE CHEGA E É ABSORVIDA. ISTO PODE SIGNIFICAR A DICOTOMIA DO ALUNO COM O ATO DE PENSAR. A IMAGINAÇÃO E A FANTASIA SÃO MINIMIZADOS, DEIXANDO O EDUCANDO DESPREPARADO PARA ENFRENTAR O DESCONHECIDO.

EUNICE M. SORIANO DE ALENCAR

Várias são as características da educação brasileira que merecem análise e reflexões críticas. Uma delas é a ênfase exagerada na reprodução do conhecimento e na memorização de uma multidão de dados, princípios, conceitos e informações. Observa-se que é uma educação voltada especialmente para o não-pensar, onde o aluno recebe a informação pronta para ser assimilada e reproduzida, sendo raras as situações criadas que estimulam o pensar e o raciocinar. É ainda uma educação que prioriza o conhecido, onde muito pouco se faz para preparar o aluno a enfrentar satisfatoriamente, de uma forma pessoal e criativa, o desconhecido. Prova disso é o reduzido, senão inexistente, espaço reservado para a exploração, para a descoberta e para a manipulação de problemas que possam ter muitas soluções possíveis.

É uma educação que bloqueia e inibe a fantasia, a imaginação, o jogo de idéias. Entretanto, a psicologia do desenvolvimento (veja, por exemplo, Fraiberg, em seu livro “Os anos mágicos”, e Prince, em “A criança mágica”) tem chamado a atenção para o fato de que, especialmente entre dois e seis anos, o jogo imaginativo ocorre com grande frequência: a criança imita os mais velhos, transforma objetos (faz, por exemplo, de uma caixa, um castelo, e de um bloco de madeira, uma boneca), ela tem amigos imaginários, elabora histórias fantásticas, dramatiza com grande facilidade. Progressivamente, porém, à medida que desenvolve a razão e o raciocínio, sua imaginação vai declinando. Os agentes socializadores, dos primeiros anos, muito contribuem para isso, na medida em que questionam, criticam e mesmo punem as manifestações de fantasia e imaginação da criança. Na escola, isto tende a ocorrer de uma forma mais intensa, e o declínio da imaginação, da

curiosidade e do pensamento original são aspectos facilmente constatados. Observa-se que até mesmo no jardim da infância, que deveria ser um local sobretudo propício ao cultivo da fantasia, isto não vem ocorrendo, e, cada vez mais cedo, muitas crianças vêm sendo “forçadas” a aprender conteúdos tradicionalmente trabalhados no decorrer do 1º grau (basta examinar o conteúdo exigido para a criança ingressar na 1ª série das “melhores” escolas das grandes cidades brasileiras para se ter uma idéia das aberrações do sistema). Nota-se que o conhecido “dever de casa” já vem fazendo parte da rotina desde o 1º ano do Jardim da Infância, quando a criança tem apenas 4 anos. Isto contribui para uma formação desequilibrada, onde se desenvolve uma parcela muito reduzida de habilidades cognitivas, inibindo e definindo outras habilidades, à semelhança de um indivíduo que, ao fazer musculação, exercita apenas os músculos do seu braço direito.

É uma educação castradora, inibidora, uma vez que se ensina à criança, desde muito cedo, a extensão de sua incapacidade, de sua falta de jeito e de talento, especialmente para as artes. É notório como isto contrasta com o que se pode observar, por exemplo, em aldeias indígenas, onde todos participam dos cânticos ou pinturas tribais, onde o canto e a pintura são algo naturais, como chorar e andar. Contrasta também com o observado em alguns vilarejos do interior do nordeste, por exemplo, onde toda uma população faz cerâmica de uma forma natural e espontânea, sem quaisquer vislumbres de que seja preciso ter jeito, ter “dom” para lidar com o barro. É no espírito da escola tradicional que se aprende que a habilidade para a pintura, para o canto, para as artes, constitui um privilégio de poucos, conscientizando-se a grande maioria dos





alunos de que não são capazes, de que não têm jeito.

De forma similar, na escola, muitas vezes se intensificam as expectativas com relação ao papel e às características atribuídos a homens e mulheres. Sabe-se que cada sociedade tem expectativas diversas com relação a sujeitos do sexo masculino e feminino, reforçando determinados comportamentos e punindo outros conforme o sexo do sujeito. O garoto que chora, por exemplo, é ridicularizado e muitas vezes chamado de “mulherzinha”, esperando-se dele, muito mais do que do aluno do sexo feminino, um comportamento que denote coragem, iniciativa, auto-afirmação. Em nossa sociedade, tende-se a esperar menos das mulheres do que dos homens no sentido de grandes contribuições, novos produtos, novas descobertas e inovações. Certos traços de personalidade que se associam à criatividade (como espontaneidade, sensibilidade e intuição) são mais aceitos quando apresentados por sujeitos do sexo feminino, enquanto outros são considerados mais adequados se apresentados por sujeitos do sexo masculino (a independência, por exemplo). Certas áreas de interesse são consideradas tradicionalmente masculinas (como ciências e matemática), enquanto outras são consideradas apropriadas para o sexo feminino. Esta divisão tende a limitar o comportamento exploratório e a bloquear o desenvolvimento em determinadas direções. Uma ênfase exagerada na diferenciação de papéis sexuais, que se observa com frequência em muitas escolas, limita, pois, certas áreas de experiência e de pensamento, reduzindo desnecessariamente a possibilidade de crescimento do sujeito e o uso de seu potencial.

Em uma análise da educação brasileira, observa-se que a mesma não libera o potencial criador, não incentiva o desenvolvimento criativo e inclusive sufoca a imaginação do aluno. É uma educação que possibilita o desenvolvimento de uma parcela muitíssimo limitada do imenso potencial presente em cada ser humano. Está voltada para o passado, para o domínio de fatos conhecidos, ignorando que a maioria dos nossos alunos vai passar grande parte de sua vida no mundo desconhecido do século XXI, onde necessitará, para enfrentar eficazmente o desconhecido, possuir uma capacidade de pensar bem desenvolvida.

Ao mesmo tempo, vivemos em uma época que se caracteriza pela mudança e pela inovação. O raio laser, as fibras ópticas, o robô, constituem uma realidade concreta de nossos dias. Vislum-

Trabalhos da Escolinha de Arte
Aliança Francesa — Brasília,
1964 à 1987
Professora Renée Simas

bram-se hoje progressos inimagináveis, como o ônibus espacial, o aproveitamento de riquezas extra-terrenas, o domínio de territórios espaciais. Com o progresso tecnológico, um novo conceito de riqueza vem emergindo, com a importância relativa dos recursos naturais decrescendo, recebendo destaque novos recursos gerados pela nova tecnologia, a par do reconhecimento do valor dos cérebros, como bem lembrado por Seidman, (1987) no artigo: "A forma do futuro: o valor dos cérebros".

É, pois, necessário pensar no futuro e nos seus desafios quando se pensa em educação. É, pois, necessário preparar o aluno para o mundo de amanhã, com os seus problemas, que hoje somos incapazes de antecipar. Isto vem ocorrendo em alguns países desenvolvidos, onde já foi proposta inclusive a disciplina "educação futurística" como parte do currículo de muitas escolas. Neste currículo, as estratégias de produção de idéias e de resolução criativa de problemas ocupam um lugar central, buscando-se fortalecer os vários componentes da conduta criadora. Isto também vem ocorrendo em inúmeros centros e institutos de criatividade (existem, nos Estados Unidos, cerca de 1200 centros desta natureza), onde as estratégias direcionadas a aumentar a produtividade criadora e o fortalecimento de habilidades criativas ocupam um lugar central. As técnicas criativas de resolução de problemas têm sido amplamente divulgadas, sendo consideradas fundamentais no processo de se preparar o aluno para solucionar, de forma mais eficiente, os inúmeros problemas que enfrentará nas próximas décadas.

É necessário, pois, repensar a educação, não apenas a nível do conteúdo que vem sendo trabalhado, mas também a nível dos traços de personalidade a serem reforçados e cultivados pelo sistema. Sabe-se hoje que não basta o conhecimento. É preciso também reformular a imagem do aluno ideal, onde a obediência, passividade e conformismo ocupam um lugar central, para se incluir a coragem, o compromisso, a dedicação, o entusiasmo, a iniciativa, a autoconfiança — traços estes que contribuem para busca de novas respostas e novas soluções.

Se há interesse em se cultivar a criatividade e a produção criadora, em primeiro lugar é necessário que se caiam por terra idéias errôneas a seu respeito, como, por exemplo, de que a criatividade seria um "dom" presente em alguns poucos indivíduos privilegiados (como muitos educadores acreditam), manifestando-se apenas nos trabalhos e produções dos grandes talentos artísticos e

nas novas propostas de inventores e cientistas; que constitui em um lampejo de inspiração sem razão explicável; ou, ainda, que depende apenas de fatores intrapessoais, desconsiderando-se o importante papel da educação e da sociedade para o reconhecimento e estímulo da criação (para os leitores interessados nas idéias errôneas mais freqüentes em nosso meio, sugiro a leitura de Alencar, 1986).

O que as pesquisas têm mostrado — muitos são os dados acumulados sobretudo nestas duas últimas décadas — é que todo ser humano é criativo (alguns mais, outros menos, dependendo de inúmeras variáveis), que fazemos uso de uma parcela muito limitada da capacidade de nosso cérebro e que o potencial da mente humana, ainda pouco explorado, é, sem sombra de dúvida, muito superior ao que hoje se supõe.

Dois aspectos fundamentais para a produção criadora têm sido também salientados:

O primeiro diz respeito à preparação do indivíduo (o que também implica em bagagem de conhecimento), a par de sua dedicação, esforço, envolvimento, trabalho prolongado, persistência. Como, há cerca de um século, salientou Thomas Edison, um dos mais notáveis inventores dos tempos modernos, autor de mais de 1000 invenções originais, que, ao se referir à criatividade, considerou que a mesma consistia de 98% de transpiração e de 2% de inspiração. A própria análise do processo criativo, relatado por grande número de compositores, poetas, matemáticos, cientistas, tem demonstrado que a criação não seria apenas uma inspiração que surge do inconsciente, de natureza inexplicável, mas para ela contribuiriam também o esforço, o trabalho, o envolvimento.

O segundo aspecto fundamental estaria ligado às características do ambiente social, ao grau de reconhecimento que se dá ao criador e à criação, à extensão em que a mudança, o novo, o divergente são aceitos e valorizados. Neste sentido, poder-se-ia lembrar as palavras de Stein (1974): que assim se expressou:

— Estimular a criatividade envolve não apenas estimular o indivíduo, mas também afetar o seu ambiente social, as pessoas que nele vivem. Se aqueles que circundam o indivíduo não valorizam a criatividade, não oferecem o ambiente de apoio necessário, não aceitam o trabalho criativo quando este é apresentado, então é possível que os esforços criativos do indivíduo encontrem obstáculos sérios, senão intransponíveis".

Está na hora de redirecionarmos a educação, criando espaço não apenas para o tradicional como para o novo; para a reprodução e para a criação; para a lógica e para a intuição; para o real e para o imaginário. Criar um espaço para o cientista que existe dentro de cada aluno (a curiosidade, força motriz do trabalho do cientista, tem sido freqüentemente punida e excluída do contexto escolar, quando sabemos que a supressão do questionamento significa a amputação do verdadeiro coração da criatividade, que é a curiosidade) e também para o artista que existe dentro de cada aluno e que permanece desconhecido, dadas as características de uma educação onde não há o espaço e o clima necessários para exploração, liberação, expressão e expansão do talento de cada um. □

Eunice S. Alencar é professora do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília. Presidente da Associação Brasileira para superdotados no Distrito Federal, é representante do Brasil no Conselho Mundial para Superdotados e Talentos, com sede nos Estados Unidos. Possui inúmeros livros publicados, entre outros "Psicologia da Criatividade".

Referências Bibliográficas

- ALENCAR, E. M. L. S. *Psicologia da Criatividade*. Porto Alegre, artes Médicas, 1986.
 FRAIBERG, S. H. *Os anos mágicos*. São Paulo, Brasiliense, 1980.
 PRINCE, J. C. *A criança mágica*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1982.
 SEIDMAN, H. L. *A forma do futuro: o valor dos cérebros*. Em R. Karen (Ed.), *Rumo ao ano 2000*. Rio de Janeiro, Nórdica, 1987.
 STEIN, M. I. *Stimulating creativity. Individual procedures*. Nova Iorque, Academic Press, 1974.

Resumen

La educación creadora: necesidad y desafío

La educación brasileña tiene sus vicios y uno de ellos es el de valorizar y "no pensar". La información que llega es absorbida rápidamente lo que acarrea una dicotomía del alumno en el acto de pensar. La imaginación y la fantasía son minimizadas dejando al estudiante despreparado para enfrentar lo desconocido.

Abstract

Creative education: a challenge and a must

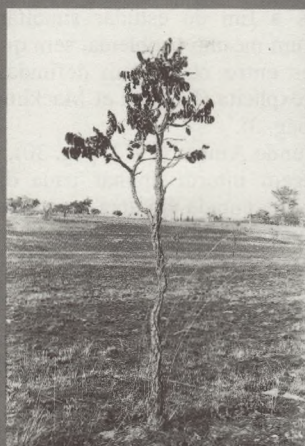
Brazilian education has its bents and shortcomings, one of which is to encourage "non-thinking". Pre-packed information is served up and swallowed whole. This may mean the dichotomy of the student with the act of thinking. Imagination and fantasy are played down, leaving the student poorly prepared to face the unknown.

MEIO AMBIENTE E INTERDISCIPLINARIDADE

MARIA NOVAES PINTO

A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA DEMONSTRA QUE O DESCO-
NHECIMENTO DAS CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS DOS ECOSIS-
TEMAS E DAS CONDIÇÕES NATURAIS DAS ÁREAS DE INTERESSE
GOVERNAMENTAL TEM CONDUZIDO IMPORTANTES ESFORÇOS
DE DESENVOLVIMENTO AO FRACASSO E À INOPERÂNCIA, COMO
RESULTADO DA APLICAÇÃO DE PLANEJAMENTOS INCOMPATÍVEIS
COM SUA ESTRUTURA E FUNCIONALIDADE, ALÉM DO USO DE
PRÁTICAS PREDATÓRIAS.

FOTOGRAFIAS DE RICARDO JUNQUEIRA



Os problemas que interessam à sociedade não podem e não devem ser encarados isoladamente. A sociedade encontra-se adaptada ao ambiente físico, e essa adaptação constitui um processo dinâmico, que reflete um conjunto de efeitos cumulativos e simultâneos de uma variedade de decisões tomadas por cada um dos membros dessa sociedade.

O processo de adaptação dessas decisões pode gerar resultados inesperados sobre os planos econômico, social ou ecológico, porque cada pessoa que decide não pode avaliar nem controlar as conseqüências de sua atitude. Não existe, portanto, problema meramente econômico, social ou ecológico, porque essas qualificações resultam de uma visão individualizada, ou seja, monodisciplinar.

A ciência tem demonstrado que existem conexões entre os constituintes da sociedade e da natureza, e essas conexões constituem sistemas hierarquizados. A Terra pode ser entendida como um sistema composto de vários subsistemas, ou, então, como um subsistema integrante de um sistema maior, que é o Universo. Raciocínio semelhante pode ser aplicado às áreas do conhecimento, se consideradas como subsistemas da Terra, ou como sistemas maiores formados por vários subsistemas inter-relacionados entre si.

Tome-se, como exemplo, a programação da 39ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – S.B.P.C., realizada em Brasília no ano de 1987. Os diversos domínios do conhecimento estavam constituídos por várias ciências: Aplicadas, do Homem, Matemática, do Meio ambiente, da Terra e do Universo, e da Vida. As Ciências do Meio Ambiente eram formadas pela Ecologia e pela Poluição Ambiental. Ocorre, porém, que por ser o meio-ambiente, constituído da integração de fatores bióticos, abióticos e culturais, a ele interessam as várias áreas do conhecimento incluídas em todas as ciências referidas pela S.B.P.C. Por outro lado, a Poluição Ambiental não representa uma área do conhecimento: é uma conseqüência de um desequilíbrio do meio ambiente, decorrente da falta de integração de fatores relacionados às várias ciências.

Dentro desse enfoque, as Ciências do Meio Ambiente constituem um sistema e devem ser consideradas pelo inter-relacionamento entre várias disciplinas além da Ecologia, como Geografia, Geologia, Química, Física, Biologia, Arquitetura, Antropologia, Educação, Computação, entre outras, que representam subsistemas hierarquizados.

A ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR

A interdisciplinaridade é uma linha de pesquisa que engloba um conjunto de disciplinas conexas a fim de elaborar uma axiomática comum, visando coordenar esforços realizados em vários níveis. Difere da monodisciplinaridade, que é a especialização isolada; igualmente difere da pluridisciplinaridade, que representa a justaposição de disciplinas, favorecendo as trocas e a cooperação, ou da transdisciplinaridade, que corresponde ao reagrupamento, em vários níveis, de todo um conjunto de disciplinas e de interdisciplinas a partir de um axioma geral, na tentativa de compreender os modelos e os limites do saber humano.

Aproxima-se, entretanto, da multidisciplinaridade, que é um nível de pesquisa formado por um conjunto de disciplinas a fim de estudar simultaneamente um mesmo problema, sem que as relações entre elas sejam definidas de forma explícita (Kendall et Mackintosh, 1979, pág. 3).

Segundo Ambar (1973, pág. 30), pela abordagem interdisciplinar cada disciplina representada em uma equipe participa igualmente na elaboração do plano de ação e na definição do papel de cada um dos seus membros. Essa abordagem contrasta com a da multidisciplinaridade, que se caracteriza por um direcionamento monodisciplinar, formulando o roteiro dos projetos e especificando o papel de cada participante.

A abordagem interdisciplinar possibilita a interação entre as disciplinas, e constitui-se em importante instrumento para a criatividade, resolvendo problemas dos mais simples até aqueles considerados insolúveis. O objetivo da equipe é o de formular novas questões e de conceber idéias originais, visando resolver problemas concretos.

Essa proposta é a chave do planejamento, porque integra técnicos de várias áreas, com diversas especializações e visões, permitindo o entendimento integrado de problemas ambientais ou das metas do planejamento. Apesar de apresentar-se como o mais recomendável, esse tipo de abordagem encontra numerosas dificuldades, porque barreiras tradicionais dificultam o trabalho da equipe. As principais barreiras são as seguintes:

a) conceitual e metodológica – cada especialista possui seus enfoques individuais, o que traz a reboque um certo nível de intransigência;

b) educacional – lamentavelmente a especialização conduz ao raciocínio di-

cotômico dentro de um mesmo entendimento;

c) psicológica – quando um grupo multidisciplinar se reúne visando uma abordagem interdisciplinar, ocorre, durante os primeiros encontros, um processo adaptativo de adequação metodológica, polimento de arestas das diversas especializações e nivelamento de linguagem;

d) inter ou intra-institucional – os problemas surgem nos dois níveis, considerando que os grupos interdisciplinares atuam com elementos de organizações diferentes; decorrem daí situações conflitantes sob vários aspectos, tais como posicionamentos, condutas, pontos de vista, etc. Nas universidades, a abordagem interdisciplinar encontra também as dificuldades decorrentes da excessiva departamentalização.

A interdisciplinaridade apresenta-se, portanto, como um desafio, tanto para as organizações como para os profissionais. Somente as instituições de ensino superior, responsáveis pela formação e especialização de recursos humanos, podem encontrar as soluções necessárias para esse tipo de estudo. Mas justamente dentro dessas instituições encontram-se as origens e a manutenção daquelas barreiras.

Os professores de diversas disciplinas universitárias, pela sua própria formação monodisciplinar, são, em geral, insuficientemente abertos às perspectivas da interdisciplinaridade. No caso específico da problemática ambiental, além da incompreensão temática, verifica-se a escassez de programas específicos e princípios conceituais comuns sobre o meio ambiente, destinados ao ensino superior. Em geral, um debate conceitual ou metodológico é considerado como algo pessoal, um combate às próprias idéias, e não a busca de uma linguagem comum que permitirá o entendimento entre os componentes da equipe. É óbvio que se o professor universitário mantém rigidez no comportamento interdisciplinar, ele, como formador, transmitirá automaticamente aos seus alunos preconceitos quanto a um trabalho em equipe dessa natureza.

A departamentalização propicia o isolamento entre os especialistas e a manutenção da monodisciplinaridade. Cada departamento é um feudo, que não permite fácil entrosamento interdepartamental. Por outro lado, as instituições de ensino superior não apóiam atividades interdisciplinares, e, se o fazem, em geral trata-se de um apoio informal e irreal. Deve-se reconhecer, porém, o esforço de alguns grupos em universidades, constituídos por professores de vá-

rios departamentos, e mesmo por técnicos de organizações externas, na busca da integração interdisciplinar. Entretanto, esse esforço é dificultado não apenas pelas barreiras tradicionais, como também pela carência de apoio financeiro, pelas várias responsabilidades dos professores em seus departamentos, porque têm que dedicar-se a aulas, orientação a alunos, reuniões as mais variadas, além das atividades de pesquisa e de extensão.

Atualmente são encontradas nas instituições de ensino superior três situações no que se refere à interdisciplinaridade: na primeira, tanto os professores como a própria instituição são contrários a essa abordagem; na segunda, os professores são favoráveis, mas a instituição não os apóia; e na terceira situação, as mais raras, tanto a instituição como os professores são favoráveis, e o grupo interdisciplinar pode buscar as suas metas, desenvolvendo um trabalho profícuo e exercendo o papel de multiplicador no ensino, na pesquisa e na extensão.

PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO, MEIO AMBIENTE

A interação entre o homem e o seu ambiente biofísico constitui uma gama de problemas complexos e inter-relacionados, objeto do planejamento, que visa a utilização e a gestão dos recursos naturais. Deve-se, porém, levar em conta que o conceito de recurso é um conceito cultural. Com efeito, os recursos naturais não são apenas simples elementos do ambiente biofísico, mas englobam também a representação que o homem faz dos meios para atingir certos objetivos valorizados pela sociedade, através da manipulação dos elementos escolhidos nesse ambiente (O'Riordan, 1971).

O planejamento é, hoje, uma necessidade em todos os países, em virtude do surgimento de impactos negativos sociais e ambientais, resultantes dos crescimentos econômico e demográfico, associados ao uso indiscriminado da tecnologia e à crescente demanda de produtos. Esses reflexos são visíveis na sociedade e têm propiciado uma conscientização dos poderes públicos sobre a importância de considerar-se a dimensão ambiental no contexto do desenvolvimento.

A difusão da demanda de produtos nos países não industrializados sem a devida orientação e a aplicação de tec-

nologias importadas sem adequação induzem a uma série de questionamentos: (1) qual será no futuro a situação dos países que hoje possuem recursos ditos não renováveis, os quais, por artificialização do mercado internacional, são subvalorizados? (2) como aceitar o cultivo de monoculturas de exportação, com tecnologias não adaptadas às condições dos países tropicais? (3) como permanecer impassível ante a aplicação na América Latina de agrotóxicos, muitas vezes proibidos em seus países de origem?

Pode-se afirmar que tudo isto é, somente, o reflexo de políticas econômicas orientadas para o mercado externo. Denota-se também a impotência dos países não industrializados perante a aplicação de seus conhecimentos e o consequente aproveitamento de seus recursos.

O Brasil não foge à regra. O seu desenvolvimento tem sido baseado em um modelo de crescimento econômico em que a sociedade compartilha os valores que enfatizam a busca do estilo e do nível de vida dos países avançados, promovendo, inclusive, uma aproximação ao seu estilo de consumo. Apesar de reforçar as diferenças nacionais e regionais, esse modelo permite que as empresas operem em um mercado de amplitude nacional e internacional.

As características do modelo econômico brasileiro são:

- a – meta prioritária: modernização da economia e da própria sociedade, segundo os padrões do mundo industrializado;
- b – contexto internacional: o Brasil como fornecedor do seu modelo de desenvolvimento e de modernização;
- c – valores fortalecidos: aqueles da sociedade industrial, com perfil de consumo determinado por campanhas publicitárias e superação da defasagem tecnológica, em relação ao mundo desenvolvido;
- d – soluções econômicas: concentração de recursos econômicos em projetos de alto poder de geração de renda; desempenho qualitativo da economia; bens produzidos para os estratos populacionais de rendas média e alta e acesso restrito para os de baixa renda; expansão somente através do possível crescimento de renda e de emprego; barateamento dos produtos face às inovações tecnológicas;
- e – soluções sociais: investimentos do governo, de caráter social, com recursos provenientes da arrecadação de impostos, fundamentados no próprio processo de crescimento, amenizando as consequências da operação do sistema econômico.

O modelo econômico brasileiro, aplicado há mais de 20 anos, demonstra que as questões econômicas, sociais e ambientais são tratadas de forma isolada, com muitos resultados negativos, a exemplo dos seguintes: modernização qualitativa da sociedade, agravamento das diferenças sociais e regionais; consumo, em detrimento da produção de bens duráveis; substituição de culturas de subsistência pela monocultura de exportação; uso de tecnologias impactantes em nível ambiental, favorecimento ao mercado externo, com prejuízos para o mercado interno. Por sua vez, as intervenções na área social não são suficientes para refrear a velocidade do processo que acentua as diferenças na sociedade.

A experiência brasileira demonstra que esse modelo de “crescimento econômico” provoca um estancamento no desenvolvimento científico e tecnológico, em termos de aproveitamento dos recursos naturais das várias regiões. Demonstra, também, que o desconhecimento das características próprias dos ecossistemas e das condições naturais das áreas de interesse governamental tem conduzido importantes esforços de desenvolvimento ao fracasso e à inoperância, como resultado da aplicação de planejamentos incompatíveis com sua estrutura e funcionalidade, além do uso de práticas predatórias.

Na utilização econômica e no gerenciamento dos vários recursos é imprescindível considerar-se o ecossistema do qual o recurso faz parte, e não este ou aquele recurso considerado isoladamente. Essa visão global concorre para compatibilizar usos alternativos de um mesmo recurso, considerados os seus diferentes valores atuais e futuros, inclusive os hábitos correntes e os valores culturais que determinam esta ou aquela utilização. O planejamento dos recursos naturais necessita, portanto, ser dinâmico e bem situado no contexto do desenvolvimento do país. Esses recursos devem ser tratados não apenas como capital econômico, mas também como capital ecológico, de absoluto interesse comunitário, e devem estar assim direcionados em termos de rendimento auto-sustentado.

Os níveis superiores da administração pública devem ser os organismos incumbidos de buscar uma coordenação adequada ao uso dos recursos naturais, dentro de uma política ambiental. Incumbência, entretanto, não significa realização. Isto porque a gestão dos ecossistemas e dos recursos deve resultar do equilíbrio de forças constituídas pelo Estado, pelas empresas e pela co-





munidade. Cabe ao Estado o planejamento, a coordenação e o monitoramento das instituições que lhe prestam serviço, as empresas; e a comunidade deve possuir mecanismos coercitivos, no sentido de que o planejamento atenda aos seus anseios. O gerenciamento dinâmico conduzirá os componentes do triângulo a uma reformulação de suas políticas, em um processo constante de revisão e de aperfeiçoamento de suas decisões. Em vista disso, o planejamento de países como o Brasil deve ser modificado. A utilização racional dos recursos naturais só será possível através de um conjunto de medidas complexas e inter-relacionadas, resultantes da decisão de equipe interdisciplinar.

O desenvolvimento integrado da sociedade com a natureza é uma necessidade que se impõe, como uma perspectiva de utilização racional e de reposição dos recursos naturais, tanto em uma consideração espacial, ou seja, os recursos no contexto da região, quanto cultural, conforme os lugares e os costumes. Portanto, os recursos naturais devem ser avaliados para seu emprego em níveis local, regional, nacional e internacional, através da busca do equilíbrio entre o processo de desenvolvimento e o respeito ao meio ambiente. Esta proposta foi designada por Maurice Strong, em 1973, como *ecodesenvolvimento*.

Para Ignacy Sachs (1978), *ecodesenvolvimento* representa a otimização combinada dos subsistemas sócio-econômico e ecológico para o desenvolvimento da sociedade; o acréscimo da produção e a melhoria de sua eficácia econômica devem estar garantidos no respeito aos condicionantes ecológicos estritos, impedindo-se, assim, a destruição e a degradação do meio ambiente e garantindo-se a conservação do equilíbrio psicossocial e o bem-estar das populações.

Dentro desse conceito, o ecossistema passa a ser constituído das seguintes variáveis: a) tecnológicas – aquelas adequadas à solução do problema sob uma perspectiva integrada; b) sociais – incorporadas definitivamente ao processo de desenvolvimento; c) ambientais – representantes das relações que envolvem o homem e a natureza; d) econômicas – anteriormente prioritárias, integram o sistema com o mesmo valor das demais variáveis; culturais – anexadas igualmente ao sistema.

A abordagem do *ecodesenvolvimento* procura atender a problemas específi-

cos, envolvendo, por isso, atitudes pessoais. Os comportamentos decorrentes do tratamento em nível de região, por exemplo, têm como objetivo precípuo a harmonização do desenvolvimento com o meio ambiente. Essa abordagem deixa clara, também, a impossibilidade metodológica de reduzir a um único indicador as múltiplas facetas de uma mesma realidade. As tomadas de decisão refletem a articulação de interesses dominantes envolvidos em planos, programas e projetos, sejam eles governamentais ou não.

No Brasil, a noção de *ecodesenvolvimento* está sendo implantada através da unidade de conservação designada Área de Proteção Ambiental – APA, criada no país pela Lei nº 6902/81, “onde a estratégia de gerenciamento visa compatibilizar as atividades humanas com a preservação da vida silvestre, a proteção dos recursos ambientais e a estabilidade ou melhoria de qualidade de vida das populações” (SEMA, 1986, pág. 10):

CONCLUSÕES

A necessidade de uma abordagem interdisciplinar torna-se cada vez mais premente para o planejamento e a gestão ambiental, devido à amplitude das tarefas e à grande complexidade dos problemas. Os múltiplos usos dos recursos naturais, bem como as formas e condicionamentos em que tais usos se verificam, acarretam vários tipos de procedimentos, que não podem ser resolvidos pelos métodos tradicionais de pesquisa.

A abordagem interdisciplinar, representando um sistema integrado por subsistemas inter-relacionados, constituídos pelas disciplinas, é um domínio relativamente recente. Por isso cada grupo deve iniciar seu trabalho a partir de zero, definindo sua organização interna, como as diversas funções de liderança, a distribuição de responsabilidades e os métodos de integração que deverão ser utilizados. Sempre que possível, a equipe deve utilizar os resultados de experiências de outros grupos, a fim de evitar repetição de erros e de evoluir em metodologias.

Uma equipe interdisciplinar representa um esforço criativo para o desenvolvimento de tecnologias adequadas à variedade de recursos naturais, humanos e financeiros disponíveis em uma região, considerando as características dos ecossistemas e as condições sociais da população.

Os processos ambientais situam-se, portanto, nas interfaces entre os processos naturais e os processos sociais. O elemento ecológico, tomado em sentido estrito, é a variável científica que embasa os demais elementos na caracterização de uma realidade concreta, para a formulação de políticas ambientais. □

Maria Novaes Pinto é professora do Departamento de Geografia e Coordenadora do Núcleo de Estudos Ambientais da Universidade de Brasília.

Bibliografia

- AMBAR, M. “The ‘Bridge Scientist’ and His Role”. *Research/Development*, 24: 30-34, 1973.
- KENDALL, S. et Mackintosh, E. E. “Problèmes de gestion des projets de recherche polydisciplinaire sur l’Environnement en milieu Universitaire”. In: MAB/ CANADA, Rapport nº 13, 1979.
- O’RIORDAN, T. *Perspectives on Resource Mangement*. London, Pion, Ltd., 1971.
- SACHS, I. “Meio ambiente humano”. In: Tinbergen, J. (org.). *Para uma nova ordem econômica internacional: 3º Informe do Clube de Roma*. Rio de Janeiro, Agir, 1978.
- SEMA. Sec. Coordenadoria de Áreas de Proteção Ambiental. *Caracterização e diretrizes gerais de uso da APA do Rio São Bartolomeu, na escala de 1: 100.000*. Brasília, 1986.

Resumen

Medio ambiente e interdisciplinarietà

La experiencia brasileña demuestra que el desconocimiento de las características propias de los ecosistemas y de las condiciones naturales de las áreas de interés gubernamental, ha conducido a que los esfuerzos de desarrollo fracasen y lleguen a ser inoperantes. Esta situación es el resultado de planificaciones incompatibles con su estructura y funcionalidad, y del uso de prácticas destructivas.

Abstract

The environment and the interdisciplinary approach

Brazil’s experience shows that the lack of knowledge about the specific characteristics of the ecosystems and prevailing natural conditions in areas of interest to the government has led important development undertakings to flounder and run aground. The causes are planning which is unsuited to their structure and purpose, and the employment of predatory practices.

O futuro vai ter a cara do que for feito agora.



3º Prêmio Nacional de Ecologia. Participe.

A defesa da ecologia ainda está engatinhando em nosso país. Mas é preciso pensar no futuro. Por isso, a Companhia Vale do Rio Doce e a Petrobrás estão lançando, com o apoio do CNPq e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e Renováveis, IBAMA, o 3º Prêmio Nacional de Ecologia. Um prêmio para recompensar e incentivar pesquisadores e estudiosos que apresentarem os melhores projetos em socorro à Natureza e em defesa da vida em nosso planeta. Porque CVRD e Petrobrás são empresas que acreditam que o equilíbrio entre meio ambiente e desenvolvimento econômico deve ser

mantido a qualquer preço.

E que uma política de preservação que combata a erosão, proteja as espécies animais, faça reflorestamento em áreas devastadas e incentive a defesa da Natureza é responsabilidade de toda grande empresa que atue em nosso país. As inscrições para o 3º Prêmio Nacional de Ecologia já estão abertas. Ligue para (061) 274-1155, R.: 222 e peça o regulamento. Ou escreva para o CNPq: SEPN, Quadra 507 - Bloco B - 2º and., Cx. Postal 6186 - CEP 70740, Brasília, DF. Participe. Ajude a defender a sobrevivência da espécie humana.

UM DECRETO QUE PREVIA O FUTURO DA AMAZÔNIA

ÀS VEZES PODEMOS CONSTATAR QUE ALGUÉM ESTÁ ALÉM DE SUA ÉPOCA. UM EXEMPLO DISSO É O PRESIDENTE HERMES DA FONSECA, AO ASSINAR EM JULHO DE 1911, O PRIMEIRO DECRETO, NO BRASIL, A FIM DE PROTEGER E CONSERVAR OS RECURSOS NATURAIS. COM ESTE FEITO PASSOU A HISTÓRIA. ENTRETANTO, ESTE DECRETO PERMANECE ESQUECIDO E IGNORADO APÓS 78 ANOS. POR QUE?

FLÁVIO GARCIA

Em julho próximo, o estado do Acre deveria comemorar os 78 anos de existência da mais antiga medida do governo brasileiro para a proteção e mesmo a conservação de importantes recursos naturais amazônicos. Trata-se do decreto nº 8.843, de 26 de julho de 1911, o que prevê a criação da reserva florestal do território do Acre, composta de 4 glebas ou faixas descontínuas, estrategicamente localizadas, com área aproximada de 2,8 milhões de hectares, quase 1/5 da superfície total daquela unidade federativa e, à época, uma das maiores reservas de proteção em todo o mundo, senão a maior.

Esse ato do governo Hermes da Fonseca, muito pouco conhecido dos brasileiros – já que não consta, inexplicavelmente, em nenhuma de nossas coletâneas sobre legislação ambiental ou de conservação da natureza – em verdade nunca chegou a ser posto em prática, mas também jamais foi revogado em suas intenções. Durante os seus quase 78 anos de existência esteve circunscrito a quase condição de segredo de estado. Apenas uma vez, em 1921, quando da criação do serviço florestal, no âmbito do ministério da agricultura, dá-se destaque a sua existência. Daí para a frente, praticamente sumiu em meio ao código florestal (1934), retornando em 1961 (governo Jânio Quadros) apenas como base referencial jurídica para justificar a criação de outras nove reservas florestais, em um só dia, 25 de julho, igualmente localizadas em estados amazônicos. Com ele, não se preocupam nem o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, criado em 1967, e tampouco a Secretaria Especial do Meio Ambiente – Sema, ambos recentemente extintos por força da criação do Instituto Brasileiro do Meio

Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

Motivos para esse tipo de comportamento certamente existiram, seja da parte das autoridades federais quanto da área estadual. Direta ou indiretamente, três gerações de brasileiros se negaram a executar ou pôr em prática ato emanado da mais alta autoridade do país. Se prejuízos houveram ao antigo Território, ao atual estado do Acre, à região amazônica como um todo, e, naturalmente, às populações que ali vivem historicamente, é mais do que certo que a simples consulta à realidade atual ali dominante, por si só, responde a pergunta.

O CONTEÚDO DO DECRETO

O decreto nº 8.843, de 26 de julho de 1911 – que hoje deve ser considerado como da maior importância ao entendimento da atual problemática amazônica, justamente pelo interesse que se teve em ocultá-lo da opinião pública – de maneira alguma pode deixar de ser amplamente divulgado. Num primeiro momento, por se tratar do mais antigo ato oficial da União objetivando a proteção, em grandes áreas, da flora, da fauna, das populações indígenas, do regime hidrográfico e mesmo da navegação fluvial, como se não bastasse a antevisão do futuro, numa indiscutível demonstração de sensibilidade à valorização do patrimônio público natural frente às exigências das gerações futuras.

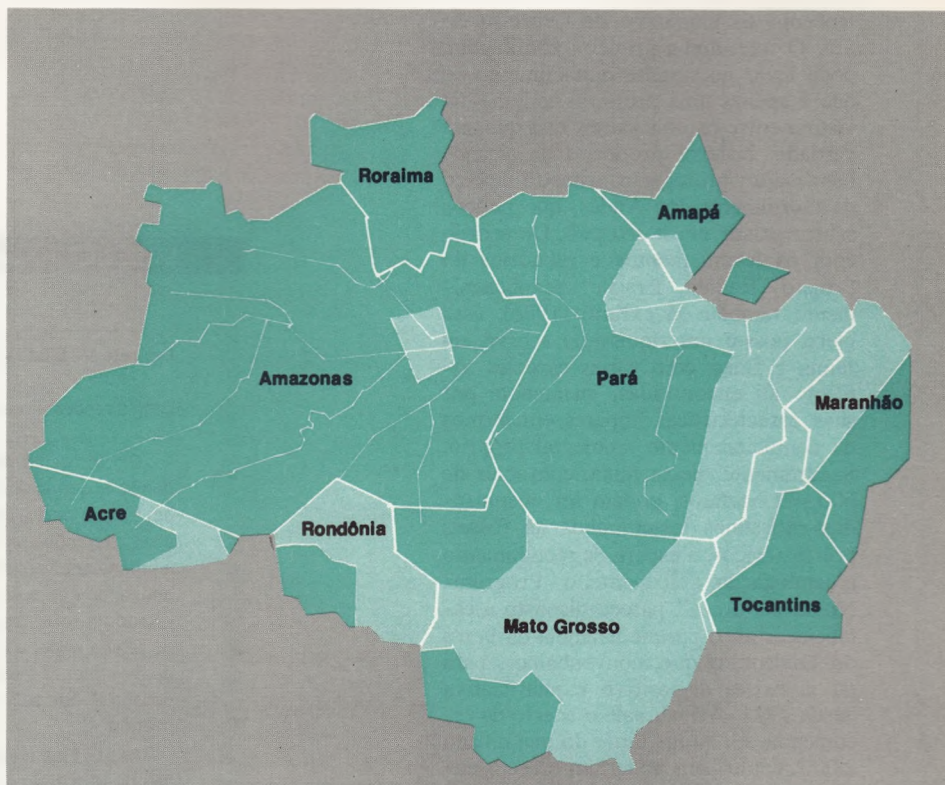
Um segundo motivo: por estar muito ligado às causas do agravamento da situação ambiental do país, com ênfase à questão florestal – porque corrobora com a demonstração de que as políticas de alcance conservacionista adotadas até agora, com raríssimas exceções, têm sido sistematicamente fraudadas por interesses econômicos individualizados, em

especial dos setores que se sustentam ou se fortalecem a partir da especulação fundiária, o que tem tornado essas políticas inócuas.

Um terceiro, ainda, e de suma importância: a discussão sobre a validade dos recursos legais e jurídicos disponíveis, e da possível eficácia dos ainda a serem elaborados, em qualquer situação, deve ser levantada a partir dos questionamentos políticos envolvidos, da análise histórica dos fatos, dos recursos financeiros e apoio logístico indispensáveis, e mais do que tudo a partir da determinação política para implementar verdadeiramente as ações. Sem esquecer que o objetivo maior terá que ser sempre o interesse das comunidades envolvidas e, no caso presente, a persistência dos recursos naturais em meio ao equilíbrio das estruturas ambientais. E isto vem muito a propósito, face a recente divulgação, pela presidência da república, do "Programa Nossa Natureza", que alinha praticamente meia centena de medidas para preservar a Amazônia brasileira e também áreas em outras regiões de interesse ecológico.

A simples leitura da justificativa do decreto que prevê a criação da reserva florestal do então território do Acre, que também leva a assinatura do ministro da agricultura, à época, Pedro de Toledo, deixa realmente o que pensar (ver box), em se tratando de preocupação a um tempo em que a Amazônia se encontrava intacta, com muito pouco vestígio dos reflexos da ocupação humana, salvo alguns núcleos urbanos ligados ou decorrentes da exploração da borracha. No mais, a pura hileia, em sua integridade e sinergismo geo-ambiental. No restante do país, no entanto, já se faziam sentir os efeitos dos desmatamentos e suas consequências negativas sobre o meio ambiente de diversas zonas. Por incrível acuidade, tentava-se impedir que um possível desastre ecológico viesse atingir um dos pontos mais extremos do nosso território, que já se presumia ou se sabia portador de tênue equilíbrio em relação ao suporte de suas estruturas ambientais.

Nesse sentido, vale o registro – e o pedido de confrontação com a justificativa do decreto – de artigo sobre a devastação amazônica, publicado no *Jornal do Brasil*, de 15 de novembro de 1985, primeiro caderno, página 18, onde se lê: "outro problema preocupante são as mudanças climáticas e geológicas já observadas na região. Em consequência do desmatamento e do uso inadequado do solo, igarapés e rios que eram perenes passaram a ser periódicos, enquanto os periódicos estão secando mais rapida-



PROVÍNCIA DA DEVASTAÇÃO

mente. E o rio Acre, que era navegável em toda a sua extensão, durante o ano inteiro, agora quase seca na estiagem”.

Outro aspecto interessante a comentar diz respeito à metodologia de abordagem da questão, aos idos de 1911, no que concerne à forma do estabelecimento das glebas ou faixas descontínuas em meio à espacialidade do então território. Tãmanha era a preocupação com o assunto que resolveu-se proteger o maciço florestal pela via de sua compartimentação. Em última análise isso significa que as comunidades da região teriam sempre a frente de suas atividades produtivas uma seqüência de barreiras impeditivas aos desmatamentos que obrigatoriamente teriam que fazer para obtenção do recurso solo, indispensável ao estabelecimento das lavouras e dos criatórios de gado. Tipo de providência, essa, que, até a presente data, não conseguimos estabelecer em nenhuma de nossas unidades federativas, as quais, à exceção das compreendidas na *Amazônia Legal*, já se encontram quase que totalmente desprovidas de seus maciços florestais originais, com ênfase aos estados sulinos, praticamente descobertos.

Chama a atenção, também, o interesse em preservar a faixa fronteira entre o Brasil e o Peru, atualmente per-

tencente ao município de Cruzeiro do Sul. O que, numa primeira abordagem, pode levar ao simples entendimento de que é apenas uma proteção da linha divisória entre os dois países, mas que, em verdade, encerra propósito de alcance bem maior: proteger o primeiro maciço da Cordilheira dos Andes, que poucos sabem existir em nosso país. De acordo com os levantamentos e relatórios do Projeto Radam Brasil, inexplicavelmente também já extinto (1986), essa gleba possui um riquíssimo acervo em fauna e flora, com várias espécies somente ali encontradas, justamente por suas características ímpares em termos de condicionamento ambiental próprio. Seguramente, nessa faixa, com mais de 600 mil hectares, podem ser encontrados raríssimos testemunhos de fósseis pré-históricos, a espera de recolhimento e catalogação. Felizmente, o "Programa Nossa Natureza" parece disposto a estabelecer ali o parque nacional da Serra do Divisor, o que, convenhamos, para tal já existe dispositivo e justificativa desde 1911. Afinal, vale o acerto da recomendação. Antes tarde do que no ano 2.000, como bem poderiam dizer o então Presidente Hermes da Fonseca e seu ministro da agricultura, Pedro de Toledo, tendo em vista a grande capacidade que tinham de prever o futuro...

O ENTENDIMENTO JURÍDICO DA QUESTÃO

Basicamente, a legislação federal brasileira só reconhece a existência de cinco categorias de manejo para a conservação da natureza, a saber: três de uso indireto, isto é, sem consumo de seus recursos, representadas pelos parques nacionais, reservas biológicas e estações ecológicas; e duas outras de uso direto, isto é, com consumo controlado de seus recursos, representadas pelas florestas nacionais e parques de caça (sem existência na prática). Várias outras designações, como monumentos naturais, refúgios de vida silvestre, reserva de fauna, rio cênico e estrada parque, por exemplo, só existem como proposta, portanto sem qualquer reconhecimento oficial. A nível estadual e municipal podem existir unidades as mais diversas, inclusas as reservas florestais e de caça, cujas administrações independem da cobertura federal. Como estamos nos referindo à ação da União, vale dizer que a existência das categorias de manejo acima destacadas encerram, em sua grande maioria, uma triste e lamentável história. Elas se destacam mais pela beleza, transmitida em fotografias, descrições e filmes, do que propria-

UM DECRETO QUE PREVIA O FUTURO DA AMAZÔNIA

Decreto Nº 8.843 – de 26 de julho de 1911

Crêa a reserva florestal do Território do Acre.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil, atendendo a que a devastação desordenada das matas está produzindo em todo o paiz efeitos sensíveis a desastrosos, salientando-se entre elles alterações na constituição climaterica de varias zonas e no regimen das aguas pluvias e das correntes que dellas dependem; e reconhecendo que é de maior e mais urgente necessidade impedir que tal estado de cousa se estenda ao Territorio do Acre, mesmo por tratar-se de região onde, como igualmente em toda a Amazonia, ha necessidade de proteger e assegurar a navegação fluvial e, consequentemente, de obstar que soffra modificação o regimen hydrographico respectivo, decreta:

Art. 1º Fica creada no Territorio do Acre e collocada sob a jurisdição do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, a reserva florestal, com os seguintes caracteristicos:

I. Uma faixa de 40 kilometros de largura média, tendo para a divisoria de aguas entre o rio Acre e o rio Purús, a começar cerca do paralelo de 11º, seguindo rumo médio para nordeste, até terminar na obliqua Beni-Javary, devendo comprehender quanto possivel a vertentes do Alto-Acre e seus afluentes Xapury e Antimary, bem como as cabeceiras tributarias pela margem direita do rio Yáco.

II. Uma faixa de 20 kilometros de largura média, tendo para eixo a divisoria de aguas entre o Purús e o rio Embira, afluentes do Juruá. Esta faixa começa no paralelo de Caty (9º 40' 21", 5, segundo a comissão brasileira-peruana de 1904-1905) e procurará abranger quanto possivel as cabeceiras do Yamináuas e do Alto-Embira, e seguir mais ou menos o nordeste, envolvendo as cabeceiras do Jurupary até encontrar a obliqua geodesica Beni-Javary.

III. Uma área central no departamento do Alto Juruá, de onde nam divergentes cabeceiras de alguns afluentes para a margem direita desse rio, com as seguintes limitações approximadas: desce pelo rio Catuquina desde a cabeceira até a barra do Iguapé Pupú, segue a nordeste paralela ao curso do rio Tarauacá, envolvendo cabeceiras dos seus afluentes da esquerda, toma para noroeste comprehendendo cabeceiras do rio Acuráua e dos rios Gregorios e liberdade, volta a sudoeste para comprehender as cabeceiras do Amoácas e desce a sul, envolvendo as cabeceiras do rio Tejo e terminando na nascente do Catuquina.

IV. Uma faixa de 20 kilometros de largura média, comprehendendo as vertentes mais occidentaes dos afluentes do rio Juruá, cuja orla extrema para oeste será na linha fronteiriça divisória das aguas do Ucayali. Começando na nascente mais meridional do Javary, a faixa sinuosa estende-se para sul e para sudoeste o que vae até ás cabecei-

– ras do rio Amonea, terminando no paralelo que passa pela barra do rio Brêo, afluente pela margem direita do Juruá.

Paragrapho unico. Quando houver conhecimentos topographicos mais completos, o Governo poderá estender ou modificar os caracteristicos enumerados neste artigo.

Art. 2º É vedada a entrada nas áreas da reserva florestal e nellas prohibida a extração de madeiras ou de quaesquer productos florestaes, bem assim o exercicio da caça e da pesca.

Paragrapho unico. Havendo através das áreas reservadas caminhos que comuniquem povoados importantes, por elles será permitido o simples transito.

Art. 3º Si nas áreas da reserva florestal existirem moradores, ficallhes concedido o prazo de 12 mezes, a contar desta data, para exhibirem seus titulos de posse, cuja legitimidade será verificada perante a justiça federal.

§ 1º Reconhecida a legitimidade dos titulos, o Governo providenciara opportunamente para a aquisição das terras, por accordo amigavel ou desapropriação.

§ 2º As disposições deste artigo não se referem ás populações aborigenes que, com exclusão absoluta de individuos de outras raças, vivam em sociedade nas mattas da reserva podendo o Governo promover a sua mudança de conormidade com o art. 2º n. 13, do decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910.

§ 3º Sendo uma parte destas áreas da reserva florestal coincidente com a região de fronteira, em qualquer ponto della poderá o Governo estabelecer todas as obras de fortificação e guarda necessarias á defesa nacional; e, outrosim, nella determinar os traçados de via de comunicação pela estrategia recomendada.

Art. 4º Enquanto não fôr decretado o Codigo Florestal e até a organização dos serviços que elle deverá instituir, a policia da reserva florestal, a promoção da responsabilidade aos infractores e quaesquer outros actos necessarios á fiel observancia deste decreto, ficarão a cargo do Serviço de Inspeção e Defesa Agricolas, ao qual os demais funcionarios do Ministerio da Agricultura, com exercicio do Territorio do Acre, deverão prestar todo o auxilio.

Art. 5º Verificada a invasão de terras pertencentes á reserva florestal ou a infração de qualquer das disposições deste decreto, o funcionario que haja tomado conhecimento do facto comunicall-o ha immediatamente a ministerio, sem prejuizo dos recursos legais perante as autoridades competentes.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de julho de 1911, 90º da Independencia e 23º da Republica.

Hermes da Fonseca
Pedro de Toledo

mente pela realidade que encerram. Várias delas, criada há mais de 25 anos, ainda não sofreram desapropriações, portanto ainda pertencem a particulares. Outras encontram-se invadidas, com posses, lavouras e criatórios de gado, suprimdo madeireiros e serrarias clandestinas, abrigando garimpos, os mais diversos, com ênfase ao ouro e às pedras preciosas.

Quanto ao nosso interesse, as reservas florestais, o IBDF prefere designá-las de reservas de recursos. O último código florestal não as cita ou define; mesmo assim entende-se que devam tratar-se “de área extensa, não habitada, de difícil acesso e em estado natural, da qual ainda se carece do conhecimento e tecnologia para o uso racional dos recursos”. Diz-se, também, “que os seus valores naturais, sociais e econômicos não se encontram suficientemente identificados a ponto de permitir que a área seja manejada, sob uma categoria específica de áreas silvestres ou para sua conversão em outros usos da terra”. Ainda que reconhecidamente criadas por Lei permanecem à espera de “definição de sua categoria de manejo, ou simples extinção”.

Evidentemente, é dentro desse quadro que deveremos buscar as causas e o necessário entendimento jurídico para explicar a não revogação do decreto objeto de presente trabalho, bem como do surgimento de outras 9 reservas florestais no dia 25 de julho de 1961 – portanto 50 anos após o aparecimento da primeira delas – com todo o conjunto dizendo respeito à Amazônia (ver box), e perfazendo uma superfície total de quase 20 milhões de hectares ou ainda 200.000 km², praticamente a mesma superfície do Estado do Paraná.

O Decreto nº 8.843 foi lembrado pela União dez anos após sua publicação, quando da criação do serviço florestal, na âmbito do Ministério da Agricultura (decreto nº 4.421, de 28 de dezembro de 1921), em meio ao governo do presidente Epitácio Pessoa. Aí se encontra um verdadeiro chamado à necessidade de estabelecimento da categoria reserva florestal, ao lado das florestas protetoras, hortos florestais, florestas modelos e parques nacionais, então sugeridas. Mas nenhuma medida de caráter prático se conseguiu. Nem mesmo por ocasião do aparecimento do nosso primeiro código florestal (1934), quando as florestas brasileiras passaram a ser classificadas em quatro grandes grupos: protetoras, remanescentes, modelo e de rendimento. Presume-se, pelo exposto em seu artigo 7º, que tenha sido englo-

Em consequência do desmatamento e do uso inadequado do solo, igarapés e rios, que eram perenes, passaram a ser periódicos, enquanto os periódicos estão secando mais rapidamente.

bada na última categoria, aí permanecendo incógnita, inclusive em 1965, por ocasião da publicação do novo código florestal, instituído pela Lei nº 4.771, de 15 de setembro, no governo do presidente Castello Branco. Neste momento o país vê reduzido o número de suas categorias florestais para apenas três: parques nacionais, reservas biológicas e florestas nacionais, num verdadeiro desrespeito aos decretos que instituíram, em 1961, as outras nove reservas florestais.

Com a criação, em 1967, do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, o assunto volta à tona, pela oportunidade de nova interpretação quanto aos objetivos das reservas, que poderiam integrar os parques nacionais. Podemos levar em conta, para fazer esta afirmação, o que diz o artigo 29 do decreto nº 289, de 67, específico ao novo organismo, integrante da administração indireta do ministério da agricultura: “As reservas florestais naturais inventariadas ou levantadas pelo IBDF na forma do inciso II, do artigo 4º deste Decreto-Lei, poderão ser objeto de desapropriação por parte do Poder Público, nos termos da Constituição do Brasil, desde que tal medida seja considerada, pela Comissão de Política Florestal, indispensável ao cumprimento das disposições do Código Florestal”.

É evidente que, uma vez passíveis de desapropriação, as reservas florestais, no conjunto, perderiam o caráter de transitoriedade e passariam a constituir-se em bens públicos de uso comum. E como tal, no entendimento do jurista Juracy Perez Magalhães, englobariam as prerrogativas de inalienabilidade, impenhorabilidade e imprescritibilidade. Portanto, enquadrar-se-fam na política dos parques nacionais.

Nem assim foram desapropriadas e tampouco implantadas, tanto a do Acre como as nove criadas no governo Jânio Quadros. Pelo contrário, a esse tempo começam a ser oficializadas no que se poderia chamar de categoria do abandono efetivo, abrindo chances às invasões de maior porte e conseqüentemente sofrendo os efeitos do fogo, dos desmatamentos e transformações madeireiras. E logo em seguida começam a ser desmembradas pelo próprio IBDF, com aquiescência ou omissão da SEMA.

CONCLUSÃO PARCIAL

Os órgãos de governo, justamente aqueles mais diretamente ligados à conservação da natureza, dobram-se aos interesses dos que, à época, não admitiam qualquer intromissão em seus pla-

nos para a especulação fundiária e o estabelecimento de grandes fazendas-províncias voltadas unicamente para tentativa do grande criatório de gado – o que todos sabem não se coaduna com a vocação e os anseios das comunidades amazônicas, historicamente ali assentadas. Em outras palavras, isto significou a retirada de mais um impedimento aos desmatamentos a todo o vapor, substituição de grandes áreas, cobertas de floresta, por pastagens descobertas. Justamente o contrário do que suas justificativas diziam. E assim, já descaracterizadas, em sua grande maioria, essas teriam que esperar uma nova oportunidade ou um novo entendimento sobre suas possíveis serventias.

Foi o que tentamos obter em 1979, logo após a descoberta acidental do decreto de 1911, por ocasião de uma consulta à biblioteca do Senado Federal, sobre a origem dos títulos de propriedade das terras de grandes fazendas e seringaais que estavam sendo adquiridas para implantação de projetos a serem beneficiados com incentivos fiscais concedidos pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM. Valendo-se diga-se de passagem das famigeradas exposições de motivos de nºs 05 e 06/79, as quais, possuindo apenas poder normativo, estimulavam a formação de grandes latifúndios, mesmo que tivessem sido adquiridos a “revelia da Lei e da Ordem”, abrangendo superfícies que chegavam até 600.000 hectares. Isto quando era fato notório ser necessário um colono esperar quatro ou cinco anos para adquirir uma gleba de 100 hectares nos projetos de colonização oficiais.

Como resposta a uma consulta ao IBDF, sobre o conhecimento e validade do decreto de 1911, obtivemos do presidente do órgão, à época, Carlos Neves Galluf, a seguinte resposta (Ofício nº 211/06.07.79): “É um decreto de criação de uma reserva florestal constituído por um ato emanado de Autoridade Competente, dotado de imperatividade, eficácia, podendo tornar-se exequível a qualquer tempo, desde que acionados os Departamentos Técnicos incumbidos da implantação definitiva das Unidades de Conservação no Brasil. Neste sentido, o Departamento de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes vem desenvolvendo estudos”. Como teremos oportunidade de verificar, estes tais estudos viriam a direcionar-se justamente contra as reservas florestais, mais especificamente em relação às criadas durante o período de governo do presidente Jânio Quadros.

Idêntico ponto de vista sobre a resposta do IBDF manifestou o jurista Ju-

RESERVAS FLORESTAIS DO BRASIL

Reservas florestais	Unidades federativas	Decreto criação	Área (ha)	Regularização fundiária	Execução das medidas	Observações
1. Do Acre (4 glebas)	Acre	nº 8.843 (26/07/1911)	2.800.000 (aprox.)	não-efetivada	Ministério da Agricultura/ Serviço de Inspeção e Defesa Agrícolas	Decreto de criação não revogado até a presente data.
2. Pedras Negras	Rondônia	nº 51.025 (25/07/1961)	1.761.000	Idem	Ministério da Agricultura/ Serviço Florestal/ IBDF	Revogado em 20.09.82, pelo Decreto nº 87.587 (Reserva Biológica do Guaporé, com área de 600.000 hectares).
3. Jaru	Rondônia	nº 51.024 (25/07/1961)	1.085.000	Idem	Idem	Revogado em 11.07.79, pelo Decreto nº 83.716 (Reserva Biológica de Jaru, com área de 268.150 hectares).
4. Gurupi	Maranhão	nº 51.026 (25/07/1961)	1.674.000	Idem	Idem	Revogado em 12.01.88, pelo Decreto nº 95.614 (Reserva Biológica do Gurupi, com área de 341.650 hectares).
5. Jurema	Mato Grosso	nº 51.027 (25/07/1961)	1.808.000	Idem	Idem	
6. Rio Negro	Amazonas	nº 51.028 (25/07/1961)	3.790.000	Idem	Idem	
7. Gorotire	Pará	nº 51.029 (25/07/1961)	1.843.000	Idem	Idem	Transformada em Área Indígena (Kayapó) pelo Decreto nº 91.244, de 09.05.85, sem especificação de área.
8. Mundurucânia	Pará	nº 51.030 (25/07/1971)	1.377.000	Idem	Idem	
9. Parima	Roraima	nº 51.042 (25/07/1961)	1.756.000	Idem	Idem	
10. Tumucumaque	Pará	nº 51.043 (25/07/1961)	1.793.000	Idem	Idem	Desmembrada em 16.07.68, pelo Decreto nº 62.998 (Parque Nacional Indígena do Tumucumaque, com área não especificada).
	Amazônia		19.687.000	não-efetivada	nenhuma	Revogações/Descaracterizações/Abandono.

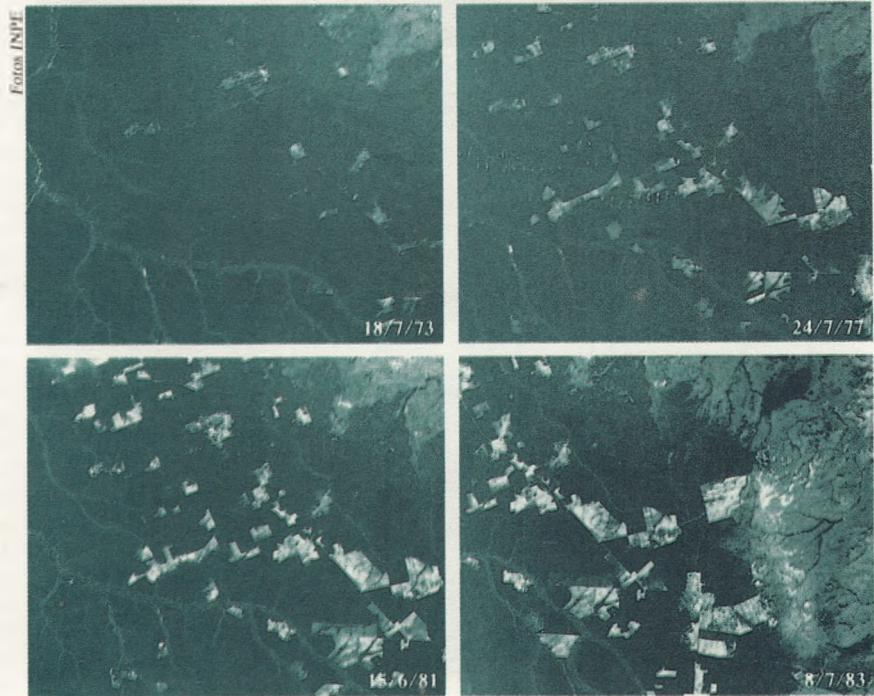
racy Perez Magalhães em seu livro "Comentários ao Código Florestal", editado pelo Centro Gráfico do Senado Federal, ano de 1980, onde na página 55 se lê: "Mesmo antes do Código de 34, tivemos um importante decreto, o de nº 8.843, de 26 de julho de 1911, criando uma grande reserva florestal, nos vales do Acre, Purus e Juruá, no antigo Território do Acre. Aliás, esse decreto está em vigência, não foi revogado".

Interessante destacar que exatamente cinco dias após o recebimento da resposta da presidência do IBDF era publicado o decreto nº 83.716, de 11.07.79, que revogava na sua integridade o decreto nº 51.024, de 25.07.79, o qual havia criado a reserva florestal do Jaru, no então Território de Rondônia, cuja área aproximada era de 1.085 milhão de hectares, contra os 268.150 hectares do que viria a ser a reserva biológica do Jaru. A partir daí, outras revogações, descaracterizações e desmembramentos viriam a ocorrer, como se pode verificar no box anexo. Mas, desde já, levanta-se a seguinte indagação: que fim levaram e quais os beneficiados com as sobras das áreas que constituíam a integridade das reservas florestais criadas em 1961? Retornaram ao estoque de terras públicas, foram doadas ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, colocadas em licitação e adquiridas por particulares, foram transformadas em pastagens ou encontraram-se devidamente revestidas por matas originais?

A PROVÍNCIA DA DEVASTAÇÃO, O CINTURÃO DO FOGO E A SITUAÇÃO ATUAL NO ESTADO DO ACRE

Somente para o ano de 1985, estimou-se que toda a região amazônica havia perdido quase três milhões de hectares de florestas. Esta superfície corresponde a pouco mais que o estado de Alagoas, mas se lembrarmos que nos últimos 25 anos foi derrubada uma área equivalente a 25 milhões de hectares de matas, é fácil chegar à conclusão de que conseguimos abrir uma clareira, somente nesta região, do tamanho do atual estado de Rondônia. De outra parte, as áreas de preservação oficiais não conseguiram ainda ultrapassar os 10 milhões de hectares, praticamente 40% do que existe devastado. Espantoso em tudo isso é que a legislação brasileira sobre a conservação da natureza teima em não reconhecer as reservas florestais como unidades também criadas com essa finalidade, mesmo que em seu conjunto tenham atingido uma área próxima a 20

Em relação ao Estado do Acre, a situação começou a complicar no exato momento em que a exploração da borracha e o extrativismo de uma manelra geral começou a ser desativado e substituído pela criação do gado.



Acompanhamento com imagens orbitais, ao longo de dez anos, da ocupação do vale do rio Suiá-Miçu, na Amazônia, por projetos agropecuários.

milhões de hectares ou quase, 17, se excluirmos as quatro glebas que compõem a Reserva Florestal de 1911. Parecem preferir o dito muito comum, em certo tempo, em determinados gabinetes ministeriais de Brasília: “é pouco índio pra muita terra, e muita mata em cima da terra”.

Em função desse e de outros descasos, políticas setorializadas conflitantes, modelos de ocupação inadequados para a região e facilidades ao grande capital nacional e estrangeiro – para multiplicarem-se ainda mais, seja através de atividades produtivas discutíveis ou mesmo apoderando-se de novas reservas de valor – é que chegamos à “província da devastação e seu proprietário “o cinturão do fogo”. Os dois, intimamente relacionados, como era de se esperar, se conheceram e se juntaram no início da divisa extrema dos estados do Pará e do Maranhão, subindo e acompanhando o rio Gurupi, embrenhando-se em parte do Tocantins, novamente subindo até quase metade do Araguaia, tomando conta da maior parte do estado de Mato Grosso, considerável parcela de Rondônia e agora já alcançando e tentando abocanhar o estado do Acre (vide ilustração anexa).

Sobre essa “província” e esse “cinturão” é que os satélites já cansaram de emitir sinais os mais variados de atenção e alerta. E em meio a isso é que se multiplicam as queimadas e os conflitos pela posse e propriedade das terras. Agressões armadas, prisões, torturas e assassinatos aconteceram e continuam acontecendo, sem que se possa vislumbrar uma final para os interesses em jogo. De um lado, os sem terra, que lutam desesperadamente para obtê-la; do outro o próprio governo que teima em não realizar a discriminação, a regularização fundiária, a colonização oficial dirigida, o crédito acessível, a orientação técnica, a pesquisa para o manejo florestal. Enfim, a reforma agrária. Como consequência, as matas caem, são queimadas, desaparecem, surgindo ora os plantios de subsistência, ora as pastagens, que nem sempre abrigam o gado – aparecem mais como um chamamento à venda e à especulação fundiária. E o ciclo se alastrando, sobre terras regularizadas, públicas, devolutas, parques nacionais, reservas biológicas, indígenas e tantas quanto houverem com outras denominações, que não a própria natureza.

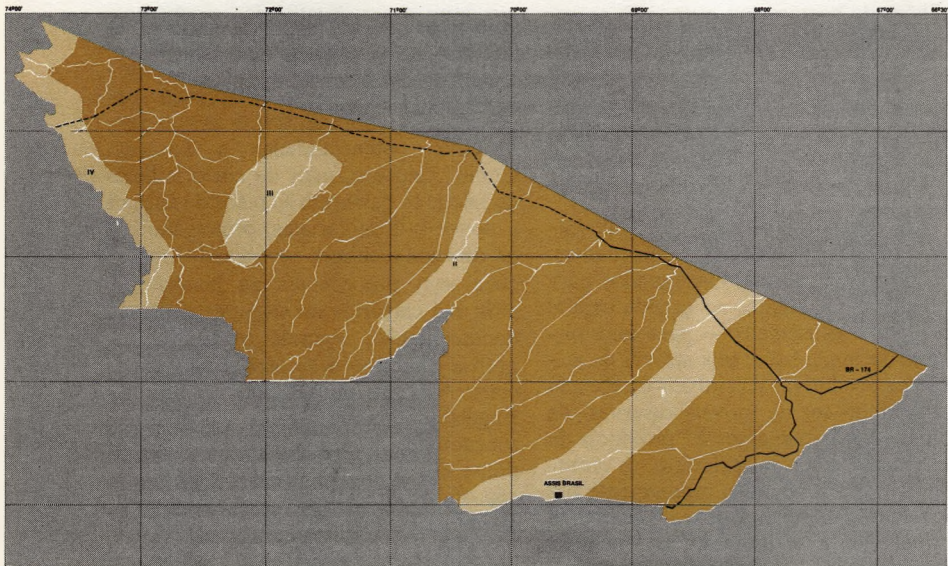
Em relação ao estado do Acre, com seus quinze milhões de hectares, até recentemente de pura floresta, a situação começou a complicar no exato momento em que a exploração da borracha e o extrativismo de uma maneira geral co-

meçaram a ser desativados e substituídos pela criação do gado, à falta de um plano consistente, como de resto em toda a Amazônia, para sua ocupação ordenada e equilibrada, frente às suas verdadeiras potencialidades e vocação. Como resultado, mais de cinco milhões de hectares passaram às mãos de antigos e novos latifundiários, principalmente os de capital sulino, envolvendo transações sem precedentes na história do país: até cartórios inexistentes emitiram documentação, segundo relatos da imprensa e mesmo o de pesquisadores sociais. As levadas de seringueiros sem seringais juntaram-se às de colonos, desencantados com o “eldorado” de Rondônia e com as promessas da colonização oficial dirigida que o INCRA intencionava. Tamanha foi a desordem que não restou a essa gente senão o recurso da sobrevivência pelo cabo do machado. Não é preciso dizer que o fogo e a derrubada invadiram os municípios de Rio Branco, Plácido de Castro, Senador Guimar, Xapuri e Brasiléia.

Com a entrada de mais de 40 mil colonos somente nos últimos cinco anos, à procura de terras, os desmatamentos vão arrastando e conflitando castanheiras e castanheiros, seringueiros, índios, pequenos proprietários, pecuaristas e latifundiários, na medida em que se interioriza e se avança pelas margens da rodovia BR-364, num visível presságio das transformações que ocorrerão nos municípios de Sena Madureira, Manoel Urbano, Feijó, Tarauacá e, até mesmo, Cruzeiro do Sul. O ocorrido com o seringueiro e ecologista Chico Mendes, trágica e sorrateiramente assassinado em tempos recentes – pela sua dedicação e determinação em favor da preservação da floresta de sua terra, imprescindível à continuidade do extrativismo – ele mesmo já esperava. É a lei maior que impera na “província da devastação e do cinturão do fogo”. Enfrentá-la é o mesmo que requerer pelas próprias mãos as reformas estruturais de que o país tanto necessita. Outros já faleceram e tantos outros deverão falecer. Como estão a falecer as próprias reservas florestais do Acre, de que Chico tão bem conhecia a história – vivia bem próximo à primeira delas, a do alto Acre, que abriga as nascentes do rio Xapuri.

AS REPERCUSSÕES INTERNACIONAIS

As causas e os reflexos desse genocídio ambiental que se abate sobre a Amazônia são, hoje, conhecidos e discutidos praticamente em todo o mundo. Agên-



LOCALIZAÇÃO APROXIMADA DA RESERVA FLORESTAL DO ACRE

- I— Faixa do Alto Acre
(área aproximada: 1,2 milhão de hectares)
- II— Faixa do Alto Purus-Envira
(área aproximada: 400.000 hectares)
- III— Faixa do Rio Gregório
(área aproximada: 600.000 hectares)
- IV— Faixa Extrema do Juruá
(área aproximada: 600.000 hectares)

Total aproximado: 2,8 milhões de hectares

- Cidade
- Rodovia implantada
- Rodovia em implantação

cias internacionais de desenvolvimento, autoridades governamentais de países os mais diversos, expressões mundiais, a nível da intelectualidade, da ciência, pesquisa e das artes, e um número cada dia maior de organismos, não governamentais, engajados na luta pela defesa do meio ambiente, vêm fazendo sentir seus protestos sob várias formas e exigem do Brasil uma urgente e consciente tomada de posição impeditiva à continuidade do processo de devastação das florestas. Alguns desses protestos têm dado a entender que, na prática, não teríamos condições para tal e sugerem, mesmo, um esforço internacional para salvar os valores amazônicos, com recursos provenientes de doações das mais variadas fontes. Até a dívida do país, já há algum tempo a mais elevada em todo o mundo, tem sido lembrada e sugerida como uma dessas possíveis fontes, se os credores admitirem que se empregue parte dela em ações que obstaculizem e reorientem o modelo de ocupação ali posto em prática há algumas décadas.

OS DESDOBRAMENTOS INTERNOS

Dentro do país, os opiniões já começam a polarizar-se. De seu lado, o governo, através da presidência da república, faz saber da existência de um complot, a nível internacional, contra o Brasil, ingerência em assuntos internos e até perigo de perda da soberania nacional, tendo em vista os grandes olhos voltados às potencialidades dos recursos minerais e bancos genéticos estratégicos que só a Amazônia possui, em quantida-

de e qualidade apreciáveis, e que estariam por trás de todo o processo de denúncias. Mas, ao mesmo tempo, aciona o aparelho do estado e obriga-o a elaborar, a curto prazo, o que parece ser o mais abrangente programa voltado à proteção e preservação ambiental que o país conhece, denominado "Nossa Natureza", repleto de recomendações e decretos objetivando ações de caráter revisionista, com ênfase a um amplo zoneamento ecológico-econômico. Este indicaria novas vocações e núcleos de ecossistemas mais aptos a receberem instrumentos do progresso adequados aos condicionamentos amazônicos. É tão extenso, exige tantos recursos, que ao final já se diz que é o que estava faltando para que o respaldo financeiro externo pudesse chegar mais rapidamente.

Vários segmentos políticos, das áreas da ciência e da tecnologia, têm visto a perspectiva de ajuda externa como uma das raras oportunidades que teríamos para melhor equacionar e conduzir importantes questões ainda em suspenso, como a do reaparelhamento dos nossos laboratórios, formação e especialização dos recursos humanos para uma melhor adequação e geração de tecnologias apropriadas aos trópicos e à região. Muitos já se mostraram dispostos a interceder neste particular.

Internamente à região, o estado do Acre assume o papel de principal baluarte na luta pelos propósitos da preservação ambiental e dos povos da floresta, através, principalmente, do esforço dos seringueiros sindicalizados e de um apoio, sem precedente, da grande imprensa nacional e mesmo estrangeira. Para ali têm se dirigido lideranças políticas e representantes da sociedade civil, a todos os níveis, brasileiros e estrangeiros, não só com o interesse de solidarizar-se com as lideranças comunitárias locais, como, também, para conhecer e aprofundar conhecimentos sobre a questão florestal e de ocupação da Amazônia brasileira. Social e antropológicamente, uma forma e um direito de todos retornarem às suas origens de homens e mulheres ainda ligados à natureza e preocupados com um provável futuro que pode se mostrar por demais constrangedor. É que, no fundo, no fundo, todos têm razoável parcela de culpa. Afinal, as florestas da Amazônia, as florestas do Acre também têm muita coisa em comum com as demais florestas do restante do mundo, sejam de um passado muito distante quanto do momento atual. Sucessivamente, as florestas vêm tombando e cedendo lugar a atividades produtivas nem sempre mais nobre e valiosas do que o papel que de-

semprenham como formadoras e defensoras das interações que se processam, suportam e condicionam a vida em nosso planeta.

Por isso é que entendemos que o relato de um pouco da história da reserva florestal do antigo território do Acre mereceria um lugar de destaque nos dias de hoje, porque, mais do que tudo, a justificativa do decreto que a criou, sem sombra de dúvida, representa um verdadeiro puxão de orelhas em todos nós. O que não se queria que viesse a acontecer está aí, a frente de todos que queiram enxergar, como um verdadeiro paradigma, que não pode e não deve se repetir.

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Por todos os condicionantes e fatos relatados, um grande número de estudiosos e especialistas em questões tropicais estão prevendo uma situação insustentável para a região amazônica nos próximos 50 anos, se uma verdadeira ruptura não ocorrer em relação a quase tudo que vem sendo feito. A Amazônia está mal porque realmente ainda não conseguimos pensar bem em relação a ela. Seria até válido estender esse entendimento ao restante do país, que há muito já mostra, em vários de seus pontos de maior dinamismo, visíveis sinais de saturamento em suas estruturas ambientais e, conseqüentemente, queda na qualidade de vida de suas populações. Tanto assim que o próprio governo federal reconhece oficialmente a existência de 14 áreas críticas de poluição, envolvendo regiões metropolitanas, bacias hidrográficas e zonas industriais.

E não custa nada repetir o que muitos vêm dizendo e apontando como causas maiores dos nossos infortúnios: a inconsistência do planejamento global do país; a excessiva centralização político-administrativa, com uma quase total desconsideração pelos anseios das populações regionais e os caminhos por elas oferecidos – em contrapartida a uma abertura excessiva a sugestões e interesses extra-regionais, extra-amazônicos, multinacionais. Como consequência desse processo institucionalizado de irradiação de anti-regionalismo, tem-se os desprodutos ou malefícios da mais faustosa das inadequações tecnológicas imprimidas aos trópicos, permeando um número excessivo de grandes empreendimentos, como a mineração, a agropecuária e a geração da energia hidroelétrica. E a floresta, nisso tudo, e ao longo do nosso processo civilizatório, sempre foi vista como um impicilho, em

qualquer lugar, mas com ênfase ao momento atual e à Amazônia, e não como a sua maior riqueza estratégica.

Nesse sentido, e em função dos desastres ecológicos que se multiplicam, local, regional e mundialmente, grande parte, senão a maioria das sociedades começam a se indagar se os verdadeiros caminhos civilizatórios não deveriam ser outros. Daí, que, hoje, a preocupação com a natureza é mais um anseio das comunidades do que propriamente um interesse real dos governantes. E é por isso que estão a exigir que os organismos de ação dos governos reformulem os seus objetivos e modos de atuar. Impossível continuarem a se omitir ou a presenciar acontecimentos, os quais, em última instância, põem em dúvida as suas próprias existências. Ou, então, deixarem transparecer que foram criados somente para impedir que o regionalismo viesse a exercitar a defesa de seus interesses, notadamente em relação aos aspectos da verdadeira conservação de seu recursos naturais.

Se quisermos, efetivamente, fazer alguma coisa para mudar o quadro atual, é preciso começarmos a aprender a dividir não só responsabilidades no planejamento, na determinação de diretrizes, estratégias, metas e objetivos, como também no estabelecimento dos mecanismos de acompanhamento e fiscalização permanentes.

As decisões, para serem democráticas, em termos de preservação ambiental, devem ter como ponto de partida o entendimento daqueles que estão próximos aos eventos e que podem ter suas vidas modificadas se alguma coisa não for feita para reorientar ou mesmo eliminar os processos degradadores que lhes foram impostos.

A questão da reserva florestal do antigo território do Acre foi mostrada com a intenção de ser entendida e discutida como uma forma de comportamento governamental que não pode e não deve repetir-se entre nós. Casos como esse devem existir muitos no Brasil, inclusive outros a serem descobertos, fraudando por isso mesmo a própria história do país. □

Flávio Garcia de Souza é engenheiro agrônomo, atua na área de recursos naturais e meio ambiente há 28 anos. Pertence ao quadro do CNPq/Brasília.

Resumen

Un decreto que prevía el futuro de la región amazónica

A veces podemos constatar que alguien está más allá de su época. Un ejemplo es el presi-

dente Hermes da Fonseca al firmar en julio de 1911 el primer decreto, en el Brasil, con el fin de proteger y conservar los recursos naturales. Con este hecho pasó secretamente a la Historia. Sin embargo, este decreto permanece olvidado e ignorado después de setenta y ocho años. ¿por qué?

Abstract

A decree that foresaw the future of the Amazon

Every so often, people prove to be ahead of their time. The present case is one such. In signing the first decree designed to protect and conserve natural resources, in July 1911, President Hermes da Fonseca stole into History. Seventy-eight years later, however, this decree lies forgotten and ignored. Why so? What follows may contain the answer.

DEMOCRATIZAR A DEMOCRACIA

■ NESTA CONFERÊNCIA REALIZADA EM ABRIL DE 1988 NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, CARLOS RAFAEL RODRÍGUEZ SE APROFUNDA NA PROBLEMÁTICA DA IDENTIDADE LATINO-AMERICANA E PROVOCANTE PROCESSO DE ASSUMIR SUA BUSCA. APESAR DE HAVER SIDO PROFERIDA HÁ MAIS DE UM ANO, ESTA CONFERÊNCIA SE MOSTRA BASTANTE ATUAL. ■

CARLOS RAFAEL RODRÍGUEZ • Tradução de Marcos Bagno

A América Latina é uma longa e frustrada aspiração, desde os dias bolivarianos, passando pelos dias de José Martí até os nossos mesmos. E um dos fatos mais notáveis da América Latina nos últimos anos é a incorporação do Brasil ao corpus latino-americano. O Brasil vinha desenvolvendo-se como uma grande força, com esse poderio intrínseco que tem, derivado não só de sua grande dimensão e do poderoso número de habitantes de que dispõe, mas também da força interna que dimana e que estamos vendo em cada uma das manifestações da realidade brasileira. Mas vinha crescendo um pouco afastado da América Latina, um pouco longe do conjunto latino-americano. O novo e o importante é essa que não podemos chamar "reincorporação", mas incorporação brasileira ao mundo latino-americano, que coincide, também, devemos dizê-lo, com outra incorporação não menos surpreendente, que é a incorporação da Argentina. A Argentina foi sempre latino-americana, mas estava longe, até a aventura inglesa das Malvinas, do corpo latino-americano, com os olhos voltados para a Europa, não voltados para dentro do nosso continente. E haver-se a Argentina reincorporado à latino-americanidade é também um elemento fundamental de nosso tempo.

Como será o mundo que nos tocará viver, a nós, latino-americanos, de agora em diante? Não devemos esquecer: estamos num momento de transformação. Temos de levar em conta se queremos realizar o que somos e o que queremos ser; parece que estamos ante os primeiros sintomas de transformações importantes e elas estão dadas, antes de mais nada, pela nova situação internacional que se prevê depois dos acordos sobre as armas nucleares intermediárias e às vésperas das conversações dos dirigentes das duas superpotências, a União Soviética e os Estados Unidos, Gorbachev e Reagan.

Não se chegará a acordo nestas conversações que acontecerão em Moscou, mas, sem dúvida, há um caminho de possível conciliação, de abertura, em que temos de nos inserir como parte do mundo contemporâneo. A guerra, diziam os antigos, é importante demais para ser confiada aos generais, e a guerra moderna e a decisão do mundo são importantes demais para estarem em mãos de duas potências, por mais importantes e decisivas que sejam. Cabe-nos intervir também nessa configuração nova do mundo. Vínhamos arrastando o perigo nuclear, parece que começamos a deixá-lo para trás; o Reaganismo como política internacional está vencido.

A "supremacia militar" buscada por Reagan conduzia o mundo à guerra e foi vencida, foi eliminada, foi substituída pela necessidade de diálogo. A "Iniciativa de Defesa Estratégica" fica deixada de lado porque todo o mundo sabe que tecnicamente é irrealizável e politicamente é perigosa demais

para pôr em mão de uma das superpotências a capacidade do primeiro golpe, o que conduziria inevitavelmente, inexoravelmente, a um confronto nuclear.

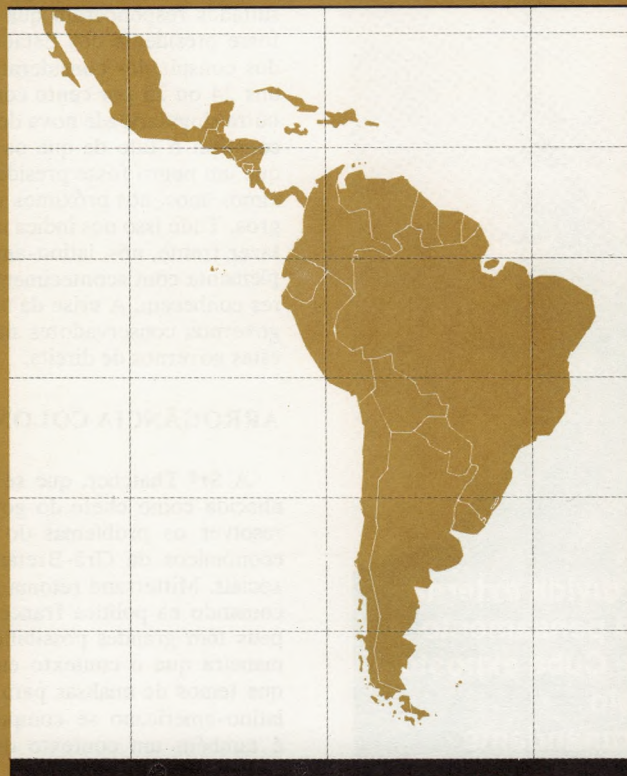
O mundo entra por outros caminhos e nós, como americanos, temos de escutar as possibilidades que esses caminhos abrem em geral à humanidade e nos abrem particularmente a nós.

PERESTROIKA & COWBOYS

Todos sabemos a importância que têm as transformações que se estão realizando na União soviética. Além da *perestroika* e da chamada *glasnost*, na política internacional isso se traduz numa atitude de longo prazo, numa concepção nova do mundo contemporâneo. A concepção de que o socialismo implica um largo período de transformação interna que ainda não foi vencido nem o será a curto prazo, nem na União Soviética nem nos países socialistas europeus. Por conseguinte, é preciso seguir trabalhando internamente nesses países para que o socialismo adquira sua plenitude e realize todas as promessas que pode cumprir, que não estão ainda realizadas.

A sociedade comunista fica adiada para um futuro mais ou menos distante, mais ou menos próximo, segundo as concepções particulares de cada país, mas não está no imediato, na ordem do dia de nosso tempo, de nosso próprio século, e isto leva à convicção, para o socialismo, de desenvolver sua política de coexistência pacífica, tal como Lênin a traçou, como uma concepção de longo prazo. Essa idéia leva em conta também que o capitalismo, ainda que ferido de morte do ponto de vista histórico, conserva ainda suficientes forças para manter-se e ser agressivo e poderoso durante um período de tempo mais ou menos longo. Isso leva à necessidade de conceber o mundo contemporâneo como um mundo de entendimento entre duas tendências intimamente contraditórias que não poderão resolver-se, como alguns pensam, através da "convergência", mas que se decidirão ao longo da história. Nós que cremos no socialismo estamos convencidos de que ele sairá vitorioso, mas ambas as tendências têm de coexistir, ou antes: conviver, encontrar uma via de coexistência adequada.

Isto se vê também nas transformações que estão ocorrendo nos Estados Unidos. O Reaganismo, morto internacionalmente, passou a melhor vida também nos Estados Unidos. Dá-se hoje o processo preparatório das eleições norte-americanas, e podemos dizer que nele nenhum dos dois contendores hasteia as idéias e o pensamento de Reagan. Bush, que tem sido o vice-presidente de Reagan durante todo este longo período de tempo, afasta-se cada dia mais da sombra de seu protetor, e embora tenha de conservar os elementos fundamentais do Reaganismo para manter também o apoio polí-





**A dívida externa
no pensamento
de Cuba exposto
pelo
Comandante
Fidel Castro e
por muitos de
nós, é impagável
nas condições
contemporâneas...**

tico e moral das forças que têm sustentado Reagan, trata de evitar compromissos com o anterior, trata de apresentar-se sob uma forma nova e distinta, que não deixa de ser conservadora, que não deixa de ser imperialista, mas não tem as características de agressividade, de intentos de supremacia militar, de provocação internacional que têm sido a tônica da política de Reagan em todo este tempo. Mas, além disso, nas eleições primárias para a seleção do candidato para o Partido Democrata verificam-se situações impensadas até há pouco tempo: a presença de Jesse Jackson, aspirante negro à presidência dos Estados Unidos, tem tido tal ressonância que até há alguns dias se examinava ainda a possibilidade de Jackson obter a maioria no Partido Democrata para nomeação presidencial. Essa maioria ele não obterá, evidentemente, e, e, além disso, se a obtivesse, seria difícil a candidatura de Jackson por razões que todos os senhores conhecem, que não é necessário examinar. Mas devemos considerar que Jackson chegou a ter esse poderio interno no Partido Democrata, não apoiado somente pelos homens e mulheres de pele negra, pelos *chicanos*, pelos latino-americanos, mas também por forças brancas, muitos operários, mas não a maioria de operários, necessariamente muitos deles protestantes como Jackson, mas não necessariamente todos protestantes, há também gente da classe média, católicos incorporados à política de Jackson. E é singular que numa recente sondagem norte-americana aparecesse pela primeira vez esta pergunta: "Você crê que um negro será presidente dos Estados Unidos nos próximos vinte anos? E encontraremos ali uma resposta não menos singular: enquanto quase 30 por cento dos consultados responderam que não era provável que um negro fosse presidente dos Estados Unidos, mais de 40 por cento dos consultados consideraram-no um pouco provável, e até uns 24 ou 25 por cento consideraram-no muito provável. E outra singularidade nova dentro desta singularidade analisada constitui o fato de que os brancos pensavam mais possível que um negro fosse presidente dos Estados Unidos nos próximos anos, nos próximos vinte anos, do que os próprios negros. Tudo isso nos indica um mundo novo, ao qual temos de fazer frente, nós, latino-americanos, um mundo que se complementa com acontecimentos europeus que todos os senhores conhecem. A crise da sociedade européia que conduziu a governos conservadores não tem podido ser resolvida por estes governos de direita.

ARROGÂNCIA COLONIZADORA

A Sr^a Thatcher, que se mantém com sua arrogância conhecida como chefe do governo britânico, não tem podido resolver os problemas do desemprego nem os problemas econômicos da Grã-Bretanha, muito menos os problemas sociais. Mitterrand retoma neste momento a possibilidade de comando na política francesa. Os social-democratas europeus têm grandes possibilidades de regressar ao poder. De maneira que o contexto europeu, que é parte do contexto que temos de analisar para conceber a maneira como o ser latino-americano se comportará nos próximos vinte anos, é também um contexto de transformações que temos de acompanhar atentamente.

Deste modo, o primeiro que temos que fixar para o ser latino-americano, em sua aventura nos próximos anos, consiste em dar-se conta das mudanças internacionais que o mundo tem de abordar e nas quais a América Latina *deve* ter uma palavra e *pode* ter uma palavra e *tem que* ter uma palavra. Mas para isso, e é a primeira premissa em que fundamento toda minha tese, deve estar mais estreitamente unida do que está hoje. Para que o ser latino-americano possa incorporar-se ativamente ao mundo dos próximos 25 anos, faz falta surgir *outro* ser latino-americano, o ser corporativo latino-americano, a união latino-americana e caribenha a que todos estamos aspirando durante longo tempo. Será somente assim, será somente desta maneira que a América Latina poderá incorporar-se a um mundo em que a aspiração à paz global há de ser a primeira das premissas da ação pública, da ação internacional.

Agora, o ser latino-americano, ao agir nos próximos anos, terá de levar em conta, ademais, quais são os objetivos que tem de propor-se. Como dizia o Reitor Cristovam Buarque, não há um só ser latino-americano: há um ser brasileiro, um ser cubano, um ser argentino, dentro de cada um de nossos países; não há, tampouco, uma identidade: o ser latino-americano é uma entidade que não existe ainda e que talvez não exista nunca, porque as contradições internas de nossas sociedades conduzem a um confronto permanente de longo prazo que durará muitos anos e que não se resolverá neste período antes de chegar o século XXI. Por conseguinte, devemos considerar para nós o ser ao qual nos referimos, isto é, o conjunto de homens e mulheres que estão aspirando a uma transformação na América Latina, o conjunto de homens e mulheres que estão situados hoje na América Latina, em diferentes posições políticas, econômicas e sociais, pertencentes a classes sociais diversas, que buscam para a América Latina a realização de todas as suas possibilidades e que buscam para cada um dos latino-americanos a realização de cada uma de suas possibilidades.

Se olharmos para o Brasil, por exemplo: qual seria o ser brasileiro? Há milhões de brasileiros que vivem marginalizados. Dou o exemplo do Brasil, bem conhecido dos senhores, mas há mais de 150 milhões de habitantes da América Latina que vivem completamente marginalizados de nossa realidade social; temos de reincorporar esses homens e mulheres à realidade social latino-americana. E com eles temos de contar. Mas tem de ser nós, os que já têm uma consciência mais ampla mais profunda da realidade, que têm analisado nossa realidade e vêem a necessidade de um caminho aberto para as grandes massas latino-americanas, para as forças democráticas latino-americanas, os que devem trabalhar por essa conjunção de forças, por essa incorporação dos marginalizados, dos discriminados, dos malditos, por assim dizer, da América Latina.

AVENTURA LATINO-AMERICANA

E para isso temos que levar em conta as grandes dificuldades que enfrenta a América Latina como um ser corporativo, como entidade, aquela que José Martí chamou "Nossa América". Somos, em primeiro lugar, uma América na qual impera a desigualdade, não só através do intercâmbio desi-

gual econômico, mas também através da preponderância política de forças extralatinas-americanas, extra-Terceiro Mundo, que vêm impondo-se sobre os homens do Terceiro Mundo pelo poderio econômico e militar, esse poderio que nós temos que desafiar e estamos desafiando como parte de nosso próprio desafio interno.

E aqui temos de considerar, em primeiro lugar, um problema comum a cada um dos nossos países. Pode a América Latina realizar sua promessa ante o mundo e seu compromisso mundial se não lutamos por romper a desigualdade internacional? Pode a América Latina deixar de combater unida, através de todos os setores sociais, incluindo, neste caso, setores da burguesia industrial, pode deixar de combater por mudar as condições externas, por alcançar isso que se chama a Nova Ordem Econômica Internacional?

Cremos que uma das aventuras que implica ser latino-americano nos próximos anos será incorporar-se mais firmemente a essa peleja pelas necessidades peremptórias da América Latina, por uma transformação de suas relações com o resto do mundo, pela busca de soluções que só podem ser encontradas se unimos nossas forças, se conjugamos nossas potencialidades, se enfrentamos, decididamente, os países desenvolvidos, sobretudo os países desenvolvidos capitalistas, mas se também enfocamos corretamente nossas relações como os países socialistas desenvolvidos que fazem parte, com os capitalistas, do mundo desenvolvido ao qual temos de fazer frente.

E nesta relação se encontra uma das aventuras que o homem latino-americano terá de realizar. Como fazê-lo, através de que vias, por que caminhos? Há uma busca, cada vez mais ampla na América Latina, de formas de luta para incorporar nosso continente à luta universal, mas um dos elementos fundamentais e ponho-o a parte para desenvolvê-lo brevemente um pouco depois, consiste na necessidade de unir as forças latino-americanas com as forças do resto do mundo subdesenvolvido. O Reitor, há poucos momentos, contava-me do interesse que tem a Universidade de Brasília na análise dos problemas da África, dos problemas do Oriente Médio, dos problemas da Ásia. A América-Latina tem vivido, é preciso dizê-lo, de costas para este conjunto de países. Nossos centros têm estado na Europa, nos Estados Unidos. Temos tido centros distantes do interesse de nossos países, buscando neles as soluções para nossos problemas, que não virão dali, mas temo-nos mantido isolados dos africanos, dos asiáticos, dos árabes, e temos tido, por causa deste distanciamento, que pagar o custo de nosso isolamento. Estamos isolados dentro de nós mesmos na América Latina, não somos o suficientemente fortes por que estamos desunidos; mas estamos ainda mais enfraquecidos por nossa falta de incorporação ao mundo do Sul, ao mundo das grandes perspectivas de luta que nos abrem os países em vias de desenvolvimento e subdesenvolvidos.

POTENCIALIDADES

Se analisarmos a situação econômica-social da América Latina, e claro que não podemos adentrar-nos nesse processo, veremos que a miséria é o sinal característico dos

países latino-americanos; há um tremendo desenvolvimento de potencialidades econômicas no Brasil, em outros países da América Latina, mas ao mesmo tempo, na medida em que mais se desenvolvem essas potencialidades, mais ficam forças por utilizar, mais ficam marginalizados elementos da população, mais ficam subjugados elementos do proletariado e das forças populares.

Como nos acomodarmos a essa luta, por nosso próprio interesse? Aí está uma das aventuras de ser latino-americano nos próximos 15 ou 20 anos, dentro do contexto distinto a que me referi em minhas primeiras palavras.

E naturalmente não podemos esquecer outro dos problemas capitais que sei que tem sido debatido profundamente nesta Universidade de Brasília. O problema da dívida externa. Se não se resolver o problema da dívida externa, não se poderá resolver o problema da América Latina. Com 420 milhões de dívida, a América Latina não poderá realizar seu desenvolvimento e este é um problema que não compete só aos dirigentes, aos ministros das Finanças, este é um problema que tem que ser tomado sobretudo pelo povo, pelas forças populares e democráticas, pelos estudantes, pelos intelectuais, por todos aqueles que constituem esse ser latino-americano disperso e desunido ao qual temos de conjugar e unir.

Um dos primeiros esforços para analisar o mundo contemporâneo, o da Comissão Pearson, chegou a conclusões muito claras no livro em que estudou os problemas coletivos do mundo há mais de vinte anos. A conclusão de que se se resolvessem os problemas do preço dos produtos básicos, os produtos que o Terceiro Mundo exporta, este Terceiro Mundo teria condições para desenvolver-se sem ter de recorrer ao financiamento externo dos países desenvolvidos.

Qual é a situação que temos hoje? Lembro-me – e mencionei-o recentemente no Rio de Janeiro – de um livro de um escritor australiano-britânico, Collin Clark, há cerca de 30 anos, no qual este economista europeu, australiano de origem mas educado na Europa, prognosticava que nesta época em que estamos vivendo os países do Terceiro Mundo teriam obtido já a valorização internacional de seus produtos e com a valorização internacional dos preços dos produtos básicos teriam forças suficientes para realizar seu desenvolvimento. E o que nos aconteceu? Exatamente o contrário. Nos últimos sete anos, só pela perda de valor relativo dos produtos da América Latina em relação com os produtos que a América Latina importa dos centros desenvolvidos, temos perdido 80.000 milhões de dólares; ou seja, a quinta parte da dívida que temos para com os países mais desenvolvidos.

MOBILIZAÇÃO AMPLA

Que significa isso? Que temos de mobilizar nossas forças nesta direção, que temos de estar consciente de que não podemos ficar cozinhando em nosso próprio molho, não podemos esgotar-nos sozinhos em nossas possibilidades de luta interna, mas, sim, que temos de ter essa perspectiva internacional, unir as forças populares, democráticas, progressistas da América Latina neste empenho de resolver dois proble-

mas fundamentais: a liquidação da dívida externa, que não vou entreter-me a examinar ante os senhores porque conhecem perfeitamente suas entranhas, mas que, no pensamento de Cuba exposto pelo Comandante Fidel Castro e por muitos de nós, é impagável nas condições contemporâneas, e a eliminação da desigualdade econômica que vem através do intercâmbio desigual. E que fazemos? Que tem de fazer o homem americano frente à dívida externa? Os dirigentes da América Latina estabeleceram uma tímida forma de encontro, tímida forma de encontro que é a Conferência de Cartagena, onde, para dizê-lo com toda a franqueza, encontraram uma maneira muito hábil, muito inteligente, muito sutil de não terem de convidar Fidel Castro, para não terem de escutar e compartilhar suas posições radicais. Reuniram em Cartagena os países mais endividados da América Latina, e como Cuba não é o país endividado, nem figura entre os países mais endividados da América Latina, ficou de fora. Mas isso é secundário. O importante é que os reunidos em Cartagena acreditam que bastava apelar à consciência dos credores para resolver o problema da dívida externa e iniciaram o período das cartas dirigidas aos “Dez da Europa”, cartas que primeiro não foram respondidas e, depois, quando se exigiu uma resposta por parte dos presidentes latino-americanos, a réplica foi que ainda não estavam preparados para entrarem na discussão do problema, que havia soluções; o plano Baker, outros planos intermediários, todos os quais supunham o pagamento da dívida ou a perpetuação da dívida com o pagamento dos juros. Ou seja, aconselhavam-nos a que nos convertêssemos em devedores permanentes e que escravizássemos permanentemente nossas economias. Temos de fazer ouvir hoje a voz do ser americano neste período de tempo, temos de fazer ouvir a voz do ser americano para que haja uma conjunção de vontades.

Há pouco nos reunimos na Comissão Sul, sob a presidência do ex-presidente da Tanzânia, Julius Nyerere. Ali há eminentes representantes do Brasil, que foram escolhidos por sua personalidade, não como representantes de países, o Cardeal Arns e Celso Furtado e outros latino-americanos entre eles. Em Kuala Lumpur, Malásia, discutimos um documento da dívida externa e chegamos à conclusão, é um documento que deve ter circulado aqui no Brasil, de que era importante a constituição de um foro de devedores que atuasse como contrapartida do Clube dos Credores. Que seja não um foro para reunir-se só uma vez e discutir, mas um foro permanente onde os devedores tenham a oportunidade de intercambiar idéias, elaborar propostas, discutir soluções à dívida. Acreditamos que a América Latina, por ser o principal devedor internacional, por contar com os países mais endividados e por ser um continente com certo grau de coerência, ainda que esse grau não seja total, deve desempenhar um papel de vanguarda na integração desse foro.

DÍVIDAS ETERNAS

Na questão da dívida, como em outras questões que temos pela frente, é necessário, antes de tudo, realizar a promessa não cumprida que se chama América Latina. E esta é

uma das coisas mais importantes. Temos de olhar para os problemas da região, os problemas que nos angustiam. Em primeiro lugar, o problema populacional. Pode a América Latina deslançar seu desenvolvimento sem resolver o problema dos ritmos de crescimento da população? Como resolver o crescimento da população de países onde há um largo problema social não resolvido, que se agrava a cada dia com a incorporação de milhares e milhares de homens e mulheres que vão ser depois desempregados e marginalizados na América Latina? Aqui há dois grandes instrumentos; um deles, mais teórico que prático, o instrumento da transformação da América Latina. Cuba não tem problemas populacionais. Por quê? Porque resolveu o problema da miséria e resolveu o problema da educação. E resolveu o problema da educação e da miséria para todos os seus habitantes, não para uma parte deles. E na medida em que temos melhores condições de vida, que não são ótimas em nosso país, muito pelo contrário, mas que são o começo de uma grande transformação social, que são iguais para todos os habitantes, na medida em que a família se vai consolidando pela estabilidade econômica e em que a educação vai transformando a mentalidade, chegamos a uma sociedade inteiramente moderna em seu conjunto e esta sociedade moderna não é uma sociedade de dezenas de filhos para cada família, mas, como no caso de Cuba, de quatro pessoas na família, dois filhos no máximo por família. Este problema populacional é um dos problemas que o homem americano tem de enfrentar mais decididamente no confronto que tem com o futuro, e é um problema que nos pertence, a todos os latino-americanos, mas sobretudo aos latino-americanos que, como nós, adquiriram, como consequência de nossa preparação educacional, um nível de consciência social suficientemente alto para nos convertermos em propagandistas de uma grande luta. Temos de levar adiante a revolução educacional, os senhores fazem parte da revolução educacional. A revolução educacional não é medida apenas pelo nível a que consigamos levar a educação a nossas minorias na América Latina. Sei o importante que é para todos nós o desenvolvimento da educação superior. Em Cuba temos dado tanta importância a isso que hoje temos anualmente na educação superior mais de 250 mil estudantes, quando em 1959 eram apenas 20 mil os estudantes de nossas universidades. Nós os multiplicamos por doze. Aqui está uma parte do porvir do ser latino-americano, neste grupo de homens e mulheres que ao longo da América Latina e do Caribe se prepara para a conjuntura do futuro e está realizando através dos estudos científicos e sociais as grandes transformações. Mas isso não basta. Onde estão os demais, os outros, os esquecidos da terra, onde estão? Acaso estão-se incorporando à revolução educacional milhões de latino-americanos que vivem afastados de toda educação, que estão vendo cada dia como diante deles passam as maravilhas da civilização contemporânea e não podem sequer compreendê-las, que quando se lhes fala dos problemas da ciência e da técnica estes lhes resultam completamente alheios? Pode a América Latina e o Caribe desenvolverem-se só como uma minoria, otimamente desenvolvida do ponto de vista intelectual, mas com uma fila por trás de si de milhões de homens e mulheres atrasados, descartados? Não, não podemos.



**"o governo do
povo, pelo povo
e para o povo".**



Quando Hegel examinou a história universal, a partir da filosofia, achou que o porvir do mundo estava na América.

EDUCAÇÃO LIBERTÁRIA

Nós, as forças intelectuais da América Latina, temos de lutar por uma educação democrática e popular. O homem latino-americano, para realizar seu compromisso com a história, não pode realizá-lo como uma individualidade, tem de realizá-lo como parte da coletividade, como homem intimamente inserido no seio da coletividade contemporânea, trabalhando para que a coletividade contemporânea avance, trabalhando para que os demais, o próximo, e nisto há uma grande dose de cristianismo e de marxismo conjugados, o *próximo* tenha os direitos que nós temos adquirido com nossa luta, com nossa batalha, com nossos desafios. Por conseguinte, este é outro dos problemas que temos de pôr na ordem do dia, a revolução educacional como parte da realização do ser latino-americano. Poderíamos entrar em análises sociológicas sobre o ser latino-americano, não quisemos fazê-lo; parece-nos que é importante que nós, latino-americanos, nos demos conta da realidade que estamos enfrentando e da realidade que vamos enfrentar, de como são nossos países. Há na América Latina neste momento um refluxo da democracia, uma democracia parcial, ainda cheia de desigualdades, ainda cheia de inconformidades, mas onde os elementos democráticos se afiançam.

Como utilizar esses elementos democráticos, como democratizar o conjunto da América Latina, como tornar mais profunda nossa democracia? Eis outro dos desafios que tem o ser latino-americano nestes próximos quinze anos, nestes próximos vinte anos.

Temos realizado através de lutas de que têm participado milhares de homens e mulheres, onde temos deixado no caminho dezenas de milhares de mortos, onde têm desaparecido milhares de cidadãos de diversos países da América Latina, uma grande batalha continental. Restam ainda setores da América Latina não tocados por esta batalha; o Chile, por exemplo, que é como uma ferida permanente aberta que temos de ajudar a estancar dando nossa solidariedade ao povo chileno para que encontre seu caminho democrático. Há o problema da América Central, que vai por caminhos de solução, que não serão necessariamente curtos, que podem ser vias prolongadas de solução, dramáticas, mas que está realmente num caminho de solução.

Mas temos de nos esforçar por *democratizar* nossa democracia. E que entendemos por democracia? É bom precisar estes termos, estes conceitos. Creio que não há nenhuma melhor definição que aquela de Lincoln no discurso de Gettysburgh: "o governo do povo, pelo povo e para o povo". Às vezes se confunde democracia com liberalismo. Quero dizer, em nome de Cuba, que nós, cubanos, não somos liberais, somos democratas. Não estamos defendendo o que os norte-americanos hipocritamente chamam, como se a respeitassem, "the minority of one", a minoria de um. A minoria de um é respeitável como ponto de vista, mas não é aceitável como elemento de decisão. Acreditamos na vontade da maioria, e as decisões da maioria são as decisões que é preciso aplicar; mas das maiorias ativamente mobilizadas. Vi o espetáculo da Assembléia Constituinte do Brasil, que conseguiu nestes dias esplêndidos triunfos, que não são apenas brasileiros mas latino-americanos, ao discutir os problemas econômicos, e ontem pude felicitar alguns dos constituintes em nossa visita ao Congresso brasileiro. Falando com alguns brasileiros, membros da Constituinte, diziam-me:

“sentimos que a Constituinte atua fora do grande núcleo da população, como isolada da população, sentimos que a população tem perdido interesse, devido ao longo tempo que a Constituição tem levado para se elaborar, pelos problemas que se estão desenvolvendo ali”. E eu me lembrava, para reafirmar nosso pensamento democrático cubano, como havíamos abordado estas coisas em Cuba e como, dada a estrutura de nossa sociedade e as possibilidades que ela abre para o desenvolvimento do debate público, tivemos a oportunidade de que 6 milhões de cubanos votassem a Constituição; mas 8 milhões de cubanos participaram da discussão preliminar da Constituição. O projeto constitucional foi entregue a 8 milhões de cubanos, entre eles 2 milhões de estudantes abaixo da idade que se requer para votar em nosso país, que também participaram das discussões. Esta forma de participação tem de tornar-se mais freqüente na América Latina e temos de reincorporar a nação, toda a cidadania, ao exercício democrático. Dá-se o caso na América Latina, não vou mencionar países para não ferir nenhum, de que nas eleições participam 40% dos eleitores, e que dos 40% dos eleitores o presidente eleito obtém, pois às vezes são três candidatos, o presidente eleito obtém 35% desses 40%, de modo que o presidente da república é eleito por 12% dos cidadãos com direito a voto. É uma democracia, evidentemente, mas é uma democracia um pouco manca, um pouco imperfeita, esquisita, como diz o Reitor Buarque. Por conseguinte, temos (e quero terminar para deixar a palavra a Darcy) de pôr sob os olhos do homem latino-americano os problemas da democracia como uma constante.

VITAL DEMOCRACIA

O ser latino-americano não se realizará se não for pelo caminho da democracia. Pelo caminho da autocracia militar, pelo caminho da autocracia política, não haverá realização do ser latino-americano. O ser latino-americano necessita da democracia como o elemento consubstancial em que manifestar-se. Temos grandes potencialidades diante de nós, e estou certo de que Darcy vai falar destas coisas, ele está medido nos problemas da análise sociológica, as possibilidades do homem latino-americano são muitas. Nós representamos algo diferente. Lembro-me de dois livros dissímiles em sua textura, a *Filosofia da História Universal*, de Hegel, e *La Indología*,⁴ e José Vasconcelos, um pensador de menor importância, mas que teve certa significação na América Latina nos anos 30.

Quando Hegel examinou a história universal, a partir da filosofia, achou que o porvir do mundo estava na América. E viu na América, não somente na do Norte, mas precisamente na América do Sul, uma enorme possibilidade de transformação humana. Temos coisas novas para oferecer; e em *La Indología* Vasconcelos reafirmava esse caráter: “Por minha raça falará o espírito”, dizia em sua linguagem filosófica idealista.

Não podemos ser demasiadamente pretensiosos, não podemos achar que o mundo vai depender da América Latina, mas o mundo tem de levar em conta a América Latina. E terá de levar em conta a América Latina se o ser latino-americano realizar sua aventura dos próximos 20 anos, se o ser latino-americano se incorporar com tudo o que tem, com sua pontencialidade multirracial, com seus elementos multinacionais. Cada vez que chego ao Brasil, assombra-me

ainda mais a identidade e a semelhança de muitas regiões brasileiras com certas regiões cubanas, mas ao mesmo tempo me assombra a diversidade que há dentro dessa unificação, dentro dessa identidade mais ou menos ampla que existe na América Latina.

Somos o produto de uma época frustrada que nos deixou grandes frustrações, mas ao mesmo tempo nos deixou grandes empresas a realizar. E o ser latino-americano tem de mobilizar-se para essas empresas do porvir, unir todas as suas forças, clarear seu pensamento, ter um programa, alguns de cujos elementos tentei insinuar-lhe nesta breve exposição que fiz. Unir-se para realizar o porvir da América Latina.

Sei que os senhores, professores e estudantes da Universidade de Brasília, estão trabalhando nesta direção. Por isso me comprazo em ter tido a oportunidade de fazer-lhes chegar algumas destas pobres idéias que estão cheias do interesse cubano pela América Latina. É preciso ver Cuba, aquela pequena ilha distante, como uma parte integrante da América Latina. Nós tivemos nossas próprias transformações e sentimo-nos orgulhosos delas, mas não nos sentimos separados da América Latina, sentimo-nos ainda mais orgulhosos de nosso compromisso com a América Latina. Temos a necessidade de vermo-nos a nós mesmos e de que nos vejam os senhores como parte desta grande massa latino-americana e caribenha que está em processo de transformação. Se nos virem assim, se virem em nós os companheiros de combate, se se derem conta de que não estamos egoisticamente empenhados apenas na realização de nossa própria sociedade, mas que vimos aqui com o espírito latino-americano, disposto a cooperar, a lutar juntos, a combater pelos mesmo objetivos, sentir-nos-emos profundamente felizes. Muito obrigado. □

Carlos Rafael Rodríguez é Vice-Presidente dos Conselhos de Estado e ministro da República de Cuba, é um renomado estadista cubano especializado na área econômica e de política internacional e é também autor de inúmeras obras.

Resumen

Democratizar la democracia

En una conferencia realizada en abril de 1988 en la Universidad de Brasilia, Carlos Rafael Rodríguez profundiza en la problemática de la identidad latinoamericana y en el provocante proceso de asumir esta búsqueda. A pesar de haber transcurrido más de un año, el contenido es de bastante actualidad.

Abstract

Democratizing democracy

In this lecture, given at University of Brasilia in April 1988, Carlos Rafael Rodríguez delves deep into Latin America's identity and the stimulating process of taking up the quest for it.

Although a year has gone by since it was delivered, this lecture remains very up-to-date.

MUDANÇAS NO SISTEMA INTERNACIONAL: REFLEXÕES E PERSPECTIVAS

■ ATÉ HÁ BEM POUCO TEMPO, PARECIA HAVER UMA ESPÉCIE DE FADIGA SEM FIM NESTA JORNADA DE CONFRONTAÇÃO INTERNACIONAL ATRAVÉS DAS AMEAÇAS DAS DUAS GRANDES POTÊNCIAS MUNDIAIS. AGORA, ESTAMOS ASSISTINDO A UMA RETOMADA DO DIÁLOGO E A UMA CAMINHADA, CAUTELOSA, PARA UMA SITUAÇÃO DE MAIOR TOLERÂNCIA, CONVERGÊNCIAS E ACOMODAÇÕES. NESTE NOVO CLIMA DE DISTENÇÃO E DE ESPERANÇAS, MUITO AINDA TEMOS QUE REALIZAR E, PORTANTO, TEMOS DE ESTAR ALERTAS E MANTER VIVO O SENTIDO DE INJUSTIÇA QUE AINDA PERDURA NO SISTEMA INTERNACIONAL. ■

CLÓVIS BRIGAGÃO

ILUSTRAÇÕES DE MARCELO TERRAZA

Parecem ser claras as manifestações de que a situação internacional vem vivendo um clima de distensão – onde novos canais de comunicação, mais amplos e diversificados, estão abertos – em relação àquela situação que perdurava, como uma agonia da guerra fria, até o final da década dos 70 e início dos 80.

De um ponto de vista sistemático – e, por isso mesmo, numa escala global e bastante generalizada – podemos, desde já, falar sobre uma mudança de critérios e de política global, a partir de um novo padrão do sistema mundial de poder.

Esse primeiro sinal – entre o amarelo e o verde – não significa que tudo está mudado e que vivemos numa nova era, de prosperidade e de justiça internacional. No entanto há um processo de renovação na política internacional, de acomodação entre as duas principais potências mundiais (Estados Unidos e União Soviética), uma perda relativa de seus poderes, bem como uma correspondente abertura – através da ampliação dos fóruns internacionais – de novas formas e configurações no panorama mundial. Esses sinais demonstram – numa perspectiva dos estudos da paz e da segurança internacional – novidades e novos desafios, os quais devemos, por dever de profissão e de compromisso com um mundo mais justo, tratar, compreender, para oferecer algumas conclusões, ainda que preliminares.

AS NOVAS DIMENSÕES DO SISTEMA INTERNACIONAL

De alguma forma, os estudos e as interpretações sobre o sistema internacional têm sofrido modificações teóricas, metodológicas e, como não poderia deixar de ser, do ponto de vista político propriamente dito. O padrão mesmo do sistema internacional, até então em vigor, estava sedimentado – desde o final da II guerra até os dilemas criados pela guerra fria – na bipolaridade confrontacionista, com base nas doutrinas da contenção e da dissuasão, entre dois sistemas, um sediado nos EUA, o pilar capitalista, e o outro, na União Soviética, o centro do mundo comunista.

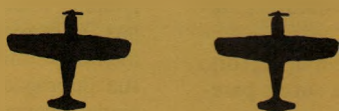
Hoje, estamos diante de muitas indagações e algumas indicações a respeito da diversidade mundial, como um novo padrão da crescente multilateralidade, em todas as suas facetas, econômicas, comerciais, políticas, tecnológicas e culturais. No que se refere à questão, mais específica, da segurança internacional, de natureza tipicamente militar, há também – embora muito mais difícil de ser desmontada e con-

trolada, do ponto de vista civil – uma reversão da corrida armamentista desenfreada. Há que salientar que, de um lado e do outro, permanece ainda o monopólio da força militar internacional – nuclear e convencional, com a divisão em dois blocos multinacionais: o primeiro, através da OTAN, é o enclave da *pax americana* na Europa, e o outro, o Pacto de Varsóvia, dominado pelo poder de decisão e de força militar da União Soviética.

Apesar desse quadro militar internacional, há cada vez mais um número maior e diverso de atores, o que certamente levará a uma maior complexidade no manejo institucional do sistema internacional. Isso poderá significar a diminuição das tensões e dos conflitos, o que certamente abrirá novas áreas de cooperação, ainda que a competição continue, embora dissociada da confrontação militar.

Além do surgimento de novos atores no cenário internacional, com o crescimento do Japão, da China e da própria Europa – que dá seus firmes ensaios em direção à unidade, prevista para 1992 – também aparecem, apesar de todas as formas críticas em que estamos envolvidos, os chamados novos países industrializados, ou “periféricos viáveis”. Paralelamente a essa multipolaridade e à perda relativa do peso quase absoluto dos dois grandes pilares do sistema internacional dos estados-nações – cujo vértice formal está consolidado na estrutura do Conselho de Segurança da ONU – surgem, a partir dos 70, novos protagonistas: as “multis” (ou “transnacionais”, como queiram), empresas privadas mundializadas, cujas fronteiras escapam – pelo menos do ponto de vista da tradição da soberania nacional – ao controle do estado-nação, tal como desenvolvido nos últimos cem anos.

O estudo dessas novas dimensões, com a multiplicação de atores e problemas, certamente irá enriquecer as análises e as políticas sobre o funcionamento do sistema internacional e seus efeitos para a dinâmica e as imagens futuras da humanidade. As pesquisas desenvolvidas – não só na Europa e nos Estados Unidos, mas em países da América Latina, Ásia e África – cada vez mais tendem a concentrar-se nas questões relativas ao declínio do estado-nação, à diminuição do poder das grandes duas superpotências, às novas interações das “multis” e de outros segmentos e compartimentos do sistema internacional. Ademais, houve o crescimento inusitado nos últimos 15 anos das organizações internacionais não-governamentais (OING), com seus próprios fóruns, estruturas e decisões, que formam um mundo *sem base territorial* (diria, forçando um pouco a realidade, um mundo *a-espacial*, sem território).



Também com relação às questões internacionais, surgiram inúmeros outros problemas que estão a demandar outros enfoques e formas de resolução, como é o caso do tráfico internacional de drogas, das novas formas e dimensões dos desastres ecológicos (bem como da sua tomada de consciência), da AIDS, e de outros fatores de natureza não militar, mas, de qualquer maneira, dentro de um quadro do que se convencionou chamar de *segurança global*. Este último assunto – com cada vez maior dimensão para a manutenção da própria paz – deve ser entendido dentro de uma visão e de uma perspectiva de enfatizar a natureza conflitiva do mundo – mas não exclusivamente militar – procurando buscar soluções com ênfase no desenvolvimento social de natureza democrática, com base na justiça e na liberdade.

Dentro desse quadro de referência – muito geral, acredito – as novas tendências e dimensões que estão a surgir parecem oferecer outra série de indagações e perguntas, como num jogo de múltiplas escolhas e perplexidades, mas em que se podem encontrar soluções viáveis e sem grandes perdas ou danos. Sem dúvida que, dentro dos padrões convencionais do liberalismo ou de suas novas formas, como do ponto de vista de um marxismo ortodoxo e estrutural, fatalmente os determinismos iriam concorrer para um final não-feliz.

Há ainda no cenário das interpretações das novas dimensões internacionais algumas reminiscências das tradições da *soberania nacional* e/ou dos interesses nacionais (quando não incorporadas à doutrina e à ação estatal da *segurança nacional*). São percepções que ainda persistem em alguns círculos políticos (partidários), diplomáticos e até mesmo empresariais.

Aqui, a nossa perspectiva é internacional – transnacional, por falta de outra categoria mais clara e dimensionada – dentro de padrões éticos que garantam o desenvolvimento auto-sustentado, particularmente de grandes contingentes da população que vivem em sociedades sob forte domínio de graves injustiças e procedimentos, governamentais ou não, mercedores de severas críticas. Não havendo mudanças de atitudes e de políticas – numa reformulação das bases de modelos de crescimento – continuaremos a ser dominados por falácias democráticas, parâmetros muito tênues com base na justiça e fundamentados nos direitos humanos, de vários matizes.

PAZ & SEGURANÇA

Tema controverso, é preciso ter algum tipo de esclarecimento sobre a interdependência existente entre as duas, numa forma dialógica e durável, onde o parâmetro continua sendo e deve ser o desenvolvimento das condições materiais e espirituais das sociedades humanas.

Enquanto as políticas externas, de corte tradicional, estão ainda muito fortemente influenciadas pela geopolítica – imperativo da permanência das nacionalidades? – os assuntos referentes à paz & segurança continuarão a estar muito determinados pelo domínio exclusivamente militar. Há no entanto algumas aberturas nesse panorama, de maneira que possamos continuar tendo um mundo *seguro* (com garantias de sobrevivência), mas cujas bases são fundamentalmente o desenvolvimento internacional, através de negociações pacíficas e cada vez menos pelo uso da força militar. Generalidades, sim, mas dentro de um quadro referencial onde o direito à autodeterminação e às garantias básicas dos direitos humanos são componentes inseparáveis da paz & segurança. Esta equação – ainda nos nossos dias, polêmica e inconclusa

– deve seguir marcos de referência a partir de critérios onde tenham vigência questões tais como a segurança ecológica, o pluralismo cultural e a tolerância. São valores éticos que o sistema internacional-governamental – inter e não governamentais – deve continuar a sustentar, a manter e a ampliar, sob pena de, novamente, voltar a adotar padrões de comportamento internacional confrontacionistas, militaristas, tendo como imagem futura o espectro puramente tecnológico de nossas últimas capacidades. Há, sem dúvidas, qualquer coisa de ambíguo e de risco, num mundo tão complexo e cheio de inseguranças; e a questão ética, aqui, assume lugar de destaque, quando não de prioridade. Ainda não foram esgotadas todas as possibilidades teóricas e políticas sobre a paz & segurança, tanto do ponto de vista do desenvolvimento (econômico, social, tecnológico e cultural) quanto à sua interação com os princípios éticos da humanidade e o ainda permanente desenvolvimento de atividades militares, cujos fins são cada vez mais criticados e dispensáveis, dentro de uma configuração do desenvolvimento mundial.

No momento e em futuro breve iremos enfrentar novas dimensões dessa equação paz & segurança, principalmente com o desenvolvimento das novas tecnologias (a informática, a biotecnologia, novos materiais, quando não a nuclear):

Mas hoje estamos sendo bombardeados para resolver essa equação, dentro dos padrões sociais e econômicos, que aumentam sua capacidade de resistência, com o agravamento da crise de endividamento desse *santo* chamado Terceiro Mundo – cada vez mais problemático e complexo, em sua diversificação – como também em áreas de pobreza continuadas dentro mesmo dos países mais industrializados, quer do capitalismo ou do socialismo *la soviét*.

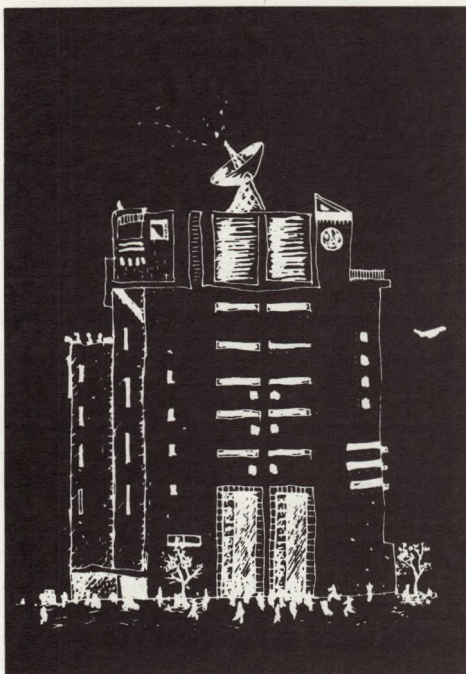
Tanto governos como a própria cidadania – cada vez mais planetária – devem estar atentos sobre as ameaças de natureza não militar sobre o sistema social. A velocidade das informações e das comunicações de hoje são tamanhas que há uma questão intrínseca relativa à paz & segurança internacional, da mesma forma que ainda perduram problemas também relacionados com essa equação, como a fome, questão dos refugiados, etc. São dimensões planetárias, que irão exigir, cada vez mais, a atenção das políticas públicas internacionais.

CAPACIDADE DE NEGOCIAÇÃO

As várias disputas que rondam hoje as sociedades organizadas – embora muitas sociedades encontrem-se bastante desorganizadas – neste final de milênio, devem ser parte integral de nossas elaborações com respeito às políticas mais adequadas. Para entrar num assunto da *agenda internacional*, devemos ampliar ainda mais as questões que permanecem sob a disputa e a ótica dos conflitos militares. Dentro de uma perspectiva mais abrangente e multilateral, devemos pensar as novas formas e adquirir capacitação para enfrentar os novos desafios, dentro de uma política de negociação e cooperação internacionais.

A rica tradição e os mais recentes avanços nas teorias e nos estudos sobre negociações, a partir da visão que se tem sobre resolução de conflitos e mediações em situações armadas, devem merecer especial atenção e aprofundamento, quanto aos métodos e ações cabíveis, no sentido de formar quadros capazes de enfrentar os novos desafios e manter a integridade do sistema internacional, com progressivas mudanças.

A velocidade das informações e das comunicações hoje é tamanha que há uma questão intrínseca relativa à paz e segurança internacional, da mesma forma que ainda perduram problemas também relacionados com essa equação, como fome, o drama dos refugiados, etc.



Devemos partir do aqui e do agora, do ponto de vista da maior complexidade internacional, e buscar, como já assinalamos, novas modalidades de negociação, tendo como base a diversidade e o aspecto multilateral das questões que são hoje dominantes no mundo contemporâneo.

Entre as várias propostas, algumas já são do conhecimento de especialistas. No entanto, elas devem tornar-se mais evidentes e públicas, com o apoio – cada vez mais eficaz – das agências das Nações Unidas e de suas várias organizações, além de contar com a participação cada vez mais ativa das organizações inter-governamentais e, particularmente, das organizações internacionais não-governamentais. Estas últimas constituem o novo e abrangente fórum da contemporaneidade avançada. São hoje cerca de milhões – aproximadamente entre 15 000 a 18 000 OING¹ – que se dedicam, de forma associativa, voluntária, aos assuntos da paz, desarmamento, conflitos, cooperação, crianças, ecologia, etc.

Os últimos acontecimentos, com relação aos vários conflitos inter-estatais e fronteiriços, de natureza múltipla, são candentes e servem de exemplos para a criação de novas formas positivas e ativas na condução de soluções pacíficas e negociadas. Apenas para citar, sem ir mais a fundo sobre questões substantivas, acabamos de verificar as resoluções multilaterais extraídas de conflitos regionais que pareciam não ter solução. São casos como os do Afeganistão; da prolongada guerra – com a morte de mais de milhão de vítimas, geralmente crianças e mulheres – entre Irã x Iraque; da situação até há pouco tempo crítica de Chipre; e da situação ainda não totalmente solucionada da região do Sahara Ocidental. Também estamos vendo a situação encaminhada para a solução do processo de descolonização da Namíbia, que se manteve sob o domínio do regime colonial e racista do Apartheid. Assim como não pode deixar de ser citado o exemplo do Grupo de Contadora, que gerou o Plano Arias com vistas à situação de extrema gravidade na América Central, com efeitos múltiplos, do ponto de vista econômico, social, sanitário, dos direitos humanos, etc.

O grande desafio continua sendo a solução para os graves problemas situados no Líbano, com sua permanente guerra civil-religiosa e a resolução para os palestinos.

Haveria outros modelos, cujas bases são fortemente multilaterais e cujos atores, além dos estatais, contam com a participação, influência e ação de uma forte rede não-governamental, dentro de uma ampla e proffcua perspectiva da *'diplomacia informal'*. São maneiras ainda inconclusas – dentro do predomínio da ação e do domínio dos estados – mas que chamam a atenção e devem ser matérias de estudo e de pesquisas nas universidades, nas chancelarias e nos institutos e centros de pesquisas civis e também militares. Questões como a criação de mecanismos de confiança mútua, resoluções de conflitos com base na negociação pacífica, devem ser mais e mais desenvolvidas.

Há novidades ainda não devidamente estudadas, como a *prevenção de conflitos*, a reciclagem cultural dos conflitos armados. Sobre esse último, quase não há pesquisa, no Brasil; então, andamos muito atrasados. Mas devemos procurar uma atuação mais conjunta entre as ciências e suas disciplinas, sociais e naturais; embora, dentro dessa nossa perspectiva, cada vez mais as fronteiras estão abertas e elas se inter-cruzam, numa verdadeira compreensão multidisciplinar dos problemas internacionais. Nessa perspectiva de intercâmbio e cooperação entre atores e ciências, devemos buscar solu-

ções práticas. Num certo sentido, ainda muito geral, podemos dizer que, dentro das teorias das relações internacionais, como particularmente dentro do que chamamos de *estudos e pesquisa da paz*, o foco central é a própria teorização das mudanças sociais, num mundo em transformação e de intensíssima dinâmica, em todas as suas variadas áreas do saber e do fazer. É todo um campo onde, no caso do Brasil, há ainda escasso material e documentação, com base em pesquisa. Por isso mesmo, devemos promover e ampliar seus horizontes, a partir de programas interdisciplinares.

DEMOCRATIZAÇÃO CULTURAL

Nossa idéia é a de que, num mundo cada vez mais global e interdependente, o fenômeno da cultura & comunicação tem, entre outras, uma função principal: a de ampliar o conhecimento sobre os fenômenos naturais e sociais e procurar dar-lhes a melhor solução. A transição a que estamos assistindo, de um mundo tipicamente bipolar para outro o mais democrático e aberto possível (multipolar), é, sem dúvida alguma, um desafio para o qual devemos criar condições, nos capacitar, para enfrentar e, dentro do possível, poder buscar as soluções viáveis.

Hoje temos um mundo com cerca de 10 mil culturas humanas, dentro dos 160 estados nacionais. Esse fato – em si mesmo um fenômeno espantoso, embora de natureza profundamente global, tem, ao mesmo tempo, todas as suas dimensões e colorações locais, regionais, nacionais, quando não ancestrais, de todas as formas e ordens. Não deixa de ser um imenso problema, intrigante para todos os que, academicamente ou não, pensam e buscam soluções possíveis. Parece que, ao mesmo tempo, o mundo se globaliza, torna-se um só planeta, mas que a vida se diversifica e o enraizamento humano tende a estar mais próximo ao seu *habitat* original. Por isso mesmo as questões de hoje são mais candentes, muitas vezes nos fogem ao controle e damos conta de que somos frágeis para encontrar soluções precisas e completas. Há um sentido de variedades de conflitos e coexistências culturais as mais amplas e diversas. Podemos afirmar, com certa dose de segurança (!) que uma só explicação teórica ou filosófica não pode dar conta de tal multiplicidade, fragmentação e instantaneidade do mundo contemporâneo. As mudanças que estamos precisando – como observadores comprometidos – nos exigem novas formas de percebê-las, pela sua dimensão e diversidade. Tal constatação – se não falaciosa – exige de nós novas formas de pensar e de fazer o mundo. Trata-se que as novas mudanças criam a necessidade de percepções e teorias mais plurais, sem a garantia de que apenas essa ou aquela única e exclusiva interpretação tem a solução e a verdade de seu lado. Isso põe fim a qualquer ortodoxia ou monopólio de uma verdade filosófica, ideológica ou político-partidária. A hora e a vez de uma única interpretação para as mudanças está chegando ao fim e o monopólio de uma só ideologia já não é mais capaz de articular todos os múltiplos e complexos interesses – não sei se legítimos ou não – das sociedades humanas. Precisamos estar sensivelmente abertos à pluralidade do mundo contemporâneo. Devemos evitar a radicalidade nas mudanças, sob a forma de revolução ou de repressão, e dar continuidade às formas de liberdade de pensamento e de palavra, além de mais e melhores condições e oportunidades de vida.

Estamos, sem dúvida, entrando numa órbita de heterodoxias plurais, num mundo de intensa e movimentada diferen-

ciação cultural e tecnológica. De um lado, podemos dizer que a diversidade cultural é fonte de conflitos e até mesmo de maior tensão e competição, ao nível internacional. Mas por que não pode ser também importante fonte de democratização internacional, dentro de uma visão menos tradicional, quase que de predomínio exclusivo de estados-nacionais? Podemos ter uma formidável fonte de renovação e de recursos para a solução dos problemas mundiais. Por que não? Uma das mais interessantes descobertas do pluralismo cultural – dentro da perspectiva de *pesquisa da paz* – é a nova visão de que o conceito de soberania nacional, de domínio ou inspiração ocidental, já está passando de moda e de prestígio. Não quer isso dizer que devemos abandonar os ex-poderes coloniais (que deixaram de ser há apenas algumas décadas). Não! Apenas estamos querendo afirmar que a diversidade cultural de hoje é fonte importante para novas formas de pensar, mais ecumênicas, e que afetam tanto uma pequeníssima escala quanto uma escala ou escalas mundiais, planetárias. Nós que vivemos, durante décadas, sob a égide do conflito leste-oeste, agora, com o agravamento das condições de trocas e de desequilíbrio de poder inter-regional, hoje não só estamos preocupados com os conflitos ou a cooperação das relações norte-sul, mas com a escala planetária das questões, econômicas, tecnológicas, comerciais, ecológicas e éticas.

Num outro ângulo dessas questões, como situar o conceito liberal dos direitos humanos, indispensáveis e fundamentais, com situações locais, dentro de uma visão pluralista cultural e que, de uma forma ou de outra, poderiam também ser causas de conflitos e violações dos próprios direitos humanos?

Tais fenômenos ocorrem diariamente, em zonas as mais longinquas e ainda rurais, como em cidades médias e nas grandes e complexas cidades do planeta.

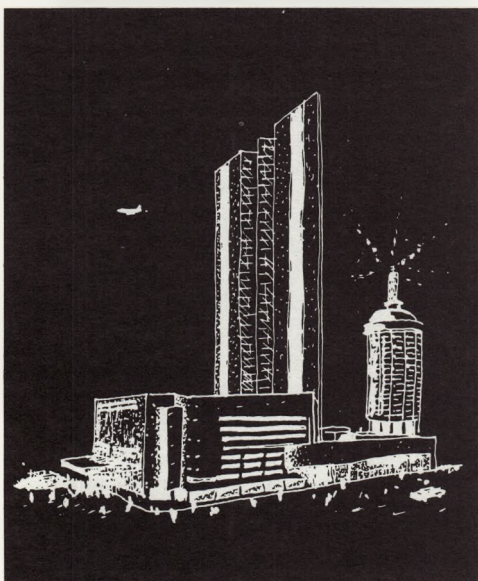
O desenvolvimento de códigos de ética comuns – comunitariamente internacionais – bem como a preservação de códigos de condutas e compromissos com a diversidade e o patrimônio cultural são questões que têm muita oportunidade e sentido. Devemos desenvolver essas questões como forma de entrar em diálogo com as inovações que estão ocorrendo dentro das ciências e em suas aplicações tecnológicas, nos diversos níveis do planeta Terra.

O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO E SEUS IMPACTOS

Após muita guerra fria e escalada armamentista – o que já mereceu um título: a perversão da lógica dos meios – e confrontação belicista-ideológica, estamos, cautelosamente, ingressando numa situação de maior acomodação e distensão.

Acabamos, como prova, de assistir à assinatura dos acordos entre Estados Unidos e União Soviética sobre as *Forças Intermediárias Nucleares* (INF ou FIN, em português). Passo importante na desmilitarização progressiva dos recursos que vinham sendo drenados para a corrida espetacular da militarização da terra, ainda devemos continuar com nossas críticas e intensificar os nossos estudos e pesquisas sobre a dinâmica da corrida armamentista e do seu gigantesco *mercado de segurança militar internacional*. Pelos avanços da ciência e de suas aplicações tecnológicas, o mundo ainda encontra-se sob intenso risco, de elevada periculosidade. Os grandes saltos científicos de nossa era foram dados principalmente na esfera da indústria militar. Essa dinâmica ainda não foi dominada e podemos ainda falar de um equilí-

Estamos, sem dúvida, entrando numa órbita de heterodoxias plurais, num mundo de intensa e movimentada diferenciação cultural e tecnológica.



brio de terror, ainda que, nos últimos 40 anos, não tenhamos tido um conflito mundial. Mas a dinâmica militar, com sua capacidade de destruição (*over kill*), tanto nuclear como convencional, — se transformou numa outra guerra, a guerra pura, tecnológica, como alguém a chamou. A esfera da pesquisa & desenvolvimento, nas últimas décadas, foi em grande parte voltada para aparatos bélicos. Resta agora saber se os próximos passos serão no sentido inverso, convertendo essa gigantesca capacidade de recursos tecnológicos para ampliar os horizontes de serviços sociais básicos e de lazer (setor quaternário), de natureza civil e cultural.

As superpotências continuam a desenvolver seus aparatos bélicos, com maior sofisticação e precisão, a garantir uma relativa supremacia da área militar sobre as demais tecnologias. Enquanto essa situação perdurar, os conflitos entre estados e grupos nacionais, étnicos e raciais, encontrarão diante de si seus próprios instrumentos de destruição. Já assinalamos em algum outro lugar que, ao longo dessas décadas de guerra fria, tem havido um sintoma ou comportamento militarista. Poucas correntes filosóficas — menos ainda as correntes ideológicas e políticas — entraram a fundo nesse assunto; apenas bordejam a questão, com insegurança e *incivilismo*. Assim, a “preparação para a guerra” tornou-se legitimada e, sem dúvida nenhuma, próspera, do ponto de vista econômico e financeiro, mas não para a sociedade e sim para a própria corporação da economia da guerra. Até mesmo guerras foram justificadas e incrementadas, em todas as latitudes e graus. Governos, os mais pobres, acabam caindo no domínio da hydra, e seus recursos, perversamente, desperdiçados. O papel das forças armadas deveria sofrer um profundo reexame pelo que representam de potencial de destruição, quer científico, quer tecnológico. Num mundo democrático, o efeito psicológico da corrida armamentista e de suas ramificações deveriam ser examinados e levado à esfera da ética civil responsável, dentro de um quadro cultural abrangente, mas decisivo. Caberia formalizar um organismo eficaz para que se proceda a conversão de uso de material militar para fins civis, serviços economicamente viáveis para a agricultura, a ecologia e outras áreas.

AS MÚLTIPLAS FORMAS DE VIOLÊNCIA

O mundo revela-se com múltiplas facetas de violência e sua forma estrutural parece que se aprofunda, incitando guerras, conflitos e injustiças acentuadas em vastas regiões do mundo.

A situação do Líbano mostra-se aqui em todas as suas faces, como violência: é uma manifestação quase que incontrolável, submetida a toda a sorte de ramificações e sem a ação internacional capaz de reverter o seu quadro. É imprescindível uma cessar fogo abrangente, compreensível e definitivo. Também em outras partes do mundo, principalmente em áreas de intensa injustiça e pobreza, a violência estrutural permanece e acaba afetando o desenvolvimento, criando um clima de “guerra permanente”, impedimento para que formas democráticas possam ser implementadas e sustentadas.

Dentro desse círculo de ferro, as chances são poucas; espera-se que o chamado Terceiro Mundo não permaneça dentro de uma armação determinista, formando assim uma situação como a de um clube permanente da pobreza. É preciso buscar novas políticas públicas e privadas que tenham uma convergência de soluções para que possamos ultrapassar os níveis de violência a que estamos submetidos, aumen-

tando as divisões sociais e os conflitos urbanos, rurais, a insegurança pública e a privada.

PAZ ATIVA, JUSTIÇA E DESENVOLVIMENTO AUTO-SUSTENTADO

A questão relacionada com a violência estrutural e com o mercado da segurança é assunto a que devemos dar maior atenção. A pesquisa da paz, com seus instrumentos de análise e prescrições, continua desenvolvendo normas e valores para que possamos escapar a certas formas de determinismo, buscando soluções abrangentes.

Hoje sabemos que a 'ausência da guerra' não exaure o sentido e o conteúdo da paz. Como também — embora a amplitude aqui seja de maior consideração e análise — as questões relacionadas com o desenvolvimento econômico e social não esgotam totalmente o assunto. Parece-nos hoje que as causas da guerra e o estabelecimento de condições de paz são multifacéticas e de uma ordem, ao mesmo tempo, estrutural e conjuntural. O fator cultural e o psico-social são novos parâmetros que devem ser incluídos nos estudos, nas pesquisas e nos resultados aplicados às soluções de curto, médio e longo prazo para os problemas internacionais.

Também não podemos deixar de lado as questões relativas aos novos meios de comunicação de massa — as novas redes eletrônicas, telemáticas, fax, etc. que deverão causar enormes impactos psico-sociais. Em termos desses novos padrões e fenômenos, a pesquisa da paz — e suas formas multidisciplinares — busca recriar questões interativas, ter suas referências nos padrões culturais contemporâneos, respeitando e dignificando todas as formas e referências das necessidades humanas.

As mais recentes deliberações internacionais têm ganhado dimensões multilaterais, ainda que sejam inspiradas nas tradicionais forças bilaterais.

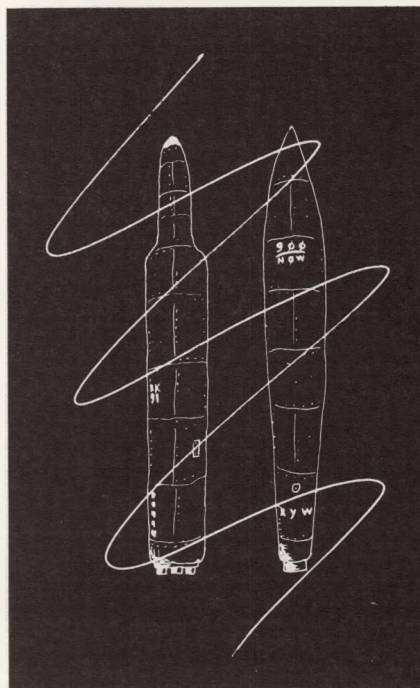
É com essa perspectiva que estamos agora falando não somente sobre a pesquisa da paz, num sentido positivo — como nós a temos chamado desde os anos 70 — mas num sentido ativo e politicamente orientado. Aqui, a política é política mesmo, abrangente, de políticas públicas ou não-governamentais, tendo por objetivo orientar, implementar e resolver problemas. Dentro dessa visão, a pesquisa da paz atribui a si um papel de inovar os estudos e a capacidade de articulação de milhares de instituições voltadas para causas comuns em benefício de melhorias materiais e culturais que a humanidade pode usufruir. As novas dimensões estratégicas, políticas, econômicas, tecnológicas, etc. devem ser redimensionadas, principalmente quanto às sociedades que ainda sofrem o subdesenvolvimento (quando não mesmo o *não-desenvolvimento*) e que ainda têm uma pesada carga de violência estrutural muito distante de soluções práticas e viáveis.

Gostaríamos a título de colaboração de indicar alguns trabalhos que poderão ser úteis para acelerar a cooperação e a construção de medidas comuns e de confiança mútua nesse mundo desordenado.

O primeiro é o já clássico estudo conhecido, que tomou o nome de "Comissão Brandt", com seus esquemas e recomendações sobre a redistribuição internacional, ajustadas às condições do endividamento externo dos países pobres, além de elaborar propostas para a reformulação abrangente e compreensiva das políticas financeiras internacionais (principalmente Banco Mundial e FMI);

O segundo é resultado da Comissão Brundtland, hoje uma espécie de livro sagrado dos ambientalistas e ecologistas, "Our Common Future" (nosso futuro comum). Ele reflete, no fundo, essa nossa realidade imperiosa: salvar a ter-

Após muita guerra fria e escalada armamentista — o que já mereceu um título: a perversão da lógica dos meios — e confrontação bélica-ideológica, estamos, cautelosamente, ingressando numa situação de maior acomodação e distensão.



ra, a vida humana, dependente que somos da biosfera e de seus subsistemas, ameaçados pela própria ação predatória dos modelos de crescimento e desenvolvimento por nós mesmos criados, independente de credores, ideologias e sistemas econômicos.

Ainda citaria dois outros exemplos disponíveis, para fins de análise e tentativas de soluções:

Os excelentes trabalhos – anualmente reunidos no “State of the World” (estado do mundo) do Worldwatch Institute² que, além de bem cuidadosos relatórios sobre os problemas mundiais, oferecem várias propostas muito bem equilibradas para evitar os maiores riscos que estamos enfrentando.

De forma inovadora e original, aqui mais perto de nós, temos o trabalho, “Democracia e Segurança Regional”, da Comisión Sudamericana de Paz. Através de seminários, reuniões e publicações várias, é uma fonte importante dos estudos e pesquisa da paz, reunindo atores políticos, sociais, acadêmicos e técnicos para disseminar uma nova mentalidade cultural e científica nos círculos da América Latina.³

Uma das mais antigas associações do pós-guerra, a IPRA, Associação Internacional de Pesquisa da Paz, com seus 25 anos de existência, tem uma ampla gama de interesses e motivações que são úteis na elaboração de temas e (por que não dizer?) no encaminhamento para a tomada de decisões governamentais e não governamentais.

Dentro das novas dimensões internacionais – maior abertura e democratização tanto política como econômica – a pesquisa da paz reforça alguns denominadores comuns que vêm sendo apontados, pela comunidade internacional, como possíveis de serem implementados:

- dotar as políticas governamentais, principalmente na área da segurança internacional, de valores e padrões éticos conducentes a uma maior justiça social, obediência aos direitos humanos, de base liberal, ampliados no sentido de novas garantias econômicas, sociais e culturais;
- poder e maior participação, através de comissões *ad hoc*, na formulação de leis, a partir do Congresso, que possam ter impacto social e ambiental sobre a população, principalmente aquelas menos favorecidas;
- fomentar, debater e criar mecanismos alternativos de maior proteção dos recursos não-renováveis, assim como políticas públicas de natureza ecológica e social;
- adotar uma nova concepção, mais alargada e expandida, do velho conceito de *soberania nacional*, marca sagrada da formação dos estados nacionais desde o século XVII até o atual processo de descolonização. Deixar de assumir o caráter absoluto da soberania nacional e ultrapassar os seus limites geo-políticos, cujos parâmetros, na maioria das vezes, adquirem um sentido e uma conotação quase que de exclusivo domínio militar ou nacionalista – com tendências à *segurança nacional*. Resguardados o patrimônio e as heranças culturais, acumuladas por grupos de nacionalidades, a soberania nacional caiu num vazio diante das novas tendências de mundialização;
- dimensionar ainda mais os limites – dentro do diálogo e da comunicação – quanto às novas tendências dos estudos e da pesquisa da paz, daquilo que conhecemos como *estudos estratégicos*, também de fundo e de natureza marcadamente militares. Temos que discutir e ampliar o diálogo e os programas comuns de estudos/pesquisas e avançar com os nossos métodos de avaliação através de cursos, pesquisas e outras atividades do ensino universitário, público e privado. Devemos, além do mais, aprofundar o diálogo entre a comunidade acadêmica, universitária – das ciências sociais e naturais – como também com os institutos de pesquisas

científicas das forças armadas, no sentido de poder melhor contribuir para o desenvolvimento auto-sustentado e democrático de nossas sociedades.

A paz e a pesquisa da paz ganham maior sentido e conteúdo quando buscam encontrar o mundo em mutação e nele poder atuar, com vários parceiros e agentes, no sentido de dar continuidade ao processo, garantindo o desenvolvimento auto-sustentado, cada vez mais justo.

Os novos desafios científicos e tecnológicos são, em si mesmo, uma preocupação dos pesquisadores e estudiosos da paz. Precisamos, cada vez mais, adquirir padrões éticos, principalmente entre os governos e instituições internacionais dedicados ao desenvolvimento econômico e social. Os desafios aí estão e precisamos estar preparados para assumi-los com destreza e responsabilidade. □

Clóvis Brigagão é cientista político e escritor. Foi, de abril de 1987 a abril de 1989 secretário-geral da Associação Internacional de Pesquisa da Paz (IPRA). Pesquisador-associado da Universidade de Brasília, tem vários livros e artigos publicados no Brasil e no exterior. Está organizando e criando, a partir deste ano, o Instituto de Estudos e Pesquisas da Paz (IEPAZ), no Rio de Janeiro.

Notas

- 1 - Há cerca de 18 000 Organizações Internacionais Não-Governamentais em todo o mundo e uma boa parte delas está voltada para atividades relativas à *pesquisa da paz*, num sentido multidisciplinar, formando assim uma verdadeira nova assembléia geral mundial não-governamental.
- 2 - O *Worldwatch Institute*, com sede em Washington (USA), é uma instituição não-governamental, que se dedica a promover e a estreitar a cooperação internacional, ao redor de temas os mais contemporâneos e de grande apelo, quer pelos seus aspectos econômicos, ecológicos ou tecnológicos.
- 3 - A *Comisión Sudamericana de Paz*, com sede em Santiago do Chile, é também uma organização não-governamental, com a presença de figuras do mundo político, acadêmico e social da América Latina, desenvolvendo um enorme trabalho de opinião pública, através de reuniões, publicações e atividades afins, no sentido de criar uma consciência democrática e pacífica no continente.

Resumen

Cambios en el sistema internacional: reflexiones y perspectivas

Hasta hace poco parecía haber una especie de fatiga sin fin en la confrontación internacional, a través de las amenazas de las dos grandes potencias mundiales. Ahora estamos presenciando una vuelta al diálogo y a una caminata cautelosa hacia una situación de mayor tolerancia, convergencia y ajustes. En este nuevo clima de distensión y de esperanza hay mucho que realizar todavía, por lo tanto debemos estar alerta en mantener viva la preocupación por la injusticia que aún perdura en el sistema internacional.

Abstract

Changes in the international system: reflections and prospects

Until very recently, there appeared to be a sense of unrelenting tedium in this ritual of international confrontation played out through threats from the two superpowers. Today, there is a return to dialogue and a cautious move along the road to convergence and a more tolerant and compromising outlook. In this new climate of détente and renewed hope, there is still a great deal to be done and we must be alert and kindle the sense of injustice with which the international system is still fraught.

RACISMO E DIREITOS HUMANOS NA FRANÇA

■ O RACISMO É UM FENÔMENO QUE SOMBREIA QUASE TODOS OS POVOS DO PLANETA, AO LONGO DE NOSSA HISTÓRIA. NESTE ARTIGO, A AUTORA, FRANCESA, TRATA ESPECIFICAMENTE O CASO FRANCÊS, COM UMA ANÁLISE SERENA E CONTUDENTE SOBRE O PROBLEMA. ESTA QUESTÃO, DE DIREITOS HUMANOS, DEVE SER BEM COMPREENDIDA, PARA QUE POSSAMOS VER RETIRADA DOS DICIONÁRIOS ESTA PALAVRA QUE NOS ASSOMBRA AO LONGO DO TEMPO E DO ESPAÇO. ■

CLEIRE RODIER



A França, muitas vezes, é considerada como uma terra de liberdade; na verdade, assumiu esse papel em vários períodos da sua história. Não se pode negar, porém, a existência de um fenômeno que conheceu um crescimento nesses últimos vinte anos: o racismo.

O racismo tem um aspecto irracional e sempre existiu na França. Durante muito tempo, ele foi principalmente voltado contra os judeus. Basta lembrar o chamado "affaire Dreyfus", que levou à condenação judicial um capitão do exército acusado de traição à pátria no fim do século XIX. Nessa época, boa parte de seus acusadores, sem nada saber dos detalhes, estavam convencidos de sua culpa, somente por ser Dreyfus judeu, o que significava "um pouco menos francês do que os outros". Apesar da ulterior reabilitação de Dreyfus, este caso ficou famoso por ser o símbolo da desconfiança existente na França a respeito dos judeus.

No entanto, o problema do anti-semitismo, que culminou durante a 2ª guerra mundial com a deportação e a morte de centenas de milhares de judeus, diminuiu um pouco a partir do fim dos anos cinquenta, quando começou a emergir um outro tipo de racismo, decorrente de três fatores ligados entre si: a chegada de uma corrente imigratória não-européia, a descolonização e o desenvolvimento industrial na França.

Até essa época, a maioria dos imigrantes era proveniente de outros países da Europa, seja por fuga de perseguições políticas ou religiosas (poloneses, alemães), seja à procura de

oportunidades de emprego ausentes em suas regiões (italianos). Apesar de algumas dificuldades no início, essas comunidades foram, em geral, aceitas e integradas na população francesa.

Depois da segunda guerra mundial, as autoridades francesas aplicaram um sistema de imigração diferente, para apoiar a fase de reconstrução do país. Precisava-se de uma mão-de-obra pouco especializada, barata e numerosa. Foi nas então colônias francesas, na África do Norte e do Oeste, que se procurou essa mão-de-obra.

A grande diferença entre esses imigrantes e aqueles de antes era a cor da pele. Dificilmente se podia imaginar os franceses aceitando de braços abertos os povos das colônias, considerados, durante muito tempo, seres inferiores; no início eram escravos e depois povos colonizados, vale dizer: sem cultura, a serem educados.

No entanto, no primeiro momento, essa imigração não levou a grandes problemas: tratava-se principalmente de homens sozinhos, morando juntos perto das fábricas ou no local mesmo do trabalho. A preocupação deles era juntar dinheiro, para mandar à família, e voltar rapidamente às suas terras.

Mas o crescimento vai atraindo cada vez mais imigrantes, com a ajuda do governo e dos patrões. Desse fato decorre uma mudança do perfil do trabalhador imigrante: alguns de-



les, já instalados há tempo, querem ficar na França e trazer suas famílias.

Paralelamente desenvolve-se o processo de descolonização. Na maioria dos casos, esse processo é pacífico. Mas o caso da Argélia é bem diferente e se transforma numa guerra de independência que vai durar seis anos (1956-1962). A situação dos argelinos que trabalhavam na França se torna muito difícil. Apesar da opção de alguns pela nacionalidade francesa, eles são considerados inimigos; e um racismo muito forte se desenvolve a partir do início dos anos sessenta, que atinge não somente os argelinos, mas contra todos os árabes. A palavra árabe transforma-se num pejorativo.

Mas as necessidades de mão-de-obra perduram na França: apesar da situação por eles vivida, os imigrantes continuam a chegar ao país a procura de trabalho e dinheiro. O que mudou é que essa procura deixa de ser a única preocupação. Aparecem reivindicações a respeito de moradias, de salários, de direitos sociais. Os sindicatos e os partidos de esquerda apóiam essas reivindicações. Os colonizados de ontem querem a divisão dos frutos do seu trabalho, aproveitar mais a riqueza de um país que, até agora, os explorou muito.

O contexto econômico leva o governo a aceitar parte dessas reivindicações; assim, apesar do racismo presente, os imigrantes, pouco a pouco, chegam a ter o seu lugar na sociedade francesa.

Tudo isso vai mudar totalmente a partir dos anos setenta. Nessa época, a modernização das técnicas industriais, a criação da Comunidade Econômica Européia (CEE) e, sobretudo, a primeira crise do petróleo, que atinge a Europa inteira, vão modificar as necessidades de mão-de-obra e incrementar o desemprego, transformando as atitudes na França com relação aos trabalhadores estrangeiros.

Em 1974, a imigração é oficialmente interrompida. Desde essa época, os governantes, vinculados à direita ou à esquerda, tentam controlar a situação. Isso significa coibir a imigração clandestina, muitas vezes favorecida por uma parte da classe patronal interessada numa força de trabalho barata e sem direitos. Mas isso também quer dizer impedir – em decorrência das mudanças da legislação em vigor – a chegada das famílias dos trabalhadores já instalados e tentar incentivar o retorno de parte deles para os seus países.

Quaisquer que sejam as medidas adotadas pelo governo, não se pode impedir um fenômeno que se tornou irreversível: uma população importante de imigrantes, ou melhor, de pessoas de origem estrangeira, está na França para ficar e não pretende mais voltar para países que, no caso dos mais jovens, nem conhece.

Com relação aos jovens, dois fatores incrementam a atitude de rejeição e de susto. O primeiro é a alta taxa de fecundidade das mulheres imigrantes, em relação à taxa de natalidade das francesas, esta cada vez menor. O segundo é a

atitude dos filhos dos primeiros imigrantes, chegados à idade adulta, decorrente de sua situação: vários entre eles têm dupla nacionalidade, a francesa e a de seus pais. Mesmo tendo todos os direitos dos franceses, eles continuam identificados como estrangeiros, numa situação ambígua e muito difícil de suportar. Por um lado, eles reivindicam fazer parte da comunidade francesa; por outro lado, vítimas do racismo, eles desenvolvem um sentimento de hostilidade contra essa comunidade.

Se se pode resumir, a crise econômica vivida pela França desde os anos setenta reforçou uma tendência natural ao racismo, cujas primeiras vítimas são os trabalhadores trazidos um pouco antes pela própria crise. Depois de ter se constituído numa contribuição para o desenvolvimento do país,

gue a estabilidade, já que os patrões preferem contratar esse tipo de mão-de-obra por um prazo limitado. Essa tática facilita as demissões.

Renda mínima é outro exemplo: os salários desses trabalhadores, geralmente pouco qualificados, são muito baixos; o nível de renda exigido pela lei é, na maioria dos casos, superior ao dinheiro recebido.

O problema da moradia é o mais designativo do caráter perverso da lei: para deixar a família de um trabalhador estrangeiro entrar no país e nele permanecer, a lei impõe uma superfície mínima e condições de salubridade do apartamento ou da casa. Só que os únicos locais adequados, teoricamente acessíveis aos imigrantes em relação aos seus salários, são conjuntos de moradia popular. Acontece que as entidades responsáveis pela distribuição desses imóveis (podem



a imigração se torna um problema, e o imigrante um bode expiatório.

O RACISMO NA VIDA DOS IMIGRANTES

Pode-se distinguir três tipos principais de racismo na vida dos imigrantes e das demais pessoas vítimas dele na França.

Um racismo que pode ser chamado de "político", ou de "oficial". Existe uma quantidade inumerável de textos oficiais a respeito da situação dos imigrantes na França. Alguns deles justificaram, numa época recente, a reação e a mobilização dos movimentos de defesa dos direitos humanos, por constituírem verdadeiros atentados a esses direitos.

É preciso salientar que o trabalhador imigrante, desde que ocupa um emprego na França, tem os mesmos deveres que os franceses. Ele participa da vida social do país como qualquer cidadão.

A contrapartida desses deveres não é o que se poderia esperar. Certos direitos fundamentais ficam, senão impedidos, pelo menos muito dificultados pela lei. É o caso do direito de viver em família. É muito difícil, para um trabalhador estrangeiro que pretenda trazer sua família a fim de morar na França, cumprir as principais exigências legais: estabilidade no emprego, renda mínima, condições de moradia.

Quanto ao emprego, por exemplo, dificilmente se conse-

ser prefeituras), se recusam cada vez mais a aceitar estrangeiros, alegando distúrbios por eles causados. É importante insistir sobre esse ponto, porque ele é característico da ligação entre o puro racismo (estrangeiros são sujos, fazem barulho, incomodam a vizinhança) e as medidas legais: estas, que podem a primeira vista ser consideradas como normais, acabam por se tornar, diante desses fatos, obstáculos quase intransponíveis.

Racismo "público". Sempre houve, na França, políticos extremistas para falar sobre os perigos da presença de estrangeiros no país. Estes geralmente são acusados de serem ladrões, preguiçosos, de usurparem os empregos dos franceses, além de serem, como já foi dito, sujos, ruidosos, violentos, etc.

No entanto, até há pouco tempo, esse tipo de discurso era marginal e não tinha muitas repercussões. Agora, a situação mudou, com a influência crescente de um partido de extrema-direita. As declarações de seu líder simbolizam na França uma nova forma de racismo aberto, não culpado, triunfalista.

O mais grave é que esse discurso contribui para popularizar certos temas racistas na opinião pública. Veiculados até pela imprensa liberal, eles têm cada vez mais influência.

Uma lei votada em 1972 oferece a possibilidade de processar autores de injúrias racistas, ou de o que ela chama de

provocação ao ódio racista. Ela é bastante utilizada pelas associações, que já lograram várias condenações. Mas o uso da lei é difícil, por ser ela submetida à interpretação subjetiva dos juízes. O fato de considerar um discurso como racista depende portanto da própria opinião política do juiz. Além disso, é sempre perigoso, numa perspectiva democrática, processar idéias.

Racismo "privado". Não há dúvida de que num clima de xenofobia – alimentado de um lado por uma legislação dura e de outro lado por uma propaganda racista da parte de políticos – as reações racistas individuais ficam fortalecidas. O que aconteceu nesses últimos anos foi um fenômeno de legitimação do racismo cotidiano.

As manifestações desse racismo podem ser, por exemplo: se recusar a sentar-se ao lado de um negro, ou de um árabe;

Falou-se aqui principalmente dos trabalhadores imigrantes, sendo eles as vítimas preferenciais do racismo. No entanto, no clima xenófobo que existe na França, todas as pessoas que são "outros", "diferentes", também estão expostas. Assim, o mesmo fenômeno pode ser encontrado junto aos refugiados políticos, especialmente os oriundos da África, franceses das Antilhas, negros, etc.

Nesse contexto, o papel das associações envolvidas na luta contra o racismo é determinante. São numerosas, sendo uma boa parte delas constituídas de imigrantes. Além de ajudar as vítimas do racismo na defesa de seus direitos, o trabalho delas, através da conscientização da população, contribui para manter a reputação de "terra dos direitos humanos" da França. □



utilizar o "tu" ao falar com um estrangeiro, em lugar do "vous" normalmente utilizado quando não se conhece a pessoa; a maneira depreciativa de atender clientes numa loja, num serviço público, etc.

Esse tipo de racismo é um dos mais difíceis de combater, por ser quase "natural", insensível a qualquer argumento de tipo intelectual.

Na mesma área do racismo "privado", a lei anti-racista condena, como delitos, os fatos de se recusar a fornecer um emprego, um serviço, alugar uma habitação para uma pessoa por causa de sua raça, da sua religião, da sua nacionalidade. Estas várias manifestações do racismo estão entre as mais frequentes. Elas realmente fazem parte do dia-a-dia dos estrangeiros que vivem na França.

Nesses casos, a lei se mostra mais eficiente: na medida em que uma atitude racista se concretiza através de um ato objetivo, as condenações judiciais – geralmente são multas – podem ter um efeito dissuasório.

No entanto, as limitações da lei anti-racista são várias. Além dos problemas técnicos (busca de provas, lentidão do processo), outros ocorrem; dentre eles, o principal, o medo. Medo da polícia, da justiça, por parte de pessoas que, em sua maioria, vivem uma situação precária. Este medo faz com que as vítimas do racismo frequentemente prefiram sofrer em lugar de se defender.

Claire Rodier é conselheira jurídica do Mouvement contra le Racisme et pour l'Amitié entre les Peuples (MRAP).

O presente texto é a síntese da exposição feita, pela autora, no Núcleo de Estudos para a Paz e Direitos Humanos – NEP – da Universidade de Brasília, dentro do Projeto "Direito de ser Gente" (ver *Humanidades* número 19).

Resumen

Racismo y derechos humanos en Francia

El racismo es un fenómeno que ha afligido a casi todos los pueblos del planeta a lo largo de nuestra historia. Este artículo trata específicamente el caso francés, en un análisis sereno y contundente. El tema de los derechos humanos debe ser bien comprendido para que se pueda retirar de los diccionarios esta palabra que llena de asombro a lo largo del tiempo y del espacio.

Abstract

Racism and human rights in France

Racism is a phenomenon that has sullied the History of almost all peoples on Earth. In this article, the author, who is French, deals specifically with the French case. She presents a serene yet penetrating analysis of the problem in her country.

The issue of Human Rights must be fully understood if we are to strike this word, that has haunted us down the ages and across the continents, from our dictionaries.

A IGREJA CATÓLICA ENTRE LIBERTAÇÃO E RESTAURAÇÃO

O MOMENTO ATUAL É INSTIGANTE E, MUITAS VEZES, INQUIETANTE PARA QUASE TODOS OS RAMOS DO CONHECIMENTO. A PERGUNTA "O QUE ESTÁ ACONTECENDO COM A IGREJA CATÓLICA E O CATOLICISMO?" VEM, COM TODA A FORÇA DE SEU SIGNIFICADO, PROVOCANDO RESPOSTAS DIVERSAS DE DIFERENTES PENSADORES. AQUI TEMOS DUAS DESTAS RESPOSTAS, A DE UM EMINENTE TEÓLOGO SALESIANO E A DE UM EMÉRITO PROFESSOR DE FILOSOFIA E TEOLOGIA. SÃO DUAS VISÕES, DOIS SUBSÍDIOS, PARA PODERMOS CONSTRUIR Nossas PRÓPRIAS VERSÕES DOS FATOS... E DOS DISCURSOS.

CLETO CALIMAN



○ que está acontecendo com a igreja católica e o catolicismo? Um recente livro de G. Girardi tem como subtítulo “a identidade cristã hoje entre libertação e restauração”¹. O contexto de mudança cultural que presenciamos nos leva a acreditar que estamos vivendo uma crise de passagem de uma a outra época. É processo de transição acelerada. Está o catolicismo reformulando sua identidade histórica?

Numa situação desta crescem as incertezas e a insegurança na própria autocompreensão; as diferenças se esvaem. Este é o terreno fértil para a busca de uma identidade perdida, definições claras e distintas na doutrina e nas práticas. São sintomas disso as preocupações com o “específico cristão”, ou seja, o que define concretamente o cristão e o diferencia das demais tendências religiosas; a assim chamada “volta ao sagrado”²; o “retorno das certezas”³.

Neste contexto, aparecem dois fatores que estão causando problemas à igreja: por um lado, a própria aceleração do processo histórico agudiza as diferenças e tensões internas, fruto de experiências históricas variadas e inconstantes; por outro, se amplia o fenômeno que se poderia chamar de “fragmentação da cadeia de significantes”, ou seja, o quadro de referência mais amplo da realidade se esvai na consciência histórica das pessoas.

Na verdade, a crise da razão moderna, pelo domínio massivo da racionalidade instrumental, enfraqueceu os esforços para construir socialmente uma visão global, mais ou menos homeogênea da realidade. Talvez se possa levantar a hipótese: assim como nos albores da modernidade (por volta dos séc. 15 e 16) a cristandade medieval se rompe em confissões e continua ainda, hoje, cindida, do mesmo modo, dentro do catolicismo (ouso dizer: dentro do próprio cristianismo), opera-se a ruptura do pressuposto ideológico-cultural homogêneo que preside o imaginário católico transmitido dentro da igreja.

De fato, tradicionalmente, a questão da identidade se colocava na igreja católica, normalmente, dentro de um quadro de referência culturalmente homogêneo, no espaço ideológico-cultural de tradição greco-latina ocidental (na prática, entende-se por mundo ocidental a Europa e o império que dela se origina). Era o quadro normal das cristandades clássicas (de corte medieval, trodentino ou colonial).

Hoje, o catolicismo e sua expressão institucional, a igreja católica, situam-se cada vez mais num espaço culturalmente pluralista e complexo, marcado, por um lado, pelo processo de secularização e de modernização, e, por outro, pelos conflitos globais (leste-oeste – agora mais arrefecido – e norte-sul, que nos toca mais de perto).

Mesmo dentro da igreja católica são observáveis fenômenos importantes. Um primeiro será o processo de descentralização, como deslocamento do centro da igreja para as suas margens, as igrejas locais. Um segundo deslocamento, observável até estatisticamente: no início dos anos 80, 44% dos católicos viviam no primeiro e segundo mundo e 56% no terceiro mundo (sendo 46% nos países latinos do terceiro mundo); no final do século, 70% dos católicos estarão no terceiro mundo e apenas 30% na Europa e USA. A Igreja Católica é uma igreja do terceiro mundo!⁴

Mas há um terceiro deslocamento significativo: o crescimento populacional diferenciado no primeiro e terceiro mundo. Apenas 20%, aproximadamente, dos católicos num país como a Alemanha ocidental nasceram após o Concílio, en-

quanto num país como o Brasil perto de 50% nasceram depois⁵.

Esse processo provoca uma mudança profunda na própria estruturação histórica da igreja. Na verdade, ela vive uma fase decisiva para sua imagem, sua identidade histórica. Na verdade, o catolicismo está sofrendo um processo de “planetarização”. Ele toma ares de “religião mundial”⁶.

O evento eclesial que significou essa passagem foi o Concílio Vaticano II. Essa magna assembleia do episcopado católico mundial constitui o símbolo dessa transição, foi um abalo das certezas tradicionais, uma virada para a realidade do mundo de hoje, com suas contradições. As “tendências” internas apelam constantemente a ele para a legitimação de suas opções estratégicas e táticas.

A questão chave está nisso: o processo está se realizando na direção esperada pelo Concílio Vaticano II ou está tomando rumos inesperados? Qual é o caminho: o da libertação ou da restauração neo-conservadora?

O que se poderia observar é que, pelo concílio, se anunciava na igreja o grande evento da *emergência* das igrejas locais ou particulares, pela valorização do episcopado, da colegialidade ao redor da eucaristia e da comunhão entre as igrejas. Esse processo interno não deixa de ter profundas repercussões na relação da igreja com a sociedade.

De fato, esse concílio realmente abriu um caminho para um fenômeno novo dentro da igreja católica: a emergência das igrejas do leste europeu e do terceiro mundo. Esse fenômeno prenuncia o fim do “monocentrismo” cultural (ou melhor: do eurocentrismo) e começa a delinear a fisionomia de uma igreja, em termos culturais, “poli-cêntrica” (não, é claro, em termos de unidade na fé e na direção hierárquica)⁷.

Surgem sinais evidentes do despertar de uma consciência nova a partir das igrejas submetidas ao regime do assim chamado “socialismo real”.

Mas é, sobretudo, em igrejas que se realizam historicamente em lugares culturalmente tão diversos do terceiro mundo que esse fenômeno parece mais marcante. Não é fora de propósito que o tema da inculturação da fé ultimamente tem-se imposto com toda as variantes que se podem imaginar. Por conseguinte, não parece nada gratuito, neste contexto, o surgimento de uma forte reação a esse desenvolvimento, com uma estratégia bem definida de “restauração”.

Mais do que a pastoral libertadora e a teologia da libertação, o que está em xeque por detrás da tendência centralizadora, em curso atualmente, é o cerne da doutrina sobre a igreja do Concílio Vaticano II. Trata-se da doutrina da igreja como povo de Deus, constituída a partir da igreja local, voltada para a sua missão no mundo; partindo, portanto, imediatamente de seu espaço humano.

A experiência latino-americana, neste caso, é um exemplo de uma “recepção” do Vaticano II, concretizando seu desejo profundo de renovação. Essa tendência contraria profundamente o modelo clássico da igreja católica, pensada sempre e imediatamente a partir de seu centro (e claramente, de sua “cultura” do poder).

São dois modelos que apelam para o mesmo concílio, mas de lugares diversos, com interesses divergentes. A questão, me parece, não é apenas “eclesiológica” no sentido teológico do termo, mas é sobretudo “ideológica”. Neste caso, e no sentido que desejaríamos transmitir, a divergência não seria estrutural, inerente à essência mesma da igreja, mas conjuntural, ligada ao modo como o conflito historicamente apare-

ce na sociedade. Neste sentido a igreja e o próprio cristianismo transcendem aos vários sistemas de poder. Não estão atrelados necessariamente a algum deles. Ao menos teoricamente, há um espaço de diálogo. Isso será possível na medida em que ambos os lados possam encontrar um terreno comum – na fé – para superar suas próprias posições, abrindo-se, desta forma, a uma “catolicidade” encarnada num mundo culturalmente policêntrico; na medida em que, nessa “encarnação”, permaneçam abertos à unidade a se fazer, a se construir. No jargão teológico: a tensão escatológica preside a realização histórica da igreja.

Concretamente dever-se-á caminhar para essa outra questão: a partir da nova realidade eclesial, como pensar e articular o centro com as igrejas locais? Noutras palavras: em que termos devemos hoje assumir o mandato evangélico da “unidade”?

A fase da implantação do concílio revelou o que se poderia chamar de “empenho divergente” para a unidade da igreja. Todos dizem buscar a unidade e apelam para ela tanto para freiar os apressados quanto para impedir dissidências. Repassar, mesmo que rapidamente, a evolução das tensões internas na igreja, nessa etapa, talvez possa iluminar um pouco mais a atual conjuntura eclesial.

Até mais ou menos 1971 (sínodo sobre a justiça no mundo...) prevalece o confronto interno entre os “tradicionalistas” (que se tornaram minoria durante o concílio) e os “progressistas” (ou seja, os “liberais” que realmente fizeram do Vaticano II um concílio voltado para o mundo de hoje, em que pese a atual posição de alguns deles). Esse confronto esgota-se praticamente aí e torna-se obsoleto. Sob esse ponto de vista o fenômeno Lefèvre pode ser considerado caso ultrapassado.

De 71 até o final da década prevalece outro eixo de confronto. O impacto da modernidade burguesa sobre a igreja, com tudo o que isso acarretou de incompreensões, aplicações apressadas (basta lembrar a onda da teologia da secularização nem sempre acolhida criticamente dentro da realidade da religião e da cultura do povo...), deixa lugar para o impacto do *terceiro mundo* (mais concretamente: do mundo dos empobrecidos) sobre a igreja e o processo de aggiornamento anunciado pelo papa João XXIII. A partir da igreja na América Latina, trata-se de captar o papel crítico-profético das assembleias episcopais de Medellín (1968) e de Puebla (1979) e o que significam sobre o conjunto da igreja.

Nesses anos aconteceu o que se poderia chamar de processo de diferenciação entre o aggiornamento e respectiva teologia que tem como pano de fundo ainda o monocentrismo cultural – expressão da hegemonia das igrejas do centro do mundo ocidental, de sua teologia erudita – e aquele outro aggiornamento e respectiva teologia que tem como pano de fundo o “policentrismo” cultural e as teologias que emergem das novas práticas eclesiais. A emergência de uma nova consciência na periferia do catolicismo ocidental revela justamente o caráter regional das teologias do centro. Sua universalidade é apenas aparente. Elas apareciam como sendo a única expressão teológica do “mundo católico”, mesmo com suas variantes, escolas etc. Elas expressam evidentes interesses hegemônicos.

Que reação essa emergência das igrejas do terceiro mundo e de suas práticas provoca no centro? Por um lado, houve simpatia, reconhecimento de uma nova e promissora realidade eclesial. Muitos teólogos do primeiro mundo acolheram as provocações: iniciaram um diálogo realmente produtivo, pelo reconhecimento da diversidade e, sobretudo, das rela-

ções desiguais que imperam entre um e outro mundos. A teologia da libertação, como expressão de novas práticas eclesiais a partir do mundo dos empobrecidos, revela uma nova face da igreja. Essa teologia se tornou interlocutora de outras teologias, levantou interesse para além das fronteiras da igreja latino-americana, foi para a África e Ásia: obteve respostas criticamente positivas no primeiro mundo. Mais do que isso: revelou-se produtiva não apenas no mundo católico, mas também para outros cristãos, que se reconhecem dentro do mesmo “lugar”, e outras religiões não cristãs (na Índia, no Irã...).

Se entre os “progressistas” perseverantes e os “liberacionistas” o diálogo teológico tem rendido e criado um espaço comum de entendimento, o mesmo não aconteceu entre os “neo-conservadores” (bom número deles são progressistas arrependidos) e a pastoral e teologia da libertação. A década de 80 nos revela justamente a forte articulação dos neoconservadores, com uma estratégia bem definida: com precisa clareza sobre o adversário, os objetivos e os instrumentos a serem utilizados. Há que se reconhecer: disso eles entendem.

A meu ver, os debates dentro da igreja e o seu transbordamento nos meios de comunicação social refletem justamente essa nova realidade.

De qualquer forma, se para o observador do fenômeno social a realidade eclesial continua sujeita ao processo histórico e às suas contradições, para quem nela crê, e submete seu saber rigoroso à fé, ela expressa os sujeitos que dentro dela encontram sentido para sua vida porque encontramos a Deus em Cristo. □

Cleto Caliman é salesiano, professor de Teologia Sistemática na PUC/MG, atualmente é secretário geral do Instituto Nacional da Pastoral e assessor da CNBB.

Notas

1. GIRARD, G. *La tunica lacerata. l'identità cristiana oggi tra liberazione e restaurazione*, Borla, Roma 1986. Com apresentação de P. Casaldáliga. Of. Libânio J. B. *A volta à grande disciplina*, Loyola, 1983. Caliman C. *Eclesiologias e identidade católica*. Comunicações do ISER 25, 1987, 4-10.
2. VALADIER, P. *L'Eglise en procès. Catholicisme et Société moderne*, Paris 1987. Preocupado com a problemática do cristianismo e a modernidade, prefere dizer que o sagrado não retorna, ele apenas adquire a forma que a modernidade lhe dá. Eu prefiro falar de “novo sagrado”. Cf. Souza L. A. G. de, *Secularização em declínio e potencialidade transformadora do sagrado*. REB 43, 182, pp. 384-395.
3. LADRIÈRE, P. – Luneau R. *Le retour de certitudes*. Centurion Paris, 1987.
4. Of. Marc G. *Dados estatísticos, projeções e significados relativos à consistência quantitativa da Igreja Católica*. Concilium 166 (1981/6) 112-118; Metz J. B. *Hacia una Iglesia universal culturalmente policêntrica*. *La Iglesia Católica en la actualidad*. Página 92, agosto, 1988, 41-52.
5. Essa observação me foi sugerida pela leitura de Beozzo J. O. (org.) *O Vaticano II e a Igreja Latino-americana*. Paulista, 1985, 15.
6. Tese de K. Rahner, *Conciliar Church*. NY, 1981, 77-78.
7. Of. Metz J. B. *Theologie in neuen Paradigma: Politische Theologie*. In: Kueng H. – Tracy D. *Das neue Paradigma von Theologie*, Benziger, Zuerich, 1986. Of. Alberigo G. *Novos equilíbrios eclesiais além do Sínodo*. Concilium 86/6, 143-151, 148. Of. Lamb M. L. *Politische Theologie jenseits von Restauration und Liberalismus*. In: Schillebeeckx E. (ed. em honra a J. B. Metz), *Mystik und Politik. Theologie in Ringen um Geschichte und Gesellschaft*, Mainz, 95-105.



NOVA SINTAXE DA FÉ

JOAREZ VIRGULINO AIRES

A atual disputa de hegemonia entre a linha conservadora e a “teologia da libertação”, no Brasil, não pode ser vista, apenas, como uma simples querela de frades. Ela transcende os estreitos limites de conveniência pastorais de duas hostes em confronto.

Com a ajuda da historiografia eclesial, um razoável exercício teológico e algum apoio de exegese bíblica podemos levantar algumas hipóteses explicativas bastante satisfatórias. E a primeira delas é exatamente compreender que os embates teológico-pastorais não são privilégio dos nossos dias. Uma segunda consiste em combinar a “caça de Pan” proposta por Bacon com o método das concordâncias e variações concomitantes de J. Stuart Mill. Ou seja: fazendo um inventário das grandes intuições teológicas, ao longo da história do cristianismo. Esta peregrinação nos mostrará que os maiores conflitos teológicos giram, quase sempre, em torno de dois núcleos de força que, por conveniências inclusive estéticas, chamaria de “exaustão” e “indigestão” do verbo divino feito carne. O primeiro se dá quando a palavra evangelizadora começa a girar em círculo vicioso, cai no vazio e não produz mais frutos de conversão; o segundo ocorre quando a ação vitalizadora do Espírito divino inspira novos profetas. Estes, em sua intuição criadora, organizam um novo vocabulário e uma nova “gramática da fé”. Esta nova sintaxe do anúncio salvífico, na mesma proporção que ganha a adesão de novos ouvidos (*fides ex auditu*) suscita controvérsias e “escândalos”. Uma vez que, sendo um mistério, a igreja “não pode ser definida e interpretada a partir de categorias puramente racionais”.¹

O que na verdade é contestado não é tanto a *essência* ou o fundo do discurso, mas a sua *forma*. Ou seja, nenhum grande teólogo ortodoxo nega a opção *preferencial* do Cristo pelos pobres. “Eles constituem primícias de um povo humilde e pobre que vive na esperança da libertação de Israel”.² O que de fato scandaliza é a contingência temporal de a *palavra divina* ser revestida e contaminada pela *palavra humana*. O que está em questão é, antes de tudo, um problema de *linguagem*. “Sintaxe e gramática da fé”, conforme a feliz expressão de frei Leonardo Boff.

E se, adotando a versão de Heidegger³, consideramos que a linguagem é a “imediata revelação do ser”, vemos que será impossível falar em encarnação do verbo sem um verdadeiro questionamento da linguagem. É deste ponto de vista que a teologia deve ser encarada. O grande drama do cristianismo é que a segunda pessoa divina, ao encarnar-se, além de pessoa torna-se a *palavra* que se dirige a ouvidos humanos. Torna-se também falível, como qualquer código lingüístico, e susceptível a ambigüidades e idiossincrasias.

E assim como a Palavra do Pai Eterno, cumprida a sua missão aqui na terra, retorna ao seu Emissor (*exaustão* de toda palavra que sai da boca do homem), da mesma forma os canais que perenizam o anúncio da “Boa Nova” só permanecem porque não permanecem (sempre se renovam). “É morrendo que se vive para a vida eterna...”, diz a bela oração de São Francisco de Assis.

Poderíamos sublinhar esta mútua dependência entre o *Verbo divino* e a *pessoa do Nazareno* aplicando a correlação definida por Kant entre os *conceitos* e a *percepção sensorial*. É que conceitos sem percepção são vazios; percepções sem conceitos são cegas.

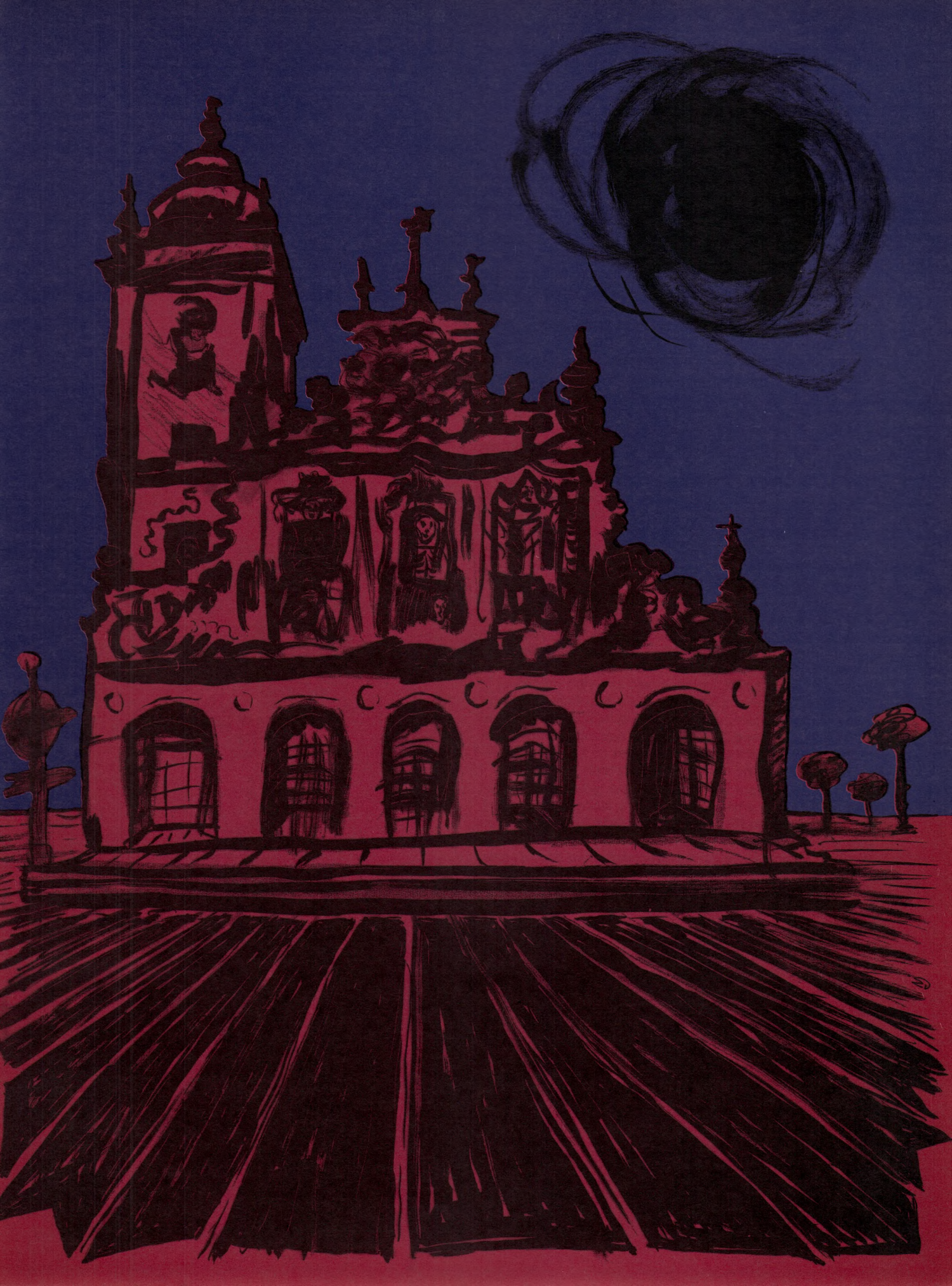
Tateando, em seus avanços e recuos, toda a caminhada da igreja, para a frente e para o alto, tem sido um contínuo processo dialético de atração, repulsão e assimilação entre o humano e o divino, a pessoa e a palavra, o conceito e a percepção! Muitas vezes humana, excessivamente humana, outras divina, impassivelmente divina, a “Dileta do Pai Eterno” tem sucessivamente caminhado por entre as ruínas da sua face divina e os escombros de sua fragilidade humana, permeados por raros momentos de homeostase.

Quando um Dom José Falcão, recentemente guindado ao cardinalato de Brasília, brandindo a espada de Leão XII (in “*Rerum Novarum*”) interdita o território de sua Arquidiocese a teologias espúrias, eivadas de marxismo, *essencialmente ateú*⁴, ou quando um Gustavo Gutierrez⁵ advoga uma fé como práxis libertadora, temos as evidências da dialética visceral do cristianismo. Por um lado, atraída para o alto, enquanto pessoa divina, tem confundido facilmente o transcendente da pirâmide trinitária com o ápice da pirâmide social, fazendo causa comum com os senhores deste mundo, em detrimento do *Senhor* do mundo. Por outro, enquanto *palavra* interpelada pelas contingências terrestres tem constantemente claudicado.

Identificar e acompanhar os diversos momentos e formas deste processo dialético da esposa de Cristo é uma empreitada fascinante, mas que demandaria tempo e espaço mais amplo e profundo que um simples ensaio de abordagem do problema. Ficando, assim, nos limites de uma exploração mais de superfície, podemos destacar algumas amostragens que, pela sua curiosidade ou singularidade, nos tocam mais vivamente.

Assim, ainda nos primórdios do cristianismo, em Atos dos Apóstolos (X, 9-23) encontramos claros sintomas do conflito teológico pastoral. A partir das experiências culturais sedimentadas no contexto da diáspora, impunha-se o dilema: limitar a boa nova aos judeus circuncidados ou absorver também os gentios incircuncisos?! Em outras palavras: apropriar-se das pérolas era um privilégio dos eleitos ou elas poderiam também ser lançadas ao porcos? O que fazer? Construir a igreja do cativo ou erguer a da libertação? Como depositário das tradições judaicas deveria Pedro cingir a igreja de Cristo ao universo sagrado ou abranger também o mundo profano? A visão que teve libertou-o deste conflito de consciência, estendendo a todo o universo criado a sagrada toalha da benção do alto: “não chames tu de profano o que Deus purificou”.

A partir das alegorias desta visão do primeiro chefe da Igreja, não seria nenhuma heresia decodificar as criaturas aladas como os membros da igreja triunfante, muito bem representada por figuras de relevo como o doutor Angélico; da mesma forma que não poderíamos ofender ao paladar de Pedro se interpretássemos “quadrúpedes e répteis”, especialmente estes, por serem asquerosos, como os membros da igreja padecente, que, sem nenhum mau gosto, poderiam muito bem ser representados por um judeu, como Marx. A ordem celeste do “mata e come” foi logo acolhida por aquele privilegiado vidente, indo ao encontro do estrangeiro Corneílio, o centurião romano: “Deus me mostrou que nenhum homem deve ser considerado profano ou impuro”. (Ibidem). Ainda que assim orientado, o primeiro Papa não pôde assimilar bem a catolicidade da igreja de Cristo. Foi pelas suas



vacilações e a devida “transparência”, cobrada por São Paulo, que o Concílio de Jerusalém foi realizado. Assim, vemos que o primeiro concílio da cristandade não resultou de nenhuma disputa teológica, mas da necessidade de definir uma linha pastoral e teológica. Diante dos novos ouvidos a serem alcançados pela fé (“fides ex auditu”) era preciso definir uma nova linguagem-veículo da fé.

O próprio Cristo não facilitou as coisas para o cristianismo na medida em que se apresenta como o “sinal de contradição”. A partir de sua natureza Deus/homem e de sua postura, parece impor-se o paradoxo como um sinal de saúde, no âmago do cristianismo! Ele terá de buscar o duplo casamento: pessoa divina/pessoa humana; palavra revelada/fala da. Inicialmente, mais “fatal” que “doutrinal”, o cristianismo, paradoxalmente, não teria transcendido os estreitos limites do Mediterrâneo, caso não buscasse o arrimo de uma linguagem mais sistematizada, mas sempre variável e falível.

Inicialmente, a patrística se contenta em demonstrar que a “doutrina” do cristianismo não se opõe às verdades racionais do pensamento helênico. Mas este simples aceno de apropriação de uma linguagem laica, ensaiado por figuras de respeito na igreja oriental como São Justino (séc. II e III) e Orígenes (séc. III), teve a acirrada contestação de apologistas latinos como Tertuliano. Eles se debatem na busca da conciliação entre a fé e a razão, a teoria e a prática. Acaba prevalecendo a linha especulativo-teórica dos padres orientais. Para São Justino, por exemplo, tudo o que há de verdadeiro e grande no pensamento antigo é naturalmente cristão.

A partir deste avanço, não foi difícil a santo Agostinho apropriar-se das categorias lógicas do neo-platonismo, com algumas correções em sua linguagem e conceitos. A linguagem de Platão se ajustava melhor. Propunha um universo hierarquizado e estático. Numa leitura mais elementar, o universo bíblico parece estereotipado ao estilo platônico. E mostrou-se tão conveniente e adequado à teologia cristã que impôs-se hegemônico, por quase um milênio. Assim, só no século XIII é que o paganismo de Aristóteles, com uma cosmovisão dinâmica e progressiva, por S. Tomás de Aquino, torna-se palatável e adquire a preferência teológica.

E sabemos quanto foi mal visto, pelos teólogos conservadores da época, o aristotelismo tomista, ainda que batizado e definido como “ancilla theologiae”. Desta forma, três anos após a morte do doutor Angélico, em 1277, o bispo Estevão Tempier *proscreeva* algumas proposições de Sto. Tomás. Mais grave ainda foi um confrade do Angélico, o bispo de Canterbury, Roberto Kilwardby, condenar algumas de suas teses. Nem faltou o acirrado combate da linha agostiniana, entre os franciscanos. Entre estes, o franciscano inglês Guilherme de La Mare lançava seu “Correctorium fratris Thomae” (1282) tachando de falsas nada menos que 117 proposições das obras de S. Tomás. Não o faziam por animosidade, mas por ser uma “novidade perigosa”. Foi preciso mais de meio século para que aquelas “perigosas inovações” fossem absorvidas e, até, sancionadas por São Pio V, ao atribuir-lhe a autoridade de “doutor Angélico”. E, por fim, Leão XIII o nomeia “patrono de todas as escolas católicas”.

Já em pleno século XX, quando o avanço da ciência parecia aprofundar o fosso entre religião e fé, agravado pelo racionalismo iluminista, vemos o inspirado zelo profético do paleontologista francês, o jesuíta Pe. Teilhard de Chardin (1889-1955). Todo o seu empenho em reconciliar o Verbo e a Palavra foi submetido ao mesmo receituário aplicado, em nossos dias, ao franciscano fr. Leonardo Boff. A intenção fundamental dos dois é a mesma: operar a síntese do Deus (cristão) do *para o alto* e do deus (marxista) do *para adiante*.



Um decreto do Santo – Ofício de dezembro de 1957 re-
pudiava sua fórmula do *tudo que ascende converge*.

A reação de escândalo, que ditou o “Monitum” de 30 de
junho de 1962, contra Chardin, é a mesma que inspira, hoje,
a comissão arqui-diocesana do Rio a denunciar os perigos em
‘Igreja Carisma e Poder’, do fr. Leonardo Boff (1981). Até
mesmo a substância dos argumentos é a mesma. O documento
pontifício denunciava as “ambigüidades” das obras de Teil-
hard; a “comissão arqui-diocesana para a doutrina da fé”, do
Rio de Janeiro, põe sob a mira do seu zelo ortodoxo as “su-
tilezas” das discrepâncias entre as teses de Boff e a doutrina
da igreja.

A maior dificuldade, entretanto, é encontrar a “teologia
da libertação” *correta e necessária* sancionada por João
Paulo II em carta à CNBB, de abril de 1986. Para o Sumo
Pontífice, só é admissível aquela reflexão teológica que an-
tepe a função *soteriológica à ético-política*. As instruções
da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé⁶ fazem as
mesmas ressalvas, mantêm a mesma tradição de documentos
sociais da Igreja (da Rerum Novarum à Laborem Exercens).

Não é difícil perceber que o motivo central de rejeição a
uma teologia libertária é que enquanto a tradicional prudên-
cia da igreja prefere a reforma (of. “Instrução sobre a Li-
berdade Cristã”) lenta e gradual da sociedade, Leonardo
Boff⁷ advoga uma libertação “revolucionária” no sentido
originário do termo (não inclui necessariamente o emprego
da violência). Nisto comungam todos os conhecidos teólogos
desta linha como Assmann, H.,⁸ e Gutierrez, G. M.⁹

O que diferencia *mesmo* a teologia “oficial” da “social” é
que para a primeira há uma hierarquia subordinadora entre o
transcendente e o imanente, enquanto para os teólogos da
segunda (ou de segunda?) toda encarnação implica uma *rela-
ção dialética*. O universo sagrado ao mesmo tempo que se
apropria das realidades terrestres é também por estas apro-
priado, influenciado e, até, *criado*! E assim sendo, “o sincre-
tismo” da religião cristã não é um mal necessário nem uma
patologia da religião pura. Antes expressa sua condição dia-
lética e paradoxal: ao mesmo tempo que *revela, vela* (apud
Stoekheimer, E. Hoonart et alii).

Enquanto a primeira enfatiza a *compreensão* da fé e da
realidade (ortodoxia) a última busca a transformação da rea-
lidade e da práxis da fé (ortopraxis).

O Papa reinvidica uma igreja santa, peregrina, escatoló-
gica e mutável nos seus *acidentes*, mas imutável no *seu* ser e
na sua *missão*.

Pelo que nos é dado concluir que *não existe* a teologia da
libertação. Pelo menos, como ela se propõe: “recriar uma
nova gramática e sintaxe para a fé, em cada época”.¹⁰ Prin-
cipalmente quando esta “nova gramática da fé” se encandece
em chamas de autocrítica às estruturas de dominação e de
poder da igreja, e, à semelhança de Cristo, com os vendi-
lhões do templo, tenta purificá-la... Vemos, então, multipli-
carem-se os opositores desta revolução operada de dentro
para fora. Neste momento, torna-se duplamente doloroso
absorver esta teologia da libertação. Acata-la seria capitular
a uma redenção e encarnação despojadora. As estruturas
centenares do imperialismo romano e do feudalismo medie-
val já se impregnaram em seus hábitos e sentimentos e con-
taminaram sua própria essência. Como falar de uma encar-
nação geradora de fraternidade universal, diante de uma bem
declarada práxis teológica de que “quanto mais alto alguém
se encontre na pirâmide mais próximo está de Deus?” – “A
obediência, mesmo civil, é um ato religioso”.¹¹

A partir destes pressupostos, não parece leviano concluir
que a hierarquia da Igreja não está, na verdade, preocupada

com a ótica ou a linguagem *materialista* da teologia da liber-
tação. O que a incomoda *de fato* é que esta “nova sintaxe da
fé” logrou tocar as chagas de uma bem determinada *forma
de encarnação* que ela assumiu e não pretende renunciar. “O
que, na verdade, a Igreja defende não é tanto a autoridade
divina, mas uma forma histórica que assumiu esta autoridade
divina” (em Igreja Carisma e Poder, pág. 72).

Para a hierarquia, não está em questão a doutrina e as
teses da teologia de libertação. Estas são, apenas, na bela
imagem de Freud,¹² as palavras que sua psiqué interpõe,
como uma cortina, para escurecer e ocultar a realidade que
lhe dói admitir!

Assim, por trás de todo o combate e resistência à teologia
da libertação, encontramos um dilema tão antigo quanto o
cristianismo: até que ponto o Verbo divino, feito homem,
hominizou-se ou divinizou-se. Na essência do cristianismo,
como se opera o conúbio do sagrado e do profano? Como se
relacionam? Subordinação hierárquica do homem ao divino,
ou interação dialética?

É do seio desta indagação que safram todas as grandes
sínteses teológicas, desde Atenágoras, Clemente, Agostinho,
Tomás de Aquino, como todas as *declaradas* “seitas” e
“heresias”: maniqueísmo, arianismo, pelagianismo, luteran-
ismo, etc.

A Igreja, em suas dores de parto, reproduz uma colossal
“teodisséia” do Verbo de Deus, pulsando no coração do uni-
verso (Teilhard de Chardin, “Oevres”, Seuil).

Joarez Virgolino Aires cursou filosofia e teologia, é mestre em antro-
pologia filosófica pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma.
Ensina língua portuguesa na Fundação Educacional do Distrito Fede-
ral há 12 anos. □

Referências Bibliográficas

1. João Paulo II. *Carta sobre a missão da igreja e a teologia da liber-
tação*. Abril de 1986.
2. cf. Instrução *Libertatis Nuntius*, IV 5: AAS 76.
3. Heidegger. *Platos von der Wahrheit*, 1947, pág. 112.
4. Revista *Veja*, nº 23, 8 de junho de 1968.
5. Gutierrez, G. *Evangelho e Práxis de Libertação*, Fé cristã e mu-
dança social. América Latina, 244.
6. Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé. *Libertatis Nuntius*, 6
de agosto de 1984. *Libertatis Conscientia*, 22 de março de 1986.
7. Boff, Leonardo. *Vida religiosa e a igreja no processo de libertação*.
Vozes, 1976.
8. Assmann, H. *Evangelización e liberación*.
9. Gutierrez, G. M. *Teologia da Libertação*. Vozes, 1976.
10. Boff, Leonardo. *Igreja Carisma e Poder*. Petrópolis, Vozes, 1981.
11. Idem, idem, 2ª edição.
12. Freud, S. N. Brown. *Vida Contra a Morte*. Petrópolis, 1973.

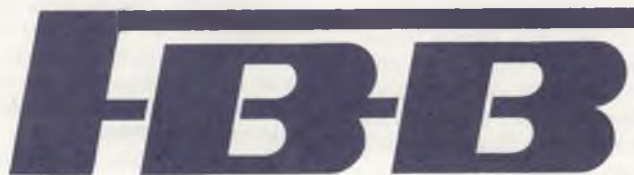
Resumen

El momento actual es intrigante y, muchas veces, llega a inquietar en
casi todas las áreas del conocimiento. La pregunta ¿qué está pasando
con la Iglesia Católica y el catolicismo? aparece con toda su fuerza
significativa provocando diversas respuestas de diferentes pensadores.
En este artículo presentamos dos de estas respuestas, la de un eminente
teólogo salesiano y la de un emérito profesor de filosofía y teología.
Son dos visiones, dos ayudas para construir nuestra propia versión de
los hechos y hasta de los discursos.

Abstract

The present moment is stimulating, often disquieting in almost all
fields of human knowledge. The question “What is happening to the
Catholic Church and to Catholicism?” surfaces with full force, bring-
ing forth varied responses from different thinkers. Two of these res-
ponses are published here, one written by an eminent Salesian theolo-
gian, the other by an emeritus professor of philosophy and theology.
These two views, points of reference, will help us to arrive at our own
version of the facts... and of the forms of discourse.

A partir deste número, HUMANIDADES
conta com o apoio financeiro da
Fundação Banco do Brasil.



SUDÁRIO DE TURIM O EVANGELHO PARA O SÉCULO XX



PERIODICAMENTE OS GRANDES MISTÉRIOS QUE ENVOLVEM A FÉ ACABAM RETORNANDO DO ESQUECIMENTO, COM UMA FORÇA PROPORCIONAL À PRÓPRIA PROFUNDIDADE DO MISTÉRIO. A QUESTÃO, EM ABERTO ATÉ HOJE, SOBRE A NATUREZA DO SUDÁRIO DE TURIM É UM BOM EXEMPLO DESSE FATO. AS INVESTIGAÇÕES DEIXARAM O CAMPO DA FÉ ENTRARAM NO DISCURSO CIENTÍFICO. SERÁ POSSÍVEL O MÉTODO CIENTÍFICO DECIDIR SOBRE QUESTÕES COMO ESTA?

EVALDO D'ASSUMPÇÃO

Em 1978 a imprensa de todo o mundo abriu grandes espaços para noticiar e comentar a exposição pública do Sudário de Turim, naquela cidade italiana. Durante 40 dias, milhões de pessoas, entre devotos e curiosos, desfilaram diante do intrigante lençol, exposto atrás de espesso cristal, que o protegia de possíveis vândalos.

Em 1988, dez anos depois, novamente a imprensa dedica grandes espaços a uma notícia espantosa: a pretensa mortalha de Cristo, conhecida como o Sudário de Turim, era falsa, conseguindo-se a sua datação em torno da Idade Média, conforme as pesquisas realizadas em três laboratórios, utilizando o teste do carbono 14.

E agora? Esta pergunta ainda hoje paira no ar, causando polêmicas, provocando discussões e dividindo os interessados neste fascinante tema.

O mais surpreendente tem sido a opinião de vários sacerdotes católicos que, baseando-se nas notícias da imprensa leiga, rapidamente deram como definitivo os resultados apresentados e negaram sumariamente a autenticidade do Sudário. Medo de superstições...?

Deixando assentar toda a poeira levantada em torno do assunto, colecionando todas as notícias que consegui encontrar, sobre tão polêmico tema, decidi-me por analisar todas estas informações e emitir uma opinião pessoal, objetivando fornecer, àquelas pessoas que se encontram confusas a este respeito, algum material isento de pressa e alvoroço, permitindo-lhes uma análise mais detalhada que leve a conclusões melhor sedimentadas.

O Sudário de Turim é um pedaço de linho, com 4,34m x 1,10m de superfície, na qual está, misteriosamente gravada, a imagem de um homem que apresenta todos os sinais de uma crucificação e morte violenta, após prolongada agonia. Seria pois a mortalha de Cristo.

Disse misteriosamente gravada, porque *todos* os estudos feitos, até esta data, no tecido que constitui o Sudário, foram incapazes de determinar qualquer tipo de gravação conhecido pela humanidade, desde o mais remoto passado até o dia de hoje. Nenhum sinal ou resíduo de tinta ou outros pigmentos foi encontrado nas fibras do tecido.

A imagem apresenta características anatômicas e fisiológicas impossíveis de serem representadas sem o adequado conhecimento científico das mesmas. E estas características somente foram descobertas entre o século XIX e o atual. Portanto, quem as reproduziu ou as conhecia antes de sua descoberta ou foi capaz de fazê-las, por acaso, numa precisão que ultrapassa todas as possibilidades de coincidência. Mais impressionante do que tudo isto é o fato de que a imagem é um perfeito negativo fotográfico, não em apenas algumas partes, mas em sua totalidade. Ou seja, quem fez – se é que foi feita – esta imagem conhecia perfeitamente o sistema de fotografias em que utiliza-se o negativo para sua obtenção. Entretanto, este tipo de fotografia somente foi descoberto no final do século passado.

Considerando-se que o teste de carbono 14, agora realizado, situa este pano na Idade Média, fica muito difícil compreender como tal imagem poderia ter sido “pintada” ou “gravada”, utilizando-se tais conhecimentos que pertencem, praticamente, ao nosso século.

Um aspecto ainda mais intrigante: a imagem, estudada exaustivamente por John Jackson, físico da força aérea americana, entre 1975 e 1978, apresenta uma estrutura de contraste que parece corresponder à distância entre um tecido estendido sobre um corpo deitado e a superfície de referência do corpo. Transportando-se os valores de intensidade da imagem gravada para um eixo vertical, obteve-se uma imagem tridimensional do corpo, sem qualquer distorção. Isto é impossível de obter em qualquer fotografia, por mais sofisticada que seja a técnica utilizada. Portanto, o possível “autor” desta figura conseguiu superar, em técnica e execução, os mais sofisticados equipamentos fotográficos existentes neste final do século XX.

Estas são, não todas, mas as principais conclusões obtidas no projeto STRP (Shroud of Turin Research Project), que colheu diferentes materiais do Sudário, entre os dias 9 e 13 de outubro de 1978, os quais foram rigorosamente analisados por mais de 50 cientistas de diversos países nos anos seguintes.

Nesta ocasião, somente o teste do



Carbono 14 não foi realizado porque, além de exigir uma grande quantidade de material do próprio Sudário que seria incinerado para obtenção de elementos para este teste, pouco acrescentaria aos estudos feitos, já que sua margem de erro é de 200 anos para trás e para a frente da legítima datação do material. Assim, mesmo que seu resultado determinasse a idade do tecido em torno do ano 0 de nossa era, pouco ou nada acrescentaria aos estudos. Posteriormente, com o desenvolvimento de novas técnicas, que exigem menor quantidade de material, e diante das solicitações para que este estudo fosse feito, foi finalmente realizado. Três amostras do tecido, tomadas a partir de uma tira de 7cm x 1,2cm, foram entregues a três diferentes laboratórios, um na Inglaterra, outro nos EUA e o terceiro na Suíça, os quais utilizaram o método do acelerador de partícula, procedendo-se a contagem das partículas de Carbono 14, existentes na amostra.

Sabe-se que os materiais orgânicos são compostos de átomos de Carbono 12, forma estável deste material. Entretanto, radiações vindas do espaço impregnam estes materiais orgânicos com Carbono 14, um isótopo de baixa radioatividade e que transforma-se, com o tempo, em Carbono 12, que é estável. A cada 5.700 anos, a metade de um conjunto de Carbono 14 se transforma em Carbono 12. Determinando-se a quantidade de Carbono 14 existente em um determinado material, indica-se há quanto tempo ele vem se desintegrando e, consequentemente, há quanto tempo ele existe. Resumindo, quanto menos Carbono 14 contenha mais velho é o material.

Entregues as amostras para os exames, uma série de entrevistas foram dadas por alguns membros da equipe inglesa, afirmando que o resultado seria, sem dúvida, favorável a uma datação na Idade Média. E que, por isto, tratava-se de uma falsificação, de uma fraude, realizada em torno do ano 1300. Somente este fato já questiona a validade dos resultados apresentados, pois é norma básica de metodologia da pesquisa científica a total falta de opinião decisiva por parte do pesquisador, pois, se isto acontece, seus resultados poderão ser

falseados, até mesmo de modo inconsciente, para comprovar sua opinião prévia.

Outro fato importante diz respeito à característica de não haver uma eficácia, totalmente comprovada, no método utilizado, e que o foi apenas por necessitar de menor quantidade de amostra do tecido. O método descrito por Willard Libby, prêmio Nobel de química em 1960, de maior precisão, exigia 10g de Carbono puro, o que representaria a quiação de quase 1/3 do Sudário, coisa inaceitável por seus responsáveis.

Somam-se a tudo isto dois fatos interessantes: segundo Walter Gonzales, pesquisador do Instituto de Pesquisas Espaciais, em São José dos Campos, SP, o Sudário esteve exposto a diferentes taxas de Carbono 14, tendo inclusive ocorrido uma queda da atividade solar durante a Idade Média, o que provocou um aumento do Carbono 14 ambiente, impregnando, pois, o Sudário com este elemento.

Considerando que o Sudário esteve submetido a intensa fonte de calor, quando a capela que o abrigava em 1532, na cidade de Chambery, França, incendiou-se, e a caixa de prata que o continha derreteu-se em parte, chegando a chamuscar o pano, é de se supor que as taxas de Carbono 14 em sua estrutura foram alteradas e para mais.

Ora, com tantas causas de alteração, e sempre para mais, do teor de Carbono 14 no tecido, é de esperar-se um erro em sua datação, considerando-o mais novo do que realmente ele o é.

Finalmente, uma questão muito importante: sabe-se hoje que a maioria dos pesquisadores do Sudário admitem que a formação da imagem se deu no momento da ressurreição de Cristo, quando o seu corpo morto, material orgânico e riquíssimo em átomos de Carbono, transformou-se no corpo ressuscitado, não mais orgânico e sim a-espacial e a-temporal.

Nesta transformação, uma forte energia irradiante teria impregnado o tecido – razão de somente se encontrar a imagem do corpo na face interna do pano, a que estava em contacto direto com este corpo – deixando as marcas; inclusive respeitando uma relação entre a in-

tensidade das marcas e a aproximação do pano ao corpo, razão de sua tridimensionalidade.

Acredito então que esta mesma irradiação que foi capaz de marcar o pano foi também responsável por uma impregnação exagerada de Carbono 14 no tecido, produzindo então, quase 2000 anos depois, um falso resultado na datação do pano através da contagem dos átomos do Carbono 14.

Por tudo isto, acredito que estas provas agora realizadas não são, de forma alguma, conclusivas e definitivas, mas apenas provocadoras de mais polêmicas, mais discussões em torno do Sudário, reafirmando o que foi dito no livro “Sudário de Turim, o evangelho para o século XX”: este misterioso tecido é realmente a “boa nova” escrita para o homem tecnológico do século atual, sempre querendo provar e comprovar todas as coisas, para nelas acreditar.

Obviamente, a autenticidade ou não do Sudário nada tem a ver com a verdadeira fé daqueles que realmente acreditam em Jesus Cristo. Pode-se mesmo dizer que “acredita-se no Sudário porque acredita-se em Cristo” e não o contrário. Não é a relíquia que faz a fé. Não é a fotografia da pessoa amada que nos faz crer em sua existência. Admira-se a fotografia porque se ama a pessoa fotografada. Mas a perda da foto não determina o fim do amor.

Seja o Sudário falso ou verdadeiro em nada muda a fé de quem realmente crê.

Apenas, se realmente o Sudário é da Idade Média, então ele se torna muito mais fascinante, como objeto de estudos e pesquisas. Pois se trata de uma obra de arte inigualável, incompreensível, de um genial artista que realizou uma única obra – uma indiscutível obra-prima – e dele nada mais se soube. Permanece o mistério a respeito de como a imagem foi formada, por que técnica e por quem. E isto ainda gera muito estudo! E, em relação à religião, mesmo sendo falso o Sudário, a possibilidade de se conhecer, em todos os seus detalhes, a crueldade de uma crucificação serve para que todos meditem naquela que foi a maior prova do amor: dar a vida por alguém que se ama: a humanidade toda! □

Evaldo A. D'Assumpção é cirurgião plástico e trabalha com tanatologia. É fundador e diretor do COSMO – Centro de Orientação sobre o Sofrimento e a Morte. É membro da Academia Mineira de Medicina e da Sociedade Brasileira de Médicos Escritores

Bibliografia

- CARREÑO ETXEANDIA, J. L. *As marcas da ressurreição*. Ed. Loyola, São Paulo, 1981.
D'ASSUMPÇÃO, E. A. *Sudário de Turim, o Evangelho para o século XX*. 2ª Edição. Ed. Loyola, São Paulo, 1984.
GONELLA, L. *Um manto, mil mistérios*. 30 Giorni, nº 8:80-83 – Ag. Set. – 1988.
HELLER, H. H. *O Sudário de Turim*. José Olímpio Editora, Rio de Janeiro, 1985.
STEVENSON, K. E. et HABERMAS, G. R. *A verdade sobre o Sudário*. Ed. Paulinas, São Paulo, 1983.
WEAVER, K. F. *The mystery of the Shroud*. National Geographic. 157: 730-753, June, 1980.
WILSON, I. *O Santo Sudário*. Ed. Melhoramentos, São Paulo, 1979.
WILSON, I. *A relíquia em xeqe*. Veja, pág. 92-96, 5 de outubro de 1988.

Resumen

Sudario de Turín, el evangelio para el siglo XX

Perfódicamente los grandes misterios de la fe acaban volviendo del olvido con una fuerza proporcional a la propia profundidad del misterio. Un buen ejemplo de este hecho es el sudario de Turín, problema que hasta hoy está sin resolver. Las investigaciones salieron ya del campo de la fe para entrar en el discurso científico. ¿El método científico podrá decidir sobre estas cuestiones?

Abstract

The Turin shroud, gospel for the XXth century

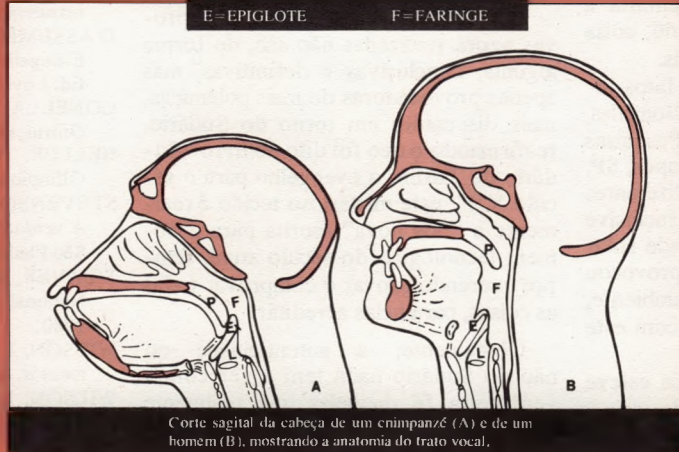
Every so often, the great mysteries that enshrine the Faith end up arising out of oblivion with a might proportional to the very depth of the mystery. The controversy about the nature of the Turin Shroud, unresolved to the present day, is a prime example of this fact. Investigation has switched from the realm of Faith to that of scientific discourse. Can scientific method really pontificate on matters such as this?

P = PÁLATO MOLE

L = LARINGE

E = EPIGLOTE

F = FARINGE



Corte sagital da cabeça de um crimpanzé (A) e de um homem (B), mostrando a anatomia do trato vocal.

A ORIGEM DA FALA

UMA DAS PREOCUPAÇÕES DA CIÊNCIA É A DESCOBERTA DE NOSSO PASSADO HISTÓRICO E EVOLUTIVO. SOB ESTE ASPECTO, TEMOS ESTES DOIS TEXTOS QUE PROCURAM ESCLARECER NOSSAS DÚVIDAS SOBRE QUESTÕES DE NOSSO DIA-A-DIA. A FALA É ALGO QUE OCUPA NOSSO COTIDIANO; QUASE NUNCA NOS CAUSA SURPRESA O FATO DE PODERMOS FALAR, MAS É CERTO QUE POR DETRÁS DESTE COMPLEXO MECANISMO EXISTEM ALGUNS MILHARES DE ANOS QUE CULMINARAM EVOLUTIVAMENTE EM NOSSO APARELHO FONADOR.

WALTER A. NEVES

Saber quando o homem, ou um de seus ancestrais, começou a falar é uma questão que tem permeado a literatura paleoantropológica desde seu início como área científica.

Inicialmente, houve um período, que poderíamos chamar de filosófico, durante o qual conceitos básicos de cognição, simbolismo, gesto e palavra dominaram a abordagem sobre a origem da linguagem articulada.

Depois, com o desenvolvimento da neuroanatomia, muitos cientistas passaram a abordar a questão reproduzindo e analisando moldes dos cérebros dos homínídeos fósseis, confeccionados a partir da impressão dos lobos cerebrais deixados no endocrânio.

Com o avanço da etologia, muitos pesquisadores passaram, também, a tentar entender as capacidades e os limites de articulação de linguagem por parte dos pongídeos atuais como forma de levantar informações sobre o processo de evolução da fala. Hoje sabemos que os chimpanzés, por exemplo, são capazes de articular algumas mensagens veiculadas por símbolos visuais, mas nenhum cientista logrou, jamais, ensinar um chimpanzé a falar articuladamente.

Com referência ao cérebro, sabemos hoje que a área de Broca, centro que organiza as palavras gramaticalmente, já pode ser encontrada mais ou menos definida desde o *australopithecus*. No entanto, como a paleoneurologia tem que se restringir às características superficiais do córtex cerebral, ela está muito limitada para informar sobre o processo real de aquisição da fala.

Uma outra questão é se o desenvolvimento cerebral é o único requisito necessário para a aquisição de linguagem articulada. Hoje há um consenso que não. Paralelamente ao cérebro, é necessário uma reorganização muito complexa do trato vocal para que a articulação das palavras torne-se possível.

Nesse sentido, iniciou-se na última década uma outra área de trabalho, a "paleolaringologia", que se preocupa, primeiramente, em conhecer a anatomia do trato vocal de nossos ancestrais, através de seus fósseis e, em segundo lugar, conhecer a anatomia vocal dos primatas atuais e de outros mamíferos. Philip Lieberman, Edmund Crelin e Jeffrey Laitman têm liderado essa área de trabalho.

A nível de anatomia do trato vocal, sabe-se, hoje, que dois padrões básicos existem na natureza. Um é repartido por todos os mamíferos, exceto o homem. Caracteriza-se pelo fato da laringe estar localizada muito alta no pescoço, permitindo que a epiglote esbarre no palato mole. Isto permite ao animal beber líquidos e respirar ao mesmo tempo. Nesse padrão, a faringe, por seu turno, é curta e permite pouca modulação de sons.

O homem é a única exceção a esse padrão. Sua laringe está localizada mais baixo, e a epiglote jamais consegue tocar o palato mole. Por isso, nós não podemos beber água e respirar ao mesmo tempo. As consequências de qualquer tentativa nesse sentido são conhecidas por todos nós. Por outro lado, com a "descida" da laringe, a faringe se expandiu, o que nos dá uma grande capacidade de modulação dos sons produzidos originalmente pelas cordas vocais.

Interessante é que na criança o padrão geral dos mamíferos pode ser encontrado até 1,5 a 2 anos de idade. A partir daí a arquitetura do trato vocal passa a se modificar, em direção à morfologia adulta. Esse período coincide, exatamente, com o desenvolvimento da fala na criança.

O que há de mais importante nisso tudo para a paleoantropologia é que esses dois padrões cartilagosos do trato vocal estão associados a dois tipos de morfologia da base do crânio. No primeiro a base craniana é horizontal e no homem ela é curva ou arqueada. Essa descoberta permitiu aos morfologistas investigarem esse fenômeno no passado, examinando cuidadosamente a anatomia da base do crânio dos homínídeos fósseis.

Os homínídeos de 4 milhões a 1,5 milhões de anos (*australopithecus* e *homo habilis*) mostram uma anatomia basiscraniana completamente horizontal e, portanto, não possuíam a capacidade de falar articuladamente, mesmo que seus cérebros permitissem.

No *homo erectus* (1,6 milhões a 500 mil anos) alguma flexão da base do crânio pode ser observada, mas ainda muito incipiente.

No entanto, por volta de 400 ou 300 mil anos, nas formas de transição que precedem o *homo sapiens*, a flexão da base do crânio já está completamente fixada. Se considerarmos essas formas de transição já como *sapiens*, podemos dizer que a fala articulada estabilizou-se com o aparecimento de nossa espécie.

FÓSSEIS X MOLÉCULAS

PARA RECOMPOR A PASSAGEM DO HOMEM PELO PLANETA, A CIÊNCIA PRECISA APRIMORAR MAIS E MAIS SEUS RECURSOS DISPONÍVEIS, COMO OS TESTES IMUNOLÓGICOS QUE ATUALMENTE SÃO USADOS NA DETERMINAÇÃO DA IDADE DOS FÓSSEIS.

ESTAS TENTATIVAS SÃO OS PASSOS DA CIÊNCIA NA DIREÇÃO DE MELHOR CONHECER A TRAJETÓRIA DE NOSSOS ANCESTRAIS PELA EVOLUÇÃO.

WALTER A. NEVES

Até os anos 60, anteriormente à aplicação dos métodos físicos de datação absoluta em Olduvai, pensava-se num intervalo de tempo muito curto para o processo evolutivo humano. Algo que não ultrapassasse, por exemplo, os limites do pleistoceno.

Com as datações de 2 milhões de anos obtidas para o gênero *Homo* em Olduvai, as coisas se inverteram radicalmente.

Passou-se a considerar que os homínidos já deveriam ter se diferenciado de seus predecessores, os driopithecinos, no mínimo, a 15 milhões de anos.

Contribuiu para esta recuada no tempo a caracterização do *ramapithecus* efetuada por David Pilbeam e Elwin Simons, em 1965, como um homínido ou, pelo menos, um pré-homínido já diferenciado para a postura bípede.

Nessa época, nos Estados Unidos, a antropologia física vinha passando por uma fase muito crítica de renovação, cuja maior ênfase estava sendo dada na aplicação de métodos opcionais, vindos de outras áreas do conhecimento, para a compreensão do processo de gênese e diversidade das populações humanas.

A universidade de Berkeley, tendo à frente S. Washburn, foi um dos locais de vanguarda dentro desse contexto. Ali, Allan Wilson vinha trabalhando com a idéia de se utilizar as modificações bioquímicas entre as espécies atuais como forma de investigar suas relações filogenéticas. Juntamente com Vincent Sarich deram início àquilo que poderíamos

chamar de a maior frente de oposição às idéias de uma antiguidade miocênica para os homínidos.

A história completa desse assunto é, no entanto, um pouco mais antiga do que normalmente se supõe.

George Nuttall, em 1904, na Inglaterra, fazendo experimentos muito simples e quase sem base teórica molecular, concluiu que a composição dos fluidos corporais do homem e dos grandes símios africanos deveria ser muito próxima.

Após os avanços dos conhecimentos sobre o sistema imunológico e suas bases moleculares, Morris Goodman, Emile Zuckerkand e Linus Pauling retomaram a idéia de testar relações evolutivas a partir da comparação da composição molecular das proteínas das diversas espécies.

O primeiro, efetuando testes imunológicos cruzados (ver a figura adjacente para maiores detalhes), mostrou que a grande similaridade molecular entre o chimpanzé, o gorila e o homem não justificava a sua classificação em famílias diferentes e não indicava um tempo de divergência evolutiva muito longo.

Os dois últimos (Zuckerkandl & Pauling) mostraram que no chimpanzé e no homem a hemoglobina é formada pela sucessão dos mesmos 287 aminoácidos, enquanto que entre o gorila e o homem somente 1 aminoácido varia. Isto os levou, por metodologias diferentes, às mesmas conclusões de Goodman.

Esses pioneiros foram logo desencorajados pelos paleoantropólogos, que apresentavam o *ramapithecus* como prova incontestável de que os homínidos deveriam ter uma história evolutiva

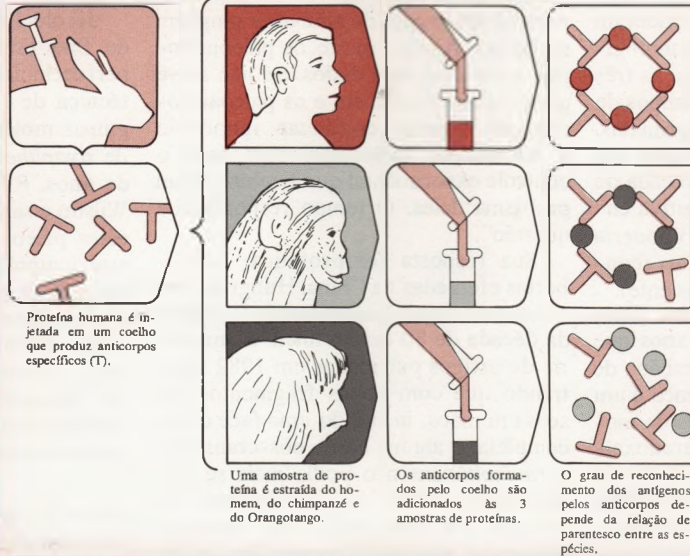
independente de, no mínimo, 15 milhões de anos. Algo devia estar errado com os seus métodos ou com o comportamento evolutivo das moléculas protéicas.

Allan Wilson e Vincent Sarich não se deixaram levar pelas evidências fósseis e quase uma década após os primeiros experimentos de Goodman, retomaram a idéia de se usar o relógio protéico como datador de filogenias.

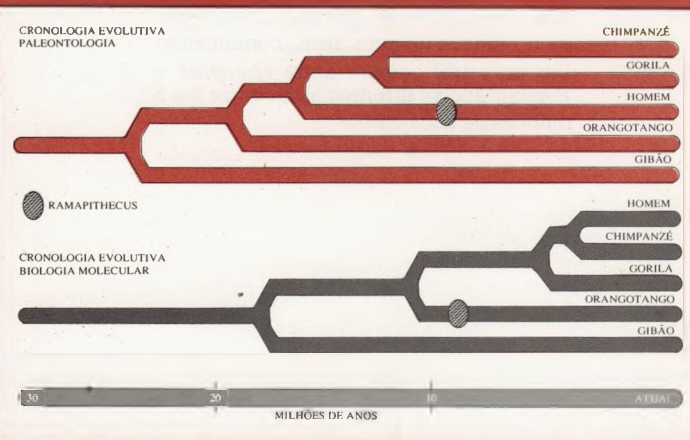
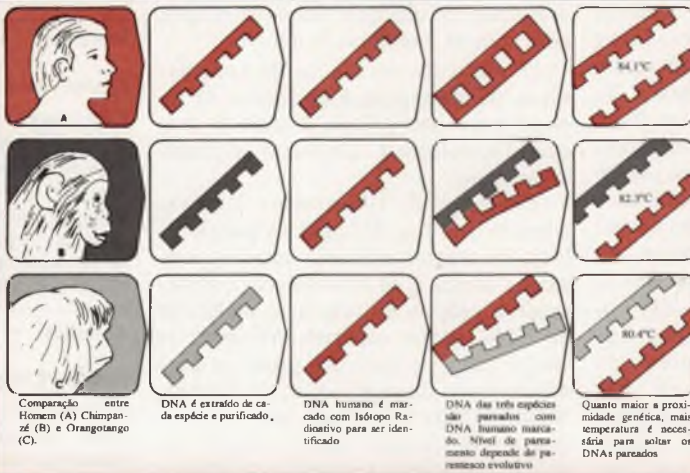
A idéia básica do relógio protéico é a seguinte: qualquer componente orgânico (antígeno) injetado na circulação de um determinado animal provoca nele uma reação imunológica, através da formação de anticorpos, que tentam destruir ou, pelo menos, isolar os antígenos. A reação dos anticorpos formados sobre outros antígenos é tão mais forte quanto mais similares forem esses antígenos do inicialmente injetado. A similaridade dos antígenos depende do grau de parentesco evolutivo entre as espécies envolvidas.

Allan Wilson e Vincent Sarich efetuaram esse experimento *in vitro*. Injetaram, primeiramente, albumina humana em uma cobaia, permitindo que ela desenvolvesse os anticorpos necessários. Extraíram soro da cobaia imunizada, repartindo-o em três tubos de ensaio, aos quais adicionaram albumina humana, de chimpanzé e de gorila, medindo o grau de precipitação formada nos tubos de ensaio (reação antígeno-anticorpo). Os diversos graus de precipitação foram traduzidos em distâncias imunológicas. Utilizando uma fórmula matemática

SEQUÊNCIA DO TESTE IMUNOLÓGICO EFETUADO POR SARICH & WILSON



SEQUÊNCIA DE TESTE DE HIBRIDIZAÇÃO CROMOSSÔNICA



muito simples, os autores puderam transformar essas distâncias imunológicas no tempo de separação entre as três espécies, comparando com os tempos de separação de outros grupos de primatas. O resultado soou como uma bomba nos meios acadêmicos no final da década de 60: o tempo de separação evolutiva entre pongídeos e homínídeos não poderia ser superior a 5 milhões de anos (conforme sintetiza a figura adjacente).

A oposição sistemática feita pelos paleoantropólogos durante os anos que sucederam a pequena publicação de Wilson e Sarich na revista *Science* é um dos capítulos mais interessantes da moderna paleoantropologia. Paradoxalmente, essa oposição baseava-se em alguns poucos fragmentos ósseos e dentes miocênicos, a partir dos quais os morfologistas insistiam no *ramapithecus* como um homínídeo.

Sarich, ao contrário do que se pode imaginar, manteve sua idéia central em algumas poucas publicações subsequentes, nas quais escreveu frases muito pouco ortodoxas e que enfureceram ainda mais os paleoantropólogos. Entre elas, duas imortalizaram-se na literatura especializada: “Ninguém tem mais o direito de considerar uma espécie fóssil anterior a, digamos, 8 milhões de anos, um homínídeo, mesmo que ela se pareça com um” – (1971). “Os bioquímicos bem que suas moléculas tiveram ancestrais; os paleoantropólogos podem, no máximo, ter esperanças que seus fósseis tenham deixado descendentes” – (1973).

Quando estive rapidamente com Sarich em 1982, no seu laboratório em Berkeley, perguntei porque ele não continuou insistindo com a sua hipótese, através de novos experimentos e publicações. Sua resposta teve um tom algo arrogante, mas entendi alguns meses mais tarde sua posição. A resposta foi mais ou menos a seguinte: “Não tenho mais nada que testar. Fiz a mesma coisa

para vários grupos de animais e ninguém reclamou. Ajudou muito os paleontólogos a reverem seus dados. Se não serve para o caso do homem e os paleoantropólogos querem continuar ignorando a informação molecular, com todo o controle experimental que fizemos, é um problema deles. O tempo responderá a questão”.

Sua resposta foi profética. Descobertas efetuadas na China, Hungria e Paquistão no final da década de 70 e início da década de 80 deram início a uma série de artigos publicados em 1982 mostrando que com novos fragmentos ósseos em mãos, incluindo uma face quase completa e alguns casos pós-cranianos, o *ramapithecus* não podia mais ser interpretado como um homínídeo. Na verdade, ele nem podia mais ser mantido como uma espécie separada de seus contemporâneos, os *sivapithecus*, cuja morfologia mostra uma relação direta com o orangotango. Caído o *ramapithecus*, a paleoantropologia ficou sem nenhum outro argumento para sustentar a existência de qualquer forma homínídea com mais de 5 milhões de anos.

O início da década de 80 testemunhou, paralelamente à derrocada do *ramapithecus*, um grande avanço na pesquisa biomolecular com vistas ao passado humano.

Um grupo da Universidade de Yale, liderado por Jon Ahlquist e Charles Sibley, investigou a relação entre os pongídeos atuais e os homínídeos, comparando a própria sequência de moléculas de DNA dessas espécies. Ao invés de analisarem o produto dos genes, as proteínas, como fizeram Goodman, Pauling, Wilson e Sarich, o grupo preferiu analisar a própria sequência do material genético. Aplicando a técnica da hibridização DNA, confirmaram, primeiro, uma grande homologia de sequência de pares de bases entre o chimpanzé e o gorila e o homem. Segundo, mostraram que o gorila diferenciou-se primeiro, por volta de 6 milhões de anos atrás, continuando um ancestral comum entre chimpanzé e homem que se diferenciaram entre 4 e 5 milhões de anos atrás.

Jerold Lowenstein, da Universidade de São Francisco, chegou às raízes do perfeccionismo. Conseguiu, através da técnica de radioimunoensaio extrair algumas moléculas de colágeno de fósseis de *sivapithecus* com cerca de 8 milhões de anos. Reproduziu o experimento de Wilson e Sarich, só que desta vez aplicou esses paleoantígenos na cobaia e fez o este imunológico cruzado, com soro de homem, chimpanzé, gorila, orangotango e gibão. Inacreditavelmente, a reação foi muito positiva com o soro do orangotango, mostrando sua inextinguível relação de descendência com o *sivapithecus* (*ramapithecus*, se considerarmos a nomenclatura anterior). □

Walter A. Neves é bioantropólogo, pesquisador associado do programa de biologia humana do Museu Paraense Emílio Goeldi, possui inúmeros trabalhos publicados no Brasil e no exterior. Desde 1982 vem se dedicando à divulgação científica na área de evolução humana. Atualmente desenvolve projetos de pesquisa no Brasil, Chile e Argentina.

Resumen

Fósiles y moléculas

Para rehacer el paso del hombre por el planeta, la ciencia necesita perfeccionar los recursos disponibles, por ejemplo los exámenes inmunizadores que actualmente se usan para determinar la edad de los fósiles. Estas tentativas de la ciencia tienden hacia un mejor conocimiento de la trayectoria de nuestros ancestrales a través de la evolución.

Abstract

Fossils VS. molecules

In order to reconstitute Man's presence on Earth, science must progressively refine the resources available to it, such as the immunological tests currently used to determine the age of fossils.

These tests will enable science to advance along the path that leads to a better understanding of the evolution of our ancestors.

IN MEMORIAN

CLÁUDIO SANTORO (1919-1989)

Tua batuta
era varinha
mágica.
O risco no ar
era o toque
que lançava
pontes
entre corações,
expulsando
indiferenças.
Teu último gesto
apontou
o céu
e te seguiu
o som,
acostumado
a teus caprichos,
obediente,
agora órfão
como teus amigos.
Liberto da casca
podes
ignorar
mesquinharias
e ofensas.
Estás livre.
Ês de novo
inquieto menino
do Amazonas.
Perdoa
nossa tristeza.
Zela por nós.

Luiz Humberto



O HELIOCENTRISMO NA GRÉCIA ANTIGA

LUIZ EDUARDO S. MACHADO

O SISTEMA HELIOCÊNTRICO IMPLANTADO POR NICOLAU COPÉRNICO (1473-1543) NO SÉCULO XVI PODERIA TER SIDO ADOTADO NA GRÉCIA ANTIGA. 200 ANOS ANTES DE CRISTO, CONFORME PROPOSIÇÃO DO FILÓSOFO, MATEMÁTICO E ASTRÔNOMO GREGO ARISTARCO DE SAMOS. COMO IMPLICAVA UNIVERSO INFINITO, AFASTANDO PARA MUITO LONGE OS ASTROS E OS DEUSES, CONTRARIAVA FRONTALMENTE OS PRINCÍPIOS DA ESCOLA DE ASTROLOGIA INSTALADA — PRATICAMENTE NA MESMA ERA DE ARISTARCO — PELO CALDEU BEROSSO NA ILHA GREGA DE CÓS. DEVIDO ÀS INJUNÇÕES ASTROLÓGICAS, COMBINADAS COM O PRESTÍGIO DA ACADEMIA DE PLATÃO E DO LICEU DE ARISTÓTELES, BEM COMO PELA SUA OPOSIÇÃO ÀS SUGESTÕES DO BOM SENSO (NASCER E PÔR-DO-SOL, A LUA, DOS PLANETAS E DAS ESTRELAS), O HELIOCENTRISMO FOI LEVADO AO COMPLETO ESQUECIMENTO. E REVIVIDO SOMENTE DEZOITO SÉCULOS DEPOIS, PELO CONÉGO POLÓNES NICOLAU COPÉRNICO, O VERDADEIRO ARISTARCO DO SEISCENTISMO.

O PANORAMA ASTRONÔMICO NA GRÉCIA ANTIGA

“A Astronomia não foi inventada pelos Atlantes, como o divino Platão contava no *“Críticas”*; não foi também criada pelo Titan, segundo lenda antiga; assim como o centauro Quiron não ensinou seus fundamentos aos filhos de Peleu. Nasceu, de fato, do primeiro olhar inteligente do homem sobre a natureza.” (Enríques et Santillana).

Como não podia deixar de suceder, a contemplação inteligente do céu e da Terra, pelos primitivos, não só levou ao reconhecimento das principais estrelas e constelações; dos astros errantes — os cinco planetas; da alternância dos dias e das noites; das fases da Lua e do deslocamento anual do Sol, detectado pelo levantar e por helíacos de estrelas brilhantes; como propiciou a medida do tempo, em dias, meses e anos, no estabelecimento das primeiras cronologias. Cedo foram identificadas correlações entre fenômenos climáticos, meteorológicos e das atividades agro-pastoris, com os aparecimentos e os desaparecimentos, nos horizontes de leste e de oeste, de estrelas e constelações, levando ao estabelecimento dos calendários primitivos. A navegação e a orientação dos prédios foram, desde logo, beneficiadas pela aparente imobilidade da estrela polar Norte (*Ursae Minoris*).

Na Grécia, como na Caldéia e no Egito (e por que não na tradicional China?), os poemas de Homero e as obras de Hesíodo (XI ou X séculos A. C.) discorrem sobre o céu, sua imutabilidade e, acima de tudo, sobre suas influências na Terra e nas atividades humanas.

O céu, o universo, pouco a pouco tornava-se para os primitivos — e os gregos não foram exceção — o paradigma da ordem: o *cosmo* do grego “*Kosmos*”, ordem. E daí bom comporta-

mento, governo, moda, ornamento (confrontar com “cosmético”).

A antiga noção grega do universo, como regulado pelo destino, foi sendo gradualmente refinada até a época de Platão e Aristóteles, os quais conceberam o mundo como ordenado por um princípio inteligente “*nous*” de divina justiça ou harmonia, como nos ensina Platão, “...há no universo causa, de não pequeno poder, que ordena e arranja...”, e Aristóteles, “a natureza é por todos os lados a causa da ordem”.

Esta visão cósmica é um elemento essencial na metafísica dos estoicos e foi, depois, incorporada à filosofia e à teologia medievais, como o divino governo, a ordenação da criação, ou, em suma, como a Providência.

Nesse sentido, no século XVII, Johannes Kepler, na sua obra “*Harmonices Mundi*”, define o cosmos como “a beleza da ordem”, ressaltando ou sublinhando, por assim dizer, a noção estética — sempre prevalente, no pensamento cosmológico ou cosmogônico gregos, ao lado das rígidas conceituações lógicas ou geométricas. Nicolau Copérnico, na obra épica “*De Revolutionibus orbium coelestium*”, segundo a tradução francesa (Koyré, 1934, págs. 21 e 22), adotando tais conceituações, afirma: “A Terra gira porque é esférica”. Por outro lado, segundo Enríques e Santillana:

“A precisão inflexível e tão evidente da relojoaria celeste deve ter inspirado ao homem o primeiro pressentimento de uma lei infinitamente superior à ambiência restrita que preenchia com suas inquietações e as misérias de sua tribo”

Avultam, ainda do panorama distante e nebuloso da Grécia pré-clássica, alguns princípios conceituais de grande importância para a plena compreensão das hipóteses cosmogônicas: a proximidade da abóbada celeste, com seus astros, deuses e demônios; a firmeza do

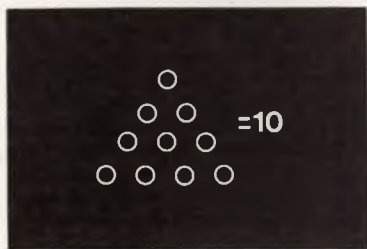


Figura 1
A "Tétraktys" pitagórica

Figura 2
O sistema do mundo de Filolaus
escola pitagórica



firmamento e sua imutabilidade no tempo; a ordenação do cosmo – na regulação dos acontecimentos celestes e terrestres; a relativa pequenez do universo, finito, dada sua proximidade, que torna acessível, em mão dupla, aos deuses e aos homens, convalidar as comunicações, terra/céu, pelos sacrifícios propiciatórios.

Nesse sentido, na primeira parte de "A Idade Heróica" de Koestler, lê-se: "...Os Gêmeos, o Urso, a Serpente eram tão familiares para eles (os antigos)..." e "Ninguém acreditava que estivessem muito distantes; e tinham poder de vida e de morte, de colheita e de chuva".

Como prova de atualidade destes arraigados conceitos, o grande historiador e folclorista do Rio Grande do Norte, Luís da Câmara Cascudo, no seu extraordinário, profundo e crítico Dicionário de Folclore Brasileiro, no verbete eclipse, relata:

"Quando a folhinha marca um eclipse lunar, para que não morram os algodoados, os agricultores vão acordar os algodoeiros a gritos, pancadaria em latas, tiros de espingardas e clamores de búzios; a lua cris só será funesta se surpreender adormecidos os capulhos".

E no eclipse total da lua, ocorrido em 23 de agosto de 1877, tanto em Belém do Pará, como em Campinas, SP, Câmara Cascudo nos conta que foi imprescindível uma zoadia e tiros para o alto para espantar o animal celeste que ia devorar a Lua... Fato, em pleno século XIX, que repete – quase *verbo ad verbum* – o que ocorria no Egito, na Caldeia e na China de antes de Cristo!!!

O GEOCENTRISMO COMO SISTEMA DO MUNDO

Os conceitos acima relacionados, como não poderia deixar de acontecer, levaram, como causa, a um universo es-

treito, fechado e centrado na Terra, imóvel e fixo conforme relata Koestler: "O mundo dos babilônios, egípcios e hebreus era uma ostra, com água por baixo e água por cima, suportada pelo firmamento sólido.

Possuía modestas dimensões e achava-se tão seguramente encerrada por todos os lados como qualquer berço num berçário, ou uma criança no útero..."

"No começo, desenvolveu-se a cosmologia grega quase no mesmo sentido: o mundo de Homero é uma outra ostra mais colorida, um disco flutuante rodeado pelo Oceano".

No sexto século antes de Cristo, em uma ainda não perfeitamente explicada mutação mental, tanto nas colônias gregas da Ásia oriental, como no sul da Itália, distantes no espaço, mas concomitantes no tempo, o pensamento se libera do místico e ingressa no racional. Nesse sentido, sem aprofundar o tema, apenas levantando-o, por interessante, nos transmite Paul Couderc, do Observatório de Paris, em "Les Etapas de L'Astronomie, através de Charles Nicolle ("Destin des maladies infectieuses"):

"Seria sem dúvida excessivo afirmar que a aparição do raciocínio lógico em certas raças é um fenômeno de mutação. Todavia, é a explicação que parece a mais plausível".

Na Jônia, colônia asiática, Tales, Anaximandro e Anaxímenes, para citar apenas três, suscitam uma visão mais racional, embora ainda especulativa, do sistema do mundo: para o primeiro e o terceiro era apoiada a Terra, no centro, pela água e pelo ar; já para o segundo, estava livre de apoio, pois jazendo a igual distância de todos os pontos do céu não tende a cair, uma vez que todas as direções são igualmente privilegiadas.

De outro lado, os pitagóricos, sediados em Crotona, sul da Itália, lançaram a idéia de uma Terra esférica e talvez

girando em torno do seu eixo, em um dia solar, com antípodas nos pontos diametralmente opostos. Posicionada no centro do mundo, tem ao seu redor as esferas da Água, do Ar, do Fogo, da Lua, do Sol, dos cinco planetas (Vênus, Mercúrio, Marte, Júpiter e Saturno), e, fechando o universo, as das estrelas fixas. De passagem, identificam Phosforus e Lucifer (as estrelas d'alva e do entardecer) com o planeta Vênus (igualmente atribuído ao aleata Anaxágoras) e reconhecem a obliquidade da eclíptica. O rolar dos planetas leva à harmonia das esferas, e as distâncias entre eles e a Terra se relacionam como os sons da escala musical.

Não há ainda mensurações, apenas conjecturas, pois:

"Durante os dois primeiros séculos (VI e V a. C.) do pensamento grego, é difícil dissociar a ciência da filosofia. O verdadeiro interesse dos pensadores está sempre dirigido para o fim filosófico de uma explicação universal; parece evidente que, desde que se descubra a natureza e a origem das coisas, todas as questões particulares serão elucidadas de uma só vez; e de outro lado, cada vez que o pensamento se fixa num fato particular e que se observa um aspecto novo, o raciocínio por analogia conduz a uma teoria universal que parece implicada na descoberta que se acabou de fazer.

Por isso é que a água, o vento, o fogo se tornaram, aos olhos dos jônicos, a natureza e o princípio de todas as coisas. Igualmente a descoberta da relação dos números, que correspondem à harmonia dos sons, inspirou aos pitagóricos a idéia de uma explicação matemática do mundo." (Enríques et Santillana)

O geocentrismo, ou, talvez melhor, no fundo, o antropocentrismo, é, portanto, o sistema que responde às necessidades do homem, tanto econômicas – atividades agro-pastoris, de orientação,

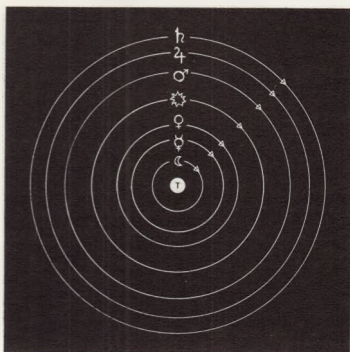


Figura 3
O sistema geocêntrico puro
conforme os ensinamentos de Pitágoras
adotado por Cláudio Ptolomeu (200 d. C.)

de navegação, de medida do tempo, cronologia e calendários – como atende ao bom senso: Sol, Lua, estrelas e planetas, como a simples observação corrobora, girando ao redor da Terra, fixa e imóvel, base ideal para o homem apoiar seus pés, o berço firme da humanidade, dos vegetais e animais, das águas, do ar e do fogo. Acima de tudo, com os deuses, no firmamento, não muito longe dos ritos e das prédicas.

A Terra continua, assim, sendo a “base segura para todos os vivos” (Hesíodo), citado por Jean-Pierre Vernant (1986), embora, na sua observação, depois de Anaximandro, não mais pela pura estabilidade, pois,

“para compreender por que os homens podem com toda a segurança andar sobre o solo, por que a Terra não cai como o fazem os objetos em sua superfície, basta saber que todos os raios de um círculo são iguais”.

“Segundo a doxografia, se, para Anaximandro, a Terra pode permanecer imóvel e fixa, é em razão de sua situação central (peri meson, mese), da homoiotes, a similitude, e do equilíbrio, a isorropia. Encontrando-se assim no centro, não está dominada (Kratoumene) por nada...”.

Este é o conceito grego da Terra imóvel no centro do universo, distinto, como vimos, dos modelos dos vizinhos e predecessores, do Nilo ao Tigre. O sistema, todavia, apresentará aos continuadores dos filósofos da Jônia, da Itália e de Atenas pontos vulneráveis e levará essa vulnerabilidade às concepções que se aproximarão das que eclodiram no século XVI, expressas nos sistemas copernicano e ticônico, isto é, no misto, com a Terra no centro da órbita da Lua e do Sol e os planetas se deslocando ao redor deste último.

TENTATIVAS PRÉ-HELIOCÊNTRICAS: PITÁGORAS E FILOLAU

Até o quinto século antes de Cristo, os homens se enganaram quanto aos conceitos de dia e de noite. Durante grande período de tempo, pensou-se que o dia era ocasionado por um vapor claro que se elevava do horizonte leste e progressivamente atingia a abóbada celeste, clareando os objetos, e ao entardecer, por sua vez, um vapor escuro – as trevas – tudo obscurecia – noite – dominando os horizontes até o crepúsculo matutino.

Foi somente ao se precisar que a Lua brilha pela luz recebida do Sol e ao se propor a teoria exata dos eclipses da Lua (e depois do Sol) que se chegou à conclusão (hoje óbvia) de que as trevas e as sombras não são provocadas por substâncias (ou vapores) mais ou menos opacas, mas pela ausência da luz. No século V a. C. apareceu o conceito de que um corpo “terroso” torna-se invisível quando não iluminado. Aëtius nos relata que Parmênides em 490 a. C. observou que a Lua tem voltada para o Sol sua parte iluminada, no crescente para oeste, sucedendo o Sol, e no minguante para leste, precedendo o Sol. Como resultado da constatação, atribui à Lua uma natureza terrosa, não luminosa, e ao Sol uma substância ígnea (Heath e Couderc).

Hippolytus, Refut, citado por Heath, descreve que, para Anaxágoras (que ensinava em Atenas por volta de 450 a. C.): “A Lua é eclipsada pela interposição da Terra e algumas vezes por corpos abaixo da Lua. O Sol é eclipsado, na Lua Nova, quando esta se lhe é interposta”.

Os conceitos de luz e sombra, de dia e noite, de corpos luminosos (ígneos como o Sol e as estrelas) e iluminados (terrosos, como a Lua e os planetas),

combinados com a esfericidade da Terra (Pitágoras) e das esferas celestes (sistema geo e homocêntrico) dos pitagóricos, são fundamentais para a compreensão da marcha progressiva para heliocentrismo.

A primeira tentativa, naturalmente não completa em si mesma, é atribuída por Teofrasto a Filolau (2^a metade do quinto século a. C.). Por ela, a Terra é deslocada do centro do universo e como um corpo celeste é posta a girar em torno de um centro mais digno de ocupar essa proeminência, o Fogo Central, ou a Lareira de Zeus, ou o Altar, ou, ainda, o Coração do Mundo (Aëtius, II, 7, citado por Heath, 1969). Por implicações lógicas – para não queimar os antípodas, pois a Terra mantém um hemisfério sempre voltado para o Fogo Central – e também geométricas, para explanar o maior número de eclipses lunares (a um dado ponto da Terra) foi intercalado um novo corpo, a anti-Terra (Antichton), que girava ao redor do Fogo Central sincronicamente com a Terra e por isso jamais observado. Em torno da Terra, a Lua, e depois o Sol, os cinco planetas e a esfera das estrelas fixas. De passagem, como nos ressalta, irônica, Aristóteles (Metafísica, Tétrakty e Heath), o número de corpos celestes passa a 10, número sagrado dos pitagóricos (a Tétrakty), ou seja, a distribuição pontual (fig.1)

A ordenação do mundo, ao redor do Fogo Central é, segundo Filolau:

Anti-Terra – Terra – Lua – Sol – Vênus – Mercúrio – Marte – Júpiter – Saturno – Fixas. (Fig. 2).

Neste sistema é encontrada a primeira visão de um modelo não geocêntrico.

Como penetrantemente nota Sir Thomas L. Heath:

“A Terra, devido à sua revolução ao redor do Fogo Central, ocasiona os dias e

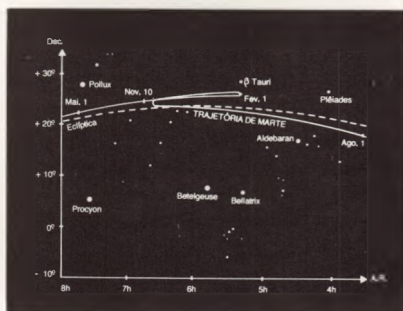


Figura 4
Movimento aparente ou
geocêntrico do planeta Marte

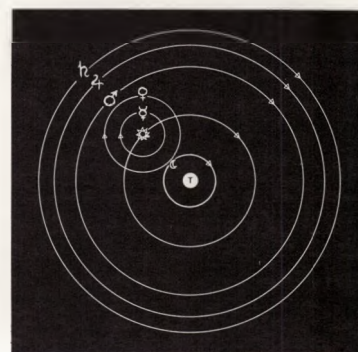


Figura 5
Sistema parcialmente Heliocêntrico
proposto por Heráclito

as noites, e daí resulta facilmente que completa uma revolução em torno do Fogo Central em cerca de vinte e quatro horas. Nesse caso, do ponto de vista de causar o dia e a noite, a revolução da esfera das fixas não é mais necessária. Possivelmente essa possibilidade não ocorreu aos autores do sistema¹.

Mais adiante observa o motivo que torna invisível a anti-Terra para os habitantes da Terra: "Incidentalmente isso implica na rotação da Terra ao redor do seu eixo, completada no mesmo tempo em que gira em torno do Fogo Central".

O sistema geocêntrico puro, proposto por Pitágoras (Fig. 3), fica, pois, substancialmente alterado, uma vez que pela simples confrontação com o representado na Fig. 2, vislumbram-se os ingredientes básicos para um futuro modelo heliocêntrico, bastando para isso substituir o Fogo Central pelo sol e fundir a anti-Terra com a Terra.

HERÁCLITO DO PONTO

A segunda tentativa, após a construção geométrica das esferas homocêntricas de Eudoxo de Cnido (408-335 a. C.), completada por Calipo (370-300 a. C.) e transformada em verdadeira máquina do mundo por Aristóteles, o estagirita (384-233 a. C.), com suas 55 esferas e o primeiro motor imóvel, foi realizada por Heráclito do Ponto (388-315 a. C.).

O conjunto puramente geométrico das esferas do Eudoxo-Calipo foi instituído para atender às observações de Platão de que era preciso – por movimentos circulares e uniformes (Simplicius no seu comentário sobre o De Caelo – Enríques e Santillana (1939)) – “salvar as aparências”, isto é, o movimento aparente dos planetas, com seus pontos estacionários e direções opostas, ora diretos no sentido do movimento

anual – na faixa zodiacal, de oeste para leste – e, por vezes, retrógrado, no sentido oposto de leste para oeste. (Fig. 4)

Esse movimento de vai e vem se destaca sobre o fundo estelar, onde as constelações mantêm suas formas e distâncias relativas. Por essa razão as estrelas são cognominadas de fixas¹ e os planetas de “astros ou estrelas errantes”.

Não se insistirá aqui sobre o sistema das esferas homocêntricas, porém deve ser ressaltado, como o faz Paul Couderc, que:

“malgrado seus defeitos o sistema merece nossa admiração: Eudoxo é o primeiro a não utilizar o raciocínio filosófico para descrever o curso dos astros.

No seu sistema, percebe-se a intervenção de dados observacionais obtidos no Egito ou trazidos da Babilônia.

Com ele, a ciência astronômica começou verdadeiramente a sua carreira”.

Todavia, além das suas dificuldades² para o acompanhamento teórico dos movimentos planetários, as esferas homocêntricas – com os planetas, o Sol e a Lua presos ao equador das suas respectivas esferas – não são suscetíveis de explicar a variação de brilho dos planetas, especialmente de Vênus e Marte (um quinto entre os brilhos máximo e mínimo), ocasionados pela variação das distâncias à Terra (da ordem de um sétimo), bem como a própria variação do diâmetro aparente da Lua, do apogeu ao perigeu³.

O sistema geocêntrico – no modelo de Filolaus/Calipo/Aristóteles – “salva” razoavelmente “as aparências”, resolvendo o chamado “Problema de Platão”, mas não a anomalia dos brilhos dos planetas e do diâmetro aparente da Lua.

Por outro lado, a dependência ao Sol de Vênus e Mercúrio que dele não se afastam por mais de 47° (Vênus) e 28°

(Mercúrio), contrariamente aos outros, Marte, Júpiter e Saturno, que podem se afastar – fazer sua elongação – de 0° a 360°, levou Heráclito do Ponto (segundo relata Calcides – Heath) a supor que giravam em torno do Sol e não ao redor da Terra (Fig. 5).

Estava, assim lançado um sistema parcialmente heliocêntrico, com dois planetas girando ao redor do Sol e os restantes, inclusive Sol e Lua, em torno da Terra. O sistema, além de justificar as restrições das elongações de Vênus e Mercúrio, dava conta ainda das variações de brilho desses dois planetas.

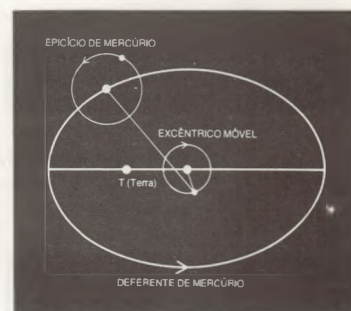
De acordo com os doxógrafos Simplicius e Aëtius, Heráclito (Heath) supõe o movimento de rotação da Terra, ao redor do seu eixo, de oeste para leste, ocasionando o movimento diurno, de leste para oeste, paralisando, desta forma, a esfera das fixas.

Alguns autores, embora sem prova, afirmam que os antigos egípcios conheciam os movimentos de Mercúrio e Vênus ao redor do Sol, chamando inclusive de egípcio ao sistema de Heráclito (Couderc).

RAÍZES DO HELIOCENTRISMO GREGO

Embora Platão e Aristóteles estivessem convictos da rotação diária dos céus, de leste para oeste, e da posição central – privilegiada – da Terra, o Sol, embora suposto girando ao seu redor, jamais deixou de ser considerado como o centro gerador de luz e do calor, indispensáveis para a manifestação e sobrevivência dos seres e para a regulação das atividades sócio-econômicas. Era o centro luminoso e vital, mas não o centro dos movimentos planetários. Essa dicotomia, cuja importância não passou despercebida por comentadores antigos,

Figura 6
O excêntrico (móvel) introduzido por
Claudio Ptolomeu para a
explicação matemática da órbita
não circular do planeta Mercúrio ao
redor da Terra



na comparação orgânica como *coração* (centro da vida e da alma) e o *umbigo* (centro, hoje se diria, de gravidade do corpo), é mantida por Nicolau Copérnico.

"Pois, sabe-se bem, se Copérnico coloca o Sol no centro do Universo, não o localiza, de forma alguma, no centro dos movimentos. O Sol, pode-se dizer, não desempenha nenhum papel na mecânica celeste de Copérnico. Seu papel é completamente outro; é óptico. Ilumina o universo. E é tudo" (Koyré).

Plutarco, por sua vez, na obra "Da face que se vê no círculo da Lua", explicita a correlação: "O Sol, tendo a força de um coração, espalha e emite de si o calor e a luz, como se fosse o sangue e o sopro" (Guénon).

Não só como centro vital e como o coração do universo, o sol ocupa preponderante papel na cosmologia grega (e, como é lógico, na universal), pois, como vimos, os movimentos de Vênus e Mercúrio, ligados ao deslocamento anual do Sol, ora a sua direita, ora a sua esquerda, levaram Heráclides a supor que o Sol, além de gerador do calor e da luz, fosse, igualmente, centro dos movimentos desses dois planetas, apregando-lhe as duas funções: a óptica e a gravitacional.

Além disso, os deslocamentos anuais de Marte tornavam-no insubmisso às leis derivadas das esferas homocêntricas e predeterminavam o Sol, também, centro para o primeiro dos planetas exteriores.

Com efeito, os períodos em que mais brilha são coincidentes com suas oposições (como a ocorrida em setembro de 1988). Deste fato, não se poderia deixar de concluir que o ponto mais próximo em que se encontra da Terra é o diretamente oposto ao Sol, e o mais afastado, com menor brilho, é quando está na sua

direção, isto é, em conjunção. Situação simples de explicar no sistema heliocêntrico.

O centro de sua órbita, portanto, não devê, nas representações geocêntricas, coincidir com a Terra. Desse fato emergiu a figura do *excêntrico* (círculo excêntrico) na astronomia, Fig. 6, que seria bastante estudada pelos matemáticos e astrônomos Apolônio de Praga, Hiparco de Nicéia e Claudio Ptolomeu.

Sem aprofundar a questão, durante a oposição, a configuração (ou aspecto) seria como na Fig. 7.

Onde $MT < TS$.

O oposto, na conjunção, Fig. 8

Onde $MT > TS$.

Como ensina a observação, as oposições de Marte não ocorrem sempre no mesmo signo zodiacal. A direção TM, então, não permanece invariável. Inexoravelmente, o ponto M permanece sempre oposto a S. O ponto M percorre a eclíptica (o meio do zodíaco) em um ano, no sentido dos signos, comportando-se a órbita de Marte como o *excêntrico* de qualquer máquina. Daí a origem do nome: *círculo excêntrico*. Escolhendo-se adequadamente a razão entre a excentricidade e o raio da órbita de Marte, é possível explicar – embora grosseiramente, mas no âmbito do erro das observações primitivas – as anomalias verificadas no deslocamento do planeta e, naturalmente, suas variações de brilho.

Como não era conhecido o valor absoluto do raio da órbita de Marte, nem de qualquer corpo celeste, nada podia obstar que o centro C, permanentemente localizado na direção do Sol, viesse a coincidir com S, elevando-se, desta forma, para três (Mercúrio, Vênus e Marte) o número dos corpos celestes que deixariam de girar em torno da Terra para o fazerem ao redor do Sol.

Como a teoria do excêntrico poderia ser estendida aos dois outros planetas (Júpiter e Saturno), pois suas oposições e conjunções se comportam exatamente como as de Marte, estaria implantado na Grécia o sistema híbrido que, em 1577, seria apresentado por Tycho-Brahe na Europa. Em seu livro "De Mundi aetherei recentioribus Phaenomenis Liber secundus" (Segundo livro sobre recentes aparições no Mundo Celestial), encontra-se a figura que representa seu sistema (Berry), Fig. 9.

Se, da rotação da Terra, em torno do seu eixo, e do Sol, como centro dos movimentos anuais dos cinco planetas, se tivesse passado à revolução da Terra em torno do Sol, estaria implantada na Grécia o sistema heliocêntrico por volta do ano 300 a. C. e não entre 280/260 a. C. por Aristarco de Samos⁴, conforme as citações de Arquimedes (Psammites), Plutarco (De facie in orbe lunae), Sextus Empiricus (Adv. mathematicos) e Plutarco (Plat. quaest.) como menciona Sir Thomas L. Heath (1939).

ARISTARCO DE SAMOS E O HELIOCENTRISMO GREGO

Como já foi expresso, a astronomia verdadeiramente científica teve início na Grécia do IV para o III séculos a. C., com a formulação do primeiro sistema do mundo com base em considerações puramente geométricas, e o que é extremamente importante, baseadas em dados observacionais existentes: *as esferas homocêntricas* de Euxodo, Calipo e Aristóteles.

O segundo sistema, baseado, igualmente, em considerações observacionais, primeira avaliação quantitativa das distâncias Lua-Terra, Sol-Terra, e dos diâmetros da Lua e do Sol, comparados ao raio da Terra, efetuadas por Aristar-

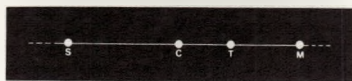


Figura 7
Configuração do Planeta Marte (M) na oposição em relação à Terra (T) ao Sol (S) e ao excêntrico (C)



Figura 8
Configuração do Planeta Marte (M) na Conjunção em relação à Terra (T), ao Sol (S) e ao excêntrico (C)

co de Samos, do terceiro para o segundo século antes de Cristo.

A metodologia utilizada, descrita na sua obra “Sobre Tamanhos e Distâncias do Sol e da Lua” – que afortunadamente chegou até nossos dias – não será aqui mencionada em detalhes, mas, apenas, como o faz Heath,

Hipóteses:

1. Que a Lua recebe sua luz do Sol;
 2. Que a Terra não passa de um ponto, quando comparada à esfera na qual se move a Lua;
 3. Que, quando a Lua nos aparece em quarto crescente, o círculo máximo que divide as partes iluminada e escura está na direção do nosso olho;
 4. Que, quando a Lua nos aparece em quarto crescente, sua distância ao Sol é então menor que um quadrante por um trinta avos do quadrante⁵;
 5. Que a largura da sombra da Terra é de duas luas;
 6. Que a Lua subtende um quinze avos de um signo do zodíaco⁶.
1. A distância do Sol à Terra é dezoito vezes maior, porém inferior a vinte vezes, a distância da Lua à Terra – tal afirmação decorre das hipóteses 3 e 4 (o valor correto é 343 vezes);
 2. O diâmetro do Sol tem a mesma razão acima que o diâmetro da lua.
 3. O diâmetro do Sol está para o da Terra numa razão maior que 19 para 3, mas inferior a de 43 para 6 (isto é consequência da razão entre as distâncias, a hipótese sobre a largura da sombra da Terra (na distância da Lua) e de que a Lua subtende um ângulo igual a 1/15 avos de um signo zodiacal (2°).

Aristarco, nos informa Claudio Ptolomeu, mediu as sombras projetadas por

um gnomon durante as passagens meridianas do Sol, provavelmente em Alexandria, durante os solstícios do verão (280 a. C. e 264 a. C.). As determinações comprovam que era um interessado observador dos fenômenos celestes. Hiparco, citado por Boquet, utiliza um dos dois valores em seus cálculos.

Conhecendo por certo as debilidades do sistema das esferas homocêntricas, como as do sistema híbrido de Heráclito do Ponto, e com os dados de suas próprias medidas sobre tamanhos e distâncias do Sol e da Lua, Aristarco, embora seu tratado sobre o sistema do mundo tenha se perdido – sobrando apenas as descrições fragmentárias de Arquimedes (Psammites), Plutarco (*De facie in orbe lunae*), Sextus Empiricus (*Adv. mathematicos*), Plutarco (*Plat. quaest*) – Heath – não vacilou em afirmar que: O Sol é muito maior que a Terra; A Terra gira em torno do seu eixo em 24 horas; A esfera das estrelas fixas está muito longe da Terra (praticamente no infinito).

Dada a enormidade do Sol em relação à Terra, não seria cabível que girasse em torno da Terra, mas que, na condição de astro, a Terra revolucionasse ao seu redor, fazendo assim coincidir o centro de luz e de calor com o das revoluções anuais. Colocava-se, agora, o Sol no centro do mundo.

Estava, assim, proposto o revolucionário sistema heliocêntrico, que seria adotado dezoito séculos depois por Nicolau Copérnico no final da transição da Idade Média para o Renascimento.

O sistema, além de lógico, “salvava – e com muita simplicidade – os fenômenos”, como queria Platão e como tentaram fazer os criadores das esferas homocêntricas. O sistema de Aristarco é ilustrado na Fig. 10 e a “salvação dos fenômenos” na Fig. 11 resolvendo de

uma só vez os principais problemas da Astronomia grega.

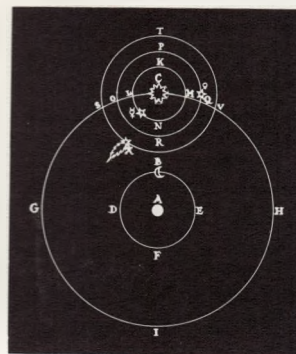
Pelas suas qualidades de observador, pela análise crítica de suas próprias observações, pelo seu profundo pensamento filosófico e, hoje poderíamos dizer, pela sua extraordinária avaliação sistêmica, J. L. Dreyer, na obra já citada, nos afirma: “Aristarco é o último proeminente filósofo e astrônomo grego que seriamente diligenciou para descobrir o verdadeiro sistema físico do mundo”.

REFUTAÇÕES DO BOM SENSO E DO AUTORITARISMO

A Terra plana e imóvel responde admiravelmente bem ao *senso comum* ou ao chamado *bom senso*, pois na realidade o que se vê – e que deve ser verdade – é o Sol, a Lua, os planetas e as estrelas surgirem na região leste e desaparecerem na região oeste do horizonte do observador, permanecendo o solo fixo e girando os astros. A Terra plana para ser substituída pela Terra esférica levou considerável tempo, e a esfericidade só efetivamente se cristalizou na época da Academia e do Liceu, após os relatos dos viajantes, tanto para o sul, como para o norte, que viam aparecerem novas estrelas e constelações e desaparecerem outras, visíveis do seu ponto de partida, acrescido do fato dos barcos que se aproximam dos portos mostrarem aos observadores primeiro o velame e só depois o casco, Fig. 12.

O princípio da autoridade, “magister dixit”, imperou na ciência e na filosofia por muitos e muitos séculos, e o surgimento do espírito crítico nas indagações sobre a natureza só conseguiu ocorrer após a libertação do autoritarismo, cujos paradigmas foram Platão e Aristóteles,

Figura 9
Sistema de Tycho-Brahe. Os planetas
giram em redor do Sol.
O Sol e a Lua descrevem órbitas em
torno da Terra, como, também,
o cometa descoberto em 1577



por mais de dezoito séculos; o primeiro até a baixa idade média e o segundo da alta até o começo do Renascimento.

REFUTAÇÃO DA FÍSICA

Conforme Simplicius na sua “Física”, no fragmento incluído por Sir Thomas L. Heath, as diferenças entre a física e a astronomia podem ser resumidas:

“É do campo da pesquisa física considerar a substância dos céus e das estrelas, suas forças e qualidades, seus surgimentos e suas destruições, bem como comprovar os fatos acerca de seus tamanhos, formas e disposições; por outro lado, à astronomia não compete falar sobre nada dessa espécie, mas comprovar a ordenação dos corpos celestes por considerações baseadas no pressuposto de que o céu é o cosmo real e, além disso, dizer-nos das formas e tamanhos dos corpos celestes e distâncias da Terra, do Sol e da Lua, e dos eclipses e conjunções de estrelas, como também da qualidade e extensão de seus movimentos (...) Para isso necessita da aritmética e da geometria. (...) Agora, em muitos casos, o astrônomo e o físico propõem determinar as mesmas questões, i.é, que o Sol tem grande dimensão, ou que a Terra é esférica, mas não procedem pela mesma via. O físico provará cada fato por considerações sobre a essência ou a substância, sobre a força, ou por ser melhor que as coisas sejam como são, ou virem a ser e mudarem; o astrônomo irá prová-las pelas propriedades das figuras, das grandezas, ou pela quantidade de movimento e tempo apropriados para isso”.

As razões físicas contra o sistema heliocêntrico de Aristarco podem ser pinçadas de obra monumental e enciclopédica da Claudio Ptolomeu, cujo título passou a ser conhecido pelo corruptela

PRINCIPAIS PROBLEMAS DA ASTRONOMIA GREGA

1. Distância relativas e posicionamento dos planetas;
2. Pontos estacionários e movimentos retrógrados dos planetas;
3. Elongação restritas de Mercúrio e Vênus (intercalados entre a Terra e o Sol);
4. Maior brilho dos planetas superiores nas suas oposições e dos inferiores nas elongações máximas, ocultas ou ortivas;
5. Movimento diurno das estrelas fixas e demais corpos celestes ocasionado pela rotação da Terra ao redor do seu eixo, o verdadeiro eixo do mundo, com a paralisação da esfera das estrelas fixas;
6. Inexistência do movimento paralático das estrelas pelo recuo das esferas das fixas para o infinito,⁷ eliminando, inclusive, o problema gerado, nos sistemas geocêntricos, com a Terra imóvel, da alta velocidade da esfera das fixas para, em 24h, completar uma volta a redor da Terra.

PRIMEIRO MODELO NÃO GEOCÊNTRICO

- a. A Terra não mais no centro do mundo;
- b. A Terra não mais imóvel mas girando num círculo oblíquo, como o Sol e a Lua;
- c. O movimento diurno, ocasionado o nascer dos astros, na região leste, e o pôr, na região oeste do horizonte do observador, em vinte e quatro horas, passa a ser uma simples ilusão, causada pelo próprio movimento da Terra.

árabe de “Almagest” – tudo indica ter sido escrito por volta de 154 d. C. Num resumo rápido de Paul Tannery:

“Os argumentos que Ptolomeu apresenta contra esse sistema são de ordem exclusivamente física ou mecânica. Se reduzem a dois: É preciso necessariamente supor no universo uma parte imóvel para que ela possa referir o movimento das outras. Ora, é natural atribuir imobilidade à Terra, que se nos afigura como o corpo mais pesado e por essa razão tendendo ao repouso no centro do mundo, do que às estrelas que nos parecem constituídas pelo elemento ígneo, o mais sutil e o mais fácil de se deslocar. Não se concebe pois como a Terra poderia ser animada de um movimento (que deveria ser muito rápido) sem que seus efeitos fossem sensíveis nos corpos situados em sua superfície.

Esse duplo argumento denota, bem entendido, a ignorância das leis da dinâmica, que os antigos jamais imaginaram, mas repousa sobretudo na conceituação do peso como sendo uma atração para o centro do mundo e na crença de uma diferença essencial da natureza entre os astros e nossa Terra”.

Os efeitos sensíveis da grande velocidade da Terra (rotação e translação) seriam, entre outros:

- a. Produção de um vento que não permitiria às aves voar;
- b. Perda da Lua, que não mais acompanharia a Terra em seu movimento ao redor do Sol;
- c. As aves pousadas nas árvores, ao avistarem um alimento qualquer no solo, alcançariam vôo, mas não conseguiriam, por mais velozes que fossem, alcançar o solo e matar a fome, dada a grande velocidade com que a Terra se deslocaria;
- d. Os graves (corpos pesados) atirados verticalmente para cima, jamais re-

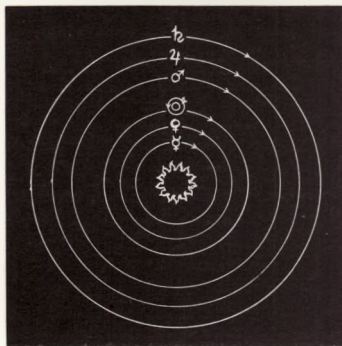


Figura 10
Sistema heliocêntrico de
Aristarco de Samos

cairiam no mesmo lugar, pois no entretempo de seus deslocamentos a Terra já estaria muito à frente.

REFUTAÇÕES DA ASTRONOMIA

Embora com grande simplicidade, e “salvando” por meio de movimentos circulares e uniformes os “fenômenos celestes”, o sistema proposto por Aristarco, como nos foi trazido pelos fragmentos dos doxógrafos, não resolvia, por outro lado, as anomalias verificadas nos movimentos anuais da Lua, do Sol e dos planetas. Essas anomalias, cujas causas residiam, a menos das perturbações gravitacionais, na não circularidade dos movimentos planetários (Sol e Lua incluídos), só no século XVII seriam explicadas por Johannes Kepler através do movimento elíptico (e lei das áreas). Os sucessores de Aristarco, Apolônio de Perga e Hiparco, entre outros, estudaram duas formas de levar em conta essas desigualdades orbitais, os excêntricos e os epiciclos/deferentes, completadas, no segundo século depois de Cristo, por Claudio Ptolomeu. Este, não satisfeito, introduziu ainda a figura do *equante* e de epiciclos obre epiciclos, num total de 40 ciclos, em seu sistema geocêntrico.

É preciso que se diga que o sistema, eivado de grande complexidade geométrica, permitiu a Ptolomeu a construção de táboas solares, lunares e planetárias, utilizadas, sem grande alterações, até a época de Copérnico.

Embora, conforme nos ensina Jeans, Aristarco tenha sido “verdadeiramente o primeiro a tratar as observações astronômicas com um espírito verdadeiramente científico e extrair as deduções por métodos estritamente matemáticos”, deixou, como tudo indica, para Copérnico a apresentação de um sistema heliocêntrico recheado de epiciclos, para a

explicação das anomalias dos movimentos planetários, do Sol e da Lua.

REFUTAÇÕES MÍTICO-ASTROLÓGICAS

O embate do heliocentrismo de Aristarco com as crenças firmemente arraigadas na Grécia e, praticamente, tornadas matéria de fé, dada a influência da academia de Platão e do liceu de Aristóteles, a existência de um dualismo indissociável entre o mundo sub-lunar dos quatro elementos e o supra-lunar do eter se transformou, de imediato, em uma das primeiras causas da sua não aceitação.

Embora “salvasse as aparências” com mais simplicidade que as esferas homocêntricas, a Terra transformada em astro, circulando ao redor do Sol, em pleno mundo etérico – o mundo dos planetas – com sua natureza corruptível e mutável, implicava num paradoxo insustentável, tanto para a física aristotélica como para a tradição do pensamento grego: misturava-se eter com os quatro elementos, fundindo num só os mundos supra e sub-lunar.

Nesse sentido, há que recordar a condenação sofrida, no século V a. C., por Anaxágoras e o seu banimento de Atenas, mesmo com a proteção de Péricles, por defender a natureza terrosa do Sol e da Lua (o Sol é uma pedra quente e vermelha e a Lua um astro parecido com a Terra, mas frio). Igualmente o leitor sofista Protágoras de Abdera (480-410 a. C.) foi acusado de impiedade e obrigado a fugir de Atenas, por discordar dos conceitos tradicionais, inclusive por afirmar “que o homem é a medida de todas as coisas” (Nunes).

O segundo ponto de choque pode ser encontrado na necessidade do grande afastamento das estrelas da Terra, pois

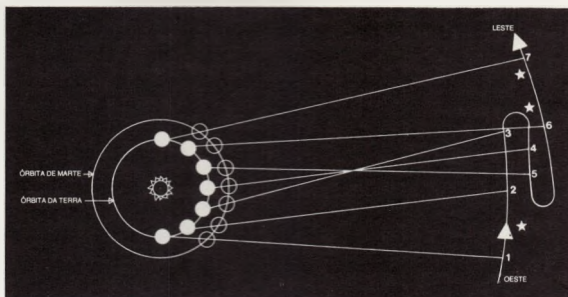
seu movimento de translação, obrigatoriamente, criaria a ilusão do movimento paralítico estelar, não constatado pelos astrônomos gregos, posteriores a Aristarco – só o seria no século XIX, 2100 anos depois. A filosofia dominante, aristotélica, exigia um universo esférico e, portanto, finito. Como o único movimento cabível para os astros é o circular (e uniforme) em torno de um centro, e como um sistema infinito não tem, por hipótese, centro, não pode, pois, apresentar movimento circular, que o pressupõe naturalmente. Por outro lado, nem seria imaginável o movimento diurno, uma vez que a direção Terra-estrela, no universo infinito, levaria um tempo infinito para dar uma volta completa ao redor da Terra. (Aristóteles, *Física e De Caelo* –). Sir Thomas L. Heath.

Os dois pontos controversos conduziam a uma completa subversão do admitido: a equiparação da natureza dos mundos sub e supralunar com a eliminação do caráter divino dos astros; e o alargamento do universo, com o afastamento entre o mundo dos deuses e dos homens.

A subversão não residia apenas no plano das idéias e das especulações metafísicas, no sentido aristotélico do termo. Essa equiparação e esse afastamento se tornavam intoleráveis, pois à época de Aristarco havia emigrado para a Grécia um dos últimos representantes da classe sacerdotal da Babilônia, Berossus ou Beroso, do templo de Baal, astrólogo e historiador (Boquet).

O astrólogo, segundo consta (Boquet e Enciclopédia Britânica), deixou a Babilônia cerca de 280 a. C. e, após peregrinar pela Grécia, fixou-se na ilha egéia de Cós, fundando a primeira escola de astrologia conhecida no mundo ocidental, bem perto da famosa escola de medicina de Hipócrates (daí talvez a

Figura 11
O movimento dos planetas em relação à Terra cria a ilusão do movimento geocêntrico ou aparente, ora direto, ora retrógrado



aparição da medicina astrológica, de grande aceitação até o renascimento). A influência da escola astrológica foi tão grande, que, até mesmo, uma estátua, com língua de ouro, foi erigida a Beroso.

As influências horoscópicas, para terem efeito, não eram compatíveis com um universo infinito, com os astros a grandes distâncias e com a Terra em movimento, carregando o homem pelo espaço afora em torno do Sol, diluindo assim o efeito das influências astrais. Seria como tirar uma foto dos corpos celestes através de um telescópio sem mecanismo de acompanhamento: as imagens seriam borradas sem a menor nitidez, não se aproveitando o efeito cumulativo das emulsões foto-sensíveis...

As doutrinas de Beroso foram aceitas pela corrente do pensamento estoico, como nos relata Plutarco (*De facie in orbe lunae*, Sir Thomas L. Heath).

"Somente, meu bom amigo, não entre em ação contra mim por impiedade no estilo de Cleanto, que pensava ser dever dos gregos indiciar Aristarco de Samos por impiedade, ao colocar o Coração do Universo em movimento, para salvar as aparências, ao mesmo tempo que fazia permanecer o céu em repouso e a Terra revolucionava em um círculo oblíquo, enquanto girava ao redor do seu eixo."

A impiedade imputada a Aristarco era portanto de dupla natureza: mítico-astrológica. O aspecto mítico contrariava Platão e Aristóteles; o lado astrológico contrariava a corrente estoica dominante, pois, "aqueles que pensavam que a Terra se movia eram por Derkyllides declarados passíveis de execração, uma vez que subvertiam os princípios divinatórios..." (Dreyer).

Em consonância com essa refutação – não pouco importante na época – Laplace, na sua exposição sobre o "Siste-

ma do Mundo", citado por Paul Couderc, escreve:

"O homem, levado pelas ilusões dos sentidos a se posicionar no centro do Universo, facilmente se persuadiu de que os astros influenciam seu destino e que é possível prevê-lo pela observação dos seus aspectos no instante de seu nascimento. Este erro, caro ao seu amor próprio e necessário à sua inquieta curiosidade, é também tão antigo quanto a Astronomia."

Finalmente, a teoria heliocêntrica, pelas críticas e refutações que recebeu dos filósofos (física), dos matemáticos (geometria) e dos astrólogos, ficou esquecida, com praticamente um só seguidor, Seleuco – caldeu helenizado – que ensinava na Selúcia, nas longínquas margens do Tigre e, assim mesmo, cem anos após Aristarco. Mesmo o grande Arquimedes ao se referir a Aristarco no seu *Arenário* o faz como simples referência, sem ressaltar, no entanto, a extrema importância científica do sistema heliocêntrico, exaltando, por outro lado, o trabalho do grande astrônomo Hiparco de Nicéia (2º século a. C.), que, desdenhando a hipótese heliocêntrica, aplicou os excêntricos para as anomalias dos planetas interiores e epiciclos para os restantes. Finalmente, o sepultamento, por dezenove séculos, do heliocentrismo, se deve, em última instância, a Claudio Ptolomeu, que aplicou – sem nenhuma menção ao heliocentrismo ou a Aristarco nos treze alentados volumes do seu *"Almagesto"* – excêntricos, enquantos e ciclos sobre ciclos na glorificação do geocentrismo, embora, como reconhece, como sistema geométrico, e não de uma máquina do universo. Era, como se sabe, cultor da astrologia e seu codificador na obra *"Tetrabiblos"*.

Se erro houve no sistema heliocêntrico de Aristarco foi o de não ter utilizado

os excêntricos e os epiciclos para a explicação das anomalias verificadas nas longitudes e latitudes celestes, sem as quais não era possível construir táboas para a necessária previsão dos aspectos e posições dos corpos celestes. Todavia, tanto esse aparelho matemático como os registros das anomalias dos movimentos dos astros só foram utilizados e conhecidos após sua morte. Caberia, portanto, aos seus sucessores adaptar o sistema heliocêntrico às necessidades observacionais da época.

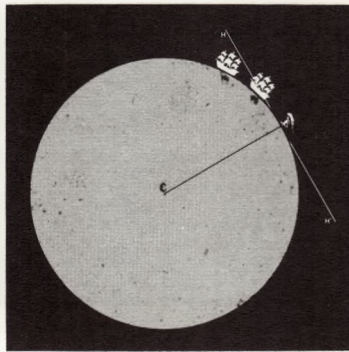
A adaptação, na realidade, foi efetuada, mas ao sistema geocêntrico, o único condizente com as influências astrológicas dos astros e a visão estreita do universo, imperante até o século XVII da nossa era.

CONCLUSÃO

Sir Thomas L. Heath considera Aristarco de Samos o precursor de Copérnico; outros, com exceção de Giovanni Schiaparelli, o Copérnico grego. Vitruvius, o grande arquiteto e historiador romano do primeiro século depois de Cristo, na sua *"De Architectura"* o inclui entre os poucos grandes homens que possuem um igualmente profundo conhecimento de todos os ramos da ciência – geometria, astronomia, música, etc.

Se o sistema que introduziu – heliocentrismo – não logrou repercussão e só teve um seguidor, assim mesmo afastado no tempo e distante no espaço, é porque as injunções sociais, influenciadas pelo pensamento filosófico dominante, aliado à perniciosa difusão da pseudo-ciência astrológica, recentemente chegada da Babilônia, certamente dificultaram aos matemáticos e astrônomos o desenvolvimento do modelo de Aristarco, para adequá-lo às anomalias dos movimentos

Figura 12
A esfericidade da Terra
demonstrada pelo
aparecimento sucessivo dos
velames e do casco dos
navios. Em N_1 , o navio só
apresenta o velame para o
observador O. O casco está
abaixo do horizonte (HH') do
observador. Em N_2 , acima



do Sol, da Lua e dos planetas, que iam gradualmente sendo constatadas.

Desta forma, nos últimos duzentos anos de era pré-cristã, Apolônio de Perga, Eratóstenes de Cirena, Posidônio de Apaméia e Hiparco de Nicéia poderiam ter introduzido os conceitos dos excêntricos, ciclos e epiciclos para justificarem geometricamente as referidas anomalias no sistema proposto por Aristarco.

No correr do segundo século da nossa era, Claudio Ptolomeu acrescentou os equantes aos ciclos e epiciclos para a construção do seu sistema, que tanto poderia ter o Sol ou a Terra ao centro do mundo.

As injunções astrológicas e as vicissitudes sociais conduziram, no entanto, ao geocentrismo.

Esse modelo prevaleceu durante quatorze séculos, até que o obscuro e tímido cônego polonês Nicolau Copérnico, com base nos estudos que fez das obras dos clássicos, pouco antes introduzidas na Europa, remontou e reapresentou, com deferentes, epiciclos e excêntricos, a visão precursora de Aristarco de Samos.

Salvo o equante, desconsiderado por Copérnico, o seu sistema e o de Ptolomeu diferem apenas no número de epiciclos e na troca da Terra pelo Sol para centro do mundo.

Desta forma, o sistema heliocêntrico de Aristarco não conseguiu vingar na Grécia antiga, como o de Copérnico no século XVII, pela falta sucessiva de dois grandes gênios: o de Johannes Kepler que, com suas elipses substituiria de uma só vez, e para sempre, os movimentos circulares tão a gosto da escola platônica; e o de Isaac Newton, que, com sua gravitação universal, fundiria, também, de uma só vez, e para sempre, as duas físicas, a terrestre e a celeste, cristalizadas pela escola aristotélica.

Finalmente, a razão do bom senso – pela qual as aparências não enganam – em pleno século vinte, as vésperas do terceiro milênio após Cristo, ainda demonstra sua força e vitalidade:

a. Uma pesquisa de alcance nacional, conduzida pelo laboratório de opinião pública da Universidade do Norte do Illinois, EUA, relevou “que 21% dos americanos com mais de 18 anos estão convencidos de que o Sol gira em torno da Terra e 7% confessam não ter a menor idéia sobre isso. Esses milhões de pessoas do país mais rico do mundo ainda pensam como os sábios do Vaticano que tentaram impedir a Galileu a difusão da idéia do Sol como centro do Universo.

Ignoram o mais primário princípio heliocêntrico, que Copérnico já defendia 500 anos atrás” (Jornal do Brasil, 31 10/88, 1^o Caderno pág. 13, Ciência).

b. No relatório de pesquisa de opinião, realizada de 29 de julho a 02 de agosto de 1987 pela Data Folha de São Paulo, entre 4091 moradores nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Recife e Brasília, bem como em vários outros municípios brasileiros, a taxa dos que ainda acreditam no girar do Sol ao redor da Terra é da ordem de 30 a 40%.

Se, portanto, praticamente ao despontar do século XXI ainda se acredita no geocentrismo, como não deixar de compreender a força da reação negativa ao sistema heliocêntrico de Aristarco, proposto há duzentos anos antes de Cristo!? □

Luiz Eduardo da Silva Machado é professor titular e docente livre de astronomia do Instituto de Geociências e diretor do Observatório do Valongo da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

As figuras 2, 3, 4, 5, 10, 11 foram extraídas do artigo "Astronomia da Grécia Antiga", do autor.

Revista *Calíope* — Jan/Jun 1987, Ano 14, n° 6, publicação do Departamento de Letras Clássicas — Faculdade de letras, CLA/UFRJ.

Notas

1. O conceito de estrela fixa foi, no século XVII, abalado pela descoberta do movimento próprio das estrelas pelo astrônomo inglês Edmon Halley.
2. O sistema, geometricamente engenhoso, apresenta dificuldades para esplanar os movimentos de Vênus e de Marte; é razoável para os de Mercúrio, Júpiter e Saturno.
3. Em 11/10/88 e 17/02/88; 29,4 e 33,5 minutos de arco, respectivamente, só para citar um exemplo.
4. O astrônomo italiano, diretor do Observatório de Milão, Giovanni Virginio Schiaparelli (1835-1910) procurou, pelos textos dos doxógrafos, fazer recair em Heráclito do Ponto a glória da implantação do sistema heliocêntrico (Schiaparelli, 1925, v. 2 pág. 151-177).
5. Isto é: $90^\circ - 3^\circ = 87^\circ$. O verdadeiro valor é $89^\circ 50'$.
6. De acordo com Arquimedes, Aristarco "descobriu que o Sol parece medir 1/720 avos do círculo do Zodíaco". Isto é, Aristarco descobriu (evidentemente após a publicação de seu livro) o valor mais correto, ou seja de $1/2^\circ$ para os diâmetros angulares do Sol e da Lua (pois sempre afirmou que ambos apresentam o mesmo diâmetro aparente).
7. A paralaxe estelar, dado seu extremo pequeno valor, só foi determinada no século XIX, na década de 30, pelos astrônomos F. Bessel (observatório de Koenigsberg), Struve (Observatório de Pulkovo) e T. Henderson (Observatório do Cabo). A estrela mais próxima, de maior paralaxe, é a Próxima Centauri, com paralaxe $0,761''$, que a coloca a 4,2 anos-luz da Terra.

Referências Bibliográficas

- BERRY, Arthur. *A short history of Astronomy — from earliest time through the nineteen century*. New York, Dover, 1961.
- BERTRAND, Joseph. *Les fondateurs de l'Astronomie moderne*. Paris, J. Hetzel, s. data.
- BIGOURDAN, G. *L'Astronomie — Évolution des idées et des méthodes*. Paris, E. Flammarion, 1911.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. Rio de Janeiro, Ed. Ouro, 1972.
- COHEN, Bernard I. *O Nascimento de uma nova física*. Trad. Gilberto de Andrada e Silva. Rev. Lafayette de Moraes e Carlos Chaves. São Paulo, Edart, 1967.
- COUDERC, Paul. *Les étapes de l'Astronomie*. Paris, Presses Universitaires de France, 1957.
- DREYER, J. L. E. *A history of Astronomy from Thales to Kepler*. New York, Dover, 1953.
- ENRIQUES, Frederico et SANTILLANA, George de. *Mathématique et Astronomie de la période hellénique*. Paris, Hermann, 1939.
- HEATH, Sir Thomas, L. *Greek Astronomy*. New York. AMS Press, 1969.
- JEANS, Sir James. *L'Évolution des Sciences Physiques*. Trad. R. Suder. Paris, Payot, 1950.
- KOESTHER, Arthur. *Os sonâmbulos*. Trad. Alberto Denis. São Paulo, IBRASA 1961.
- KOYRÉ, A. *Nicolas Copernic — Des révolutions des orbites célestes*. Paris, Félix Alcan. 1934.
- MACHADO, L. E. S. *A Astronomia na Grécia Antiga*. *Calíope — presença Clássica*. Rio de Janeiro, 1, (6)—005-22, Jan-Jun, 1987.
- NUNES, Dagobert D. *Dictionary of Philosophy*. Ames, Iowa. Littlefield, Adams, 1956.
- POPPER, Karl. De volta aos pré-socráticos. *Humanidades*. Brasília, 1, (2)—125-36, Jan-Mar, 1983.
- RONAN, Colin. *História ilustrada da Ciência*. Trad. Jorge Enéas Fortes. Rev. Yedda B. Salles. Rio de Janeiro, Zahar, 1987. 4. V.
- SARTON, George. *A history of science*. New York, W.W. Norton, 1970.
- SCHIAPARELLI. *Scritti sulla storia della Astronomia antica*. Bologna, Nicola Zanichelli, 1925, 3. V.
- TANNERY, Paul. *L'Astronomie Ancienne*. Paris, Gauthier-Villars, 1983.
- VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. Trad. Isis Borges B. da Fonseca. São Paulo, DIFEL, 1986.

Resumen

El heliocentrismo en la Grécia antigua

El sistema heliocéntrico implantado por Nicolás Copérnico (1473-1543) en el siglo XVI se podría haber adoptado en la antigua Grecia doscientos años antes de Cristo, según la propuesta del filósofo, matemático y astrónomo griego Aristarco de Samos. Como esta proposición implicaba un universo infinito, alejando los astros y los dioses, contrariaba nítidamente los principios de la escuela de astrología instalada prácticamente en la misma época de Aristarco por el caldeo Beroso, en la isla griega de Ko. El heliocentrismo quedó completamente olvidado debido a las imposiciones astrológicas combinadas con el prestigio de la Academia de Platón y del Liceo de Aristóteles como también por oponerse al sentido común (salida y puesta del sol, de la luna, de los planetas y de las estrellas). Sólo se revivió dieciocho siglos después por el canónigo polaco Nicolás Copérnico, el verdadero Aristarco del seiscientos.

Abstract

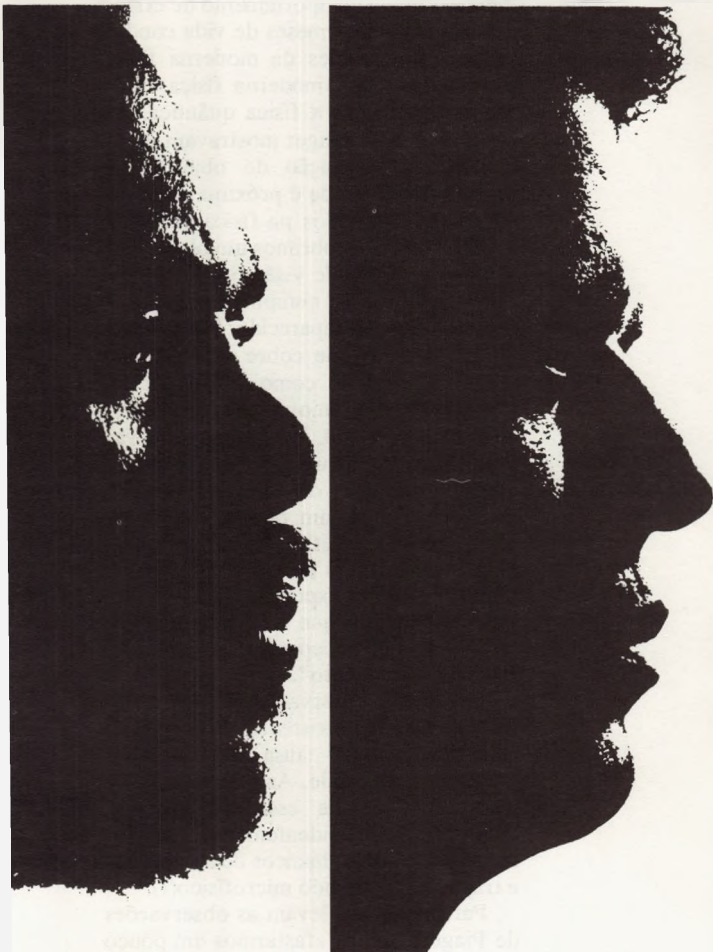
Heliocentrism in ancient Greece

The heliocentric system Nicolaus Copernicus (1473-1543) devised in the XVIth century may in fact have been adopted in Ancient Greece, 200 years before Christ, according to a proposition advanced by the Greek Philosopher, Mathematician and Astronomer, Aristarchus of Samos. As it implied an infinite universe, placing the stars and the gods at a very great remove, it ran counter to the principles upheld by the School of Astrology founded by the Chaldean Berosus on the Greek isle of Kos, in virtually the same period as Aristarchus. Astrological admonitions, added to the prestige of Plato's Academy and Aristotle's Lyceum and the fact that heliocentrism flew in the face of the dictates of common sense (sunrise and sunset, the trajectories of the Moon, the planets and the stars) led to its sinking into oblivion. It was only revived eighteen centuries later by canon Nicolaus Copernicus, the Aristarchus of the renaissance.

A PREVIDÊNCIA MUI



DU. PAGUE PRA VER.



A nova Constituição inaugurou um novo tempo para a Previdência. Um tempo de justiça social e de distribuição da renda onde a palavra-chave é igualdade para todos os brasileiros.

É esta dívida social que a Previdência está resgatando agora, ampliando seus benefícios, modernizando o atendimento e facilitando a vida dos segurados.

Hoje, os valores das aposentadorias e pensões, que estavam defasados pela inflação, foram corrigidos: equivalem agora ao mesmo número de salários-mínimos da época em que foram concedidos.

O atendimento também mudou. Cada pensionista recebe seu benefício sem filas, na agência bancária mais próxima de casa. E ainda uma grande novidade: agora a Previdência é um direito de todos os brasileiros.

Mas para que essas mudanças aconteçam, é preciso que todos paguem a contribuição previdenciária.

Só assim a Previdência vai ter recursos para saldar sua dívida com a comunidade, levando o bem-estar a todos, sem exceção. Faça a sua parte.

Pague à Previdência.

PREVIDÊNCIA

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA
E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

IAPAS

INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DA
PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

GOVERNO FEDERAL

TUDO PELO SOCIAL

cionais à frequência desta. Ou seja, existiria uma “granulação” nas ondas de radiação. A expressão matemática de Planck, usando a idéia do “quantum” de energia, para a radiação de um corpo negro, explicou corretamente o que já era observado experimentalmente.

Da formulação de Planck a uma teoria adequada para o mundo atômico houve um desenvolvimento relativamente rápido. O efeito fotoelétrico previsto por Einstein foi uma das pedras fundamentais dessa nova teoria que surgia. O modelo atômico elaborado por Bohr, tendo por base as idéias de Planck, forneceu a primeira estrutura teórica mais acabada. Evidentemente, seguiram-se formulações matemáticas mais completas, como a proposta por Erwin Schrödinger e Werner Heisenberg. Dessa forma, a estabilidade atômica, associada aos níveis discretos de energia, provenientes do átomo, o spin do elétron, a quantização do momento angular e a dualidade onda-partícula obtiveram uma explicação e uma formulação matemática dentro da nova teoria. No entanto, como era de se esperar, novos conceitos e novas interpretações surgiram.

A PROBABILIDADE E A INCERTEZA NA FÍSICA QUÂNTICA

Nessa nova teoria, além dos valores discretos de observáveis, as variáveis que descreveriam um sistema seriam diferentes das encontradas na mecânica clássica, que descreve o mundo macroscópico. Nessa última, as equações de movimento das partículas são escritas através de suas coordenadas e velocidades. Na teoria quântica as equações são escritas através de funções de ondas, que *traduzem* o comportamento do sistema. E essas funções de ondas permitem obter informações sobre valores prováveis de certas medidas do próprio sistema. Ou seja, temos valores da probabilidade de se obter algum valor para uma medida física realizada no sistema. Essa nova formulação causou grande impacto na física. A idéia de probabilidade entrava na física como um conceito *essencial* da teoria. Diferentemente da mecânica clássica, onde o conceito de probabilidade está relacionado com nossa (ainda) falta de conhecimento sobre o sistema, na teoria quântica este conhecimento total não é possível, na visão de seus fundadores. E por que? Aí

entra o “Princípio de Incerteza” de Heisenberg. Segundo esse princípio, alguns pares de medidas em física (chamadas variáveis canonicamente conjugadas) não podem ser medidos com a precisão que se queira. O produto das incertezas dessas duas medidas não pode ser menor que uma certa constante da natureza, a constante de Planck, que possui um valor numérico muito pequeno. Por exemplo, produto da incerteza da posição de uma partícula por sua velocidade não pode ser menor que essa constante. Ou seja, se a incerteza numa medida de posição da partícula for nula (sabemos onde está a partícula), perdemos toda informação sobre sua velocidade (pois se o produto da incerteza de duas grandezas leva à conclusão de que uma das medidas é nula a outra medida de incerteza será infinita). Isto significa, como diz Landau, que não existe o conceito de trajetória em física quântica.²

A LINGUAGEM E A NOVA CIÊNCIA: REALIDADE E POTENCIALIDADE

A interpretação dada pelo próprio Heisenberg para esta nova situação (a incerteza intrínseca numa medida física; a probabilidade como um conceito essencial da teoria) é que temos de entender o uso da linguagem nas ciências, em particular na física quântica: “Um problema bem mais complexo”, diz Heisenberg, “ocorre, na teoria quântica, no que diz respeito à utilização da linguagem. Aqui não se tem, de começo, nenhum critério simples para se correlacionar os símbolos matemáticos aos conceitos da linguagem cotidiana; e a única coisa que sabemos, como ponto de partida, é que os conceitos comuns não são aplicáveis ao estudo das estruturas atômicas. Aqui, novamente, a abordagem mais óbvia - para a interpretação física do formalismo - parece ser o fato de que o esquema matemático da mecânica quântica tende ao da mecânica clássica, para sistemas físicos com dimensões apreciavelmente maiores que as exibidas pelos átomos. Mas mesmo essa asserção só pode ser aceita com reservas. Pois mesmo para tais sistemas, há numerosas soluções das equações quânticas que não encontram correspondência na física clássica”.⁴ Ou seja, o esquema matemático da mecânica quântica traz consigo o novo: somente aproximadamente a linguagem clássica descreve o que poderia ser a realidade do átomo. Ainda como diz Heisenberg:

“Se (...) quisermos falar alguma coisa acerca das próprias partículas atômicas, deveremos utilizar o esquema matemático da teoria quântica (o único suplemento da linguagem natural) ou, então, combiná-lo com uma linguagem que faça uso da lógica modificada ou, mesmo, que não utilize nenhuma lógica bem definida. Nas experimentações com fenômenos atômicos, temos que lidar com coisas e fatos, com fenômenos tão reais quanto aqueles da vida quotidiana. Mas os próprios átomos e partículas elementares não exibem o mesmo tipo de realidade: eles dão lugar a um universo de potencialidades ou possibilidades ao invés de um mundo de coisas e fatos”.

O PAPEL DO OBSERVADOR

Esse universo de potencialidades a que se refere Heisenberg tem, em última instância, que ser observado, ou, do ponto de vista da física, medido. Aqui a física quântica possui também uma diferença radical com a física clássica. O papel do observador é essencial na teoria: ele é parte integrante da teoria, pois apenas a probabilidade de se encontrar uma certa medida é determinada. Para isso o observador deve realizar a medida que, de antemão, possui um valor esperado (ou seja, a probabilidade de obter um certo valor de uma grandeza medida). E esta é a grande separação da quântica e da clássica: o observador é parte integrante no experimento, no sentido descrito por Heisenberg. “Até que ponto conseguiu-se uma descrição objetiva do mundo e, especialmente, do domínio atômico? Na física clássica, a ciência teve, como ponto de partida, a crença - ou dever-se-ia dizer a ilusão? - de que se poderia descrever o mundo, ou, pelo menos, parte dele, sem referência alguma a nós mesmos. Isso é, em grande medida, de fato, possível (...) Poder-se-ia dizer que a física clássica é justamente aquele tipo de idealização segundo a qual podemos falar de coisas do mundo sem qualquer referência a nós mesmos. Seu sucesso deu lugar ao ideal bem amplo de uma descrição objetiva do mundo. Objetividade tornou-se, assim, o critério primeiro da avaliação de qualquer resultado científico. (...) E a interpretação de Copenhague ainda segue esse ideal? (II) Talvez se possa dizer que a teoria quântica corresponda a esse ideal, tanto quanto possível. (...) Mas a teoria quântica começa pela divisão do mundo em ‘objeto’ e o ‘resto do mundo’ ▶

► e, também, do fato de que, pelo menos para o 'resto do mundo', utilizamos conceitos clássicos em nossa descrição".⁵

Nesse processo de observação, ou numa medida experiencial, cujo resultado deveria ser predito pela teoria, o objeto da pesquisa está em contato com a outra parte do mundo. "Isso significa que a equação de movimento, a que satisfaz a função de probabilidade, contém agora (...) a influência da interação com o instrumento de medida. (...) Essas incertezas podem ser rotuladas de objetivas, dentro dos limites em que elas possam ser consideradas como uma simples consequência da descrição em termos da física clássica e pelo fato de independem do observador. Por outro lado, elas podem ser consideradas como subjetivas, dentro dos limites em que se refiram ao nosso conhecimento incompleto do mundo".⁶

A diferença radical com a mecânica clássica é que na física quântica a função de probabilidade não descreve um certo evento, mas, pelo menos durante o processo de observação, um conjunto de acontecimentos possíveis.

"O ato de observação", enfatiza Heisenberg, "por si mesmo muda a função de probabilidade de maneira descontínua; ele seleciona, entre todos eventos possíveis, o evento real que ocorreu. Visto que, pela observação, nosso conhecimento do sistema mudou descontinuamente, sua representação matemática sofreu essa descontinuidade. (...) Portanto, a transição do 'possível' ao 'real' ocorre durante o ato de observação. Se quisermos descrever o que ocorre em um evento atômico deveremos compreender que o termo 'ocorre' pode somente ser aplicado à observação, e não ao estado de coisas durante duas observações consecutivas".

Evidentemente a teoria quântica não se fixa ou fixou somente nessas questões. Sua evolução e aplicação teve um crescimento tão grande quanto seu caráter revolucionário. A quase totalidade das teorias que envolvem o mundo microfísico usam – juntamente com a teoria da relatividade e a teoria estatística – seus conceitos básicos. Isso tem permitido formulações e criações tão revolucionárias quanto ela.

No entanto, nesse ensaio ficaremos apenas com as formulações iniciais da teoria quântica, para tentar desenvolver nosso paralelo. Vamos então à psicologia freudiana.

FREUD E O INCONSCIENTE

O inconsciente desempenha um papel central na formulação psicanalítica, iniciada por Adler, Freud, Jung, entre outros. Freud, em 1895 ("Estudos sobre a Histeria"), destaca o papel do inconsciente no comportamento humano e aponta os sonhos como um instrumento para conhecer parte desse inconsciente e as manifestações que dele advêm. Deste modo, além da chamada parte consciente, o homem guarda de suas experiências uma parte que fica como que escondida. Aí estariam os elementos não conscientes, relacionados principalmente com os desejos não realizados.

Atendo-nos à formulação do inconsciente na psicanálise de Freud, poderíamos dizer que o inconsciente seria uma região não acessível diretamente, isto é, onde não se teria uma interação voluntária. Mas o que é o inconsciente na formulação freudiana? O inconsciente é um dos espaços em que ocorrem os processos psíquicos; os outros dois são os estados conscientes e pré-conscientes. O inconsciente é onde nos concentraremos para desenvolver nossas idéias. Deixemos Freud nos apresentar o inconsciente. Primeiramente, como que defendendo-se de idéias tão novas para configurar da mesma forma que um método terapêutico (a psicanálise), Freud afirma: "(...) Ela (a psicanálise) explica os fenômenos concomitantes supostamente somáticos como sendo o que é verdadeiramente psíquico, e, assim, em primeira instância, menospreza a qualidade da consciência. "O que é psíquico", diz ele, "resultou numa exigência cada vez mais urgente da inclusão, no pensamento psicológico, de um conceito de inconsciente". Mas ele precisa logo mais: "A experiência nos ensinou que é muito difícil um processo psíquico, por complicado que seja, que não possa ocasionalmente permanecer pré-consciente, como dizemos. Há outros processos psíquicos e material psíquico que não têm um acesso tão fácil ao se tornarem conscientes, mas têm de ser inferidos, reconhecidos e traduzidos para a forma consciente através da maneira descrita. Para tal material reservamos o nome de inconsciente propriamente dito".⁷

OS SONHOS E O INCONSCIENTE: A AUSÊNCIA DA LÓGICA

E qual é a maneira a que se refere Freud? A atividade psíquica durante

o sono, que percebemos como sonhos, "é o objeto de estudo mais favorável", afirma Freud. Isto porque, segundo Freud, os estados normais não serviriam nesta investigação. "Uma investigação de estados estáveis, normais, em que as fronteiras do ego são resguardadas contra o id, mediante resistências, e se aguentam firmes, e nos quais o superego não se distingue do ego, por trabalharem juntos harmoniosamente – uma investigação desse tipo pouco nos ensinaria". Os sonhos seriam uma porta, ou um mecanismo de acesso a este inconsciente. "(...) Nosso sono noturno é precisamente um estado desse tipo (III), e, por essa razão, a atividade psíquica durante o sono, que percebemos como sonhos, é o nosso objeto de estudo mais favorável".⁸

E como "traduzir" o sonho? Ou seja, como levar da "linguagem simbólica" para uma "linguagem real"? Novamente vamos recorrer a Freud para nos dar a resposta: "Encontramos nosso caminho para a compreensão (interpretação) de um sonho presumindo que o que lembramos como sendo o sonho depois de termos acordado não é o verdadeiro processo onírico, mas apenas uma 'façade' por trás da qual esse processo jaz escondido. Aqui temos a nossa distinção entre o conteúdo manifesto de um sonho e os pensamentos oníricos *latentes*. O processo que produz aquele a partir desses é descrito como 'elaboração onírica' ". Esses processos que ocorrem no inconsciente "obedecem a leis diferentes daquelas do ego pré-consciente", ou seja, o inconsciente "traz consigo as suas próprias modalidades de funcionamento". A lógica não funciona no processo inconsciente: "As regras que regem a lógica não têm peso no inconsciente; ele poderia ser chamado de reino do ilógico. Impulsos com objetivos contrários coexistem lado a lado, no inconsciente, sem que surja qualquer necessidade de acordo entre eles. Ou não têm nenhuma influência um sobre o outro, ou, se têm, nenhuma decisão é tomada, mas acontece um acordo absurdo, visto que envolve detalhes mutuamente incompatíveis".⁹

A psicologia possui agora um novo instrumento na compreensão do comportamento humano e, em especial, no estudo de estados psicóticos. É como afirma novamente o próprio Freud: "O estudo de um distúrbio mental que ocorre durante o sono, passageiro e inofensivo, e que, na verdade, desempenha uma função útil, nos deu uma chave ►



Niels Bohr (1885-1962) à
época em que estava
aperfeiçoando um
modelo atômico

Participantes da reunião organizada por Bohr em Copenhague em 1937. Na fileira da frente, da esquerda para direita, N. Bohr, W. Heisenberg, W. Pauli, O. Stern, L. Meitner, R. Ladenburg, J. C. Jacobsen



► para a compreensão das doenças mentais, que são permanentes e prejudiciais à vida. E podemos agora aventurarmos à afirmação de que a psicologia da consciência não era capaz de compreender o funcionamento normal da mente assim como compreender os sonhos. Os dados da autopercepção consciente, os quais, somente eles, se achavam à sua disposição, mostravam-se sob todos os aspectos inadequados para sondar a profusão e complexidade dos processos da mente, para revelar as suas interligações e assim reconhecer os determinantes de suas perturbações”.

O INCONSCIENTE E A LINGUAGEM

A psicologia, ou a psicanálise, passou a ter então, com essas formulações, o status de uma nova ciência; a hipótese da existência de um aparelho psíquico que dá origem a fenômenos da consciência colocou a nova ciência na ordem do dia. Mas a diferença com as outras ciências também já estava colocada: as limitações impostas pelo novo objeto de

investigação refletiam sua peculiaridade. Freud afirma que a delimitação do objeto de estudo, o aparelho psíquico, coloca a psicanálise numa posição epistemológica idêntica às outras ciências. Mas como afirma o próprio Freud, não bastou o conhecimento dos processos conscientes, foi necessário, e fundamental, a elaboração do conceito de inconsciente. O novo objeto de investigação possuía um comportamento diferente do objeto em outras ciências: ele precisava ser “traduzido”, pois não possuía leis “diretas” de manifestação. Ou seja, o novo objeto não fazia uso direto e lógico da linguagem usual: “(...) Os processos que são possíveis nos supostos elementos psíquicos do id (...) diferem amplamente daqueles que nos são familiares através da percepção consciente, em nossa vida intelectual e emocional; tampouco estão eles sujeitos às restrições críticas da lógica, que repudia alguns desses processos como inválidos e busca desfazê-los”.¹⁰ Enfim, não se tratava, depois de descoberto o objeto, de formular leis com a linguagem usual (mas cientificamente construída) para expressar fenômenos que

não se manifestam nessa linguagem. Afé estava (está) a nova limitação e o caráter intrínseco da nova ciência. Freud percebeu essa limitação, mas ele supunha ser da mesma qualidade que existia em outras ciências: “Em nossa ciência, tal como nas outras, o problema é o mesmo: por trás dos atributos (qualidades do objeto em exame que se apresentam diretamente a nossa percepção) temos de descobrir algo que é independente da capacidade receptiva particular de nossos órgãos sensoriais e que se aproxime mais do que se poderia supor ser o estado real das coisas. Não temos esperanças de poder atingir esse estado em si mesmo, visto ser evidente que tudo de novo que inferimos deve, não obstante, ser traduzido de volta para a linguagem das nossas percepções, da qual nos é simplesmente impossível libertar-nos”.¹¹ O que diferia a Psicologia das outras ciências de sua época é que nessas a linguagem é, em princípio, suficiente para expressar o que ocorre. Ou seja, é intrínseco da teoria que, de alguma forma, conceitos como espaço, tempo, temperatura, etc, são descritos



diretamente (sem interpretação) por leis cientificamente construídas. Ora, na psicologia freudiana isso não ocorre: as manifestações do objeto de estudo são não espaciais e não causais.

O PAPEL DO OBSERVADOR (NA PSICANÁLISE)

Também aqui um fenômeno novo ocorre, e isto é fundamental: o sujeito que estuda o objeto passa a ser parte integrante do objeto. Isto é, o analista não apenas estuda o objeto, como também pode se tornar parte no processo de conhecimento, de investigação do próprio objeto. Ou seja, o papel do analista torna-se essencial no estudo, não só no sentido de verificar uma lei, mas no sentido de fazer manifestá-la. São os fenômenos de transferência a que Freud se refere e que são parte essencial do trabalho terapêutico. "O paciente", diz Freud, "não fica satisfeito de encarar o analista, à luz da realidade, como um auxiliar e conselheiro. (...). Pelo contrário, o paciente vê nele o retorno, a reen-

carnação de alguma importante figura saída de sua infância ou do passado e, conseqüentemente, transfere para ele sentimentos e reações que, indubitavelmente, aplica-se a esse protótipo. Essa transferência logo demonstra ser um fator de importância inimaginável; por um lado, instrumento de insubstituível valor, e, por outro, uma fonte de sérios perigos". Freud detalha então os dois lados desse fenômeno na psicanálise: nas duas situações, no entanto, atitudes positivas (de afeição) e atitudes negativas (hostis), o papel do analista é essencial. "Um manejo cuidadoso da transferência", enfatiza Freud, "(...) é, via de regra, extremamente compensador. Se conseguirmos, como geralmente acontece, esclarecer o paciente quanto à verdadeira natureza dos fenômenos de transferência, teremos tirado uma arma poderosa da mão de sua resistência e convertido perigos em lucros, pois um paciente nunca se esquece novamente do que experimentou sob a forma de transferência; ela tem uma força de convicção maior do que qualquer outra coisa que possa adquirir por outros modos".¹³

CONCLUSÃO

O que pretendemos tirar dos parágrafos precedentes é que as duas ciências, a física quântica, na sua formulação inicial, e a psicologia freudiana, possuem formulações teóricas muito semelhantes; para isso o último parágrafo da seção anterior nos ajudará bastante. O que ocorre na psicanálise é o que ocorre na física quântica. Em ambos, o objeto a ser estudado comporta-se de forma não causal e não local. Heisenberg em "física e filosofia" fala desse comportamento surpreendente, no que se refere à natureza. "Lembro-me de discussões de muitas horas com Bohr, até altas horas da noite, que acabaram quase em desespero. E quando, ao final de uma dessas discussões, eu saí para uma caminhada pelo parque vizinho, fiquei repetindo a mim mesmo a mesma pergunta: pode a natureza ser tão absurda como nos tem parecido nessas experiências com os átomos".¹⁴ Também na psicologia freudiana, os sonhos, com sua carga ilógica que nos é bem conhecida, são a parte



► essencial no conhecimento do mundo inconsciente e no processo terapêutico, que tira o ego de um estado enfraquecido, como ocorre com os neuróticos, e o coloca numa posição mais fortalecida, frente às exigências do mundo real. As manifestações decorrentes do inconsciente e do mundo microscópico podem também ser comparadas. Os estados neuróticos, como os sintomas psicopáticos, medos, paralisias, esquecimentos, histerias, etc. são manifestações decorrentes específica e exclusivamente do inconsciente. Ou seja, essas manifestações seriam as indicações indiretas da existência de um núcleo oculto nos processos mentais. Oculto no sentido já descrito anteriormente – em que existe um aparelho psíquico responsável por essas manifestações e onde não há uma interação voluntária, e que está sujeito a leis muito diferentes das conhecidas até então.

Também na física do mundo microscópico temos as manifestações exclusivas e não observadas em outro domínio da matéria: a quantização de alguns observáveis, como o momento angular intrínseco (spin), momento angular orbital, níveis discretos de energia (transições determinadas e com valores inteiros nas mudanças do nível orbital dos elétrons). O que temos então é a existência de mundos, regidos por novas leis, com comportamento não causal e não deterministicamente localizáveis, no sentido descrito anteriormente, onde o observador tem papel essencial na teoria, entendendo com isso a verificação na manifestação (probabilística) do fenômeno.

Como afirmamos anteriormente, na física quântica a probabilidade é parte intrínseca da teoria; um fenômeno do mundo microscópico é predito probabilisticamente por construção da própria teoria e não por nosso (ainda) desconhecimento do processo físico. Ou seja, o observador não sabe, com certeza, de antemão, o resultado; nesse sentido a medida é fundamental. Também como vimos anteriormente, o psicanalista é essencial no processo terapêutico não apenas como investigador, mas como parte do tratamento em curso.

Ora, essas situações são ímpar em ciência. As demais possuem formulação de tal forma que as leis, mesmo que construídas com conceitos novos no sentido da linguagem usual, são independentes do observador, a menos da existência da lei. Além disso, somente na física quântica e na psicologia freudiana

os objetos a serem estudados possuem um comportamento não causal e não deterministicamente espaciais.

Podemos dizer então que a estrutura teórica dessas duas ciências encontra semelhanças em sua formulação, quer pela conceituação de seus objetos, quer pelas elaborações e interpretações de suas leis, nas formas originalmente criadas.

Novas formulações foram feitas nas duas ciências, inclusive com elaborações mais sofisticadas e precisas. As semelhanças daí decorrentes serão objeto de estudos futuros.

Samuel José Simon Rodrigues é físico com mestrado em Física de Partículas e Campos e cursa o Doutorado também em Física de Partículas e Campos. Foi professor do Departamento de Física da Universidade de Brasília e atualmente é professor do Departamento de Matemática da mesma Universidade.

Notas

- I – Estaremos nos referindo sempre aos domínios atômico e molecular
- II – A Interpretação de Copenhagen fundamenta-se, basicamente, no conceito de *complementariedade* introduzido por Niels Bohr. Segundo Bohr, a maneira de descrever a quântica em seus dois aspectos, de partícula e de onda, seriam descrições complementares da mesma realidade. Cada uma dessas descrições pode ser só parcialmente verdadeira, e limitações devem ser impostas ao uso, tanto do conceito de partícula como do de onda, pois, caso contrário, não haveria como se evitar contradições.
- Como Bohr dirigia o Instituto de Estudos Atômicos em Copenhagen, que reunia um grande número de físicos, mais ou menos em sintonia, esta idéia (a de complementariedade) ficou conhecida como a “Interpretação de Copenhagen”.
- III – Os estados a que se refere Freud são de conflito e tumulto. Nesse caso, diz ele, os conteúdos do id inconsciente tem perspectiva de forçar caminho para o ego.

Glossário

CORPO NEGRO – Emissor de radiação (ν) em que é constante e unitário, para todos comprimentos de onda, o cociente do que este corpo emite e o que absorve.

EFEITO FOTOELÉTRICO – Emissão de elétrons por certas substâncias quando sobre elas incide radiação.

MOMENTO ANGULAR ATÔMICO – Quantidade física que possui valores múltiplos inteiros de uma certa quantidade e que pode ser observada aplicando um campo magnético no sistema.

NÍVEIS DISCRETOS DE ENERGIA – Valor da energia emitida por átomos quando elétrons mudam de nível orbital, segundo o modelo de Bohr. Esses valores são sempre múltiplos inteiros de uma certa quantidade, quando o elétron permanece no átomo.

RADIAÇÃO – Designação genérica da energia – apresenta um caráter dual, pois tem comportamento ondulatório e corpuscular.

SPIN DO ELÉTRON – Trata-se do momento angular de um elétron.

Referências Bibliográficas

1. PIAGET, J. *Scientific American*, março, 1957, pág. 46.
2. LANDAU, L. e LIFSHITZ, E. *Mecânica Quântica: Teoria Não Relativística*. Editora Mir, 1985, pág. 12.
3. PIAGET, J. *O Nascimento da Inteligência na Criança* – Zahar Editora, 1978.
4. HEISENBERG, W. *Física e Filosofia* Editora Universidade de Brasília, 1981, pág. 107.
5. *Ibidem* – pág. 25.
6. *Ibidem* – pág. 24.
7. FREUD, S. *Esboço de Psicanalyse* – Vol. XXIII – Obras Psicológicas Completas – Imago Editora, 1975, 185.
8. *Ibidem* – pág. 191.
9. *Ibidem* – pág. 190.
10. *Ibidem* – pág. 195.
11. *Ibidem* – pág. 225.
12. *Ibidem* – pág. 204.
13. HEISENBERG, W. *Física e Filosofia* – pág. 46.

Resumen

Física cuántica y psicoanálisis

Este trabajo expone posibles semejanzas entre la teoría cuántica de la materia en su formación original – la llamada interpretación de Copenhagen – y la psicología freudiana. La comparación se establece en relación a la estructura de las dos teorías y en la conceptualización de los objetos de estudio: el mundo microfísico en la mecánica cuántica y el inconsciente en el psicoanálisis.

Abstract

Quantum physics and psychoanalysis

This article presents possible similarities between the quantum theory of matter as it was originally formulated – the so-called Copenhagen interpretation – and Freudian psychology, from the point of view of the structure of the two theories and their conceptualization of the objects they examine: the microphysical world, in the case of quantum mechanics; and the unconscious in the case of psychoanalysis.

UMA QUESTÃO DE TERRA, UMA QUESTÃO DE CINEMA

VLADIMIR CARVALHO

APRESENTAÇÃO NO 21º FESTIVAL DE BRASÍLIA DO CINEMA BRASILEIRO, O FILME DOCUMENTÁRIO DE LONGA METRAGEM "UMA QUESTÃO DE TERRA" DE MANFREDO CALDAS, CONQUISTOU EM SUA CATEGORIA (16 MM) OS PRINCIPAIS PRÊMIOS, COMO OS DE MELHOR FILME, MELHOR DIREÇÃO, MELHOR ROTEIRO E MELHOR MÚSICA. O OBJETIVO PRINCIPAL FOI RESGATAR PARA A MEMÓRIA POLÍTICA O TRÁGICO EPISÓDIO DO ASSASSINATO DA LÍDER CAMPONESA MARGARIDA ALVES, EM 1984, NA PARAÍBA.

HÁ MUITOS ANOS, POR VOLTA DE 1962, QUANDO MANFREDO CALDAS AINDA ERA MENINO, O PAÍS VIVIA UM CLIMA PRÉ-REVOLUCIONÁRIO, MISTURA DE INCERTEZAS E OTIMISMO POLÍTICO; E NO BOJO DA "INSURREIÇÃO" AS LIGAS CAMPONESAS E A QUESTÃO DA TERRA VINHAM À TONA DOS ACONTECIMENTOS COM UM FORÇA DE AÇUDE ARROMBADO. MOBILIZADO, O POETA VINÍCIUS DE MORAES DISPARAVA UM PETARDO POÉTICO DO MAIS ALTO CALIBRE, QUE TEVE UMA PRIMEIRA LEITURA NO PALANQUE DO CASSINO DA LAGOA, EM JOÃO PESSOA, NUM COMÍCIO-MONSTRO COM A PRESENÇA CATALIZADORA DO PRESIDENTE JOÃO GOULART. UMA ASSISTÊNCIA FORMADA EM SUA MAIORIA DE HUMILDES HOMENS DO CAMPO OUVIA TRANSIDA, ENQUANTO SUSTENTAVA POR SOBRE UM MAR DE CABEÇAS SUAS FOICES E ENXADAS, COMO SE ARMAS FOSSEM, NUM SIMBOLISMO QUE ERA AO MESMO TEMPO A FORÇA E A FRAQUEZA DE UM DOS MAIS EXTRAORDINÁRIOS MOVIMENTOS REVINDICATÓRIOS DE QUE SE TEM NOTÍCIA NO BRASIL. AS PALAVRAS RIBOMBAVAM PROFÉTICAS COMO UM TEXTO BÍBLICO, PONDO FIM À INIQUIDADE E INSTALANDO UM REINO DE JUSTIÇA E PAZ: "SENHORES BARÕES DA TERRA/PREPARAI VOSSAS MORTALHAS!"

MAS O TEMPO PASSOU, A MARCHA DA HISTÓRIA, OS IMPERSCRUTÁVEIS CAPRICHOS DA POLÍTICA E, PRINCIPALMENTE, A VILEZA DOS HOMENS VIRIAM MOSTRAR QUE A GENEROSA VISÃO DO POETA NÃO PASSARIA MESMO DE UM SONHO, UMA UTOPIA MAIS UMA VEZ ADIADA. AMORTALHADA SERIA A TENTATIVA DE REFORMA AGRÁRIA QUE FUNCIONARIA NAQUELES IDOS COMO UM DOS DETONADORES DO ÓDIO DA REAÇÃO QUE CULMINOU COM O GOLPE MILITAR DE 64.

ENTRETANTO, A PAR DA EXPERIÊNCIA ACUMULADA, NUTRI-DA MAIS DAS VEZES NAS TRAGÉDIAS QUE FICARAM PELO CAMINHO (VIDE JOÃO PEDRO TEIXEIRA E FAMÍLIA) E QUE DE RESTO SERVIU COMO EXEMPLO E FORÇA MOTRIZ PARA A CONTINUIDADE DA LUTA DO POVO, A AÇÃO DO CINEMA E DE SEUS REALIZADORES, COMO MEIO DE REGISTRO, COMO INSTRUMENTO TAMBÉM DA HISTÓRIA, LOGROU NO BRASIL O FEITO INESTIMÁVEL DE RESTAURAR A MEMÓRIA DESSE PERÍODO DE CONTURBAÇÃO NO CAMPO E QUE VEM DO FINAL DOS ANOS 50 ATÉ OS NOSSOS DIAS. ESSA SORTIDA CINEMATOGRAFICA CHEGOU A ALTURAS JAMAIS ALCANÇADAS, COMO SABEMOS, COM O NUNCA ASSAZ LOUVADO "CABRA MARCADO PRÁ MORRER", DE EDUARDO COUTINHO (COM QUE MANFREDO GUARDA UMA SÉRIE DE AFINIDADES, PODENDO CONSIDERAR-SE SEU DISCÍPULO). NO MESMO FILÃO, E AINDA ANTES DA TURBULENTA CONCLUSÃO DE "CABRA MARCADO", TIVEMOS "TERRA DOS ÍNDIOS", DE ZELITO VIANA, EMBORA TRABALHANDO O TEMA NO QUE TANGE MAIS DE PERTO À QUESTÃO INDIGENISTA, MAS ONDE SUBJAZ O PROBLEMA DA TERRA COMO UM TODO. PODERÍAMOS LEMBRAR O NOTABILÍSSIMO "VIRAMUNDO", DO MAIS QUE EFICIENTE GERALDO SARNO, QUE PROJETA NA CIDADE GRANDE (SÃO PAULO) O DRAMA DO HOMEM DO CAMPO TOCADO DA TERRA PELA VIOLÊNCIA DO LATIFÚNDIO. ESTE CICLO TRÁGICO EMERGIU COM TODA CRUEZA, HÁ TRÊS ANOS, NAS IMAGENS DESSA PEQUENA OBRA-PRIMA QUE É "QUEM MATOU ELIAS ZI", CURTA METRAGEM DE MURILO SANTOS, CHEGANDO FINALMENTE AO RECENTÍSSIMO "TERRA PARA ROSE", DE TETÊ MORAES, COM A VERDADEIRA "GUERRA" TRAVADA NO SUL PELOS SEM TERRA, E QUE OBTVEU CONSAGRAÇÃO INTERNACIONAL COM A PREMIAÇÃO NO FESTIVAL DE HAVANA DO ANO PASSADO. É A ESTA "FAMÍLIA" DE FILMES DOCUMENTÁRIOS QUE VEM SE FILIAR MANFREDO CALDAS E O SEU "UMA QUESTÃO DE TERRA".

POR FORÇA DE APARECER NO FOCO DE TÃO CONTUNDENTES E REITERADAS IMAGENS E DE TODA MOBILIZAÇÃO COM VISTAS SOBRETUDO A UMA ESPERADA E MUITO ANSIOSAMENTE

BUSCADA SOLUÇÃO NA CONSTITUINTE, A REFORMA AGRÁRIA PARECIA ATINGIR A SATURAÇÃO COMO ASSUNTO, UMA ESPÉCIE DE RESSACA POLÍTICA NA ORDEM DO DIA DAS QUESTÕES NACIONAIS. MAS NÃO. O TEMA TEVE O CONDÃO DE RESSURGIR COM TENSÃO RENOVADA, MOSTRANDO QUE, PARALELO ÀS INVESTIDAS DA NOVIÇA UDR, ERA NECESSÁRIO UMA ATUALIZAÇÃO, A PERPETUAÇÃO DE UMA NOVA "ATA" NEM QUE FOSSE COMO PEÇA MEMORIAL, MANTENDO ACESA A DISCUSSÃO.

É AQUI ONDE ENTRA O CINEMA-CIDADÃO DE MANFREDO CALDAS, ATRAVÉS DO TOM ONIPRESENTE DE "UMA QUESTÃO DE TERRA", NUM "TOUR-DE FORCE" QUE EXORCIZA O EPISÓDIO DO ASSASSINATO DE MARGARIDA ALVES, CRIME PRIMO-IRMÃO HISTÓRICO DO FUZILAMENTO DE JOÃO PEDRO TEIXEIRA PELOS BARÕES DA VÁRZEA E REALIZA NO CINEMA A TRAJETÓRIA DA LUTA DOS SINDICATOS RURAIS NA PARAÍBA NA MESMA LINHA DOS SEUS MÁRTIRES. NUM ARCO QUE SE DISTENDE NO TEMPO E NO ESPAÇO, LIGANDO A FIGURA CARISMÁTICA DE MARGARIDA E O SEU SACRIFÍCIO À BATALHA DERRADEIRA (MAS NÃO ÚLTIMA) EM BRASÍLIA, NO CONGRESSO CONSTITUINTE, PASSANDO POR TODAS AS ATRIBUIÇÕES DE SEUS COMPANHEIROS E SEGUIDORES NO PERÍODO APÓS A SUA MORTE. TUDO FUNCIONANDO CINEMATOGRAFICAMENTE COMO UMA CORREIA DE TRANSMISSÃO, COMPONDO UM PAINEL ARDILOSAMENTE URDIDO.

A EXCELÊNCIA DO DOCUMENTÁRIO DE LONGA METRAGEM DO PARAIBANO MIGRADO PARA O RIO DE JANEIRO, CONSAGRADO VÁRIAS VEZES NA PREMIAÇÃO DE BRASÍLIA, RESIDE JUSTAMENTE NO PULSO E NA CONDUÇÃO DO REGISTRO DESSE MOMENTO DA HISTÓRIA RECENTE, UM "MOMENTO REVELADOR", COMO DIZEM OS FRANCESES, QUE SE MATERIALIZA E SE SINTETIZA PELA AÇÃO CINEMATOGRAFICA DE MANFREDO, COMO QUE UBIQUAMENTE PRESENTE AOS ACONTECIMENTOS. PARA ISSO OBTVEU A COMPETENTE CUMPLICIDADE DE UMA BATERIA INTEIRA DE FOTÓGRAFOS E "CÂMERAS", À TESTA O HOJE INTERNACIONAL WALTER CARVALHO (FILMANDO NOS ESTADOS UNIDOS DEPOIS DE REALIZAR OUTRO LONGA COM OS FRANCESES), CATANDO O VISÍVEL E O "INVISÍVEL" NUMA ÁRDUA JORNADA QUE COBRIU CERCA DE UM ANO DE TRABALHO NA CAPTURA DO MATERIAL BRUTO. SEM FALAR NA MONTAGEM SÓBRIA MAS PARTICIPANTE DE CHICO MOREIRA.

MAS MANFREDO ESPECIALMENTE COMOVE PELA FIDELIDADE AO MÉTODO (NÃO É DE HOJE QUE ESTÁ NO OFÍCIO, ENGO-LINDO OS "SAPOS" DA PROFISSÃO, MAS DEVOTO FANÁTICO DO CINEMA, COMO BOM NORDESTINO), QUE ELE CONHECE PELO LONGO TEMPO EM QUE ALISOU OS BANCOS DA MONTAGEM, INICIADO QUE FOI COM A COBERTURA HUMANA E PROFISSIONAL DO EFICIENTE JOÃO RAMIRO MELLO, NOSSO MONTADOR-MOR. ELE CATIVA TAMBÉM PELA PERSISTÊNCIA COM QUE PERSEGUIE A SUA MATÉRIA, SEM TERGIVERSAÇÕES NEM GOLPES DE MANIPULAÇÃO. NESSE ASPECTO "UMA QUESTÃO DE TERRA" CHEGA A SER LAPIDAR, PELO SEU DESPOJAMENTO E DESPRETENSÃO, COM UMA SÉCURA ÀS VEZES INCÔMODA. VEJA-SE A SEU FAVOR QUE UM DOCUMENTÁRIO É FEITO PENOSAMENTE DE RETALHOS DA REALIDADE, BUSCADOS COM ESPÍRITO DE RENÚNCIA, TOCAIADOS NOS QUATRO CANTOS DA TERRA E DA HISTÓRIA; E NÃO RARO O QUE SE APRESENTA COMO VERSÃO FINAL DOS FATOS, COM ROUPAGEM SIMPLES E FLUÊNCIA NATURAL E AUTÊNTICA, SEM VESTÍGIOS DE ELABORAÇÃO, CUSTOU ALTÍSSIMO PREÇO EM EMPENHO, SENSIBILIDADE, REFLEXÃO, SACRIFÍCIO E TALENTO. NO CASO EM Pauta, O AUTOR DO FILME ESTEVE MUNICIADO DESSE PRECIOSO INSTRUMENTAL E SÓ ASSIM CONSEGUIU EXTRAIR DA COMPLEXA, ARREDIA E (POR QUE NÃO DIZER?) FRIA REALIDADE A SÍNTESE DIALÉTICA DO

EMBATE EM QUE SE PROCESSAM AS FORÇAS SOCIAIS E POLÍTICAS.

NESSE SENTIDO, A LINHA TRAÇADA POR "UMA QUESTÃO DE TERRA", DOCUMENTÁRIO CONVICTO, É MAIS DO QUE UMA ANOTAÇÃO JORNALÍSTICA, FACTUAL (O QUE JÁ SERIA EXTRAORDINÁRIO); O FILME SE ESTRUTURA CRIANDO UM CLIMA, TRANSCENDE O MERO RELATO, SUPERA O REPÓRTER E A REPORTAGEM PARA IR, DE MANSINHO, SE TRANSFORMANDO NUMA GRANDE INTERROGAÇÃO FINAL (VIDE OS "PLANOS" EXTERIORES DO CONGRESSO COM A MASSA CHEGANDO, JUNTO ÀS CÚPULAS DA CÂMARA E DO SENADO). FECHA-SE COMO UM ÉPICO DE SABOR EISENSTEINIANO, COM TODAS AS SUAS IMPLICAÇÕES E DIFERENÇAS TUPINIQUINS. MOMENTO EM QUE FALA MAIS ALTO A SOBERBA TRILHA MUSICAL COM A QUAL O MAESTRO E COMPOSITOR MARCUS VINÍCIUS DE ANDRADE INTEPRETA, À SUA MANEIRA, MAS AO MESMO TEMPO PARTICIPATIVAMENTE, TODA A PROBLEMÁTICA DO FILME, FUNDINDO AS MATÉRIAS VISUAL E MUSICAL, SEM JAMAIS CAIR NO ÓBVIO COMENTÁRIO.

MAS A MEU VER A FORÇA QUE ADVÉM DE "UMA QUESTÃO DE TERRA" É DE TER CAPTADO ESSA ATMOSFERA DE COISA ADIADA, SUSPensa NO AR, INSATISFATÓRIA, DEPOIS DE TANTOS CRIMES PERPETRADOS. SEM ESQUECER A ESPERANÇA FRUSTRADA NO CONGRESSO, COM O "HERÓI" RONALDO CAIADO, PLANTADO EM SUAS BOTAS DE SENHOR FEUDAL, CANTANDO O HINO NACIONAL NA HORA DA SUA VITÓRIA. UMA CONTRADIÇÃO VIVA, DESCARADA, ATUANTE. E O FILME LAVRA UM TENTO, COMPORTANDO-SE SEM MANIQUEÍSMO, VERAZ, SEM CONCESSÕES. PORÉM O NERVO EXPOSTO DA QUESTÃO É QUE, NESTE DOCUMENTÁRIO, ALCANÇA ALTO NÍVEL DE TENSÃO E EMOÇÃO, É O SEU "MIOLO" DRAMÁTICO, QUE POR TRABALHAR A PUREZA DE SEUS PERSONAGENS SE ALÇA A PATAMARES QUE BATEM LONGE LANCES DE CINEMA DE FICÇÃO, NUMA PROVA MAIS UMA VEZ DE QUE A REALIDADE ENTRE NÓS DESBANCA A IMAGINAÇÃO MAIS FEBRIL. E É ESSA DRAMATURGIA NATURAL QUE PRESCINDE DE PRÉVIA "MISE-EN-SCÈNE" MAS REQUER ESPÍRITO ATENTO E "PROVOCADOR" DE SITUAÇÕES REVELADORAS QUE ESTÁ PRESENTE DE MODO EXEMPLAR NA SEQUÊNCIA EM QUE CASIMIRO, O VIUVO DE MARGARIDA, "RECONSTITUE" O MOMENTO DO CRIME. ELE ENCONTRA GUIADO PELO INSTINTO UMA MOVIMENTAÇÃO PRÓPRIA, A SUA VISÃO DO FATO, E TORNA-SE ELOQUENTE, DE UMA ELOQUÊNCIA FUNDADA NA SUA SIMPLICIDADE DE HOMEM DO POVO; E, NUM PARADOXO, A SUA MANSIDÃO, A SUA HUMILDADE E SINGELEZA QUANDO SE REFERE AOS "ESTILHAÇOS" DO CORPO DE MARGARIDA, TERMINAM POR INSTILAR A MAIS FUNDA REVOLTA NO ESPÍRITO DO ESPECTADOR; É UM GRITO LANCINANTE CONTRA A IMPUNIDADE, E O QUE PODERIA SER SIMPLES RAIVA IMPOTENTE SE TRANSFORMA EM RUDE E INVOLUNTÁRIA PEÇA ACUSATÓRIA. MAIS ADIANTE, DE ACORDO COM A "RESPIRAÇÃO" DO DOCUMENTÁRIO, CASIMIRO REAPARECE EM LANCE ANTOLÓGICO, AO FAZER UMA ESPÉCIE DE PRECE DURANTE AS COMEMORAÇÕES DO PRIMEIRO DE MAIO EM QUE SE RECORDA MARGARIDA E O SEU MARTÍRIO. NESSE MOMENTO PASSOU-ME PELA CABEÇA COMO UM "FLASH", REPENTINAMENTE ATRAÍDO PELAS IMAGENS DO FILME, AS IMAGENS E O SOM DE UM OUTRO FILME, "A HORA E A VEZ DE AUGUSTO MATRAGA", JUSTAMENTE NAQUELE MOMENTO EM QUE O HERÓI (OU ANTI-HERÓI), DE GUIMARÃES ROSA, MERGULHADO NO SEU MISTICISMO, FAZ UMA ORAÇÃO RAIVOSA QUE SAI AOS BORBOTÕES, SUPLICANDO A JESUS PARA QUE O FAÇA "BOM E HUMILDE DE CORAÇÃO". A CENA NO CONTEXTO DO FILME DE ROBERTO SANTOS RESULTA QUASE NUM EFEITO CONTRÁRIO. AS PALAVRAS DE CASIMIRO, NO NOSSO CASO, DITAS NUM TRANSE DE CONTRIÇÃO MÍSTICO/RELIGIOSA TERMI-

NAM POR SER UM LIBELO CLAMANDO POR JUSTIÇA. ELE ARREMATATA ASSIM O SEU "DISCURSO": "SE NÃO ME TIVERES OUVINDO, MARGARIDA, JESUS VAI ME OUVIR... E OS CRIMINOSOS VÃO SE ENTREGAR NA CADEIA". NOVAMENTE O REAL SUPLANTA A FICÇÃO E SE INSTALA UMA ATMOSFERA DE ANTIGOS CRISTÃOS EM HOLOCAUSTO, DE "HUMILHADOS E OFENDIDOS", CLIMA QUE A GENTE SÓ SENTE FLUIR NOS GRANDES ROMANCES E NARRATIVAS. NO QUE PESE A IMPERFEIÇÃO DA FOTOGRAFIA NESSE TRECHO, UMA LUZ "ESPIRITUAL" ENVOLVE A FIGURA DE CASIMIRO QUE SE AGIGANTA COMO UM ILUMINADO BÍBLICO, UNGIDO PELA FORÇA DA VERDADE. SUAS PALAVRAS RESSOAM LONGE, NOS CONFINES DA NOSSA CAPACIDADE DE TOLERÂNCIA PARA COM A INJUSTIÇA SOCIAL; ULTRAPASSAM, COMO JÁ DISSEMOS, OS LIMITES DO MERO REGISTRO CINEMATOGRAFICO. NESSE MESMO DIAPASÃO É COMOVENTE TAMBÉM A INTERVENÇÃO DE UM SENHOR QUE INTERROMPE UMA ENTREVISTA PARA FALAR AO OUVIDO DO ENTRÉVISTADO O QUE ELE DEVE DIZER. A CÂMERA CAPTA O SEU GESTO E O "O SOM DIRETO" A SUA DENÚNCIA FEITA DE FORMA TÃO INGÊNUA QUE EMPRESTA AO FILME UM TOQUE INESPERADO DE HUMOR. OU ESTE OUTRO LANCE DE UMA POBRE MULHER, DESCARNADA, COM UM MENINO NO BRAÇO, QUE "FUZILA": "NÓS SÓ TEMOS A NOITE, O DIA E OS FILHOS PRÁ CRIAR". OU A PRÓPRIA MARGARIDA NA SUA CONTUNDENTE APARIÇÃO, PODE SE DIZER, POST-MORTEM E JÁ ANTECIPANDO PREMONITORIAMENTE O SEU FIM: "SÓ SE ME MATAREM!" UM DISCURSO INTEIRO NÃO VALE ESSES BREVES INSTANTES EM QUE SOMOS APRESENTADOS A MARGARIDA EM PLENA MILITÂNCIA, CHEIA DE VIDA E DE ESPERANÇA. UM MILAGRE DE PRESERVAÇÃO DE SUA IMAGEM E VOZ QUE O FILME FICA DEVENDO À TELEVISÃO QUE REALIZOU O REGISTRO.

"UMA QUESTÃO DE TERRA" FOI TODO PAULATINAMENTE CONSTRUINDO EM CIMA DESSAS VERDADEIRAS FATIAS DE VIDA, FLAGRADAS AO CORRER DOS FATOS, PÉROLAS LEGITIMADAS PELA PUREZA E AUTENTICIDADE DAS GENTES DO POVO, AS QUAIS NOS FAZEM ESQUECER MOMENTOS EM QUE O DOCUMENTÁRIO FRAQUEJA: DISCURSOS DE PORTA DE SINDICATO E PALANQUES IMPROVISADOS, A LENGUA-LENGA CONHECIDA, COM SOM ININTELIGÍVEL DE MEGAFONES ROUFEINHOS, DISTORCIDOS. PORQUE O QUE IMPORTA NÃO É O DISCURSO PRONTO, ELABORADO, PRESO À CAMISA DE FORÇA DA POLÍTICA PROFISSIONAL, MAS A LEGÍTIMA E MESMO INGÊNUA ATUAÇÃO ESPONTÂNEA, QUE NASCE CRISTALINA DA FONTE DAS NECESSIDADES POPULARES. O QUE FICA NO FILME NÃO É O PANFLETO, O TRIVIAL TERRA-A-TERRA DA POLÍTICA (NECESSÁRIA), O DISCURSO GASTO, ATRITADO, LIMADO MIL VEZES NA PEDRA SEM FIM DA LATA. O QUE FICA É O QUE FOI FORJADO NO FOGO E NA TÊMPERA DA CULTURA DO POVO.

PORISSO, NO CÔMPUTO FINAL, "UMA QUESTÃO DE TERRA" RESPIRA VERDADE, PROJETA-SE PARA O FUTURO NO EMBALO IRRESISTÍVEL DE CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA, NUMA RELAÇÃO INEXORÁVEL DE CAUSA E EFEITO EM QUE AFIRMAÇÕES (TANTAS VEZES REPETIDAS) DE QUE "A LUTA CONTINUA" DEIXAM DE SER JARGÃO E ADQUIREM FOROS DE INARREDÁVEL E DESAFIADOR CHAMAMENTO, E SUPERA ATÉ MESMO AS MODESTAS INTENÇÕES DO AUTOR DO FILME: AS DE OFERECER UMA SÍNTESE DE UM EPISÓDIO REGIONAL, LOCALIZADO, MAS PARTE DE UM PROCESSO MAIOR, DE ILIMITADAS FRONTEIRAS NO DOLOROSO QUADRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA COMO UM TODO. CONSCIENTE, NO ENTANTO, ELE CUMPRIU SEU PAPEL DE CIDADÃO-CINEASTA, SINTONIZADO NA FREQUÊNCIA DAS TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO E NA FUNÇÃO SOCIAL DAS ARTES, E PROVANDO – NÃO POR ACASO – QUE O CANDENTE TEMA DA REFORMA AGRÁRIA TAMBÉM É UMA QUESTÃO DO CINEMA.

Vladimir Carvalho é cineasta/ autor de "O País de São Saruê" e "O Evangelho Segundo Teotônio" entre outros filmes.

Resumen

Una cuestión de tierra, una cuestión de cine

El XXI Festival de Brasília de Cine Brasileiro exhibió la película documental de largo metraje "Una cuestión de tierra" de Manoel de Oliveira. Este documental conquistó en la categoría de 16 mm. los premios de mejor película, mejor dirección, mejor texto y mejor música.

El objetivo principal fue rescatar para la memoria política el trágico episodio del asesinato de la líder campesina Margarida Alves en 1984, en Paraíba.

Abstract

A Question of land, a question of cinema

"A Question of land", a full-length documentary film by Manoel de Oliveira, won the prizes for best film, best director, best screenplay and best music in its category (16 mm) at the XXI Brazilian film Festival in Brasília. The aim of the film is to restore to political memory the tragic episode of the assassination of the peasant leader Margarida Alves in Paraíba state in 1984.

O S 7 G A T I N H O S
UMA INTRODUÇÃO A QUATRO MITOLOGEMAS

FOTOGRAFIAS DE RICARDO JUNQUEIRA
MODELO: NIVALDA ASSUNÇÃO



Convidado a participar de uma mesa-redonda, na faculdade Cândido Mendes (RJ), sobre o teatro de Nelson Rodrigues, o autor percebeu a possibilidade de associar sua grande paixão — a mitologia — com a tragédia rodri-guiana que mais o encanta: *Os Sete Gatinhos*.

A abordagem mítico-psicológica da peça permite a conclusão de que Nelson Ródrigues vai muito além do *homo ludens* que, por vezes, nos engana com seus imprevistos.

Sob um outro ângulo, encontramos no dramaturgo um *homo mytophilus*.

JUNITO DE SOUZA BRANDÃO

Ninguém se “arrepia” com os vocábulos *computador*, *putativo*, *deputado*, *reputação*... mas se assusta com *puta*.

Ora, todas estas palavras remontam ao latim *putare*, que nos deu em português *podar*, pôr em ordem os ramos de uma árvore, para que esta produza mais e melhores frutos. De pôr em ordem os ramos de uma árvore, temos, em sentido lato, de *putare*, *pensar*.

Paulo Mendes Campos colocou magistralmente o problema da *puta* na pág. 11 da *Introdução* à peça supracitada de nosso dramaturgo maior, distinguindo *puta* de *prostituta*. Eis o texto de Paulo Mendes Campos: “Em outras palavras, o mundo quer esquecer a força que o compele à pureza: só as putas (creio usar esta palavra necessariamente nestes dois passos acima, e não como sinônimo de prostituta) são conscientes do valor da virgindade”.

Claríssimo, porque, se em latim *putare* é poder e pensar, *Put* era a deusa romana dos podadores e dos pensadores!

Mas existe, também, em latim *putta* e *putana*, que deram origem ao francês *pute* e *putain* e ao português *puta*. Em latim, todavia, *putta* não tem o sentido que o vocábulo possui em nossa língua. É que *putta* é sinônimo perfeito de *meretrix*, fonte de *meretriz*. Ora, *meretrix* provém do verbo *mereri*, “merecer a sua paga, o seu pagamento por um serviço prestado”.

E que faziam essas putas e meretrizes para merecerem um pagamento? Elas o mereciam porque trabalhavam por uma causa muito nobre: a boa colheita do ano seguinte – como acontecia na Grécia, em que *hierédulos*, a “puta sagrada”, entregava-se aos sacerdotes e aos passantes, em determinados dias ao ano. O dinheiro recolhido era para o templo, e o ato para provocar a fertilização do solo.

Esse “rito sagrado” era largamente praticado e até com mais

intensidade, que na Grécia e Roma, na Babilônia, Egito e Fenícia, nos santuários de Ístar, Ísis e Astarté.

O “rito” chegou também à Judéia, consoante *Gên.* 38, 21 e *Jer.* 3,2, onde, no santuário de Astarté, à meretriz sagrada da Fenícia, meninos arrecadavam dinheiro, que era entregue ao santuário, conforme atestam *Deut.* 23,18; *Os.* 9,1; *Mig.* 1,7. Era o chamado pelos judeus “salário da meretriz”. Tal abuso acabou por penetrar também no culto israelítico. A lei opunha-se energicamente a isso e proibia que o dinheiro fosse aceito pelo Templo de Jerusalém, *Dt.* 23,18 sq. Sob Manassés, décimo segundo rei de Judá, e seu filho Amón (sec. VII a. C.), que favoreciam o culto de Astarté, as *hierodulas* (putas sagradas) penetraram até mesmo no Templo. Josias teve que agir energeticamente e mandou demolir as habitações das *hierodulas*, *2Rs.* 23,7. Mais tarde, até pagãos procuravam as *hierodulas* no Templo, segundo *2Mac.*, 6,4.

Em síntese, uma coisa é “putação”, outra prostituição. Por ventura, as irmãs de Silene “trabalhavam” para si mesmas ou para manterem a virgindade de sua irmã caçula?

Hilda, Aurora, Arlete, Débora eram *putas* (*hierodulas*), não *prostitutas*.

Se *puta* depois tomou outro sentido, a culpa não é de Nelson Rodrigues...

O segundo mitologema, que poderíamos explorar, é o tabu da virgindade. Voltando à *Introdução* de Paulo Mendes Campos, na mesma pág. 11, lemos que Nelson Rodrigues dá à virgindade um valor “que vai tangenciar as fontes selvagens do mito”. No II Ato, pág. 100 (edição da *Editora Nova Fronteira*), a virgindade é definida como uma *película*. Afinal, que é virgindade no mito grego? Virgem em grego se diz *parthénos* (daí *Parthenón*, o templo da deusa

virgem por excelência, Atená), cujo sentido primeiro é de *mulher não casada*, não importa o número de amantes que tenha tido. Assim, Atená, Ártemis, *Selene* (a deusa Lua) foram virgens, apesar dos amantes que tiveram.

Ora, qual o nome da virgem em *Os Sete Gatinhos*? Será por mera coincidência que ela se chama *Silene*? *Selene* (a deusa Lua) é *virgem* e foi a grande amante de Hélios (o deus Sol). Na pág. 101, II Ato, a virgem *Silene* é *atravessada por um raio de luz* (Sol). A Lua (*Selene*) na mitologia é amante do Sol (Hélios) e a Lua, como *Silene*, é virgem.

Tudo mera coincidência? É possível, mas Nelson Rodrigues, apesar de não ser um homem muito culto, possuía excelente intuição.

Por ventura *Astarté*, a grande deusa virgem da mitologia oriental (Fenícia, sobretudo) não foi amante de Adônis, com quem teve uma filha, Bérroe? E *Ístar*, a maior das *hierodulas*, das putas sagradas, não foi a grande virgem assfrio-babilônica?

Silene não seria o tabu da virgindade?

O terceiro ponto que poderíamos apontar nos mitologemas da peça em questão é o tabu do reflexo. Um reflexo tão forte e poderoso como o olhar de Narciso na fonte de Téspias. O texto está no I atopág.6

Seu Noronha – “E, então, o Dr. Barbosa Coutinho mandou que eu olhasse no espelho antigo (...) Pois bem, olhei no grande espelho e vi dois olhos, vejam bem: dois olhos, um que pisca normalmente e outro maior e parado (...) O pior é que só o olho maior chora e o outro não.”

Seu Noronha olhou no espelho e viu dois olhos... Que é, para os antigos, o tabu do reflexo?

A imagem que se reflete na face polida dos espelhos tem uma forte impressão de sobrenaturali-

dade: a duplicação se materializa, uma materialização intangível, mas visível da alma humana. A imagem (*ímago*, *umbra*) é alma disponível e sujeita, portanto, às forças do mal: pode ser aprisionada, mutilada, transportada. Daí os múltiplos tabus do reflexo, havendo até mesmo em certas culturas a proibição de seus membros se deixarem fotografar: o reflexo torna-se disponível e sujeito a ser dominado.

Ora, seu Noronha olhou no espelho e viu(se) dois olhos... A quem estaria ele vendo?

O princípio da resposta está no III ato, pág. 120:

Seu Noronha – “Mas o homem chora por um olho só.”

Hilda – “Você está marcado!” (grifo nosso)

Seu Noronha – “O homem tem uma lágrima só?”

Hilda – Olha que você pode morrer!” (grifo nosso)

Seu noronha viu-se. O olho que chora é ele mesmo. Seu Noronha transgrediu o tabu do reflexo e deve, por isso mesmo, morrer.

A busca se completa no III Ato, pág. 162 – 163:

Arlete – “Deixa eu ver tua lágrima (...) Uma lágrima, uma única lágrima (...) Velho! Você é o demônio que chora por um olho só! Dá o punhal, velho! Esse punhal! Dá!”

Arlete – (...) “O punhal no olhar da lágrima!”

Hilda – “Larguem o meu pai! Assassinas!”

Hilda – “Mata, sim, mata velho safado! Mata e enterra o velho e a lágrima no quintal! Velho safado!”

Seu Noronha quebrou o tabu do reflexo e morreu, como Narciso.

O quarto mitologema sobre o que ainda poderia dar uma palavrinha é o tabu do nome.

A chave do problema está no I Ato, pág. 61:

Seu Noronha – “Gorda, você não entende isso, Gorda! Nós





usamos na terra um nome que não é o nosso, não é o verdadeiro, um nome falso! (...)”

J. H. Frazer, em sua obra monumental, *Le Rameau d'Or*, I, 331, nos ensina: “Os indo-europeus (e não eram apenas eles, acrescentamos nós) acreditavam que o nome era uma parcela da pessoa que o usava e parece mesmo que o haviam identificado com a alma ou com o sopro vital”. Quer dizer: o nome é a essência da coisa. Sua exclusão extingue a coisa, já que entre o sujeito e o objeto se estabelece, através do nome, um elo infrangível. Dessa forma, conhecer o nome de uma pessoa é dispor da pessoa. Não é outra a razão por que o verdadeiro nome das principais cidades antigas, de seus deuses e de suas autoridades poucos o sabiam. Conhecê-lo seria apossar-se das cidades, de seus deuses e de seus governantes.

Nomen numem: o nome é numinoso, como dizia Jung. O nome é sagrado e é tabu.

Maomé ensinava que Alá possui cem nomes, mas só se conhecem noventa e nove; Ísis possuía dez mil, mas só se conhecem nove mil novecentos e noventa e nove. Ikhnatón, o faraó herético, para destruir Amón, mandou raspar-lhe o nome de todos os monumentos egípcios. No *Deuterônimo*, XXIX, 20, Iavé ameaça riscar o nome do que cultuar outros deuses: “E o Senhor apague seu nome de debaixo do céu.”

As prostitutas (e não as putas) gregas e latinas faziam tatuar o nome do amante no calcanhar esquerdo, para prendê-lo ou destruí-lo! No “calcanho” direito era para outros efeitos...

o nosso roceiro, para afastar o poder e a atração do nome, ao localizar, em seu próprio corpo, uma ferida, um “machucado” alheio, jamais se esquece de dizer “lá nele!”

O nome de um morto não se pronuncia: diz-se o finado, o defunto, o falecido.

Se o nome é tão poderoso, tão numinoso e tão necessariamente secreto, todo nome aqui na terra é realmente falso. Seu Noronha tem razão; “nós usamos na terra um nome que não é o nosso”.

Ao término desta síntese acerca de quatro mitologemas de *Os Sete Gatinhos* de nosso dramaturgo maior, gostaria de deixar bem claro que concordo em gênero, número e caso com o luminoso e “numinoso” Paulo Mendes Campos: o teatro de Nelson Rodrigues é a nostalgia da pureza. Um teatro tão ansiosamente puro como o de Montherlant e o de Anouilh. □

Junito Brandão é professor de língua e literatura grega e língua e literatura latina da PUC/RJ e de língua e literatura latina na Universidade do Rio de Janeiro. Possui cerca de duas dezenas de obras publicadas sobre mitologia grega, teatro grego, língua latina e literatura grega. No momento está elaborando um dicionário mítico-etimológico, em três volumes, a ser publicado ainda este ano pela editora Vozes.

Resumen

Los siete gatitos: introducción a cuatro mitologemas

Al participar en una mesa redonda en la facultad Cândido Mendes en Rio de Janeiro, sobre el teatro de Nelson Rodrigues, el autor percibió la posibilidad de asociar su inclinación favorita – la mitología – con la tragedia rodriguiana que más le agrada: los siete gatitos. El abordaje mítico-sicológico de la pieza permite concluir que el dramaturgo va más allá del *homo ludens* para presentársenos como un *homo mytophilus*.

Abstract

Os sete gatinhos” (The seven kittens): an introduction on to four mythologemes

Having been invited to participate in a round table on Nelson Rodrigues’ plays at the Cândido Mendes faculty in Rio de Janeiro, the author realised that this was an opportunity for associating his great passion – mythology – with the Rodrigues tragedy he most admired: *Os Sete Gatinhos*.

A mythical-psychological analysis of the play shows that Rodrigues goes deeper than the *homo ludens* who occasionally takes us unawares.

Another angle reveals a *homo mytophilus* in the playwright.

Conclusões do I Encontro Nacional com Prefeitos Municipais sobre Biblioteca Pública, Escolar e Leitura

Brasília, 21 e 22 de março de 1989.

Os participantes do Encontro Nacional com Prefeitos Municipais reafirmam a necessidade de elevação do nível educativo-cultural de toda a população, base do fortalecimento democrático do País, como fator essencial para o futuro da sociedade.

Consideram que as limitações técnico-financeiras, dentro das quais se desenvolvem a cultura e a educação, não permitirão ao país, a médio prazo, acelerar, como necessário, os processos de mudança e eliminação de desequilíbrios e desigualdades sociais, económicas e culturais:

Reconhecem os importantes esforços governamentais tendentes a oferecer novas possibilidades e abrir espaços de atuação, visando a uma maior participação da população, organizações de base e outros segmentos da sociedade, com o fortalecimento, ao mesmo tempo, da autonomia municipal:

★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★
Em consequência, acordam:

1

Solicitar ao senhor presidente da República que seja feito um chamado à Nação e a todas as forças vivas do país, no sentido de unir esforços e recursos na busca da criação de uma "sociedade leitora";

4

Sugerir a implantação e a consolidação dos sistemas estaduais de bibliotecas e a adoção de normas e critérios modernos e flexíveis que facilitem a implantação e o desenvolvimento progressivo das bibliotecas públicas e escolares em todos os municípios;

7

Fortalecer o trabalho constante entre a escola e a biblioteca pública, sem esquecer os vínculos com as bibliotecas especializadas e as universitárias;

10

Solicitar à UNDIME que continue favorecendo, prioritariamente, as iniciativas dirigidas à elevação do nível educativo e cultural da população e, em particular, o desenvolvimento do programa de bibliotecas públicas, escolares e de leitura;

Pensam que mecanismos em favor do maior desenvolvimento da cultura, como os estabelecidos pela chamada Lei Samey, são uma mostra do potencial de recursos de que dispõe a sociedade brasileira, e que poderão ser orientados para as finalidades maiores e alcançar o campo da cultura e, através dela, a educação:

Reconhecem que os governos das esferas federal, estadual e municipal possuem a base institucional necessária para adiantar uma sólida ação em favor da cultura e da educação, destacando-se nesse contexto a atuação de organismos como o Instituto Nacional do Livro, do Ministério da Cultura, e da Fundação de Assistência ao Estudante, do Ministério da Educação, além das secretarias de cultura e educação do Distrito Federal, dos estados e municípios:

São conscientes da importância do momento político e das grandes transformações pelas quais atravessa o país, no qual se faz urgente a adoção de um Projeto Nacional que beneficie a construção de uma nova sociedade e que tenha como base central de sua atuação a cultura e a educação:

2

Trabalhar pela possibilidade de colocar à disposição da cultura os recursos necessários exigidos pelos desafios a que devem fazer frente na hora atual e em especial, criar os meios e o ambiente institucional adequado para que a Lei Samey possa ter uma vigorosa aplicação:

5

Estudar políticas e mecanismos que facilitem efetivar a renovação constante dos acervos das bibliotecas e, em consequência, procurar estímulos específicos nessa direção, com uma política agressiva do livro;

8

Promover um amplo programa de capacitação e atualização de recursos humanos, que possibilitem a preparação de agentes culturais, que incidam na consolidação dos espaços culturais em cada comunidade:

11

Que as bibliotecas públicas deverão assumir, juntamente com os arquivos e museus, o seu papel de responsáveis pela preservação da produção cultural local.

Recomendam adotar, como elementos estratégicos na condução das políticas educativas e culturais do país, as bibliotecas públicas, escolares e leitura, por considerar que elas são verdadeiros espaços de socialização do conhecimento, espaços vivos de encontro e concentração da comunidade e do estado e fatores decisivos na elevação do nível educativo e cultural da população. Nesse contexto, a luta pelo surgimento de uma sociedade leitora será fundamental no caminho da modernização e do crescimento científico e tecnológico do país:

Reafirmam que, junto às bibliotecas e outros espaços culturais, o fortalecimento dos processos e mecanismos de informação dirigidos às comunidades, como também do conteúdo veiculado pelos meios de comunicação de massas, se faz indispensável, dada a sua influência e penetração em todo o país:

Assinalam que encontros, como o presente, deverão continuar sendo promovidos com regularidade, com a participação do setor privado, organismos não governamentais e outros da sociedade, na procura de facilitar a ação nacional tão prioritária neste momento para o país:

2

Aconselhar uma maior articulação entre os ministérios da Cultura e o da Educação em favor do desenvolvimento das bibliotecas públicas, escolares e das salas de leitura;

F

Procurar o maior envolvimento das comunidades no processo educativo-cultural e, em especial, na utilização e desenvolvimento das bibliotecas:

g

Aproveitar o conjunto de ações aqui sugeridas para formular um projeto nacional que seja desenvolvido no mesmo espírito dos fundamentos que inspiram a UNESCO e as Nações Unidas para o lançamento do Ano Mundial da Alfabetização de Crianças e Adultos:

ORIGINAL ARTICLES

1. The Effect of the New York State Bar Association's Committee on the Administration of Justice on the Practice of Law in New York State
J. H. HARRIS, New York, N. Y.

2. The Effect of the New York State Bar Association's Committee on the Administration of Justice on the Practice of Law in New York State
J. H. HARRIS, New York, N. Y.

3. The Effect of the New York State Bar Association's Committee on the Administration of Justice on the Practice of Law in New York State
J. H. HARRIS, New York, N. Y.

4. The Effect of the New York State Bar Association's Committee on the Administration of Justice on the Practice of Law in New York State
J. H. HARRIS, New York, N. Y.

5. The Effect of the New York State Bar Association's Committee on the Administration of Justice on the Practice of Law in New York State
J. H. HARRIS, New York, N. Y.

6. The Effect of the New York State Bar Association's Committee on the Administration of Justice on the Practice of Law in New York State
J. H. HARRIS, New York, N. Y.

7. The Effect of the New York State Bar Association's Committee on the Administration of Justice on the Practice of Law in New York State
J. H. HARRIS, New York, N. Y.

8. The Effect of the New York State Bar Association's Committee on the Administration of Justice on the Practice of Law in New York State
J. H. HARRIS, New York, N. Y.

9. The Effect of the New York State Bar Association's Committee on the Administration of Justice on the Practice of Law in New York State
J. H. HARRIS, New York, N. Y.

10. The Effect of the New York State Bar Association's Committee on the Administration of Justice on the Practice of Law in New York State
J. H. HARRIS, New York, N. Y.

11. The Effect of the New York State Bar Association's Committee on the Administration of Justice on the Practice of Law in New York State
J. H. HARRIS, New York, N. Y.

12. The Effect of the New York State Bar Association's Committee on the Administration of Justice on the Practice of Law in New York State
J. H. HARRIS, New York, N. Y.

13. The Effect of the New York State Bar Association's Committee on the Administration of Justice on the Practice of Law in New York State
J. H. HARRIS, New York, N. Y.

14. The Effect of the New York State Bar Association's Committee on the Administration of Justice on the Practice of Law in New York State
J. H. HARRIS, New York, N. Y.

JUDAS E PENÉLOPE NA TEORIA E NA PRÁTICA DA TRADUÇÃO

MARK D. RIDD.

No trabalho de tradução, é importante que o tradutor saiba dizer o que o autor quis dizer e não tão-somente o que disse: "Você não deve traduzir o que escrevi, mas aquilo que eu queria escrever", recomendava Ezra Pound a uma tradutora. Assim, propõe-se um novo conceito de fidelidade.

ILUSTRAÇÃO DE MARCELO TERRAZA

E CÉLIA MATSUNAGA

Boa parte do esforço expedido pelo tradutor na sua tarefa de substituir "material textual numa língua (...) por material textual equivalente noutra língua"¹ se relaciona com o problema de discernir o que é "material equivalente"; ou seja, com o problema da fidelidade.

Mas, afinal, o que é ser fiel? Todo tradutor possui uma noção intuitiva do que seja, mas isto é pouco explicitado pelas discussões teóricas sobre a tradução. O leigo tem sérias dificuldades em entender o "porquê" do problema. Para ele, língua e conceituação são fenômenos autônomos e a língua é encarada como um sistema de rotulação para expressão da realidade. Os que detêm experiência prática de mais de uma língua sabem, no entanto, que não se diz as mesmas coisas em línguas diferentes. Cada língua informa e expressa os valores de uma determinada cultura e cada cultura produz dados que lhe são peculiares e necessitam de expressão. Portanto, a fidelidade está intimamente ligada àquela idéia de equivalência mencionada por Catford. A questão é: em que consiste a equivalência?²

Ortega y Gasset vê no trabalho do tradutor uma função de alargar os horizontes dos falantes da língua para a qual se traduz. Diz ele: "Só quando arrancamos o leitor dos seus hábitos lingüísticos e o obrigamos a mover-se nos do autor é que há propriamente tradução".³

Neste caso, a tradução serve para transmitir ao leitor algo da experiência lingüístico-cultural de um texto escrito em língua que ele não domina. A tradução é assim uma ponte que transporta o leitor ao outro lado da barreira lingüística da língua estrangeira.

Muitos, no entanto, alegam o contrário em relação à fidelidade na tradução: ou seja, a tradução não deve parecer uma tradução — ela deve preencher as expectativas de um falante da língua-meta e não levá-lo ao encontro do desconhecido. Jean Maillot, por exemplo, afirma que:

"Globalmente considerando, o problema da tradução consiste essencialmente em elaborar um texto fiel ao conteúdo do original, mas que dê a impressão de ter sido escrito diretamente na língua-meta".⁴

Assim, a tradução serve não para transpor uma barreira, mas para removê-la. É evidente, mesmo assim, que isso só é possível caso o conteúdo seja relativamente desprovido de informação cultural exclusiva da língua fonte.

As duas citações acima deixam clara a posição da teoria da tradução quanto à fidelidade e a dificuldade de se aplicar suas conclusões à prática da atividade (e ao ensino).⁵ A teoria da tradução se divide, quanto ao enfoque, entre aqueles que consideram a tradução do ponto de vista da tradução literária, prioritariamente, e aqueles que a consideram através de análise lingüística. Uma solução abrangente para a questão da fidelidade inexistente. O que vale para um texto técnico-científico dificilmente valerá para um texto literário ou jurídico. O que falta é uma visão integral, tradutológica, da tradução e da questão de fidelidade. A solução abrangente reside, sem dúvida, na tipologia de textos, que exige um conceito flexível de fidelidade. De fato, muitas vezes, a fidelidade impensada se torna traição, como disse Brioussov. Em linhas gerais, pode-se afirmar que quanto menor a informação cultural peculiar à língua-fonte no texto, maiores são as chances de perda e interferência. Isto é, um texto que encerra informação "universal" se presta à tradução que preza a comunicação clara do conteúdo da língua-meta e que se preocupa relativamente pouco com as expressões lingüísticas usadas no original. O texto que contém alto índice de elementos peculiares à cultura da língua-fonte, por outro lado, se dispõe mais a um tratamento que obrigue o leitor a transpor os limites culturais da sua própria língua: um tratamento que zela pela forma lingüística do texto de partida.

A

b

C

D

E

f

G

H

i

J

K

L

M

N

O

P

q

R

S

t

U

V

W

x

Y

Z

O texto técnico-científico exige um tratamento que permite transferir o conteúdo de forma integral para a língua-meta. O tradutor deve, portanto, concentrar-se mais na estrutura profunda do que na superfície. “A escolha (entre várias alternativas) deve ser determinada, em primeiro lugar, pelo fator da inteligibilidade, o que, antes de tudo, significa que uma boa tradução deve ser de leitura fluente e fácil”.⁶ O texto literário, por outro lado, requer a “preservação” (dentro de limites) não somente da estrutura profunda, mas também da estrutura da superfície. Não raro, respeitar os dois níveis se mostra impraticável, e aí o tradutor se vê na obrigação de fazer uma escolha justificável.

Muitas vezes, o texto não se presta a mero “transporte”. Exige esclarecimento em vista da falta de correspondência entre as duas culturas ou sociedades. É o caso, quase sempre, da tradução de textos jurídicos. O tradutor, além de conhecer os dois sistemas jurídicos entre os quais traduz, tem de saber quando não há equivalência e como levar o seu leitor a um entendimento razoável do outro sistema. Isso requer uma sensibilidade e uma responsabilidade muito apuradas. Semelhantemente, o discurso político e a correspondência oficial operam de formas variadas em cada língua e cultura. Cabe ao tradutor interpretar para seu leitorado. Um exemplo de tradução de correspondência oficial que exige adaptações baseadas em conhecimento de padrões diversos é a abertura e fecho de cartas oficiais ou comerciais. Tanto a disposição gráfica como o modo do autor se dirigir ao receptor da carta variam de uma língua para outra. É o caso da abertura portuguesa tipo “Venho por meio desta expor a Vossa Senhoria...” que, em inglês, exige outro registro: “I am writing to tell you...”. “Não se traduz afinal, de uma língua para outra, e sim de uma cultura para outra...”.⁷

Na maioria das vezes, é possível ensinar os processos de adap-

tação e informação de que o tradutor terá de lançar mão nas traduções do tipo apontado. Portanto, é possível imbuir alunos de tradução da ciência de determinados elementos que contribuem para a fidelidade textual. Impossível, a meu ver, é achar fórmulas que sirvam de panacéia para o problema fulcral da tradução.⁸

Vejamos um exemplo fornecido por Romam Jakobson:

*“se fosse preciso traduzir para o português a fórmula tradicional ‘Traduttore, traditore’ por ‘O tradutor é um traidor’, privaríamos o epigrama rimado italiano de um pouco de seu valor paranomástico. Donde uma atitude cognitiva que nos obrigaria a mudar esse aforismo para uma proposição mais explícita e a responder às perguntas: tradutor de que mensagens? traidor de que valores?”*⁹

No exemplo citado, o problema é que não de ser conservados os dois níveis do texto – a estrutura profunda e a estrutura de superfície. A fidelidade ao primeiro nível é relativamente simples e mecânica; ao segundo é algo que exige um certo dom no uso da linguagem por parte do tradutor. Como afirma Geir Campos:

“...em alguns casos a tradução tem muito de arte, ligada à inspiração (...) mas até mesmo nesses casos tem muito de técnica, mais afeita ao trabalho aplicado. E as técnicas podem ser aprendidas e ensinadas, tanto a máquinas quanto a seres humanos”.¹⁰

Vejamos um exemplo banal que ilustra exemplarmente a necessidade do tradutor possuir um conhecimento profundo das culturas das línguas com que trabalha. Um aluno me perguntou, certa vez, como eu traduziria a expressão “pernas grossas” para o inglês. Obviamente, importava saber o contexto da frase. Caso ela fosse puramente denotativa, poder-se-ia traduzi-la por “thick set legs” ou “stock legs”. Senão, a frase exprimiria um julgamento estético. No Brasil, com referência a pernas femininas, esta frase tem uma conotação de aprovação estética. O mesmo não ocorre em

culturas de língua inglesa onde o ideal é “slim legs”. Então, qual caminho seguir? Deve-se traduzir “pernas grossas” por “slim legs” ou deve-se tentar informar ao leitor que “pernas grossas” em português pode constituir um elogio? A resposta dependerá da estratégia de tradução escolhida.

Estratégia, aliás, é um conceito fundamental e pouco considerado da prática de tradução. É vital que o tradutor saiba, de antemão, a quem se destina a tradução, para que fim ela servirá, e que ele decida se pretende informar ao leitor sobre problemas de disparidade lingüístico-cultural, se há de entrar um elemento diacrônico. O estabelecimento de estratégias ajuda o tradutor a justificar, até para si mesmo, as escolhas que faz.

Voltemos às “pernas grossas”. Caso o texto faça parte de um relatório policial, a estratégia deve ser a de resgatar a estrutura profunda da frase pelo respeito ao seu sentido denotativo. Caso contrário, a estratégia mais razoável é aquela que tenciona resgatar o sentido conotativo. Neste caso, interessa determinar uma segunda estratégia relativa à questão da transparência da tradução. Erwin Theodor acredita que existem três estratégias possíveis na tradução: ou o tradutor (1) “adapta vocabulário e sintaxe, isto é, o próprio

mento consciente da obra primitiva”.¹¹

Esta visão da fidelidade na tradução é demasiadamente simplista por duas razões. Primeiro, não leva em conta o fato de que a primeira estratégia (a da anulação da pessoa do tradutor) é fisicamente impossível. A teoria da recepção já provou, de forma contundente, a impossibilidade de o leitor (e, portanto, o tradutor) se desvincular do seu próprio estilo e contexto e de sua maneira de interpretar (ou ler) o texto de partida quando traduz.¹² Segundo, não leva em conta a necessidade de se considerar o tipo do texto original. Consequentemente, Theodor é levado a afirmar, num mesmo estudo, que “o melhor comprovante de uma versão bem sucedida” é que pode “ser lida como se tratasse de texto original” e, em seguida, que um determinado tradutor demonstrou “ter noção exata do valor mais elevado da versão, no sentido de o texto original contaminar o texto de chegada, assim contribuindo para um enriquecimento da língua para a qual se traduz”.¹³

Refletimos agora sobre razões que impedem o tradutor de se anular no ato tradutório e as que recomendam uma tipologia de textos.

Estudos lingüísticos negam a utilidade empírica de se realizar

“Não se traduz, afinal, de uma língua para outra, e sim de uma cultura para outra...”

estilo (...) às condições prevalentes no outro país de comunidade comparável” – neste caso a tradução “é como vidraça transparente” onde não se observa “o menor reflexo através da vidraça...”; ou (2) “força o espírito do idioma para o qual traduz, violenta as suas regras para dar uma idéia das condições originais da obra”; ou (3) realiza um “afasta-

uma tipologia de textos. Para o tradutor, porém, mesmo que não haja fundamento lingüístico, é necessário empreender tal tipologia. Não há dúvida de que é possível graduar a influência que seu modo particular de expressão exerce sobre o texto final numa tradução. Todos sabemos reconhecer a diferença estilística entre um texto de romance, jurídico, médico ou

jornalístico. Com alguns textos, é importante que o tradutor imprima seu estilo particular; com outros ele tem de exercer um controle, se policiар.

As teorias lingüísticas que descendem de Humboldt sugerem que a anulação completa do tradutor (que não defendemos aqui) seja impraticável. Ullmann, por exemplo, diz que:

"Todo sistema lingüístico contém uma análise do mundo exterior, que lhe é peculiar e que difere da de outras línguas..."

"é que a língua lega à sua comunidade de falantes "um prisma através do qual ela terá de ver o mundo não-lingüístico".¹⁴

Benjamin Lee Whorf talvez seja o investigador mais perspicaz do relacionamento entre o ponto de vista do indivíduo e a estrutura da língua pela qual se expressa. No ensaio "Language, mind, and reality", ele explica:

"...the forms of a person's thoughts are controlled by inexorable laws of pattern of which he is unconscious. (...) And every language is a vast pattern-system, different from others, in which are culturally ordained the forms and categories by which the personality not only communicates, but also analyzes nature, notices or neglects types of relationship and phenomena, channels his reasoning, and builds the house of his consciousness".¹⁵

Às vezes, esquecemos da relevância do tráfego cultural entre as diversas línguas.

As idéias de Whorf (o determinismo lingüístico que considera o pensamento humano determinado pela linguagem – uma teoria duramente criticada por muitos¹⁶ – e o relativismo lingüístico que argumenta que os falantes de línguas diferentes possuem diferentes visões de mundo) são fundamentais para a tradução e seu ensino.

O fato de nossos cursos de tra-

dução tratarem da tradução entre línguas semelhantes (Português, Francês, Inglês, Alemão, Espanhol) oculta as reais dificuldades da atividade e o quanto as línguas, inclusive as que mencionei, apresentam e refletem mundos diferentes. Às vezes, esquecemos da relevância do tráfego cultural entre as diversas línguas. No caso da tradução entre português e inglês, a operação de traduzir para o inglês é sensivelmente mais difícil do que a operação inversa. Por que? Porque o tráfego entre as duas línguas ocorre quase que em sentido único. O mundo de língua inglesa é bastante conhecido para falantes de português. O inverso não é verdade. A tradução para o inglês, neste caso, implica maior grau de intermediação por parte do tradutor.

Mas tomemos um exemplo de tradução entre línguas bem diferenciadas. O próprio Whorf cita muitos exemplos de línguas indígenas norte-americanas.¹⁷ Cita, também, um exemplo interessante da língua japonesa. Em japonês, existem dois tipos de sujeito: o sujeito propriamente dito e o "tópico", sendo o segundo de maior importância que o primeiro. (São análogos ao nosso objeto direto e objeto indireto). Assim, para dizer "O Japão é montanhoso", um japonês diz literalmente "Japão (sj.1) montanha (sj.2) ser muitas". Para dizer "João tem pernas com-

pridas", ele diz "João(1) perna(2) ser compridas". Whorf comenta que esta estrutura é muito mais precisa e concisa do que as usadas no inglês ou no português, por exemplo.¹⁸

De que forma estas idéias de determinismo e relativismo lingüísticos nos ajudam na questão da fidelidade na tradução? Levadas à sua conclusão lógica, implicam a virtual impossibilidade de

se traduzir (principalmente entre línguas muito distantes). Mas o próprio Whorf não considerava que a tradução fosse impraticável, somente que enfrentava sérios obstáculos. Se analisarmos determinada língua, veremos que ela varia no tempo e no espaço e até em nível de dialeto. Portanto, as teorias de Whorf se casam perfeitamente com os princípios da teoria da recepção que afirma que toda leitura implica uma interpretação peculiar de um texto e rejeita a noção da estabilidade deste mesmo texto.¹⁹ Levada às últimas consequências, esta idéia também resultaria na impossibilidade de se traduzir.

É mister, no entanto, principalmente para fins de ensino de tradução, estabelecer limites. Para cada texto, existe um número finito de leituras corretas.²⁰ Semelhantemente, na tradução, existe um número finito de soluções para cada texto. O que a teoria da recepção traz ao ensino da tradução é uma consciência de que existem várias maneiras de se traduzir qualquer texto, sendo que cada uma possui uma justificativa. Esta teoria enriquece sensivelmente a matéria, pois atenta para a complexidade do ato tradutório, sobretudo no seu aspecto diacrônico. É importante que o tradutor se conscientize do grau de influência exercido pelo seu meio lingüístico, cultural, histórico e político.

Como conclusão, gostaria de introduzir um outro conceito de fidelidade. As teorias estruturalistas (e, até certo ponto, a teoria da recepção) consideram que é impossível alcançarmos a intenção do autor. No entanto, é importante que se tente fazer exatamente isto na tradução, principalmente quando se trata de traduções de textos cuja expressão é insatisfatória ou contém um grau de ambigüidade ou indeterminação. É importante, muitas vezes, que o tradutor saiba dizer o que o autor quis dizer e não tão somente o que disse.²¹ Na tradução oral, nada há de mais natural e daí o perigo e a tensão que convivem na atividade.

Tomemos um exemplo prático que bem ilustra a necessidade deste novo conceito de fidelidade. Um texto de jornal, meramente informativo, nos apresenta uma situação que exige uma noção de fidelidade que ultrapassa a literalidade. Eis o texto:

"A ferrovia Norte-Sul começou a operar ontem às 16h. Como primeira carga, os 17 vagões levam de Imperatriz (sudeste do Maranhão) ao porto Itaqui, em São Luís, 1.500 toneladas de milho adquiridas pela Associação Maranhense de Avicultura. A chegada da carga está prevista para hoje às 6h. Os maranhenses querem fazer uma festa para saudar a viagem que inaugurou o primeiro trecho da Norte-Sul, de 107 Km, entre as cidades de Imperatriz e Açailândia e que custou ao governo US\$ 150 milhões".²²

Quais os problemas que surgem numa primeira abordagem? O texto é simples e informativo e a tradução há de espelhar traços. A estratégia deve ser a de transmitir todos os itens ("bits") de informações da maneira mais clara e direta possível. O problema maior aqui é que o texto de partida não é inteiramente eficiente, dado o seu tipo. A partir do segundo período, nossa atenção é desviada do principal (a viagem inaugural na ferrovia) para o secundário (a carga de milho). Isso não era o intuito do texto, obviamente, já que ele se intitula "Norte-Sul é inaugurada no Maranhão".

Vejamos uma tradução para o inglês:

"Brazil's North-South railway began operating at 4 p.m. yesterday. The first train, consisting of 17 goods wagons, is to carry 1,500 tons of maize purchased by the Maranhão Bird Breeders Association from the state capital, São Luís. The train is due to arrive at 6 a.m. today. Local people are planning to celebrate the maiden run along the first 107 km stretch of the railway that links Imperatriz to the town of Açailândia and has cost the government US\$ 150 millions to build."

Uma característica salta aos olhos na tradução: ela intermedia entre o texto fonte (que pressupõe serem de conhecimento geral dos leitores elementos como "Norte-Sul" e "São Luis") e o leitorado em língua inglesa, acrescentando informações que permitem decifrar a cultura no texto estranha ao conhecimento destes leitores. A tradução também inverte os pesos das informações, tornando o secundário em termos de informações secundário também na estrutura sintática, no segundo e terceiro períodos.

Este caso demonstra que "literalidade não é fidelidade, somente incongruidade", como disse Tchernychevski. A tipologia do texto determina a estratégia de tradução e permite a identificação de falhas ou impropriedades no texto fonte. A partir daí – no caso de textos exclusivamente informativos – cabe ao tradutor assimilar a mensagem e reformulá-la na língua meta, seja qual for sua formulação lingüística na língua fonte, como nos ensina Daniel Gile.²³ A função do texto, portanto, deve falar mais alto que as palavras que o compõem. A este respeito, Ezra Pound recomendava uma atitude semelhante à sua tradutora para língua alemã: "Você não deve traduzir o que escrevi, mas aquilo que eu queria escrever".

Esta sugestão é perigosa mas ela faz parte do dever do tradutor. Devemos lembrar que, em geral, o leitor da tradução não tem acesso ao texto original; ele há de imputar quaisquer erros ou impropriedades à imperícia do tradutor. Isto reforça a posição do Trédiakovski, segundo a qual "o tradutor e o autor diferem apenas no nome". Para o leitor, sem acesso ao texto de partida, é impossível distingui-los.

A fidelidade, portanto, exige habilidade lingüística, ampla formação cultural, sensibilidade na leitura, consciência do contexto e fim da tradução, estratégias apropriadas e definidas, responsabilidade e coragem para dizer e escrever aquilo que deveria ter sido, mas às vezes não foi, es-

crito ou dito. Ser Judas ou Penélope na terra da tradução é uma questão da sutileza e flexibilidade dos conceitos de fidelidade e traição. O Judas que trai na aparência talvez seja fiel no fundo da alma; a fidelidade superficial de Penélope, às vezes, encobre uma profunda traição. Para o tradutor, traduzir é avançar na corda-bamba sobre o abismo: "larga é a porta e espaçoso o caminho que conduz para a traição, e são muitos os que entram por ela... estreita é a porta e apertado o caminho que conduz à fidelidade, e são poucos os que acertam com ela" □

Mark Ridd é professor de tradução do Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução da Universidade de Brasília; defendeu tese de doutorado no King's College de Londres sobre Guimarães Rosa.

Notas

1. CATFORD, J. C. *Uma teoria Lingüística da Tradução: Um Ensaio de Lingüística Aplicada*. São Paulo, Cultrix/Campinas, PUC, 1980. pág. 22.
2. DANIEL Gile nega sua existência: "En général, il n'existe pas d'équivalences linguistiques. Les champs sémantiques et les polysémies ne sont pas les mêmes dans toutes les langues". GILE, d., *Fidélité et liberté dans la traduction: une approche pédagogique*. Babel, Vol. XXVIII (1982), nº 1, pág. 36.
3. Citado em CAMPOS, Geir. *O Que É Tradução*, São Paulo, Brasiliense, 1986. (Coleção Primeiros Passos, v. 166) pág. 15.
4. MAILLOT, Jean In: *A Tradução Científica e Técnica*. Trad. Paulo Rónai) São Paulo, McGraw-Hill, 1975.
5. VILEN, Komissarov comenta esta peculiaridade da teoria da tradução: "As recomendações teóricas são sempre de cunho mais ou menos geral. (...) A aplicação da teoria a situações práticas particulares requer considerável talento e engenhosidade". KOMISSAROV, V. *The Practical Value of Translation Theory*, Babel. Vol. XXXI – (1985), nº 4. pág. 209.

6. HENDRICKX, Paul V. *Should we teach translation?* Babel, Vol. XXI – (1975), nº 3, pág. 105.
7. CAMPOS, Geir. Op. cit. pág. 27.
8. Esta idéia é bem desenvolvida por Lev Ozerov com relação à tradução literária. OZEROV, L. *Are Translators Born?* Babel, vol. XXV – (1979), nº 1, pág. 11-12.
9. JAKOBSON, Roman. "Aspectos Lingüísticos da Tradução". In: *Lingüística e Comunicação*. São Paulo, Cultrix, s. d. pág. 72.
10. Op. cit., pág. 25.
11. THEODOR, Erwin. *Tradução: Ofício e Arte*. 2 ed. rev. São Paulo, Cultrix, 1983. pág. 96.
12. Veja, a este respeito, ARROJO, Rosemary. *Oficina de Tradução*. São Paulo, Ática, 1986. (Série Princípios v. 74)
13. Op. cit., pág. 102 & 114.
14. ULLMANN, S., citado em MOUNIN, Georges. *Os problemas Teóricos da Tradução*. São Paulo, Cultrix, 1975. pág. 50.
15. WHORF, Benjamin Lee. "Language, Mind, and Reality" In: *Language, Thought, and Reality*. Cambridge, The M. I. T. Press, 1979, pág. 252. ("...leis inexoráveis de organização, das quais o indivíduo não tem consciência, regem as formas dos seus pensamentos. (...) E cada língua é um enorme sistema organizacional, distinto dos demais, em que se ordenam culturalmente as formas e categorias pelas quais a personalidade não tão-somente comunica, mas analisa a natureza, percebe ou ignora espécies de relacionamento e fenômenos, canaliza seu raciocínio e constrói a casa de sua consciência.").
16. Vide MAGALHÃES, Maria Izabel S. "Tradução e Relatividade Lingüística" – In: MATTOS, Delton de (ed.) *Estudos de Tradutologia*, 1. Brasília, Kontakt, 1981, pág. 83-85.
17. Vide – Op. cit.
18. Cf. WHORF. Op. cit., pág. 264-265.
19. Vide FISH, Stanley. *Is there a text in this class?* Cambridge, Harvard University Press, 1980.

20. Delimitado, segundo Hans Robert Jauss, por um "horizonte de expectativas" que seria "um sistema intersubjetivo ou estrutura de expectativas, um 'sistema de referências' ou um conjunto mental que um indivíduo hipotético poderia trazer a qualquer texto". Vide HOLUB, R. C. *Reception Theory: A Critical Introduction*. London, Methuen, 1984, e JAUSS, H. R. *Literaturgeschichte als Kommunikation*. Frankfurt, Suhrkamp, 1970.
21. A teoria da tradução, *grosso modo*, parece incorrer neste erro de ignorar o vazio existente entre a intenção do autor e sua capacidade de expressá-la. Sendo "competence" (competência) e "performance" (desempenho) conceitos tão consolidados na lingüística, é de se estranhar o desprezo deste aspecto no campo da tradução. O predomínio de teorias que se relaciona com a tradução literária ou com o cotejo de estruturas lingüísticas e sua equivalência talvez explique esta situação, pelo menos em parte.
22. FOLHA DE SÃO PAULO, 05.03.89, pág. 9.
23. Op. cit. pág. 36.

Resumen

Judas y penélope en la teoría y en la práctica de la traducción

En una traducción es importante que el traductor sepa expresar lo que el autor quiere decir y no lo que dice. "No debes traducir lo que escribí, sino eso que yo quería escribir" le recomendaba Ezra Pound a una traductora. Estamos frente a un nuevo concepto de fidelidad.

Abstract

Judas and penelope in the theory and practice of translation

In Translating, it is important that the translator should be able to say what the author intended to say and not just what he did say. "You must not translate what I actually wrote, but what I meant to write," Ezra Pound recommended a translator of his work. Thus, what is put forward here is a new concept of fidelity.



WARAT, Luis Alberto. Cinzas e Purpúras: ecologia, direitos humanos e democracia na virada do milênio. Editora acadêmica. S. Paulo. 1989.

Warat, autor de uma vasta produção escrita, acaba de lançar um novo livro, desafiante e fortemente provocativo, para uma reflexão enriquecedora do saber instituído pela cultura deste final de milênio. Desta vez, o tema dominante é o futuro do homem e de sua sociedade. Procurando desenvolver uma apreciação crítica do "mal estar" civilizatório gerado pela chamada cultura da pós-modernidade, o autor vai além de um balanço apocalíptico para mostrar as alternativas de transformação que permitem garantir as condições de realização da autonomia individual e coletiva.

A preocupação central, embora negada no texto, passa pela busca de caminhos para uma prática jurídica convertida em usos transformadores do direito. Para tanto, recusa o "senso comum teórico" dos juristas (categoria que ele mesmo propôs e elaborou em trabalhos anteriores) legalista e cientificista, propondo sua substituição por uma forma de racionalidade aberta aos sentimentos e aos compromissos com a vida, que designa "razão ardente". O texto é uma prolongada "diatribe" contra um pensamento jurídico comprometido com a "pulsação de morte" e suas formas de agressividade auto-destrutivas, um pensamento jurídico sustentado em utopias perfeitas e que, por apresentar esta característica, resulta ineficaz para empreender uma crítica transformadora do social. Por esse motivo, Warat sugere o estilhaçamento dessas formas de utopias e suas substituições por outras que possam acolher as incertezas do inusitado. Principalmente denuncia certos efeitos negativos de uma concepção de "Estado de Direito" que, na perfeição de suas esperanças, não consegue concretizar as possibilidades de uma autêntica "sociedade de direito".

A procura dos usos transformadores do direito é centrada nu-

ma nova concepção de direitos humanos, vistos como uma dimensão simbólica de um direito que por sua vez deve ser enxergado como uma dimensão simbólica da democracia. Uma idéia de democratizar que não pode ser ancorada nas velhas apresentações do modelo jurídico, e sim numa concepção que a redefina enfatizando-a como dimensão simbólica da política.

Assim, destaca-se, nitidamente, nesta nova obra waratiana, o papel dos direitos humanos como uma prática política que articula os antagonismos do real para adotá-los de um mecanismo simbólico que mobiliza as lutas pela transformação da sociedade. Neste sentido, os direitos humanos ocupam seu lugar (privilegiado) na procura de uma forma social democrática. Warat alerta, também, que a democracia não poderá prescindir simbolicamente do direito como uma de suas práticas políticas realizativas.

Ora, o que parece destacar-se como mais significativo na proposta waratiana radica em sua tentativa de operar uma releitura dos direitos humanos a partir de uma ética de preservação da existência que funcione simultaneamente como uma forma terapêutica de preservação da interioridade psicológica do homem. Assim, ele vai repensando os direitos humanos além de sua concepção jurisdicista (que os mostrava como uma declaração e defesa legal de princípios) e redefinindo seus sentidos desde a dimensão ética da psicanálise. Um desafio extremamente inquietante não só para os juristas de ofício como também para muitos militantes dos direitos humanos que caem na armadilha – segundo Warat – de limitar suas práticas a uma luta pela consagração, na lei, de uma reivindicação individual ou social negada.

O livro que comento aparece pois como um convite para a abertura dos horizontes políticos dos direitos humanos através de sua provocativa afirmação de que estes passam fundamentalmente pelo desejo. Partindo deste deslocamento psicanalítico, Warat

pretende mostrá-los, também, como uma forma de defesa das questões ecológicas que vão ganhando fôlego no final do século XX. Vê-se, então, que sugere em Warat uma interessante incursão na ecologia política, onde também introduz um viés psicanalítico amplamente ignorado nas teorizações deste novo lugar do saber.

Apoiando-se inovadoramente na psicanálise, o pensamento waratiano exalta a importância de um tratamento político das questões ecológicas que não menosprezem a importância das instâncias simbólicas do desejo como fator relevante na formação de uma nova sociedade, de uma sociedade ecologicamente em harmonia.

O mestre argentino encontra-se atualmente na UnB elaborando sua tese de pós-doutoramento, onde objetiva aprofundar a importância do símbolo para os "direitos humanos de terceira geração" e compreender o funcionamento "transmoderno" do direito e da democracia. Não tenho dúvidas de que em "Cinzas e Purpúras" encontraremos as sementes de seu trabalho atual de pós-doutoramento.

Anteriormente, o autor lançou seu livro o "Manifesto do Surrealismo Jurídico", onde o leitor poderá encontrar a gênese de todas as suas atuais reflexões, feitas a partir do alibi de considerar as possibilidades de uma proposta pós-moderna do surrealismo como metodologia de trabalho na sala de um curso de direito.

O trabalho de Warat (autor com mais de vinte livros publicados) é amplamente conhecido no Brasil, repercutindo a mais de quinze anos nas escolas de direito como ponto de referência fundamental para quem pretenda compreender algum estudo crítico acerca do direito.

Pode-se dizer mesmo que Warat foi um dos primeiros autores a incursionar na direção crítica do direito em nosso país. Criou e ministrou algumas disciplinas (como lingüística e teoria da argumentação jurídica) que hoje têm lugar cativo em vários currículos das escolas de direito.

Inquietante portador do novo, com o pensamento sempre renovado e aberto que convida a pensar criticamente a partir de lugares inesperados, Warat é leitura obrigatória para todos aqueles que desejam trilhar os inseguros caminhos de uma razão que se pretende sempre provisória e sem respostas determinadas. Assim o livro que comento ultrapassa amplamente as inquietações dos juristas, convertendo-se em um atraente material para os pesquisadores das diversas áreas das "ciências" sociais. Independentemente de sua filiação jurídica, Warat, no texto, fica simplesmente como um escritor de seu tempo.

ALAYDE AVELAR FREIRE SANT'ANNA
é do Núcleo de Estudos para Paz e Direitos Humanos.

LE VEN, Michel Marie. "Trabalho e Democracia: a Experiência dos Metalúrgicos Mineiros (1978-1984)", tese de doutorado em Ciência Política, USP, 1988.

Dentre as tendências recentes de pesquisas e estudos sobre processo de trabalho e lutas e reivindicações dos trabalhadores, a tese de doutorado de Michel Marie Le Ven constitui um marco importante dessa perspectiva.

Privilegiando uma análise que compreende o trabalhador como sujeito de sua história, com vontade e representação próprias, o autor procura apreender a experiência operária dos metalúrgicos da Cia. Belgo Mineira em João Monlevade, MG, e a dos metalúrgicos da Fiat-Automóveis situada em Betim, na sua luta para se afirmarem social e politicamente no período da "Abertura Política" e da "crise econômica" (1978-1984).

O mérito da tese de Michel Le Ven deve ser saudado como uma referência importante não apenas para os que se debruçam sobre as questões das relações de trabalho e das lutas sindicais, mas também por aqueles que nas ciências sociais, hoje, rompem com os paradigmas teórico-metodológicos que

concebem a classe como um todo homogêneo, analisando a diversidade interna dos trabalhadores como um obstáculo ao reconhecimento de uma classe real e como falta de uma consciência de classe adequada.

É justamente a diversidade da experiência vivida pelos metalúrgicos de João Monlevade e de Betim, em três dimensões do cotidiano fabril, no movimento operário e sindical e na prática política, que constitui a análise de Michel Le Ven.

Em cada um desses momentos, os trabalhadores são vistos como atores integrais, fazendo-se sujeitos através de suas práticas, da multiplicidade de suas experiências, dessa forma construindo sua autonomia. A autonomia é entendida como construção da cidadania, como capacidade de transformação do trabalho e seu conteúdo, para repor o indivíduo no centro do projeto social, a fim de mudar o trabalho e a cidade.

A tese é dividida em três partes: a primeira apresenta a experiência fabril e o movimento sindical no período de 1978-1980, considerado pelo autor como momento de construção da autonomia operária; a segunda analisa o período de 1981-1984, de crise econômica, mas também da abertura política; e a terceira parte mostra a experiência operária na sua relação com o político, os partidos e o poder no período 78-84. Torna-se, assim, um convite ao conhecimento de um período, da história dos trabalhadores em Minas Gerais, marcado pela escassez de estudos a esse respeito.

Mas, mais ainda, é um convite, aliás prazeroso, pela qualidade do texto e pela riqueza do material levantado — confirmando a experiência do autor — pois a tese é fruto de um vasto trabalho de investigação realizado durante os últimos anos. E o resultado é um excelente panorama das diversas experiências dos trabalhadores mineiros, “no seu fazer de trabalhador e cidadão, na sua vida cotidiana de trabalho, na sua relação de classe e no seu projeto social e político”.

A tecnologia e a organização do trabalho são entendidos como elementos técnicos e políticos, sendo o processo de trabalho o coração do processo capitalista de produção, espaço das estratégias políticas de empresários e de trabalhadores. Sob essa ótica, amplia-se a noção de política, entendida aqui como estratégias e resistências no cotidiano de vida e de trabalho e não reduzida somente ao poder e à ocupação dos espaços institucionais.

As práticas coletivas são analisadas como relações sociais que se expressam de formas múltiplas no cotidiano, na política partidária e nos movimentos populares e sindicais.

Interessante ressaltar que, a partir desses dois estudos de caso, o autor faz uma profunda reflexão sobre a relação entre sociedade industrial e democracia, mostrando que a construção da cidadania política passa também pela democratização das relações de trabalho.

Michel Marie Le Ven ultrapassa os limites do trabalho acadêmico; vai além. Com sua aguda percepção e experiência de estudos da realidade do trabalho em Minas Gerais, incorpora elementos importantes à pesquisa e arrisca interpretações.

O resultado é uma tese ousada, apaixonada, que pulsa em cada página e que quer interferir no seu tempo.

MAGDA DE ALMEIDA NEVES, Professora Dep. de Ciência Política/UFMG
Doutorando em Sociologia/USP.

PELIANO, José Carlos; CARVALHO, Ruy de Quadros; SOUSA, Nair Heloisa Bicalho de; CASSIOLATO, Martha M.; SCHMITZ, Hubert; GITAHY, Leda; NEDER, Ricardo Toledo — Automação e Trabalho na Indústria Automobilística, (Projeto IPLAN/IPEA, OIT/PNUD) Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1987 (293 páginas).

O livro apresenta dois estudos de caso de montadoras de veículos no Brasil que introduziram au-

tomação microeletrônica nos processos de trabalho no início da década de 80. Dois são os principais aspectos discutidos: 1 — o contexto de introdução da nova tecnologia, tanto no âmbito nacional quanto de competição internacional da indústria e das empresas; 2 — as mudanças ocorridas no processo de trabalho e na relação entre capital e trabalho, a nível das fábricas e do sindicato, e as mudanças em curso que são devidas à introdução de tecnologia com base microeletrônica.

Um “Resumo” introduz os estudos de caso comparando as estratégias de automação das duas empresas. Estas variaram. Uma empresa privilegiou a informatização da fábrica, enquanto os esforços na outra empresa voltaram-se para a automação da produção de um dos processos essenciais na fabricação de automóveis, a montagem da carroceria. Comum às duas estratégias é a política de “...gastar com moderação na escolha do pacote tecnológico e poupar na localização e distribuição da mão-de-obra na linha de montagem” (pág. 26). Os autores chamam a atenção para a tendência à diminuição do nível de emprego e ao aumento relativo do contingente de trabalhadores qualificados.

O trabalho de pesquisa discutido no livro é extensivo e o conteúdo empírico é excelente. Como poder-se-ia esperar em trabalho de tal monta, a exposição dos resultados não deixa de apresentar defeitos. Um deles se refere a como os resultados empíricos são analisados. Cada estudo de caso é apresentado separadamente, em forma de relatório de pesquisa, obedecendo a uma mesma estrutura. Isto traz várias repetições de conteúdo e perde-se a vantagem da comparação mais aprofundada das estratégias das empresas.

Em decorrência da não integração dos estudos de caso, um outro defeito do trabalho refere-se ao conteúdo analítico. As questões investigadas são muitas e a articulação entre elas é pequena. Há muita ênfase no exame da tecnologia em si mesma. Por um la-

do, esta ênfase traz valiosa contribuição ao conhecimento de cientistas sociais e economistas sobre a tecnologia microeletrônica enquanto maquinaria e sobre como esta se instala e existe no Brasil. Por outro lado, este enfoque privilegiado sobre a tecnologia encobriu a articulação entre as estratégias de decisão das empresas (matrizes e filiais) sobre os processos de produção e a especificidade da relação das filiais brasileiras com os mercados internacionais.

A preocupação dos pesquisadores em não identificar as empresas acentua a dificuldade de se estabelecer comparações entre as estratégias das matrizes com relação às filiais no Brasil. Com isto, deixa-se de lado importante elemento analítico para a compreensão sobre as implicações sociais da automação na indústria brasileira, que é objetivo primeiro do livro. Isto é tão mais importante quando se constata que a vinculação da produção brasileira de veículos com os mercados internacionais tem estimulado grandemente a modernização das unidades produtivas.

Ainda, a ocultação da identidade das empresas não é feita com sucesso. Volume de produção, nível de emprego, anos de lançamento de produtos, sistemas de gerenciamento de mão-de-obra, estratégias em relação ao sindicato e até a localização das empresas no ABC paulista, provêem o leitor de indicações suficientes para desvendar os códigos de “Empresa A” e “Empresa B”. Muitas vezes o compromisso de acesso aos dados traz a contrapartida da não identificação. Mas neste livro não parece haver informações confidenciais. Se estas existiram no momento de coleta de dados, conviria refletir se o uso de informação cuja origem não se pode revelar compensa satisfatoriamente o que é perdido como ocultamento da fonte. É possível que no caso deste trabalho tal procedimento tenha sido compensador.

As análises mais amplas e consistentes do livro encontram-se no “Resumo” e no Capítulo III

da Parte II, que trata das mudanças nos processos produtivos (em termos de tecnologia, emprego e produção) e na gestão da força de trabalho. Não há coincidência no fato de nestas partes a ênfase maior estar na análise das empresas comparativamente entre si e em relação ao setor automobilístico como um todo. É também nestas duas partes do livro que se articulam dois argumentos importantes. Um se refere à afirmação de que a automação na indústria brasileira está reforçando as formas fordistas de produção. O outro situa os casos pesquisados no Brasil como típicos de uma fase de transição.

Apesar de os autores não apresentarem nenhuma definição de fordismo, o fortalecimento deste é atribuído à constatação de maior intensificação do trabalho nos processos automatizados. Recentemente, a literatura acadêmica, particularmente européia e americana, que discute a relação entre fordismo e flexibilidade, tem, crescentemente, enfatizado a especificidade das novas formas de produção. A polivalência requerida dos operadores, as formas de supervisão e controle repousando mais e mais sobre o próprio operador são características suficientes para diferenciar as novas formas de gerenciamento da produção das características básicas do fordismo. Nos casos estudados neste livro os autores apresentam muitas evidências dessa polivalência. Então, por que, no estudo das fábricas no Brasil, os autores argumentam pelo fortalecimento do fordismo?

Na comparação entre as formas tradicionais de produção e a produção das linhas automatizadas, as formas tradicionais aparecem como provedoras de um grau de satisfação e de liberdade de alocação do tempo individual do operador - o que leva o leitor a perguntar qual forma de linha de montagem fordista tem sido utilizada, na produção de carros, nas fábricas estudadas no livro. Neste contexto a nova tecnologia apresenta a ameaça de piorar o estado das coisas; aquela que antes era

uma fábrica com feitores controlando cada movimento do trabalhador na linha de montagem, com péssimas condições de trabalho, aparece agora como um modelo mais desejado de forma de produção. Alguns dos depoimentos de operários apresentados no livro vão neste sentido; em alguns casos o pesquisador aparece como tendo "comprado" o argumento. Reforçar o fordismo pode ser uma estratégia gerencial, mas pode também ser uma forma de se evitar mudanças. Se a alocação de recursos e o gerenciamento da força de trabalho é flexível, então as políticas de treinamento governamentais, as estratégias sindicais e várias outras questões relacionadas demandam novas perspectivas. As implicações de uma avaliação errônea deste fenômeno podem ser muitas e profundas.

Em pesquisa que realizei na fábrica da Ford em São Bernardo nos primeiros meses de 1986, não encontrei indicações de maior intensificação do trabalho na área de montagem da carroceria do Escort, a qual é automatizada, em comparação à montagem da carroceria dos modelos mais antigos, que usa processos não modernizados. Encontrei, sim, uma produtividade muito mais alta na produção do Escort nesta área, mas lá também encontrei grandes diferenças no lay out, nos fluxos de processos e de circulação de material nos sistemas de supervisão, operação, manutenção (com várias indicações muito similares às apresentadas neste livro) e, contrariamente ao observado pelos autores nas fábricas por eles estudadas, eu identifiquei maior esforço muscular e maior intensificação no uso do trabalho humano na produção de carrocerias dos modelos mais antigos.¹

Quanto à fase de transição, o argumento aparece sintetizado na afirmação: "...na fase de transição, a introdução de automatismos microeletrônicos é combinada com o reforço da automação dedicada e com o aprofundamento de formas clássicas de organização do trabalho, sempre que possível tecnicamente" (pág. 104). Contra-

pondo-se a tal generalização deve-se pontuar que: 1 - Existem várias estratégias diferentes de introdução da microeletrônica, nas quais podem se combinar processos e organização do trabalho muito diferentes; 2 - As fases de transição diferem em concordância com as estratégias implementadas; 3 - As tendências referidas no livro baseiam-se em dois estudos de caso apenas; 4 - "Formas clássicas de organização do trabalho", tal qual o fordismo, não é um paradigma Universal, diferenciando-se conforme as características do local onde ele é aplicado. Por exemplo, verifiquei em pesquisa de campo que a segmentação de tarefas existente na filial inglesa da Ford até 1985 era muitíssimo maior do que a da filial brasileira, ambas operando sob sistemas fordistas. As estratégias para implementar "flexibilização" com vistas à operação de maquinário microeletrônico é diferente em cada uma delas.

Enquanto o material disponível no livro pode levar a diferentes interpretações, o valor deste permanece no fato de que uma grande variedade de aspectos são identificados e contemplados. É uma valiosa adição ao nosso conhecimento, não da introdução da microeletrônica simplesmente, mas também da indústria automobilística.

Pode parecer queixoso chamar a atenção para erros de edição, mas alguns dos mais importantes devem ser mencionados. Há ausência de referências bibliográficas gerais e também do trabalho de dois autores citados no "Resumo": Coriat, 1983; e Schmitz, 1985. As repetições de conteúdo também dão a impressão de pressa e falta de cuidado na preparação final, pela qual os publicadores são responsáveis. Estas são críticas menores, que não diminuem em nada o valor do livro. Deve ser lido por acadêmicos, pessoal em agências do governo, gerentes de empresas públicas e privadas e pesquisadores interessados nas repercussões das mudanças tecnológicas em curso.

Elizabeth Bortolala Silva: Professora do Departamento de Política Científica e Tecnológica da UNICAMP.

Nota

1. Silva, Elizabeth Bortolala - "Labour and Technology in the car industry. Ford strategies in Bristan and Brazil". PhD Thesis, University of London.

SUSSEKIND, Elisabeth. A JUSTIÇA DOS HOMENS.

Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Jurídicas da PUC-RJ.

O trabalho de Elisabeth Sussekkind, apresentado como dissertação de mestrado ao Departamento de Ciências Jurídicas da PUC-RJ, resulta de uma bem elaborada pesquisa acerca das representações de presidiários do Rio de Janeiro sobre o mundo, sobre eles mesmos e sobre a prisão.

É um estudo empírico, como propõe a própria autora. Nele, a teoria é a referência para a percepção de dados concretos que permitam a análise da situação dos estabelecimentos penitenciários cariocas e, a partir dela, a tomada de posição a respeito de uma problemática cuja compreensão, segundo objetivo da pesquisa (p. 467), deriva da interseção entre a "teoria crítica com a observação crítica".

O trabalho, na sua realização, conserva a qualidade que Roberto Lyra Filho - a mais balizada referência para a criminologia crítica brasileira contemporânea - já observara em contribuição anterior da autora ("Revista de Direito Penal", v. 29): "atraente e agudo empenho crítico e, portanto, largo e benéfico alcance social".

Neste plano, ao tomar como paradigma a criminologia crítica, não se perde o trabalho em distinções teorizantes ou em esquemas classificatórios nos quais costumava-se perder a linha mestra das antíteses e superações; mas, conforme orientava o mesmo Roberto Lyra Filho ("Carta Aberta a um Jovem Criminólogo: teoria, praxis

e técnicas atuais", Revista de Direito Penal, v. 28), extrai as indicações para um posicionamento claro sobre as tarefas atuais da criminologia crítica. Assim, no trabalho, a descrição da prisão e de seu cotidiano alcança o sentido da lógica existencial como conhecimento das possibilidades da ação humana no mundo — "quando descrevemos, pretendemos passar o sentimento do que ela é. De como é sentida, do cheiro de suas galerias, do som das portas de grades batendo" (pág. 5) — e, desse modo, a realização do enunciado metodológico segundo o qual "a descrição verdadeira do objeto é, ao mesmo tempo, a sua explicação".

Por outro lado, a descrição, para não cair na armadilha de uma redução sociológica, no sentido que lhe dá Guerreiro Ramos, opera nos limites do conhecimento prévio, inclusive teórico, do tipo de realidade que determina as características do trabalho empírico. A rejeição epistemológica da abordagem preliminar e contendo do conceito de crime formula o questionamento do fenômeno da incriminação como pressuposto e base de toda análise das condições de emergência do delito em suas raízes histórico-sociais. Mais uma vez, valem as indicações de Lyra Filho ("Carta Aberta") e "Criminologia Dialética" para o estudo, tal como faz a autora, "das instituições que criam, interpretam e aplicam normas que toleram e estimulam uma série de condutas, enquanto proíbem e desestimulam outras". Em suma, conforme o critério de Chambliss para designar a preocupação da criminologia crítica, ter como ponto de partida para o estudo sistemático do crime não a indagação causal da conduta que se torna criminosa, mas a indagação política da definição criminal de certas condutas". É assim que o estudo de Elisabeth Sussekind se revela útil para a construção de um discurso metodológico como circunção teórico-prática, isto é, resultante da relação necessária entre prática científica e praxis social.

Armada destes pressupostos, a pesquisa se desenvolve, pois, enfiada, deslocando-se pelo roteiro das representações dos presidiários e desvendando o seu mundo na medida em que se rompem os vínculos que os ligam à cidadania, ao direito e à justiça.

Tem-se, deste modo, um relato cristalino da coisificação da pessoa humana, numa abordagem desideologizadora que vai desmontando a armadura estatística dos dados caros à reprodução de um sistema de conformismo, estimulado pelo estigma e pelo sistema disciplinar da prisão, tão a gosto das abordagens da criminologia convencional fundadas no positivismo criminológico.

Dá a relevância e a oportunidade do trabalho de Elisabeth Sussekind. Com efeito, na linha de estudos instigantes como os de Foucault, "A Justiça dos Homens" supre uma lacuna que no Brasil não foi suficientemente coberta pelos estudos jornalísticos e antropológicos (Percival de Souza e J. R. Ramalho), servindo apenas de argumento a uma vertente de forte apelo literário ("Memórias do Cárcere", "Lúcio Flávio, Passageiro da Agonia", "Marcou, Dançou!").

Por isto mesmo o trabalho de Elisabeth Sussekind certamente interessará às editoras afinadas com a linha de investigação criminológica mais atualizada em suas proposições. Este, aliás, um outro plano útil desta contribuição: a continuidade de estudos criminológicos que encontram neste texto excelente oportunidade de indicação para a formação, preparação e treinamento de equipes de pesquisa, a partir da discussão de passos metodológicos, formulação de hipóteses, seleção de conceitos operacionais e tratamento dos dados empíricos, equilibradamente definidos pela autora.

JOSÉ GERALDO DE SOUSA JUNIOR,
professor do Departamento de Direito e coordenador do Núcleo de Estudos para a Paz e Direitos Humanos, da UNB.

FERNANDES, Ana Maria. The Scientific Community and The State in Brazil.

A tese de doutorado de Ana Maria Fernandes, do Departamento de Sociologia da UnB, foi aprovada no St. Antony's College, Oxford, em 1987, e recebeu, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), o prêmio de melhor tese de doutorado em ciências sociais para aquele ano. A premiação inclui a publicação do trabalho, o que significa que, em breve, o livro sobre "A Comunidade Científica e o Estado no Brasil" estará à disposição do público para ser "comprado e lido com paixão equivalente àquela com que foi escrito". Esse o desejo da autora, manifestado em sua fala na cerimônia da ANPOCS, que, ao que tudo indica, não estará longe ser concretizado.

Neste final de década, como nunca antes ocorrera, ciência e tecnologia ocupam manchetes de jornais, mobilizam parlamentares e executivos governamentais, além da própria comunidade científica, e sensibilizam demais segmentos da sociedade em torno, especificamente neste ano de 1989, do fechamento ou não do Ministério da Ciência e da Tecnologia. E são essas, exatamente, as questões de que trata a tese de Ana Maria: politização do tema ciência e tecnologia, institucionalização da comunidade científica no Brasil, suas relações com o estado e com setores diversos da sociedade civil.

Porém, não apenas a atualidade dos temas tratados é razão para anteciper-se a leitura interessada do trabalho; o rigor de apresentação e o cuidado na análise das questões apresentadas ao longo dos oito capítulos que compõem a tese justificam, também, a atenção do leitor, ao mesmo tempo que são exemplo de boa sociologia.

O foco da tese é a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), desde sua criação, em 1948, até 1980, com especial atenção no período pós-64.

A institucionalização de um espaço político para ciência e cientistas na SBPC é examinada em diferentes momentos que vão definindo a comunidade científica enquanto segmento específico da sociedade civil e marcando, também, sua autonomia frente ao estado. Trajetória não linear, a SBPC, que já nasce multidisciplinar e de âmbito nacional, amplia suas bases passando a incluir as ciências sociais e diversifica sua pauta política variando sua atuação frente a interlocutores da sociedade civil e do estado.

Os oito capítulos são apresentados em três seções. Na primeira discute-se a formação da SBPC, com um primeiro capítulo dedicado às relações entre cientistas e estado — onde a autora examina a Academia Brasileira de Ciências de modo a mais claramente estabelecer a especificidade da SBPC —; um segundo, à formação, propriamente dita, da SBPC e seus primeiros objetivos de proteção ao trabalho científico e, finalmente, um terceiro, onde se examinam, no período até 1964, as concepções de ciência prevalentes na Sociedade, seu papel e tendências.

A segunda seção é dedicada ao período de 1964 a 76. Seu primeiro capítulo analisa a crise da Universidade de Brasília, o "massacre" de Manguinhos e a reforma universitária; o seguinte, as relações da SBPC com o estado de 1965 a 72, quando é condenado o regime repressivo, são criticados o acordo MEC-USAID, o orçamento para pesquisa, os salários dos pesquisadores e a ênfase do governo em tecnologia, ao lado de uma demanda por maior participação; o último capítulo dessa seção cobre o período de 73 a 76, examinando os encontros anuais da Sociedade e suas posições frente ao acordo nuclear.

Na terceira e última seção, a autora identifica o ápice do confronto entre a SBPC e o estado, o dilema da ampliação do encontro anual, de modo a que tenha passado a ser mais um encontro popular e menos um encontro científico, a necessidade manifestada

pelos cientistas de maior participação no processo decisório governamental e examina os encontros anuais da Sociedade nos anos de 78, 79 e 80. A análise conclui que o fortalecimento do papel da SBPC, verificado ao longo desses anos, não é garantia de solução dos problemas que afetam a ciência e os cientistas no Brasil, dadas as características do país e a sistemática exclusão dos cientistas do processo decisório.

Utilizando os conceitos gramscianos de sociedade civil, hegemonia e intelectuais, apoiando-se numa extensa bibliografia sobre estado, sociedade e regimes políticos no Brasil e baseando-se em dados à disposição da autora ou por ela criados, a tese de Ana Maria constitui, sem dúvida alguma, um documento fundamental para todos aqueles que, direta ou indiretamente, se envolvem com ciência e tecnologia no país. Além disso, ao tomar a SBPC como foco e mostrar a centralidade da ciência e da tecnologia para o desenvolvimento da sociedade e do estado brasileiros, a tese sobre a comunidade científica e o estado no Brasil contribui, também, para elucidar a natureza deste estado e desta sociedade.

Nos nove anos que nos separam, hoje, do momento em que o estudo termina, novas conjunturas estabeleceram-se para o país, sua ciência e seus cientistas. Inclusive, em anos recentes, alguns cientistas e membros expressivos da SBPC passaram a assumir posições de destaque no processo decisório nacional sem que os graves problemas que preocupavam os fundadores da SBPC e que desafiaram a Sociedade nesses seus mais de 40 anos de vida tenham tido solução. Como os processos político-sociais desenvolvem-se, modificam-se e podem, até, mudar de natureza, mas estando, sempre, vivos, deles não se deve mesmo esperar solução. Cabe à sociologia, porém, desvendar elementos e mecanismos que os constituem e colocá-los à disposição das forças sócio-políticas que, sobre eles, pretendem agir. É preciso continuar a

análise da comunidade científica no Brasil. A tese de Ana Maria é um belo exemplo de estudo que deverá instigar sociólogos a continuarem explorando o tema.

VILMA FIGUEIREDO. Profª titular do Deptº de Sociologia – UNB.

BARREIRA, Cesar. Conflitos Sociais no Sertão. Trilhos e Atalhos do Poder. Resenha da tese de doutorado. Departamento de C. Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e C. Humanas da USP, SP, 1987, 369 Pág.

A análise da questão da reprodução do poder desde uma perspectiva "não reificada", que enfatize seu caráter relacional e privilegie a dimensão das práticas tem-se mostrado como um caminho lamentavelmente pouco "trilhado" pelos cientistas sociais brasileiros interessados nas questões agrárias – apesar de abrir pistas fundamentais para a compreensão dos complexos processos de produção e reprodução das classes sociais.

O trabalho de César Barreira, ao enveredar de forma clara e precisa por essas "trilhas e atalhos" do poder, produz avanços significativos em nosso conhecimento dessas questões. Superando visões classificatórias apriorísticas, a obra procura analisar a ação política, múltipla em significados, dos trabalhadores rurais e dos proprietários de terra do sertão do Ceará como uma manifestação singular de um processo complexo de reprodução de poder. A indagação sobre a construção de uma "nova ordem social" e o caráter de seus elementos constitutivos recorta toda a tese, junto com a preocupação de refletir sobre as possibilidades e capacidades efetivas que os camponeses têm obtido nessa constituição, para abrir espaços próprios enquanto sujeitos, em busca de superar as situações de dominação nas quais historicamente têm estado inseridos.

O ponto de partida é a reconstrução cuidadosa e acabada das

relações de dominação tradicional no sertão, mostrando claramente como a dependência dos camponeses aos grandes proprietários de terra não só decorre da natureza das relações de trabalho predominantes de "moradia-parceria", mas também das funções de mediador único dos camponeses outorgados pelo estado a esses "coronéis", caracterizando uma situação de exclusão que se cristalizaria na "Paz Agrária".

Os conflitos, sempre presentes, apontam para o espaço de contestação camponesa, compreendido como uma história não-linear, que, em conjunturas específicas, agudizam as fissuras na dominação tradicional. Assim são recuperados um conjunto de conflitos que obtiveram reconhecimento público a partir do final da década de 60, envolvendo "mora-dores-parceiros" e grandes proprietários do sertão. Evidenciam momentos ricos, em informações sobre o questionamento da "lei dos patrões" e do "código do sertão", e a resignificação das "leis do governo" como um campo de lutas que viabilizam um espaço para a contestação camponesa. Se nesta análise se privilegia a lógica interna dos conflitos, o trabalho, num terceiro momento, coloca sua ênfase nos aspectos organizacionais, reconstruindo laboriosamente três "frentes de luta" assumidas pelo movimento camponês em todo o sertão: as lutas "pelos direitos" recuperadas lucidamente como uma prática cotidiana que assume o caráter de "luta possível", que por ser vivenciada como conquista e passível de redefinição e superação; as "romarias da terra" onde se visualiza o encontro da fé e da política, enfatizando a função da religiosidade na organização dos camponeses; e as "lutas pela desapropriação" via estado, o qual através da institucionalização do conflito com a oficialização de áreas de "tensão social" produz o reconhecimento legal dos mesmos e a negação da "lei do sertão". A desapropriação – como o autor demonstra brilhantemente – assume assim sentidos diversos para os

atores envolvidos. Todas as frentes levam à ruptura do monopólio da mediação política por parte dos coronéis, com a paulatina consolidação dos sindicatos de trabalhadores rurais, da Igreja e do estado, fundamentalmente através do INCRA, como "novos mediadores". Superando a ilusão da exclusividade, os problemas que essa mediação coloca são considerados em toda sua complexidade.

Com a sólida base elaborada nos momentos anteriores, o autor logra interpretar as rupturas e permanências nas relações de dominação e refletir sobre a construção de uma "nova ordem política no campo" diretamente ligada à ampliação do espaço de contestação dos camponeses. Articulado às transformações econômicas que se manifestam no sertão, através de processos como o de expulsão dos camponeses das fazendas e o de "peculiarização", apresenta-se um conjunto de relações e elementos do complexo jogo de continuidades e descontinuidades. Destacam-se aí o desgaste das relações patrimoniais e a agudização do "desencatamento do mundo" junto à "religiosização" da ação política; a institucionalização dos conflitos via o reconhecimento do estado e as lutas pela reinterpretação do espaço do legal; a reprodução ampliada da violência com o "novo jagunço"; a presença de novos mediadores camponeses com o fortalecimento das associações de classe patronais. Todo esse complexo permite ao autor superar amplamente os perigos de uma estereotipização e construir uma instigante caracterização da "nova ordem política" e de seus múltiplos efeitos e significados no processo de produção e reprodução das classes sociais no sertão.

Mas as contribuições que a tese de César Barreira traz não acabam aí. A superação do dualismo "tradicional-moderno" enquanto camisa de força teórica, a reflexão aprofundada dos múltiplos significados da dimensão da "legalidade" nas lutas sociais no campo, a recuperação da socialização política no processo de construção de

uma nova identidade camponesa como expressão da luta pela conquista da cidadania plena, a identificação articulada do feixe de relações que compõe o complexo jogo de reprodução do poder, são alguns entre os vários subsídios que falam do cuidado metodológico e da capacidade interpretativa do autor. O resultado meritório da análise — que nos leva a percorrer as “trilhas e atalhos do poder no sertão” — faz de sua obra um ponto de referência imprescindível à própria compreensão dos processos de transformações das relações políticas e sociais no Nordeste.

JORGE O. ROMANO. Antropólogo, doutorando Museu Nacional, professor do CPDA/UFRJ.

MELLO, H. Haydt de S. *O Manuscrito perdido de Freud*. Editora Escuta, Campinas. São Paulo, 1987.

Setenta anos depois, datado de 1915 e dirigido em caráter pessoal a seu discípulo S. Ferenczi, veio a público o manuscrito do que teria sido o sétimo dos ensaios metapsicológicos escritos por Sigmund Freud, como fundamento do que viria a se constituir na psicanálise. De seu projeto inicial, começado e concluído no mesmo ano de 1915, Freud autorizou a publicação de somente cinco ensaios, conhecidos, hoje como os “Artigos sobre Metapsicologia”: “As Vicissitudes das Pulsões”, “Recalcamento”, “O Inconsciente”, “Suplemento Metapsicológico à Teoria dos Sonhos” e “Luto e Melancolia”. Publicado em 1985, na Alemanha, por S. Fischer — Frankfurt, “Übersicht der Übertragungsneurosen”¹ foi trazido neste mesmo ano pelo Dr. H. Haydt de S. Mello, fundador do Colégio Freudiano de Psicanálise em Brasília.

Mello desenvolveu nesta cidade, durante o ano de 1986, a série de seminários sobre esse texto freudiano — publicada em 1987, no Brasil, pela Escuta (Campinas — SP), sob o título “O Manuscrito Perdido de Freud”. É um primoroso trabalho de desdobramento do

texto freudiano que o Dr. H. Haydt realiza com sua rigorosa e psicanalítica leitura do manuscrito, tratado com a própria linguagem fundada por seu autor, S. Freud. Situando-o no contexto do antes e do depois de 1915, na obra de Freud, H. Haydt vai estabelecendo o manuscrito como a base da fundação da psicanálise, demonstrando — através da interessantíssima lógica que opera o recuo de sempre mais um significativo — a pertinência da tese freudiana do manuscrito: o que agora são neuroses antes foram fases condicionais da humanidade. Sua tese, Freud só consegue estabelecer porque, ele mesmo, fundando uma linguagem, será levado a fazer uma versão mítica sobre a origem da humanidade, suficientemente consistente para não destoar do estabelecido pela ciência, mas necessariamente ousada, ao ponto de recuar as articulações sobre a origem do homem de, pelo menos, mais um significativo.

É a demonstração dessa tese que o autor do “Manuscrito perdido” vai encontrar na própria obra de Freud, apoiada num teorema que já lá se encontrava posto por Freud: deve a neurose, do ponto de onde o recalado triunfou, nos devolver o quadro dos tempos primitivos. Mas não é unicamente num movimento historicizante, com o manuscrito, que o autor vai se deslocando, recolhendo no antes e no depois os elementos que se articulam para dar sentido ao que de perdido ficou no manuscrito de Freud. Este sentido é fartamente documentado de modo a formar uma consistência reconhecível na própria obra freudiana. A questão é que, também, do ponto de vista do método freudiano, o autor vai deslocando elementos que historicamente estavam atolados pela leitura imbecil que aqueles que se dizem freudianos fizeram da psicanálise. À diferença desses, que imobilizam a herança freudiana pelo aproveitamento do meramente psicológico na obra do fundador da psicanálise, o autor vai avançando no perigoso campo do que ele

chama de o não-analisado de Freud, para produzir a floção de um Freud analisante progredindo em sua própria análise. E, portanto, dizendo sempre mais sobre a fantasia, que é axioma para a sua fundação como sujeito desse inconsciente que ele mesmo, Freud, inventou.

É, então, a própria psicanálise que ao leitor vai se dizendo pelo perdido manuscrito de seu fundador, na forma como o autor do “Manuscrito Perdido” faz pressão sobre ela, para que mais ela se diga. Isto é possível porque, para o autor, a psicanálise “é aquilo que permite que se chegue a esse meramente psicológico e que se possa reconhecê-lo como tal, para dar ao menos mais um passo na direção do real”. Nesse sentido é exemplar a recondução feita pelo autor quanto à questão do aparecimento da linguagem, que tem no capítulo “A origem da linguagem” um momento de desenvolvimento rigorosamente estabelecido através da aplicação sobre a formulação feita por Freud na “Übersicht der Übertragungsneurosen” da qual uma leitura da obra do próprio Freud sugere a ser reelaborada.

Segundo a versão mítica de Freud, em seu manuscrito sobre a origem das neuroses, a linguagem tem seu aparecimento na fase condicional correspondente ao período pós-glacial, no qual se estabelecem os fatos de organização da horda e o nascimento da cultura e que, na nosografia freudiana, corresponde ao irrompimento “neurose obsessiva”. Apoiada no desenvolvimento subsequente da linguagem fundada por Freud — como se o próprio Freud, retomando sobre seus passos, viesse a alterar o que não mais pode ser dito num depois de Freud — o autor pode então restabelecer ele mesmo, de forma mítica, o momento em que, nas fases condicionais da humanidade — sem que esse momento corresponda a qualquer dos irrompimentos possíveis na atualidade — não poderá não ter surgido a linguagem. Tendo ocorrido o rompi-

mento da pauta de comportamento do humano que lhe permitia ser endereçado ao parceiro da relação sexual em períodos cíclicamente repetidos (...), em plena Idade do ouro, (...) só pelo artifício da linguagem alguma coisa de viabilidade pode ser imaginada para o homem. É, pois, em fase anterior e não posterior à era glacial, cujas proibições e legislações sobre a prática do ato sexual já indicam a operação de linguagem, que produziu-se esse artifício que faz o “homo sapiens”.

Para o autor de “O Manuscrito Perdido”, Freud localizou o nascimento da linguagem no período pós-glacial, correspondente ao irrompimento “neurose obsessiva”, por ter confundido a exasperação que o obsessivo tem com a linguagem, com o que, de outro lado, indica que sem linguagem não é possível haver neurose obsessiva. Um obsessivo, diz ele, é um falante que, obstinadamente desconhecendo que o sujeito é produto da linguagem, tenta usar a linguagem para construir uma fala que não esteja submetida à ordem do Outro para, com ela, escapar à condição de ter que se haver com o que lhe falta. Colocando-se como instância extra ao universo em que está barrado, fica como se fosse um deus que pretende devolver as pautas de comportamento aos falantes.

É a partir desse restabelecimento no e a partir do manuscrito de Freud que o autor vai desenvolver a mais bela tese de seu próprio trabalho, articulada na diferença entre o falante e o não falante. Não para endossar as teses dos etologistas, que tendem a encontrar no falante comportamentos que se encontram igualmente nos bichos, mas para exasperar todas as aproximações que nesse sentido se fazem, fazendo-as explodir a partir dos próprios elementos da subjacente lógica que as produz: Entre o falante e o não falante também existe um gradiente, onde se vai encontrar, num extremo, um ser com morfologia de humano, que fala, mas não é falante, no sentido de que ali não há um sujeito à ordem simbólica; e, num

outro extremo, o sujeito tão revelado, pelo que se diz, que a morfologia de humano fica totalmente irrelevante.

Iniciando a leitura do texto de Freud por uma afinadíssima descrição, o autor vai, passo a passo, estruturando aquilo que no enunciado freudiano só poderia ser lido como da ordem de um metapsicológico caudatário do então estabelecido possível pela ciência (os irrompimentos no registro de um ontogenético, referidos às disposições, às fixações transmitidas filogeneticamente. Isso para introduzir o leitor numa viagem onde Freud, mais uma vez, com as ferramentas que vai fabricando no percurso da sua invenção, atravessa ele próprio o que lá estava, no princípio, colocado como *uma fantasia perturbadora* (o termo é de Freud). Como se dá a *aquisição desta coisa do haver fixação? Como se adquire a possibilidade de se fazer fixação?* É o que será respondido no magistral desenvolvimento (no capítulo "O Quântico Complementário") da *equação etiológica*, onde Freud vai expressar seu rompimento com as teorias de Meynert e Charcot, utilizando-se desse abrangente modelo para *todas as alternativas da escolha neurótica*.

O texto de Freud, endereçado a Ferenczi, encontrado setenta anos depois de haver sido escrito, é agora relido para a psicanálise, pelo texto "O Manuscrito Perdido de Freud", do Dr. H. Haydt de S. Mello, que tem a peculiaridade de se voltar, hoje, para a transmissão da linguagem de Freud não como o já estabelecido, mas como o que pode remeter o leitor a esse lugar *estranho e familiar*, que está a indicar que alguma coisa se perdeu, para sempre.

VIANA, MILTON C. Professor na UnB. Responsável pela criação da disciplina Fundamentos da Linguagem, do Departamento de Artes Visuais do Instituto de Artes da Universidade de Brasília.

Nota

Posteriormente traduzido em português com o título *Neurose de Transfêrência uma síntese*, pela Imago Editora.

SUGESTÃO AOS EDITORES

SANTOS, Boaventura de S. Um Discurso sobre as Ciências, Porto, Edições Afrontamento, 2ª ed., 1988, 58 páginas.

Interessante a trajetória intelectual deste sociólogo português, especializado em sociologia do direito, tão conhecido e querido pelos pesquisadores desta área no Brasil! A partir de um longo e riquíssimo trabalho de investigação empírica – que, somente no Brasil, desenvolveu-se desde 1970 no Rio de Janeiro e continuou dez anos mais tarde no Recife colocando as lutas sociais, jurídicas e políticas dos moradores das favelas contra o Estado e os proprietários privados de terrenos urbanos – Boaventura de Sousa Santos preocupa-se nos últimos tempos com o destino das ciências na sociedade do século XXI.

Este pequeno/grande livro é uma versão ampliada da Oração de Sapiência proferida na abertura solene das aulas na Universidade de Coimbra, no ano letivo de 1985/1986. Publicado pela primeira vez em 1987, chega novamente ao leitor em 1988 na sua segunda edição.

Em texto de imensa beleza e clara exposição, o autor leva-nos a sentir toda a angústia da perda dos velhos paradigmas, desenvolvidos no longo da história das ciências, e mostra-nos, sobretudo, como se apresenta a crise do paradigma dominante. Para além desta reflexão, faz-nos também pensar em direção ao futuro e sentir a esperança dos caminhos que surgem na constituição de uma novo paradigma emergente na ciência que se produz neste limiar de século.

"Perdemos a confiança epistemológica; instalou-se em nós uma sensação de perda irreparável tanto mais estranha quanto não sabemos ao certo o que estamos em vias de perder"... E tal como a criança que habitava Rousseau, e olhava perplexa seu tempo, sugere Boaventura que o observador do mundo em nossos dias de incerteza e transição deve também voltar-se para a simplicidade

das perguntas. E diz que "temos finalmente de perguntar pelo papel de todo o conhecimento científico acumulado no enriquecimento ou no empobrecimento prático das nossas vidas".

Ao repassar as idéias que constituíram o paradigma dominante a partir da emergência das ciências sociais no século XIX, ele mostra-nos que ainda faz parte de um modelo mecanicista toda uma corrente de pensamento que reivindicou um estatuto epistemológico e metodológico próprio para as ciências sociais, e em cuja canoa embarcaram os antipositivistas que acreditaram estar pensando do outro lado do muro. Na verdade, segundo o autor, esta vertente não se colocou de maneira antagônica em relação à vertente dominante, que aplicou às ciências os princípios e métodos que regiam os estudos das chamadas ciências naturais. E não-antagônica porque, através do argumento de que a ação humana é radicalmente subjetiva, acaba por partilhar do mesmo modelo que distingue natureza/ser humano, procurando assim reafirmar a especificidade do ser humano. É verdade, no entanto, que pode-se ver aí – na concepção de uma corrente de pensamento que se desvia da corrente dominante – os sinais da crise do paradigma da ciência moderna e também alguns elementos de transição para um novo paradigma.

O paradigma que até hoje dominou a maneira de se fazer ciência na modernidade sofre uma profunda crise; para compreendê-la o autor distingue as condições sociais e teóricas da crise. Seria impossível, no pouco espaço de que dispomos, resumir adequadamente esta reflexão, o que não deixa de ser mais uma razão para confirmar tudo isso no próprio livro. Não queremos deixar de abordar aqui, no entanto, ainda que muito brevemente, o que o autor considera as condições sociais da crise do paradigma dominante. Fala-nos da usurpação da ciência pelo mundo do capital, onde esta – apesar da "ideologia espontânea dos cientistas" que quiseram acreditar na autonomia

da ciência – acabou por submeter-se ao poder, com Hiroshima e Nagasaki. E, mais além, das relações de saber/poder, das implicações políticas e econômicas para o desenvolvimento científico e tecnológico que norteiam as relações entre os países centrais e os periféricos.

E finalmente discorre sobre o paradigma emergente. Propõe-nos Boaventura Santos que este, sendo um conhecimento científico-natural, deve ser científico social; deve ser um conhecimento de superações das velhas distinções consideradas insubstituíveis – como natureza/cultura, natural/artificial, vivo/inanimado, mente/matéria, observador/observado, etc. – e que, sendo um conhecimento local, é também total, e vice-versa. E, ainda, que a fragmentação pós-moderna não é disciplinar, mas temática. Assim, um conhecimento deste tipo constitui-se a partir da utilização de uma pluralidade de métodos e, em consequência, de uma transgressão metodológica.

Todo o conhecimento é auto-conhecimento. O mundo, mais do que controlado, precisa hoje ser contemplado, pois não se trata mais de sobreviver, mas de saber viver. Afirma o autor que a ciência do paradigma emergente é mais contemplativa que ativa.

Resta saber como essas interessantes questões que se desenvolvem nos países de capitalismo avançado repercutem no discurso científico das sociedades periféricas, em geral tão atentas aos "modismos". É preciso investigar, sobretudo, se elas fazem sentido no interior de sociedades como a brasileira, onde é ainda preciso saber sobreviver, onde a investigação científica no campo das ciências sociais está engajada – e estará sempre enquanto for necessária a luta pela transformação de um mundo de miséria social em um mundo onde os homens possam, ao menos, reconhecerem-se com as mesmas possibilidades de desenvolvimento humano.

WANDA CAPELLER. Professora da P.U.C. Rio de Janeiro. Doutorando na Universidade de Amiens – França.

ISR - 47-580/85
UP CT/GOP
DR/BSB

CARTÃO RESPOSTA COMERCIAL
NÃO É NECESSÁRIO SELAR

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

70099 — BRASÍLIA — DF

--	--	--	--	--	--

ENDEREÇO

REMETENTE

COLE AQUI

A UnB PRODUZ

OBRAS PUBLICADAS

Minidanças Brasileiras — M. A. Reicher (Disco) — Odeth Ernest Dias • Aves Comuns do Planalto Central — Paulo Antas e Roberto Cavalcanti • Brasil-Argentina-Uruguai: A Integração em Debate — Renato Baumann (Org.) • Brasília: Uma Metrópole em Crise — Aldo Paviani • Cidadão, Estado e Política no Brasil Contemporâneo — João Gabriel L. C. Teixeira (Org.) • Constituição e Abertura — As Eleições de 1982 — David Fleischer (Org.) • A Construção da Cidadania e Outras Denças por Tripanosomias — Antonio Teixeira • O Eixo Brasil-Argentina (Curso) • História dos Partidos Brasileiros (2ª Edição) • Doença de Chagas e do Brasil (5ª Edição) — José Walter Baustista Vidal • Fronteiras — Catherine Aubertin (Org.) • Mitologia — Volumes I e II — Eudoro de Souza (Org.) • Vamireh Chacon • Os Índios Hugo N. Nazareno • Na Fronteira do Futuro — Cristóvão Buarque • Os Partidos Políticos — Volumes I e II — David Fleischer (Org.) • O País de São Saruê — Vladimir Caryalho • Os Metalúrgicos de Salvador — João Gabriel L. C. Teixeira • Mitologia — Volumes I e II — Eudoro de Souza (Org.) • Vamireh Chacon • Os Índios Para Entender a Economia Capitalista — Márcio Moraes (Org.) • Prevenção ao Uso Indevido de Drogas — Volumes I e II (Curso) — Maria Terezinha G. de Castro • Estéticas do Cinema Brasileiro — Hilda Ondino do Couto (Org.) • O Sistema Tributário e a Nova Constituição (2ª Edição) — Roberto B. Piscitelli (Org.) • Perspectivas de Redação Democrática e Política Social no Brasil — Leda de Paiva (Org.) • A Universidade Brasileira e a Constituinte — João Gabriel L. C. Teixeira (Org.) • Urbanização e Metropolização: A Gestão dos Conflitos em Brasília — Aldo Paviani (Org.)

TEXTOS UNIVERSITÁRIOS: para o ensino

Alemão para Brasileiros — Herbert Andres Welker • Algumas Informações Úteis para a Implantação de Áreas Irrigadas com Autopropelidos tipo Traveler — Clécio Lopes da Silva • Cadernos de Patologia — Volumes I a IV — Mário A. Pinto de Moraes • Capital e Juros no Setor Florestal — Humberto Ângelo • Chave de Mineralogia: Guia para Determinação de Minerais. Minérios em Seções Polidas — Karl Eike Gierth • Cidade Adequada ao Clima: A Forma Urbana como Instrumento de Controle do Clima Urbano — Paulo Marcos Paiva de Oliveira • Classificação das Contas nos Orçamentos Públicos (2ª Edição) — Gilberto Tristão • Discussão Crítica Sobre a Administração da Educação — Dirceu Tafari Malvar • Enfermagem para de Engenharia Econômica (2ª Edição) — Maria José Braga Ribeiro • Os Estados Unidos e o Princípio da Não-Intervenção — José Carlos Brandi Aleixo • Estratégias de Lettura para Inglês Instrumental — Sara Rejane de Freitas Oliveira • Enrique Tafari Malvar • Enfermagem para Estudos da Vegetação de Uma Área Típica do Brasil Central — Alexander Ratter • Gênese do Sistema Inter-Americano — Carlos José Braga Ribeiro • Introdução à Lingüística: A Língua no Contexto Urbano — Maria Elaine Kohlsdorf • Objetivos do Ensino: Fundamentos e Usos — Volumes I e II — Maria José Braga Ribeiro • Manual de Técnicas de Apreensão do Espaço Urbano — Ricardo L. Farret e Raimundo Santana • Textos de Pesquisa do Núcleo de Estudos Urbanos e de Rede Urbana da Região Geo-Econômica de Brasília — Ricardo L. Farret e Raimundo Santana • Tânia Regina Fraga da Silva

PERIÓDICOS APOIADOS

Anuário Antropológico — Departamento de Antropologia • Cadernos do CEAC — Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituição • Cadernos do CEAM — Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares • Histórias em Construção — Departamento de História • Psicologia: Teoria e Pesquisa — Instituto de Psicologia • Religião e Sociedade — Departamento de Sociologia • Revista Brasileira de Ciência Política — Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais

A EDITORA PUBLICA

Entre os expressivos títulos de seu catálogo, a Editora Universidade de Brasília apresenta mais de 100 obras de autoria dos docentes da UnB. Produtos do vigor intelectual da universidade e do rigor do Conselho Editorial. São pesquisas e textos didáticos das mais diferentes áreas do conhecimento. Conheça o que a UnB produz. E publica.

FAÇA SEU PEDIDO OU PROCURE NAS MELHORES LIVRARIAS.



CX. Postal 15-3001 — CEP 70910 — Tel. (061) 274-3182

Concha acústica.



Música, teatro, dança, cinema e pintura: a Shell está sempre atenta aos sons, às cenas, aos movimentos, às imagens e às cores da cultura brasileira. Sempre se emocionando.

E a cada forma de expressão corresponde uma ação da Shell, que vai do apoio a eventos à premiação de artistas, do patrocínio de atividades à aquisição de obras de arte. Isso é envolvimento. Assim a Shell reconhece os mais genuínos talentos da nossa terra e incentiva um grande número de manifestações artísticas Brasil afora.

Isso é sensibilidade. Valorizando palcos, salas e espetáculos, a Shell se destaca por sua permanente receptividade aos que produzem e promovem a cultura nacional.

Shell. Uma verdadeira concha acústica.

Nosso melhor negócio é acreditar no Brasil.

